



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

José Carlos Matos Pereira

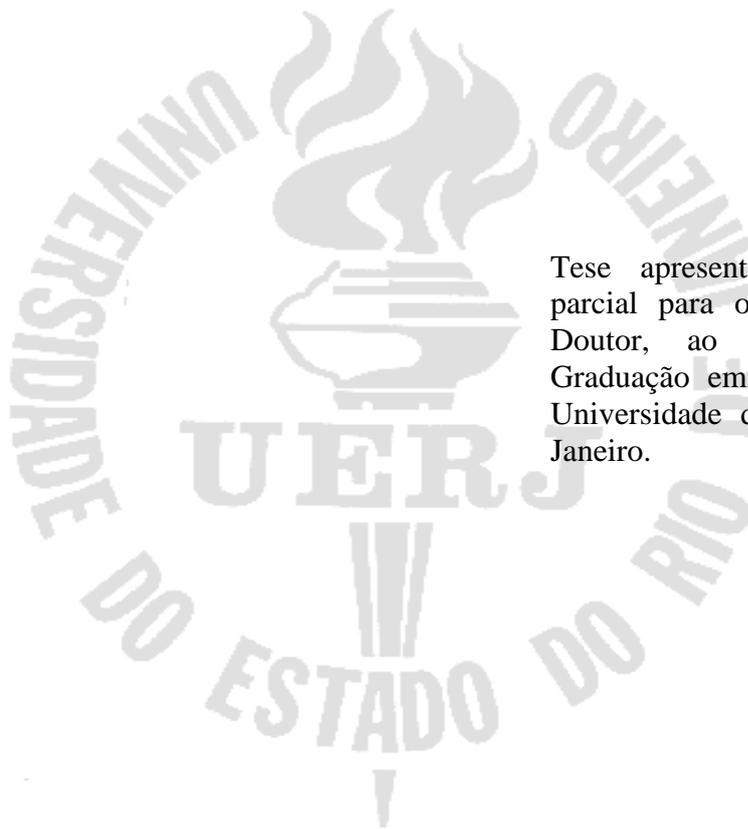
**Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia
brasileira**

Rio de Janeiro

2012

José Carlos Matos Pereira

Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia da Silva Pereira Leite

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

P436m Pereira, José Carlos Matos.

Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira /José Carlos Matos Pereira .– 2012. 256 f.

Orientador: Márcia Pereira Leite.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Belterra (PA) – Condições sociais – Teses. 2. Sociologia urbana - Teses. I. Leite, Márcia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU301(811.52)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese.

Assinatura

Data

José Carlos Matos Pereira

Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de março de 2012.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Márcia Pereira Leite (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof.^a Dra. Rosane Manhães Prado

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes

Museu Nacional da UFRJ

Prof. Dr. Henri Acselrad

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa em memória da professora Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ), que partiu recentemente, mas nos deixou seu legado por meio de sua obra e seu exemplo de vida, de dignidade pessoal e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Os que já se dedicaram a escrever uma tese de doutorado sabem que ela exige capacidade de análise, domínio de múltiplas teorias, métodos e técnicas de pesquisa que permitam tirar a vida social da aparência e posicioná-la na teia de relações que a sustentam e a perpetuam, apresentando, assim, a sua complexidade; embora reconheçamos a disciplina, a dedicação e a riqueza do ato individualizado. Não podemos esquecer as pessoas que passaram em nosso caminho e indicaram as nossas fragilidades, a incompletude de nossas ações e as incoerências momentâneas das nossas argumentações.

Mais que isso, apontaram caminhos, indicaram leituras e pediram novas formulações e análises mais consistentes. Diríamos, aqui, em homenagem a elas, que “uma linhagem intelectual se faz de vários mestres” (PEIRANO, 2008). Nessa condição, compartilharam conosco seus acúmulos e suas experiências profissionais e pessoais.

No entanto, houve outras, não menos importantes, que leram as formulações, fizeram correções e prestaram solidariedade nos momentos de dificuldades. Ofereceram a máquina fotográfica, o laptop, o gravador, a bicicleta, doaram passagem, deram conselhos e emprestaram seus ouvidos para a escuta das angústias, dos anseios e das novas descobertas.

Houve aqueles que indicaram e nos levaram aos entrevistados, nos hospedaram e nos acolheram como se fossemos da família. Outras fizeram os mapas, disponibilizaram as fotos e informações importantes que fazem parte do escopo do trabalho, tornando, assim, nossa tarefa bem mais agradável.

Não vamos poder listar, nem agradecer a todos e todas nominalmente, mas, desde já, gostaríamos de agradecer a gentileza dispensada a nossa pesquisa. Contudo, mesmo correndo o risco de cometer a injustiça do esquecimento, prefiro registrar nessas páginas, aqueles que precisam ser nominados:

- À Universidade Federal do Pará (UFPA) onde fiz minha Graduação em Ciências Sociais, e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) pelo acolhimento na especialização em Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente (FIPAM) e no mestrado em Planejamento do desenvolvimento (PLADES). Especialmente, à Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr (Geógrafo), meu primeiro mestre e orientador nas duas situações. Também saúdo meus professores da Graduação, de modo especial, Hecilda Veiga e Auriléa Abelém, orientadora e co-orientadora, respectivamente, e meus professores da especialização e mestrado, como Francisco Costa, o Chiquito, que me aconselhou a aproveitar meus estudos para dar saltos qualitativos na inteligência e não apenas subir os degraus da comodidade acadêmica, e a Rosa

Acevedo pela permissão de uso de uma entrevista feita por ela com uma ex-seringueira. O mesmo pensamento se estende a José Aldemir (UFAM) que me dirigiu palavras de apoio para eu pudesse seguir ao doutorado e continuar meus estudos.

- Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ), especialmente, à professora Márcia Pereira Leite, minha orientadora, que compartilhou das formulações nascentes até a finalização da tese. Também me apresentou as questões como favela, violência e sociabilidade carioca e me ajudou a organizar o pensamento e a análise por meio da oficina de textos e leitura. O mesmo agradecimento se estende aos dirigentes da instituição durante a minha estada por lá (Miriam Sepúlveda dos Santos, Ignácio Cano, Maria Cláudia Coelho, Rosane Prado e Clara Mafra), aos professores (Valter Sinder, Helena Bomeny, Patrícia Birman, Márcia Contins, Raquel Menezes, Rosane Prado, Carly Machado) com quem fiz disciplinas e aos funcionários (Alice, Daniel, Sônia e Wagner) que gentilmente sempre atenderam meus pedidos.

- À Fundação Ford pela bolsa de estudos em Línguas que me permitiu passar nas provas de inglês e francês do Doutorado, especialmente, a Aurélio Viana.

- À CAPES por minha primeira bolsa de doutorado e à FAPERJ por minha bolsa de doutorado estudante nota 10.

- Aos professores do IPPUR/UFRJ que atenciosamente me receberam em disciplinas, Hélio Pova e, especialmente, Ana Clara Torres Ribeiro, pelas críticas construtivas, pelos caminhos apresentados e por despertar em mim o analista, tarefa esta, que perseguirei pelos próximos anos de minha vida. Infelizmente, Ana Clara não está mais entre nós para ver, por ela mesma, o quanto foram úteis os seus ensinamentos. E ao professor Henri Acselrad pela crítica ao artigo a ele enviado sobre os Conflitos Socioambientais que, posteriormente, tornou-se um dos capítulos da tese.

- À Rosilene Alvim (IFCS/UFRJ) pela acolhida intelectual no Rio de Janeiro e pela orientação informal e generosa e, igualmente, a José Sérgio Leite Lopes (PPGAS/UFRJ) pelo diálogo analítico por meio das “Vilas Operárias”, pesquisas que tratam de situações no Nordeste na década de 1930.

- À Luiza Amador, do Setor de microfilmagem e a Carmelinda Cruz, do setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado do Pará (CENTUR), pela atenção dispensada durante minha pesquisa naquela instituição, e aos funcionários do setor de restauração que gentilmente me orientaram diante do farto material de trabalho.

- À Nathália Fernandes da Biblioteca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Amazônia Oriental pelo material disponibilizado.

- À Osvaldo Teixeira Góes pela doação das fotos de seu arquivo pessoal sobre o período Ford e à Nícia Viana pelo envio do material digitalizado.
- Aos funcionários e secretários municipais da Prefeitura Municipal de Belterra pelas entrevistas, acolhidas e informações municipais. E, ao saudar o prefeito, Geraldo Irineu Pastana de Oliveira (PT), fica extensivo meu agradecimento a todos e todas que contribuíram com minha pesquisa.
- À Câmara Municipal de Vereadores de Belterra e seus funcionários pela atenção e disponibilização do material solicitado e aos parlamentares que se dispuseram a dar as entrevistas.
- Ao Conselho da Cidadania de Belterra e ao Fórum de Movimentos Sociais pelas entrevistas, pelas conversas, informações e a disponibilidade de nos aceitar nos eventos realizados. Ato este extensivo também ao STTR de Santarém.
- Especial agradecimento a Manuel Moraes, Cintia e Família, pela atenção, pelo carro, pela moto, pela companhia e acolhida nos momentos de grande precisão.
- À Antônia, Elvis, Dermei, Erasmo, Framilene, Maria, Gito e demais funcionários da Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) e Coordenadoria de Comunicação, pela acolhida e pelo espaço de pesquisa e descanso.
- À Madalena, Diana, Mônica, Waldemar. Enfim, aos moradores de Belterra que me receberam com carinho e respeito, e todos aqueles que compartilharam comigo, por meio dos depoimentos, as memórias e lembranças da vida do lugar. Especialmente, Erasmo Moura, Tica, Sabiá, Joaquim, Pedro, Francisca, Antônio, Chardival e ao Centro de Convivência do Idoso de Belterra.
- À Toninha pelo acolhimento, pela música e pelas informações sobre Belterra, e a Antônio Vieira pelas horas de depoimentos que me informaram sobre as lutas sindicais durante os anos de 1970 e 1980, especialmente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.
- À D. Irlanda pelas frequentes conversas sobre a vida rural, Francisca e demais lideranças do STTR de Belterra. Manuel Edvaldo do STTR de Santarém, demais lideranças do sindicato e as cozinheiras pelo almoço por tantas vezes desfrutado.
- Ao Lica, Júnior e Maria pela acolhida no Hotel Bela Terra durante meu trabalho de campo e aos funcionários pela atenção dispensada.
- Ao coordenador do Instituto Boanerges Sena, Cristovam Sena, pela disponibilização do material histórico sobre a Companhia Ford Industrial do Brasil e pela conversa sobre o período Ford.

- À FASE Amazônia e aos integrantes do Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (COMOVA) pelo diálogo e por despertar em mim o interesse pela atividade intelectual. Deixo aqui. Algumas saudações nominais a Guilherme Carvalho, Graça Costa, Matheus Otterloo, Aldebaran Moura, Vânia Carvalho, João Gomes, Maria Elvira, Maria de Nazaré Menezes (Naná), Solange Gayoso e as centenas de lideranças da ligadas ao Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e ao Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC) que compartilharam aquele projeto.
- À Ana Cláudia Cardoso, Maria da Encarnação Sposito e Gutemberg Guerra pela disponibilização dos textos de suas pesquisas.
- À Cátia Magalhães, Arquiteta da cidade de Santarém, sempre prestativa e competente no atendimento dos pedidos, dentre eles, a confecção dos mapas que estão na tese.
- Aos colegas da turma de doutorado, especialmente, Adriana Fernandes (Drica) e Paulo Gajanigo (Paulinho) pelas ideias e incentivos durante nossas conversas sobre nossas pesquisas, e aos colegas das turmas de mestrado com quem fiz disciplina, pelo acolhimento.

Diz Mills (1996) que um trabalho bem sucedido é aquele que consegue aliar vida pessoal e trabalho profissional. Assim, agradeço ao meu sogro, Luiz Fernando Rangel Tura e à minha sogra, Maria de Lourdes Rangel Tura pelo apoio de sempre e pelos conselhos amigos. À Bernardo Tura pelos HDs portáteis que asseguraram que meu material de pesquisa não fosse perdido por algum ato de imprudência de minha parte. À minha mulher Letícia Rangel Tura, pelo apoio incondicional, pela cumplicidade e pelas críticas. Sem eles, minha conquista ficaria pela metade.

Enfim, agradecer aos meus filhos Maíra e João pela compreensão de minhas ausências, aqui acompanhado de um pedido de desculpa. À minha mãe Oscarina, pela dignidade de vida e à tia Graça, Márcia e Firmino pela acolhida durante a minha estada em Belém. À Tereza Cristina, minha prima-irmã, pelas cantigas e pelo violão, e Mauro Ribeiro pelas ligações telefônicas sistemáticas. Aos demais parentes e amigos de Belém que mesmo a quatro mil quilômetros de distância, torcem por mim, para que eu seja bem-sucedido em meus projetos de vida na cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, pedir desculpas pela omissão de muitos nomes, mas fica aqui, minha gratidão enquanto durar a vida. Fico feliz em poder compartilhar o meu trabalho com outros pesquisadores e com aqueles que se disponham a conhecer um pouco sobre a vida social da Amazônia brasileira.

RESUMO

PEREIRA, José Carlos Matos. *Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira*. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O objetivo desta tese é analisar os “modos de vida” na cidade de Belterra. Foram analisados dois períodos de tempo (1934-1945 / 1995-2011) da vida social do lugar, para identificar como a ação do capital, com base no apoio estatal, se deslocou para a Amazônia Brasileira, se apropriou de grandes porções do território, destruiu ou desorganizou os “modos de vida” preexistentes em nome das exigências do mercado internacional. No primeiro período, buscou-se identificar como ocorreu o processo de ressocialização do migrante em uma cidade-empresa da Companhia Ford Industrial do Brasil, baseada na criação de uma hierarquia sociofuncional do sistema fordista de produção e uma restrição da convivência dos americanos em relação aos brasileiros. No segundo período, analisamos a presença da soja na cidade e em seu entorno. O rural e o urbano estão contidos na cidade, simultaneamente, como práticas socioculturais que não se fazem pela oposição. A ligação entre os dois períodos encontra-se nas mudanças dos “modos de vida” preexistentes, no uso predatório da natureza e na enunciação de estereótipos pelos “de fora” contra a população do lugar sob o abrigo da “fala do desenvolvimento”. As técnicas usadas foram a observação de campo, as entrevistas, as conversas informais, o levantamento bibliográfico, documental e fotográfico. Permitindo a construção de mapas que resumem estes movimentos. Pudemos realizar entrevistas com perguntas semi-estruturadas para tratar dos dois períodos de tempo considerados em nossa pesquisa. Desse modo, observamos que na cidade praticada, onde se realiza a mediação entre o lugar e a totalidade-mundo, os híbridos presentes na vida cotidiana e o contexto de sua realização nos informam sobre a Amazônia e, em particular, da presença étnica (quilombola e indígena), do rural e do urbano na cidade, uma vez que a vida naquele espaço subnacional não se realiza pelas oposições criadas pelo pensamento abstrato.

Palavras-chave: Amazônia. Fordismo. Modos de vida. Fala do desenvolvimento. Urbano. Verticalidade.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the Belterra “ways of life”. We analyzed two time periods (1934-1945 / 1995-2011) of the social life of the place, to identify how the action of the Capital, based on governmental support, moved to the Brazilian Amazon, has appropriated large pieces of territory, destroyed or disrupted the “ways of life” in the name of the requirements international market. In the first period, attempted to identify how was the process of reintegration of migrants into a city-company Ford Industrial Company of Brazil, based on creating a hierarchy sociofuncional Fordist production system and a restriction of living of Americans and Brazilians. In the second period, we analyzed the presence of soy in the city and the around it. The rural and urban are contained in the city simultaneously and socio-cultural practices that are not made by the opposition. The connection between the two periods lies in the changes of "ways of life" pre-existing, the predatory use of nature and the enunciation of stereotypes by "outsiders" against the population of the place with the shelter of speech development. The techniques used were field observations, interviews, informal conversations, the bibliographic, documentary and photographic, allowing the construction of maps that summarize these social movements. We could do interviews with semi-structured questions to address the two time periods considered in our research. Thus, we observed that practiced in the city, where it mediates between the place and the whole world, hybrids present in everyday life and the context of its performance tell us about the Amazon and in particular the presence of ethnic (“quilombola” and indigenous), the rural and urban life since the sub-space that is not realized by the oppositions created by abstract thinking.

Keywords: Amazon. Fordism. Way of life. Speech development. Urban. Verticality.

O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para aperfeiçoar o seu ofício [...] isso significa que deve aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la continuamente.

C. Wright Mills

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da <i>Plantation</i> de seringa no Tapajós.....	61
Figura 2 - Trapiche do Porto Novo. Fonte: IBGE, 1953.....	77
Figuras 3 e 4 - Vestígios do porto flutuante do Pindobal.....	77
Figura 5 - Visão panorâmica da infra-estrutura criada pela CFIB.....	79
Figura 6 - Campo de aviação.....	80
Figura 7 - Arruamento e sistema de iluminação.....	80
Figura 8 - Galpões.....	81
Figura 9 - Creche Darcy Vargas.....	81
Figura 10 - Escritório da CFIB.....	82
Figura 11 - Hospital Henry Ford e necrotério, ao lado direito.....	83
Figura 12 - Funcionários do hospital na década de 1930.....	83
Figura 13 - Cirurgia no hospital Henry Ford, 1933.....	84
Figura 14 - Casa dos médicos, hoje Centro de Memória de Belterra.....	84
Figura 15 - Casa da Vila Americana com o carro Ford preto, em destaque ao lado.....	86
Figura 16 - Outro tipo de casa da Vila Americana.....	87
Figura 17 - Gerente geral da Companhia entre 1931-1945.....	88
Figura 18 - <i>Club House</i> , hoje, Câmara de Vereadores.....	89
Figura 19 - Casas da Vila Mensalista.....	91
Figura 20 - Casas da Vila Operária.....	91
Figura 21 - Casas da Vila Viveiros.....	92
Figura 22 - Casas da Vila 129.....	93
Figuras 23 e 24 - Alojamentos dos homens solteiros.....	93
Figura 25 - Casa dos Seringueiros (1953).....	94
Figura 26 - Viveiro das mudas de seringueiras, Belterra 1935.....	96
Figura 27 - Bar do italiano.....	96
Figura 28 - Sapataria em Belterra, 1933.....	97
Figura 29 - Caixa d'água e depósito de ferramentas da estrada 7.....	97
Figura 30 - Mapa lugares da memória.....	100
Figura 31 - Seringueiros durante a jornada de trabalho.....	102
Figuras 32 e 33 - Caixa d'água da estrada 1 e a chapa de identificação funcional.....	103
Figura 34 - Porto Novo, nas margens do rio Tapajós.....	105
Figura 35 - Cadeia do Porto Novo.....	106

Figura 36 - Escola Benson Ford (Vila 129).....	109
Figuras 37 e 38 - Visita de Vargas à Belterra.....	111
Figura 39 - Banquete no <i>Club House</i>	111
Figuras de 40 a 43 Passeata dos Movimentos Sociais e ONGs na cidade de Santarém.....	142
Figuras de 44 a 47 - Enfrentamento dos campos de poder na cidade de Santarém (PA).....	143
Figura 48 - Adesivo do Greenpeace contra a soja em Santarém, 2006.....	144
Figura 49 - Adesivo dos produtores de soja contra a presença do Greenpeace/Santarém.....	144
Figuras 50 e 51 - Empresa Cargill no porto de Santarém (PA).....	152
Figura 52: Mapa de localização de Belterra na Amazônia.....	158
Figura 53 - Mapa das 473 quadras de seringa do projeto Ford.....	161
Figuras 54 e 55 - Horta comunitária.....	172
Figuras 56 e 57 - Frutas do lugar (cupuaçu e bacaba).....	173
Figura 58 - Criação de galinhas.....	174
Figuras 59 e 60 - Criação de abelha sem ferrão.....	177
Figura 61 - Visão parcial da cidade, das casas e quintais, 2004.....	177
Figura 62 a 67 - Padrão construtivo das casas.....	180
Figuras 68 a 73 - Instrumentos para a produção de farinha.....	193
Figuras 74 a 77 - Máquinas, insumos e equipamentos usados na produção de soja.....	196
Figura 78 - Imagem de satélite da cidade de Belterra, 2004.....	203
Figura 79 - plantação de soja ao lado da Escola Municipal e da Unidade de Saúde.....	207
Figuras 80 e 81 - Campos de soja nas imediações da cidade.....	209
Quadro 1 - Belterra dos Sonhos para Gestores e Lideranças Municipais.....	212
Quadro 2 - Estrutura das Racionalidades e Ações.....	216
Figura 82 - Mapa das formas de uso e ocupação do espaço da cidade (1999).....	219
Figura 83 - Mapa das formas de uso e ocupação do espaço da cidade (2011).....	221

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO TERRITÓRIO.....	29
1.1 O Brasil “Metropolitano” e “Não Metropolitano” da urbanização brasileira.....	29
1.2 A urbanização brasileira da Amazônia.....	34
1.3 Particularidades e singularidades do urbano da Amazônia.....	37
2 CIDADE NA FLORESTA: BELTERRA, A EXPERIÊNCIA DA <i>PLANTATION</i> DE SERINGA DE HENRY FORD NA AMAZÔNIA(1934-1945).....	46
2.1 O processo civilizatório capitalista para a Amazônia.....	46
2.2 A chegada do capital americano na Amazônia.....	55
2.3 A experiência da CFIB: dos modos de vida do lugar à produção do espaço urbano na Amazônia.....	68
2.3.1 Os modos de vida na cidade.....	74
2.3.2 A disciplinarização da força de trabalho.....	100
2.3.3 O projeto modernizador de Getúlio Vargas para a Amazônia.....	107
2.3.4 Outras experiências de cidade-empresa.....	115
2.4 Conclusões preliminares.....	118
2.5 O período de transição entre 1946-1994.....	121
3 O CONTEXTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E OS CAMPOS DE PODER NA AMAZÔNIA ORIENTAL.....	129
3.1 O contexto do lugar e da soja na BR-163.....	129
3.2 A chegada da soja no contexto da “Fala do desenvolvimento”.....	133
3.3 A ambientalização dos conflitos sociais.....	140
3.4 A chegada do estranho.....	144
4 OS MODOS DE VIDA DO LUGAR	157
4.1 As formas de uso e apropriação do espaço.....	157
4.2 O modo de vida rural.....	161
4.3 O modo de vida indígena (algumas anotações).....	164
4.4 Os modos de vida na cidade.....	168

4.5	O calendário da vida do lugar.....	183
5	OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE: OS “DE DENTRO” E OS “DE FORA”.....	189
5.1	A natureza transescalar da experiência urbana.....	189
5.2	“Os de fora”: lógica, prática e tecnologia no uso do lugar.....	194
5.3	O que pensam “os de dentro” sobre os “de fora”.....	202
6	A CIDADE DO PENSAMENTO E A CIDADE PRATICADA.....	222
6.1	Reverendo o conceito sociológico de cidade.....	222
6.2	A cidade praticada: o cotidiano e o lugar.....	228
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	232
	REFERÊNCIAS.....	237

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar “os modos de vida na cidade de Belterra”. Para tanto, recortamos dois “pedaços de tempo” da vida social do lugar (SANTOS, 2008, p. 67), buscando identificar nesses dois períodos (1934-1945/1995-2011) como a ação do capital, com base no apoio estatal, se deslocou para a Amazônia brasileira, se apropriou de grandes porções do território, destruiu ou desarranjou os modos de vida preexistentes em nome das exigências do mercado internacional. Nesse contexto, a Amazônia foi vista como estoque estratégico de recursos naturais e os modos de vida de sua gente, objeto descartável, pois sobre eles incidiu o primeiro ato para que novas modalidades produtivas pudessem ser implantadas.

Ressaltamos que 66 anos separam o fim da experiência da *Plantation* de seringa de Henry Ford em 1945 da presença recente da soja na cidade paraense de Belterra, na Amazônia brasileira. No primeiro caso, temos a construção de uma cidade-empresa na floresta, a criação de uma hierarquia sociofuncional com base no sistema fordista de produção e uma sociabilidade marcada pela evitação da convivência dos americanos em relação aos brasileiros, materializada pela criação de espaços exclusivos de uso dos primeiros. Nesse período, Belterra aparece para o cenário urbano não pelo espraiamento da periferia, como no processo urbano-industrial vivido por várias cidades brasileiras, mas através da urbanização pela verticalidade (SANTOS, 2006). Trata-se da articulação de espaços descontínuos propiciada pela ação seletiva do capital com base no apoio estatal, cujas escalas vão desde o lugar onde se realizou o projeto, passando pela mediação governamental nas esferas estadual e federal, chegando até os Estados Unidos, onde se localizavam as fábricas de Henry Ford.

No segundo caso, analisamos a presença da soja na cidade e seu entorno nos anos 2000, depois da emancipação de Belterra do município de Santarém¹. O novo contexto resulta de uma ação planejada e seletiva, que tem apoio político em diversos níveis, financiamento público, flexibilização da legislação ambiental e estudos científicos que subsidiaram a melhor localização do empreendimento. A ligação entre os dois períodos encontra-se no desarranjo dos modos de vida preexistentes, no uso predatório da natureza e na enunciação de estereótipos pelos “de fora” contra a população do lugar sob o abrigo da “fala do desenvolvimento”.

¹ A cidade de Belterra tem aproximadamente 7 mil habitantes e fica a 50 km da cidade de Santarém, no oeste do Pará, a 700 km da capital do estado. No município a população é de pouco mais de 17 mil habitantes. As análises mais detalhadas sobre o assunto estão a partir da página 157.

Por modos de vida tomamos como referência a formulação proposta por Cândido (1971, p. 36), para quem os modos de vida de uma sociedade estão relacionados aos “hábitos, condutas, técnicas e instituições” adquiridos por herança cultural, sejam aqueles desenvolvidos localmente ou os relacionados ao convívio e influência de outros grupos sociais externos à sua formação original. Desse modo, envolvem as formas de produção da existência e a satisfação de necessidades imediatas e duradouras. O que, por sua vez, implica as relações que esses grupos sociais estabelecem com a natureza, as técnicas usadas para adquirir e produzir alimentos (caça, pesca, coleta, agricultura, por exemplo), construir moradia e produzir vestuário, as preferências alimentares, bem como, as relações de sociabilidade mediadas por relações de classe e as disputas pelo poder.

Argumentamos ser possível, por meio da análise dos modos de vida existentes na cidade de Belterra, fazer a mediação entre os dois pedaços de tempo, examinando como se deu a inserção do lugar sob a lógica do capital na economia mundializada que impôs novas formas de uso e apropriação da natureza em bases intensivas e predatórias. Embora os contextos socioculturais, econômicos e técnicos entre os dois períodos não sejam equivalentes, apenas relacionais, os impactos socioambientais negativos guardam proximidade, já que a premissa através da qual aquela inserção se verificou, em ambos os casos, ancorou-se na lógica de mercantilização da vida e da natureza do lugar.

Para tanto, no capítulo I, apresentamos a urbanização brasileira, primeiro na proposta de Milton Santos, seguido de como esta é tratada nos estudos urbanos sob a estrutura de pensamento do “Metropolitano” e “Não Metropolitano”. Por fim, trazemos a urbanização brasileira da Amazônia em seus aspectos históricos e aquilo que diz respeito às particularidades e singularidades recentes naquele espaço subnacional.

No capítulo II, tratamos da experiência da *Plantation* de Henry Ford na Amazônia brasileira entre 1934-1945 na cidade de Belterra, no Oeste do estado do Pará. Em uma primeira etapa, apresentamos o projeto civilizatório capitalista e os aspectos estruturantes de sua racionalidade, por meio da “fala do desenvolvimento” que produz o sentido com base na inferiorização do “outro” e do vazio demográfico para justificar o projeto de modernização capitalista em curso no país e direcionado para lá naquele período.

Em seguida apresentamos os condicionantes que possibilitaram o deslocamento do capital americano para a região do Tapajós, primeiramente, em Fordlândia (1928) e, depois, para Belterra (1934), identificando como as alianças entre o governo federal, oligarquias da Amazônia e o capital internacional - por meio de atos políticos e normativos - tornaram esse

empreendimento possível. A presença de Getúlio Vargas em Belterra exemplifica e reforça o modelo urbano-industrial como paradigma do desenvolvimento do país.

A doação de terras, a migração de mão de obra de dentro e fora da região e de outros países, a isenção de taxas e impostos criaram um cenário favorável para a instalação da cidade-empresa da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB) e a decorrente (re)socialização de migrantes na cidade; seu disciplinamento e a organização em bases assalariadas foram aspectos considerados.

Apresentamos os modos de vida na cidade; o tempo do trabalho e as formas de sociabilidade da evitação por parte dos americanos; a hierarquia sociofuncional e residencial; e a disposição dos objetos e das relações, segundo a sua funcionalidade sob a ótica do sistema fordista de produção, como fim e meio para criar o novo tipo humano necessário ao trabalho industrial sem o intramuros da fábrica.

Por fim, falamos do fracasso do projeto, do repasse ao governo brasileiro e do longo período de transição vivido pela cidade até o ano de sua emancipação em 1995. Também estabelecemos a relação entre a experiência da cidade-empresa de Henry Ford com as “Vilas Operárias” do Nordeste na década 1930, estudadas por Leite Lopes (1976) e Alvim (1976, 1997), e as experiências de cidade-empresa na Amazônia, a partir das décadas de 1960 e 1970, com base nos estudos de Trindade Jr. e Rocha (2002).

No capítulo III, analisamos o contexto dos conflitos socioambientais na Amazônia Oriental, tomando como referência as cidades de Santarém e Belterra (PA). Apresentamos os campos de poder que se formaram em torno das disputas por conta da presença da soja na região e como esta, em base predatória, desestrutura os modos de vida preexistentes; as estratégias e contra-estratégias em curso, as ameaças de morte e os mecanismos usados pelos produtores de soja para expropriar a terra dos agricultores, legitimada pela “fala do desenvolvimento”.

No capítulo IV, nos dirigimos para o município de Belterra apresentando como são os atuais modos de vida rural na BR-163; na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA); e na Área de Preservação Ambiental (APA) Aramanai, assinalando como esses espaços sofreram a ação, o controle e a nomeação formal da esfera estatal. Aqui, detemo-nos no modo de vida da etnia Munduruku presente na Flona, nas aldeias de Marituba, Takuara e Bragança. Em seguida, analisamos como o urbano e o rural estão contidos na cidade, bem como, a presença indígena, em sua forma embrionária, apresentando-os como fluxos socioculturais do lugar.

A cidade de Belterra se apresenta como o lugar do poder local, do comércio e serviços de base familiar e dos postos de trabalho ofertados pela Prefeitura, mas a prática agrícola é

visível por meio da plantação de mandioca, arroz, feijão e milho, do cultivo de legumes e verduras e pela criação de abelhas sem ferrão, porco e galinha. Também destacamos como os moradores da cidade se relacionam com o rural próximo por meio de deslocamentos sistemáticos em busca de matéria-prima para o trabalho artesanal ou de visitas à aldeia, por exemplo. Dessa forma, podemos observar como a “população translocal” (SAHLINS, 1997) pode habitar simultaneamente esses espaços sem abrir mão de sua identidade sociocultural. Por fim, destacamos outros aspectos do calendário da vida do lugar como, por exemplo, ir à praia, ao culto, jogar futebol e as relações de sociabilidade que não se fazem com base no medo.

No capítulo V, tratamos dos conflitos socioambientais na cidade (ACSELRAD, 2004), examinando como os “de fora” e os “de dentro” (ELIAS; SCOTSON, 2000) racionalizam a vida e o uso do espaço, as suas técnicas de trabalho e o que pensam uns sobre os outros diante dos conflitos da soja que expropriou famílias de agricultores e moradores da cidade, dando outros usos ao território. Observamos, contudo, que os sentidos produzidos vêm de ambos os lados e apresentam os projetos de desenvolvimento que cada campo de poder representa, bem como revela o papel que cumpre a Amazônia e, especialmente, o lugar na divisão territorial e internacional do trabalho no processo de acumulação do capital, como sentido e prática social.

No capítulo VI, exploramos o conceito sociológico de cidade e o aproximamos da cidade praticada (CERTEAU, 2008), de forma a estabelecer o nexo entre a cidade do pensamento e cidade incompleta (LEFEBVRE, 1969) e discutir como o percurso empírico (TELLES, 2006) pode revelar questões não consideradas pela teoria, bem como, a possibilidade da totalidade-mundo não se realizar em todos os lugares da mesma forma (SANTOS, 2006).

Nas considerações finais, apresentamos as mediações entre a *plantation* de seringa (1934-1945) e a presença da soja no lugar. Discutimos o que pode haver de relação entre dois pedaços de tempo, cuja distância é de 66 anos e envolveu intensas transformações socioculturais e tecnológicas. Isso nos permitiu entender como a ação do capital com base no apoio estatal e sob a guarda de “fala do desenvolvimento” destruiu ou desarranjou os modos de vida preexistentes.

METODOLOGIA

Transformar um tema de tese em objeto de pesquisa não é uma tarefa fácil. Em se tratando de uma tese de doutorado, onde se exige ineditismo e alto poder de abstração, essa tarefa torna-se ainda mais difícil. Isso remete a um esforço intelectual e uma vigilância epistemológica redobrada. De forma que o estranhamento sociológico é o primeiro passo para desnaturalizar as convenções sociais e tirá-las do campo de observação imediata proposto pelo senso comum, pela sociologia espontânea e pelo conhecimento erudito.

Essa mudança qualitativa do tema para o objeto de estudo exige a construção de questões problematizadoras e de hipóteses, o que só é possível realizar com a apropriação da teoria historicamente acumulada pelas ciências sociais e pelo exercício controlado do pensamento científico. No entanto, esse ato do ofício de sociólogo exige do sujeito do conhecimento não a coleção acrítica dos conceitos, nem a reprodução mecânica e formal de seu aparato, de forma aleatória e fortuita, mas a construção de um pensamento e, no caso em estudo, de uma tese. O que nos leva a entender que a sociologia não é um campo de profecia, nem de adivinhação.

A construção do objeto exige, então, um movimento reflexivo, sistemático e controlado do pensamento, de forma que a construção do repertório conceitual seja o suporte teórico para análise, o instrumento para a elaboração de perguntas adequadas e a segurança para a interpretação crítica das respostas alcançadas.

Se a hipótese é a resposta provisória, a teoria que lhe deu suporte também o é e isso possibilita que esta última seja entendida não como camisa-de-força onde se busca aprisionar o real, mas um norte para o exercício empírico, para a comprovação ou não daquilo que se propôs enquanto teoria aproximada. Nessa perspectiva, os conceitos e os métodos são tratados como ferramentas para o exercício do ofício e não como teoria acabada do conhecimento sociológico, como assinalado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2005). São essas premissas que orientam o nosso trabalho.

Ao longo dos anos temos participado de eventos acadêmicos que tratam da questão das cidades e de processos ligados à discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), popularmente conhecida como o “Estatuto da Cidade”. Por muitas vezes, ouvimos falar que a Amazônia não tinha uma questão urbana, que muitos dos estudos sobre ela confundiam urbano com rural. Outras vezes, prefeitos, técnicos de governo e de organizações não governamentais (ONG), ou mesmo militantes dos movimentos sociais afirmavam haver um descompasso entre as legislações que pensavam o território e as políticas

urbanas e aquilo que acontecia nas cidades da região. O que, por sua vez, implicava a dificuldade de acesso aos recursos públicos, principalmente da instância federal ou à inaplicabilidade dos instrumentos de regularização fundiária contidos na PNDU por meio dos Planos Diretores Municipais².

Essas questões, além de gerarem desconforto e calorosos debates durante esses eventos, foram criando, também, certa inquietação intelectual em pesquisadores de diferentes disciplinas que estudam a Amazônia urbana. Isso pode ser identificado em estudos que tratam do assunto sob a ótica da particularidade e singularidade.

Trata-se de iniciativas que buscam apresentar questões teóricas e empíricas substantivas que têm por intenção tirar o debate do rótulo da “regionalidade” para colocá-la, relacionamente, naquilo que Santos (2006) definiu como a “urbanização brasileira”: a urbanização da sociedade (crescimento demográfico nas cidades e multiplicação dos núcleos urbanos) e a urbanização do território (o *quantum* de técnica, conhecimento e informação que são usados na divisão social e territorial do trabalho sob a ótica meio técnico-científico-informacional).

Do mesmo modo, afirma esse autor, que a totalidade mundo não se expressa em todos os lugares da mesma forma. Isso nos remete à ideia de que, ao falar das cidades da Amazônia, estamos nos referindo à forma como a “urbanização brasileira” se realizou e se realiza na região, ou seja, trata-se do espaço subnacional, parte integrante de uma totalidade maior, o território nacional. Dito isto, podemos pensar também no espaço subnacional do Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do país.

Mas como operacionalizar uma pesquisa que possa enxergar o lugar sem perder a dimensão totalizante do capitalismo como “processo civilizatório”? E, do mesmo modo, não esquecer que entre o global e o local não há vazio de vida social nem de ação política. Então, como usar o debate das escalas para articular simultaneamente essas dimensões? O que definir como objeto de pesquisa diante de tantas questões complexas e relevantes do urbano na região que dizem respeito tanto às cidades em rede como àquilo que se refere ao espaço intra-urbano? Ora a ação do capital com base no apoio estatal não é nova, mas que tipo de perspectiva escolher: as cidades médias? Os espaços metropolitanos? As pequenas cidades? A cidade-empresa? Já que todas elas fazem parte da mesma roupagem e do repertório das iniciativas desenvolvimentistas que se projetam sobre a Amazônia.

² Cardoso (2010) chama atenção para as dinâmicas econômicas promovidas pelo Estado que não dialogam com o local e para a desarticulação entre as instâncias políticas de mediação da relação entre governo e sociedade nas esferas municipal, estadual e federal. Assim, essas considerações nos servem como parte dos elementos explicativos para esses descompassos.

Foi nesse contexto de situações que optamos por construir como objeto de estudo “os modos de vida na cidade de Belterra”. Ocorre que nossa intenção analítica buscava deslocar o debate da rede urbana desenvolvido em nossa dissertação de mestrado – “Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)”, 2005, NAEA/UFPa - para um estudo de caso. No entanto, estava presente a preocupação de não restringir a análise ao estudo de pequena escala já que eles não são autoexplicativos, visto que a vida social do lugar envolve contextos políticos, econômicos, históricos e culturais mais amplos (FELDMAN- BIANCO, 2010).

Do mesmo modo,

Sabemos que uma análise não se faz sem o uso de categorias e estas, além de serem históricas – datadas no tempo e no espaço -, também variam segundo diferentes paradigmas. As categorias preexistem e ao mesmo tempo são criadas pela investigação. Elas tanto se fundamentam em conceitos já existentes como podem dar origem a novos conceitos (GOHN, 2000, p. 263).

A saída encontrada foi por meio da articulação das dimensões do universal, particular e singular do método dialético de Lefebvre (1987). Aqui, o universal refere-se ao processo civilizatório capitalista, no qual a metrópole é sua forma mais acabada, mas que se faz presente também nas pequenas e médias cidades³. O particular diz respeito ao espaço subnacional, a Amazônia e suas especificidades, e o singular, a cidade de Belterra, onde se realiza a mediação dos indivíduos e grupos sociais com a totalidade-mundo (SANTOS, 2006).

Segundo Lefebvre (1987, p. 227) todo ser concreto é singular, mas guarda relação com a totalidade do universo. Dessa forma, o uso ou os momentos do conceito pressupõe a conexão do singular ao universal pela mediação do particular, como realizador da essência que torna possível o pensamento compreender o singular. Diz ele: “há casos em que o universal fornece a forma e o singular o conteúdo. Há outros em que ocorre o inverso”. No entanto, observamos que, no caso específico de Belterra, o universal ofereceu tanto a forma da cidade-empresa, os construtos e a hierarquização sociofuncional e produtiva, quanto o conteúdo urbano sob a ótica do sistema fordista de produção.

³ O universal aqui é entendido como o hegemônico visto que, mesmo no capitalismo, estão presentes relações que não se fazem somente pela mercantilização da vida e da natureza. Diz Ortiz (2002, p. 14) que “as ciências sociais são históricas. Historicidade, num primeiro momento, significa restrição a qualquer pretensão de inteira universalidade da explicação científica (não tenho dúvidas que elas possuem a uma universalidade parcial). Como o objeto sociológico encontra-se historicamente demarcado, as categorias de interpretação do real não podem constituir-se em leis genéricas cuja validade seria atemporal. A interpretação encontra-se assim amarrada às realidades concretas”. Assim, como já dissemos anteriormente, reafirmamos: a teoria e o método são tidos como ferramentas de trabalho para observação do real e de seu enquadramento.

Dessa forma, a construção do novo tipo humano (GRAMSCI, 1988) se fez com base na negação do singular através da (re)socialização da população migrante na cidade, especialmente, aquela oriunda dos rios Tapajós, Arapiuns e adjacências das terras da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), bem como, de nordestinos e de trabalhadores de outros países.

Como uma das teorias de nossa análise, recorreremos à proposição da urbanização pela verticalidade, ou seja, da urbanização por meio dos espaços descontínuos (SANTOS, 2006, 2008), de forma a pensar como a ação do capital com base no apoio estatal, em dois períodos de tempo que guardam entre si a distância de 66 anos, desorganiza os modos de vida (CÂNDIDO, 1971) preexistentes do lugar para que novas modalidades produtivas possam ser instauradas com base na mercantilização da vida e da natureza.

Diz Cândido (1971, p. 19, 36) que o estudo deve observar, no interior do corpo social, os fatores que podem transformar os modos de vida. Ou seja, valorizar aqueles aspectos “que ajudam admitir ou rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança cultural”. Essa perspectiva deve-se ao trabalho do sociólogo, que “fareja por toda parte o humano, no que tem de próprio em cada lugar [...] buscando sua riqueza e singularidade pelo aspecto qualitativo”.

A análise dos modos de vida na cidade de Belterra, do ponto de vista teórico-metodológico requereu a demarcação dois períodos de tempo. O primeiro, de 1934 a 1945, durante o período de vigência da experiência da *plantation* de seringa da CFIB, onde se iniciou a construção da cidade. O segundo, diante das transformações ocorridas com a emancipação desta cidade do município de Santarém, a partir de 1995 até os dias atuais (2011). Período este que marca também a chegada da “agricultura científica” e do “agronegócio globalizado” (ELIAS, 2006) na região.

Contudo, observamos que a escolha dos pedaços de tempo (SANTOS, 2008) não quer dizer que haja vazio na vida do lugar entre 1946-1994. Trata-se, apenas, de um recurso analítico para valorizar os períodos de maior significância para nossa pesquisa e de uma escolha deliberada na forma de organizar o pensamento, justamente por não estarmos preocupados em construir uma “cadeia puramente cronológica dos fatos históricos” (OLIVEIRA, 1998, p. 52).

Esse demarcador de tempo-espço foi importante, pois embora buscássemos um fio condutor de análise entre os dois períodos, os conteúdos sociais e as atividades econômicas de cada momento não eram correspondentes, embora relacionais. Isso nos remeteu à formulação

das questões de pesquisa que pudessem ser estudadas nos dois períodos, conforme apresentamos abaixo:

1) Como a inserção subordinada da Amazônia ao processo de acumulação do capital e das externalidades a ela relacionadas produz um tipo de cidade diferenciada daquelas existentes em outras regiões do Brasil? Por que e como isso ocorre?

2) Em que Belterra, como uma pequena cidade na Amazônia, se diferencia daquelas propostas por Becker (1987) e Machado (1990) como a fronteira urbana, que caracterizaram as cidades que deram suporte aos grandes projetos na região a partir da década de 1970;

3) Que tipo de relação se pode estabelecer entre a cidade de Belterra do Período Ford e as cidades-empresa ou *company towns* dos projetos de mineração que ganham relevância acadêmica a partir da década de 1990, conforme analisam Trindade Jr. e Rocha (2002)?

No primeiro recorte de tempo, buscamos estabelecer relações com os estudos de Leite Lopes (1976) e Alvim (1976, 1997) que estudaram as Vilas Operárias no Nordeste na década de 1930, e das cidades-empresa da Amazônia com base nas pesquisas de Trindade Jr. e Rocha (2002).

As técnicas usadas foram a observação de campo, as entrevistas, as conversas informais, o levantamento bibliográfico, documental e fotográfico acrescido da construção dos mapas. As entrevistas foram gravadas na forma digital e, posteriormente, transcritas. Também usamos cadernos de anotações onde fizemos os diários de campo, que depois foram sistematizados, digitalizados em atividade que ganhou o nome de “sistematização dos diários de campo”. Esse procedimento foi importante, uma vez que pudemos recorrer a ele por várias vezes quando escrevíamos a tese.

Esse trabalho se tornou possível justamente por nossa estada na cidade de Belterra por três anos consecutivos (2005, 2006, 2007) durante o trabalho realizado, como técnico contratado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e deslocado para aquela região do Pará, em idas sistemáticas de até 10 dias a cada mês. O trabalho na área do planejamento participativo aconteceu por meio de um convênio entre o Observatório de Políticas Públicas e Movimentos Sociais na Amazônia (COMOVA), representado no ato pela FASE e a Prefeitura Municipal de Belterra.

Esse convênio permitiu que técnicos da FASE e professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) realizassem atividades sistemáticas formativas e de discussão dos procedimentos político-metodológicos com lideranças dos movimentos sociais, técnicos e secretários de governo para a elaboração do Plano Diretor Participativo do município de Belterra e o acompanhamento de sua aprovação pela Câmara de Vereadores. Esse projeto foi

financiado pela Fundação Ford e contou, ainda, com a participação de professores da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e da ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA), ambas de Santarém (PA).

Durante esse período, pudemos conhecer a realidade da cidade e do município, criar uma base de dados e estabelecer uma rede de contatos, que foi retomada no ano de 2009, durante os meses de outubro e novembro, tendo por fim a nossa pesquisa de doutorado. Processo este repetido durante os meses de março e abril de 2011, durante o segundo período de trabalho de campo. Nesses dois momentos pudemos realizar 44 entrevistas com perguntas semi-estruturadas para tratar dos dois períodos de tempo considerados em nossa pesquisa.

A posição dos informantes foi uma preocupação considerada durante a escolha dos entrevistados. Como adverte Queiroz (1991, p. 81), o informante-chave “é reconhecido como alguém que pode relatar muito sobre o período escolhido”. Podemos dizer que, em campo, encontramos o nosso “Doc” (FOOTE-WHYTE, 2005, p. 27), o senhor Erasmo Moura, e este nos permitiu acessar informações preciosas sobre o período Ford. Por meio delas, tomamos decisões de ordem metodológica que garantiram a consistência das informações apresentadas na pesquisa.

Por não se tratar de um primeiro olhar, a vigilância teve que ser redobrada. Como analisa Velho (1976), a objetividade, a imparcialidade e o distanciamento não é tarefa fácil no trabalho do investigador, visto que a vivência no lugar por meio da observação participante, entrevista, contato pessoal e de uma acerta empatia é que permite acessar aspectos da vida social que só podem ser apreendidos pela observação prolongada. Desse modo, é difícil colocar-se no lugar do outro e delimitar um tempo que permita acessar as experiências e as vivências do lugar. Para tanto, consideramos pertinentes os seus ensinamentos de que “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações a respeito dos fatos, situações” (VELHO, 1976, p. 44).

Assim, alguns procedimentos de conduta ética em campo foram tomados, como “desnaturalizar” as relações estabelecidas anteriormente; reconhecer que se trata de um projeto de pesquisa e não de intervenção social; não politizar o campo, nem banalizar os conceitos e, por fim, não transformar a observação da realidade em participação observante, de forma a não coincidir o discurso do pesquisador com a do grupo pesquisado, conforme propõem Cardoso (1986) e Durham (1986).

Para as décadas de 1930 e 1940, direcionamos as entrevistas para os velhos de Belterra, antigos seringueiros e ex-funcionários da CFIB, por serem os guardiões da memória e das lembranças da vida do lugar (BOSI, 1979) e aos seus filhos, que viveram situações

próximas àqueles anos, ouviram histórias dos pais e parentes e presenciaram as transformações posteriores, com a saída da Companhia e a repassagem do projeto ao governo Brasileiro.

Segundo Pollak (1992, p. 2), o que se recolhe com as histórias de vida são as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, visto estas serem um fenômeno social. Parece pertinente trabalhar, conforme propõe este autor, os elementos constitutivos da memória: são os acontecimentos vividos pessoalmente; e aqueles vividos pelo grupo social ao qual se pertence, por meio da socialização política ou histórica, denominada de “memória herdada”. Resta-nos, ainda, computar as pessoas ou personagens da memória: para o caso estudado, os americanos e o presidente Getúlio Vargas, que esteve em Belterra em 1940. E, por fim, os lugares da memória, o plano de referência material onde se realizou a experiência.

Para apresentar esses lugares, recorreremos ao conjunto de 24 fotos de época, generosamente cedidas por um ex-funcionário da CFIB, hoje aposentado e vivendo em Brasília (DF). Além disso, com base nos relatos e na visita feita com um filho de seringueiro a lugares importantes da cidade, pudemos confeccionar o mapa “Lugares da memória” onde foram plotadas as referências físicas que aparecem nas narrativas dos entrevistados.

Para o período atual, realizamos entrevistas com lideranças sindicais, mulheres, jovens, vereadores, prefeito, secretário e técnicos de governo, indígenas e produtores de soja de Belterra, buscando garantir a representação das quatro divisões político-administrativas do município por meio da qual os moradores do lugar se apresentam nos momentos coletivos, a saber: Cidade, BR-163, APA Aramanai e Floresta Nacional do Tapajós (FLONA). Acrescentamos, ainda, as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Santarém, uma delas, ameaçada de morte e sob proteção policial.

Também participamos de reuniões do Fórum dos Movimentos Sociais, do Movimento de Mulheres e do Conselho da Cidadania do Município de Belterra. Este último constitui-se num espaço de compartilhamento de discussões e decisões com representação do governo e movimentos sociais por conta do Planejamento e Orçamento Participativo (POP) em curso.

Para ilustrar as mudanças vivenciadas no lugar com a chegada da soja, além do levantamento fotográfico, construímos dois mapas que tratam das formas de uso e ocupação do espaço da cidade (antigas quadras dos seringais), em dois períodos de tempo: 1999 e 2011, antes e depois da chegada da soja, respectivamente. Este trabalho foi possível por meio da base de dados cedida pela Prefeitura, com imagem de satélite, base cartográfica e acrescida dos dados levantados durante o trabalho de campo. Estes mapas foram confeccionados

especificamente para a tese, em *arcview map*, por uma arquiteta, especialista neste tipo de trabalho.

Como procedimento complementar, realizamos levantamento documental na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e no Pará; na microfilmagem da Biblioteca Pública Municipal (CENTUR) e na Empresa Agropecuária do Pará (EMBRAPA), em Belém; no Instituto Boanerges Sena, em Santarém, na Câmara de Vereadores e em secretarias de governo, em Belterra; e, por internet, na Biblioteca de Washington; no Jornal New York Times; na Fundação Getúlio Vargas (FGV); na Câmara dos Deputados, Senado e Governo Federal.

Esses levantamentos nos permitiram acessar jornais entre décadas de 1920-1940, documentos internos da CFIB, relatórios do governo federal e legislações diversas. Não podemos nos esquecer de mencionar o nosso deslocamento para o Oeste do Pará no ano de 2003, durante a pesquisa de mestrado, quando tomamos conhecimento dos conflitos socioambientais em Belterra e Santarém por conta da presença da soja, naquele momento, recém-chegada à região. Buscamos, assim, assegurar a multiplicidade das fontes de informação, criar uma base de dados e manter a cadeia de evidências (YIN, 1994).

O deslocamento para vários lugares em busca de informações fez-se também por conta da falta de uma base documental sobre o período Ford na cidade de Belterra. No trabalho de campo, fomos informados que, durante o golpe militar de 1964, interventores estiveram na cidade e, segundo um ex-funcionário do Ministério da Agricultura, afirmaram que “iriam acabar com o fordismo”. Então, se dirigiram até o antigo escritório da CFIB e retiraram do cofre os documentos, em grande quantidade, que estavam guardados, fizeram um monte e atearam fogo.

Foi o que esse funcionário nos disse ao afirmar que presenciou este evento. Quanto à veracidade da informação não podemos colocar em dúvida, mas confirmamos que, em Belterra, até o movimento da realização de nossa pesquisa, não foi possível encontrar documentos significativos sobre aquele período. Aqui nos contentamos com as análises de Pollak (1993), do caráter plural e flutuante das experiências de vida e de seus relatos.

Outra estratégia usada foi participar de eventos acadêmicos nacionais e internacionais tendo por objetivo acompanhar as formulações dos trabalhos dos Grupos de Trabalho (GTs) afins, com o objetivo de identificar as questões de que tratavam, a forma de argumentação e a estrutura conceitual usada por seus autores, bem como apresentar o que estávamos formulando. Com este ato, fomos obrigados a elaborar artigos para participar dos eventos e

esses “produtos” foram sendo adensados sistematicamente por conta desses movimentos e incorporados à tese.

Diz Bourdieu que

A construção do objeto [...] é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 2001, p. 27).

Além das questões apresentadas, usamos as disciplinas do doutorado para compor parte da teoria de base da tese e estabelecemos interlocução com pesquisadores do Rio de Janeiro e da Amazônia que tratavam de questões afins. Também nos detivemos, por vários meses sobre as críticas, contribuições e caminhos teórico-metodológicos apresentados pela banca examinadora da qualificação: Márcia Leite (PPCIS/UERJ) (orientadora), Rosilene Alvim (IFCS/UFRJ), Rosane Prado (PPCIS/UERJ) e Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ), por considerá-las relevantes ao nosso trabalho. Por fim, incorporamos ao nosso estudo reflexões de alguns autores que tratam da questão urbana ou de assuntos correlatos.

Cabe-nos a importante tarefa de entender a cidade como um campo de práticas, mais do que como um conceito. Segundo Telles (2006, p. 49), essas práticas devem ser compreendidas no contexto de sua produção, de forma a perceber os movimentos estruturais e seus deslocamentos, as trajetórias de inserção e exclusão. Esse exercício é necessário, propõe a autora, visto que precisamos “reativar a tradição crítica das ciências sociais e construir parâmetros mais descritivos”. Isso quer dizer “fazer um percurso mais exploratório”, de forma a permitir “a mudança da categoria explicativa e a forma de colocar o problema” e, do mesmo modo, identificar a profundidade dessas transformações.

Diz ela que:

Ainda pouco se sabe como os processos em curso redefinem e interagem com a dinâmica societária, a ordem das relações sociais e suas hierarquias, práticas sociais e usos da cidade [...]. Ainda será preciso decifrar o modo como as atuais reconfigurações econômicas e espaciais redesenham o mundo social e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força (TELLES, 2006, p.49).

Para Fernandes:

É impossível apanhar os múltiplos aspectos da mudança social no Brasil através de algumas fórmulas gerais. O país não só é demasiadamente extenso e heterogêneo. As diferenças geográficas, econômicas, demográficas, sociais e culturais são significativas até em escala regional, fazendo com que o passado, o presente e o futuro coexistam e se interpenetrem [inseparavelmente] (FERNANDES, 1968, p. 107).

Tomando por base a proposição de Ribeiro (2006, p. 12, 13), observamos que a articulação entre o geral e o singular envolve, de um lado, o entendimento do “amadurecimento das relações capitalistas de produção” para alguns espaços; de outro, da coexistência de outras formas de produção e modos de vida “pré-capitalistas ou não capitalistas”. Dessa forma, só através dos elos estabelecidos entre ambos é que será possível apreender a totalidade social em movimento e analisar as transformações que se processam na formação social. “As obrigações analíticas do presente trazem, como antes, a exigência da análise das relações de classe e de poder. Essa exigência, no entanto, inclui a necessidade de que sejam valorizados o contexto, a situação, o cotidiano e o lugar”.

Não se trata de uma simples descrição da experiência visível, mas principalmente buscamos descobrir as condições sociais que as produziram. Trata-se de um olhar treinado e orientado por escolhas feitas previamente, conforme propõe Magnani (1996).

Isso nos remete ao desafio de trazer ao debate as cidades da Amazônia, dentro de uma perspectiva de diálogo com a literatura construída sobre o tema, mas também valorizando as questões que lhes são particulares e singulares.

1 A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO TERRITÓRIO

1.1 O Brasil “Metropolitano” e “Não Metropolitano” da urbanização brasileira

Analisando a urbanização brasileira, Santos (2005) identifica como suas características a urbanização da sociedade, que corresponde aos movimentos de crescimento demográfico e a multiplicação dos estratos de cidade em diversos tamanhos, e a urbanização do território, que está relacionada à sua tecnicificação. Ou seja, ao *quantum* de técnica, conhecimento e informação são agregados ao espaço para assegurar a perfeita divisão territorial do trabalho e à decorrente acumulação do capital propiciado pelo desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional⁴, que assegura a realização das complexas atividades produtivas, comerciais, fiscais e de serviços exigidas pelo sistema capitalista em escala mundial. Dessa forma, constituiu-se uma hierarquia de cidades no país, na qual a metrópole é a melhor expressão dessa urbanização, embora não sendo a única - visto que existe também o crescimento das cidades milionárias, intermediárias, regionais e locais -. Ela representa, do ponto de vista da concentração da pobreza, dos diversos tipos de trabalhos e capitais, dos múltiplos fluxos de informação e de matéria, a complexidade do processo em curso que se manifesta por meio da “metropolização”. Contudo, não podemos deixar de mencionar outros processos simultâneos em curso que correspondem a “desmetropolização” e “involução metropolitana”⁵.

Santos (2005, p. 42, 43, 53) chama atenção que estão em curso dois tipos de modernização do território brasileiro: aquela da “região concentrada”, como nos “estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), além de São Paulo e Rio de Janeiro, e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo”, onde ocorre a “modernização generalizada” e a manifestação do “capitalismo maduro”; e a outra, para o restante do país, onde se realiza a “modernização seletiva”, que representa a escolha dos lugares que, por sua vez, destacam-se como “mancha” diante de um vasto território, visto haver uma distribuição desigual da informação, da técnica e do conhecimento entre as regiões brasileiras. Assim, a modernização capitalista proporcionada pelo meio técnico-científico-

⁴ “Esse meio [...] é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam do meio geográfico para a sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 2005, p. 38).

⁵ [...] “O processo de metropolização vai prosseguir paralelamente a um processo de desmetropolização. As maiores cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão, com a coexistência de movimentos que só na aparência são contraditórios, por que obedientes a uma mesma lógica, socioeconômica e geográfica” (SANTOS, 2005, p. 133).

informativa se “geografiza de forma diferencial” diante da “especialização de tarefas no território” impostas pela divisão territorial [e interurbana] do trabalho. É o que Santos chama de um movimento no território e na sociedade da “nova urbanização brasileira”⁶.

Na busca por respostas a este “fenômeno urbano” (VELHO, 1967), as análises convergem para dois níveis de abordagens: uma que trata do Brasil metropolitano⁷ e outra que se dedica ao Brasil não metropolitano⁸, conforme demonstram os estudos de observatórios, grupos de pesquisas e redes em várias universidades brasileiras (RIBEIRO, 2007; SPOSITO, 2007).

Para o primeiro caso, Telles (2006, p. 49) observa que a partir de 1970, produz-se um tipo de urbanização cuja característica se dá pela expansão da periferia, na qual a metrópole expressa a sua forma mais definida. Isso vai implicar na prioridade para onde se dirigem os investimentos públicos, os fluxos migratórios de várias regiões do Brasil e, por sua vez, as pesquisas acadêmicas que buscavam um entendimento dessa situação. Para o período recente, diz a autora, observa-se a centralidade da metrópole “nas dinâmicas nacional e regional, e seu lugar nos circuitos globalizados da economia”.

Diz Lencioni (2006, p. 45), que a origem da palavra metrópole vem do grego e significa cidade-mãe se comparada com as colônias a ela relacionadas. No entanto, observa que ao se falar de metropolização está se falando do espaço e não da cidade. Dessa forma, metropolização expressa o processo socioespacial cuja característica “transforma as cidades em metrópoles” (alta densidade, fluxos imateriais, relações com outras metrópoles, denominadas de cidades globais).

Trata-se de desenvolver as condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda a lógica urbana herdada e negando a cidade [...] esse é o movimento que suplanta a cidade, que nega a vida urbana e aprisiona nos condomínios

⁶ Esse termo nos parece apropriado, visto que Santos tem usado demarcadores de tempo para demonstrar períodos distintos da vida urbana nacional. Esse autor apresenta para o Brasil urbano: a “urbanização aglomerada” como resultado da explosão demográfica a partir dos anos de 1950, com o crescimento populacional dos núcleos urbanos com mais de 20 mil habitantes; a partir dos anos de 1970, a “urbanização concentrada” por meio da multiplicação dos núcleos urbanos, principalmente, das cidades intermediárias; e, enfim, em período mais recente, o processo de “metropolização”, que corresponde a (1) concentração da população e da pobreza; (2) a concentração das atividades modernas; (3) o local privilegiado dos ajustes fiscais; (4) a concentração de atividades diversas, de capital, de trabalho e tecnologia; (5) a concentração dos meios de difusão de idéias, mensagens e ordens; (6) a concentração de uma materialidade relacionada aos objetivos econômicos e socioculturais. Assim, “o fato metropolitano constitui-se como uma totalidade menor dentro de uma totalidade maior constituída pela formação social nacional” (SANTOS, 2005, p. 88).

⁷ Como exemplo, podemos citar o Observatório das Metrôpoles que reúne 159 pesquisadores e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR/UF RJ. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

⁸ Como exemplo, podemos citar a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), constituída a partir dos trabalhos financiados com recursos do Prosul/CNPq, durante o ano de 2006, que reuniu alguns pesquisadores interessados no tema (SPOSITO et al, 2007).

fechados e nos shopping centers, seus habitantes que vivem sob o império dos fluxos, sob a negação de tudo que é público e buscando proteção frente à sensação do medo (LENCIONI, 2006, p. 48).

A metropolização do território nacional (RIBEIRO; SANTOS JR, 2007, p. 8-10) está relacionada à grande densidade populacional por km² e o aumento de 5 milhões de habitantes na última década⁹; o crescimento das periferias e peso das metrópoles na participação da renda e na dinâmica econômica nacional; no aumento da escalada de violência nos territórios populares das favelas e periferias (polícia, crime organizado e segurança privada). Do mesmo modo, existe um “quadro de fragmentação institucional que demonstra o desinteresse na gestão pública das áreas metropolitanas” (vazio de autoridade, ações isoladas e clientelismo político) “que configura um quadro institucional que pode ser descrito como desgovernança”, já que não há políticas estruturantes “que aumentem a oferta de moradia, a mobilidade urbana e que regulem a especulação imobiliária” para este complexo sistema urbano-metropolitano (RIBEIRO, 2007)¹⁰.

Podemos dizer que existe hoje no cenário metropolitano um triplo desafio à Nação: o do desenvolvimento do país, o da superação das desigualdades sociais e o da governança democrática da sociedade. [...] A construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, sustentável e democrático, exige colocar a questão metropolitana no centro da agenda social brasileira (RIBEIRO; SANTOS JR, 2007, p. 13, 16).

Para o segundo caso, o estudo das pequenas cidades e do papel que cumprem as cidades médias na rede urbana nacional constitui-se uma questão de análise de várias disciplinas. Com base nos trabalhos de Sposito (2001), Pontes (2001), Santos e Silveira (2001) e Amorim Filho e Rigotti (2002), podemos observar que o debate sobre cidades médias não é recente no Brasil, remonta à década de 1970, quando das primeiras tentativas de abordagem sobre o tema, tendo como elemento definidor para a classificação do porte médio de uma cidade apenas o parâmetro demográfico. No entanto, os estudos mais recentes propõem novos conteúdos teórico-conceituais buscando identificar o papel funcional dessas cidades na rede urbana. Distanciamento de áreas metropolitanas, situação geográfica

⁹ São 70 milhões de habitantes, 37% da população brasileira, concentrada em 2% do território nacional (167 mil km²) em 26 Regiões Metropolitanas legalmente constituídas (RIBEIRO; SANTOS JR, 2007).

¹⁰ Grande parte das camadas populares das metrópoles do país mora em favelas, cujas características estão associadas à baixa escolaridade, baixa renda e dificuldade de acessar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para melhorar suas condições de moradia e, ainda, sobre eles recaem a prática discriminatória no mercado de trabalho. Se comparados a outros grupos sociais da cidade, principalmente, os segmentos mais abastados, que pela proximidade física das favelas com algumas áreas nobres da zona sul do Rio de Janeiro, observa-se a estigmatização, a criminalização e a evitação de proximidade com esses moradores, dada a distribuição espacial desigual dos grupos sociais na cidade e a criação de fronteiras materiais e simbólicas que marcam e fundamentam a segregação socioespacial capitalista (RIBEIRO, 2006, 2011). Dessa forma, termos como “fala do crime” (CALDEIRA, 2000), “metáfora da guerra” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007), “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004) e “população matável” (FARIAS, 2008), são exemplos do conteúdo analítico sobre a vida metropolitana.

favorável, capacidade de retenção da população migrante, papel político importante nas regiões às quais pertencem e estrutura para ofertar bens e serviços são características que figuram entre os atributos para uma nova definição do que seja uma cidade média (PEREIRA, 2004).

No entanto, adverte Sposito (2007), a noção “cidade média” precisa de substância teórica e empírica para que possa alcançar o status de conceito. Do mesmo modo, as reflexões que se relacionam a esse porte de cidade devem dialogar com teorias e autores que estudam diferentes realidades urbanas, como pequenas cidades e espaços metropolitanos, ou mesmo entre as diversas cidades médias, por exemplo. Daí a ideia de emprestar de Corrêa (2007) o termo “espaços em transição” que, segundo a autora, serve como ferramenta de análise para capturar as mudanças ocorridas nas cidades médias, bem como para identificar como estas se posicionam diante de tais transformações. E, assim, recorrer ao poder explicativo das escalas no entendimento da sociedade contemporânea.

Segundo Sposito (2007), o estudo das cidades médias não deve ser tratado como uma subespecialidade da geografia ou de trabalho restrito a um grupo de pesquisadores, em particular, já que o investimento de pesquisa a ela relacionada busca compreender as cidades médias em seus processos, dinâmicas e conteúdos socioeconômicos e espaciais, bem como, as relações multiescalares que estabelecem com outras cidades e com o rural.

No caso das cidades não metropolitanas, as justificativas da importância dos estudos a elas direcionados são as mais diversas possíveis, diante da desconcentração das atividades produtivas e das mesmas servirem de lócus para esses deslocamentos¹¹. Mas apresentam-se, também, referências ligadas ao crescimento demográfico e econômico, diversificação de bens e serviços e a possibilidade de análise da distribuição geográfica desses novos capitais em diversas regiões e estados do Brasil. Os eixos estruturantes de orientação dessas análises têm sido a difusão da agricultura científica, desconcentração industrial, difusão do comércio e dos serviços especializados e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, conforme analisaram Sposito et al. (2007).

Ressaltamos que as pesquisas que se estruturam tendo por referência o “Metropolitano” e “Não Metropolitano” são estudos de grande relevância e embora compartilhem de muitas das ideias formuladas, acreditamos que outra proposição também possa ser apresentada como possibilidade analítica para o estudo do urbano. Afirmamos isso

¹¹ “Quando se trata de internacionalizar as etapas menos sofisticadas de produção, do ‘centro’ para a ‘periferia’ da economia capitalista, é comum que as escolhas locacionais não recaiam sobre os espaços metropolitanos. São as cidades médias, assim, alvo de muitas escolhas, porque oferecem ambientes minimamente dotados das condições mínimas (infraestruturas, serviços, força de trabalho) para a consecução de atividades produtivas” (SPOSITO, 2010, p. 8).

com base em Marx (1983), quando este propõe que a teoria é uma representação do real no plano das ideias como análise. Isso nos remete a um concreto pensado e à elaboração de conceitos.

Por concordarmos com essa premissa, recorremos a outro tipo de enquadramento teórico que nos permite estudar as cidades a partir das noções de universalidade, particularidade e singularidade, conforme propõe Lefebvre (1987). Desta forma, podemos pensar o que as cidades da Amazônia contêm do processo “civilizatório” capitalista (ELIAS, 1994), no qual a metrópole é sua forma mais definida, conforme analisou Telles (2006).

Incluimos também em nossa reflexão a proposição de Ribeiro (2005, p. 411) que adverte que “as relações societárias são responsáveis pela preservação das totalidades sociais” que vão muito além da perspectiva econômica. Diz ela, que pensar as transformações atuais da vida urbana pela economia (globalização, mundialização, reestruturação produtiva e reestruturação urbana) e pela política (neoliberalismo e crise da democracia), embora de grande valia, não “*permite o acesso seguro ao tecido social, uma vez que este ponto de partida secundariza a análise do fazer social*” (grifo nosso) Ribeiro (2005, p. 411). Esta autora apresenta a importância das pesquisas urbanas valorizarem o contexto, a situação, o cotidiano e o lugar. Com base nesta formulação, procuramos desenvolver uma análise que se preocupa em não perder de vista a mediação entre essas dimensões, a saber: a economia, a política, o contexto e o cotidiano representado pelos modos de vida do lugar.

Nessa perspectiva, ganha importância reconhecer as particularidades da Amazônia e aquelas situações que digam respeito às singularidades do lugar, sem perder de vista a universalidade (hegemônico) que nelas se realiza. Lembramos a proposição de Santos (2008) de que a totalidade-mundo não se expressa em todos os lugares da mesma forma. Daí advém a importância do “percurso empírico”, como sugere Telles (2006), para trazer ao debate das ciências sociais contextos, práticas e trajetórias que ainda não foram suficientemente analisadas. Podemos, desta forma, pensar a inserção da Amazônia como circuito espacial da produção, na divisão internacional e territorial do trabalho como detentora de um abundante estoque estratégico de recursos naturais que podem ser transformados em matéria-prima, bem como enquanto fornecedora de mão de obra barata necessária ao processo de acumulação do capital.

Com isso, podemos observar como a ação do capital com base no apoio estatal desestrutura ou destrói os modos de vida preexistentes para que novas racionalidades mercantis de uso predatório da natureza se instalem. Esta situação não era identificada com tanta intensidade antes da chegada dos grandes projetos na Amazônia, que são datados do

final da década de 1960 e do início dos anos de 1970 (PINTO, 1995; CASTRO, 1995), mas se prolongaram pelas décadas seguintes.

Isto confere a esta região especificidades que precisam ser estudadas, uma vez que a formação das cidades da Amazônia nem sempre está associada ao par urbanização e industrialização (CASTRO, 2009) como em outras regiões do Brasil, embora esta situação também possa ser identificada. Aqui, a região é entendida como subespaço e parte de uma totalidade maior, como vimos em Santos (2006). Assim, propomos que a abundância de natureza ou de recursos naturais, o rural e o urbano contidos na cidade e a presença étnica (quilombola e indígena) na cidade são características que precisam ser observadas como suas particularidades e singularidades, para que possamos analisar como a urbanização brasileira se realiza na Amazônia.

1.2 A urbanização brasileira da Amazônia

A urbanização brasileira, segundo Santos (2005), ganha intensidade a partir da década de 1940. Na Amazônia isso só vai ocorrer 20 anos depois. Por lá, aconteceria a modernização seletiva, a partir da década de 1960, naqueles lugares escolhidos que funcionariam como mancha diante da grande extensão territorial da região, com base na intervenção política do Estado, caracterizada por: controle dos recursos naturais; criação de um conjunto de instituições de planejamento, gestão, financiamento e de pesquisa e disponibilização de recursos públicos para os empreendimentos privados; mobilização da mão de obra, através dos projetos de colonização e apoiando aqueles realizados pelos agrupamentos econômicos; regulamentação do mercado de trabalho em bases assalariadas; construção de infraestrutura como estradas, portos, aeroportos e todo um sistema de comunicação; constituição das cidades que, como fronteira urbana, serviram de base para a rápida ocupação da região, antes mesmo da implantação dos grandes projetos.

Nessa estratégia, os núcleos urbanos funcionaram como espaço de concentração do fluxo migratório e da mão de obra, de forma a organizar um mercado de trabalho em bases assalariadas, a economia urbana, e exercer o controle social sobre os recém-chegados. Foi na cidade que se realizou a (re)socialização da população migrante através da difusão de valores e comportamentos da vida urbana, enfim, a constituição do modo de vida urbano. A concentração da população nas cidades e a multiplicação dos núcleos urbanos foram decorrentes desse processo de urbanização. Essas são questões demarcadoras do processo de

urbanização na região, conforme analisaram Becker (1987, 1990), Corrêa (1987, 1989) e Machado (1990).

Segundo Becker (1987, 1990), a urbanização da fronteira entre os anos de 1970 e 1980 traz as seguintes características: 1) expansão e consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais que serviram de base para projetos produtivos impulsionados pelo investimento estatal; 2) concentração de população nas capitais estaduais, principalmente, Belém (PA) e Manaus (AM); 3) multiplicação de núcleos dispersos ligados à mobilidade da força de trabalho; 4) retração de antigos núcleos localizados nas margens dos rios que perderam importância com a abertura das estradas; e, por fim, 5) a implantação das franjas avançadas que correspondem às cidades das companhias.

Para o momento atual, temos a concentração de população nas capitais estaduais, a multiplicação das pequenas cidades e o fortalecimento das cidades médias como novos vetores econômicos, populacionais, políticos e culturais que caracterizam a urbanização do período (TRINDADE JR; PEREIRA, 2007).

Devemos, ainda, considerar as diferenças intrarregionais da urbanização entre as principais metrópoles da região. Segundo Trindade Jr (2010), na Amazônia ocidental, temos a urbanização concentrada de população e capital em torno de Manaus (AM) por conta de seu pólo industrial. Diferentemente da Amazônia oriental que, mesmo tendo o peso de Belém e de sua região metropolitana, tem sua dinâmica dada pela dispersão de mão de obra, capital, investimento e redes técnicas segundo as estratégias de ação do capital com base no apoio estatal a partir da segunda metade do século passado.

Dessa forma, a Amazônia pode cumprir seu papel na divisão internacional do trabalho, como circuito espacial de produção. Essas mudanças ocorreram no âmbito do “território vivo” (SANTOS, 2006), no qual a cidade serviu como nó de ligação entre a estrutura técnica, política e social e as intervenções que se deram na região. Em decorrência, temos uma organização complexa da rede de cidades, como as capitais regionais, as “company towns”, as cidades médias ou sub-centros, as cidades intermediárias, as cidades planejadas, as cidades ribeirinhas e os espaços metropolitanos, por exemplo. O mesmo pode ser dito em relação aos modos de vida que nelas se realizam, através das práticas socioculturais de diferentes grupos sociais, etnias e campos de poder num complexo de situações que transcende a competência das fronteiras municipais, dada a natureza transescalar da experiência urbana (OLIVEIRA, 2001; VICENTINI, 2004; RIBEIRO, 2005; TRINDADE JR ; PEREIRA, 2007; PEREIRA, 2009).

Isso não quer dizer a inexistência de cidades antes dos anos de 1960 e que esta possibilidade interpretativa (industrialização levando à urbanização) seja a única explicação para a urbanização da região, já que durante o *boom* da borracha, final do século XIX e início do século XX, as cidades de Belém (PA) e Manaus (AM) funcionavam como entreposto comercial e *locus* da vida social, cultural e política do período.

Nessa época, os construtos do intendente Antônio Lemos, inspirados no moderno urbanismo francês, buscavam introduzir na Amazônia pequenas reproduções das cidades européias. Desse modo, Belém tornou-se símbolo da modernidade, considerada a “francesinha do norte” e o lugar de moradia dos seringalistas, comerciantes, fazendeiros e financistas. Para o intendente, dotar a cidade de portos, prédios públicos, bancos, teatro, linha de bonde, sistema de água, esgoto e gás, legislação municipal, estabelecer relações com importantes países da Europa, participar de eventos internacionais, além de implementar um processo de higienização da cidade e disciplinamento das pessoas atestava a inserção da Amazônia no mundo tido como “civilizado” (grifo nosso). No entanto, vale observar que essas obras aconteceram no centro da cidade, onde moravam as classes abastadas, e não na periferia, onde vivia a população pobre trabalhadora. Esses procedimentos demonstram o papel regulador do Estado, tanto sobre a vida privada da população como sobre o uso dos espaços públicos (SARGES, 2002)¹².

Em Belém o capital comercial criou artificialmente a vida urbana por meio da importação de construtos móveis e imóveis. Lembramos dos bondes, dos bulevares, dos cafés e teatros, dos parâmetros disciplinares das condutas individuais e coletivas, bem como do código de postura que visavam implantar hábitos e valores de orientação européia, entre os moradores da cidade de Belém durante o “*boom*” da borracha. Tudo isso sem a industrialização que, mesmo estando presente na Europa naquele momento, não foi o meio através do qual essas relações se constituíram no período, conforme analisou Sarges¹³.

¹² A cidade de Manaus vivenciou um processo de modernização semelhante à expansão da infraestrutura e dos serviços urbanos advindos da produção e exportação da borracha da Amazônia que, no período, representava 28% do total das exportações brasileiras. A cidade [...] “das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista é fruto da racionalidade que se impõe a partir da abertura das ruas, da construção de pontes e do aterro dos igarapés; resulta de um urbanismo cujo objetivo era a busca, por meio da técnica, de soluções para vários problemas de uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais” (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 66). Sobre esse período diz-se ainda que “a riqueza produzida na Amazônia na época da borracha provinha de dois líquidos: da seiva da *hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros” (OLIVEIRA, 2000, p. 200).

¹³ Observa Piquet (1998), que as cidades brasileiras antecedem à industrialização, uma vez que se formaram, na maioria das vezes, em função do capital comercial e/ou pelas instituições estatais que nela foram se instalar. Diz ela, que até meados do século XX tinham uma função administrativa e ligada ao setor primário. Desse modo, devemos ressaltar que o par industrialização e urbanização não são reconhecíveis em todas as realidades urbanas visto haver situações onde há urbanização sem a industrialização ou com fraca industrialização, como se observou pelo caso citado.

Argumentamos também que a criação das cidades-empresa da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), em Fordlândia e Belterra, no período de 1928-1945, corresponde a outro tipo de urbanização e prática produtiva que ainda não havia sido experimentado na região, cujas relações não são da mesma natureza daquelas experimentadas por Belém e Manaus durante o “boom” da borracha e nem pela “fronteira urbana”, proposta por Becker como o marco definidor da urbanização da Amazônia para os anos de 1970. Trata-se de uma urbanização que se dá pela verticalidade ou por meio de espaços descontínuos possibilitada pela ação seletiva do capital em ilhas ou pontos luminosos do território sob a ótica do fordismo, como um evento que teve a duração de apenas 18 anos (SANTOS, 1998; TELLES, 2006; GRAMSCI, 1988; SAHLINS, 1985).

O que apresentamos até o momento constitui uma reflexão sobre a urbanização da Amazônia, pois nos permite pensá-la no contexto mais amplo do processo de acumulação do capital. No entanto, outro aspecto precisa ser devidamente tratado que é analisar como a urbanização se produz como forma e conteúdo, no interior das cidades.

Esse discernimento é importante, pois nos permite pensar a cidade não como algo em si mesma, mas na relação que estabelece com outras cidades e dinâmicas sócio-territoriais que ultrapassam suas fronteiras, buscando estabelecer o nexo entre a discussão interurbana, que se refere à rede de cidades (CORRÊA, 1987), e à intra-urbana, ou seja, dos arranjos no interior da cidade (VILLAÇA, 2001). Do mesmo modo, permite-nos perceber a interconexão existente entre o universal, o particular e o singular, como escalas simultâneas do mesmo processo, conforme propôs Lefebvre (1987).

1.3 Particularidades e singularidades do urbano da Amazônia

Para algumas situações nas cidades, as características rurais são marcantes. Pescadores que moram e trabalham nos rios que cortam as periferias; agricultores que abastecem com produção de hortaliças os supermercados da cidade ou vendem para a população do entorno das áreas urbanas ocupadas; cultivadores de ervas medicinais que tanto buscam manter viva a prática, como organizam grupos de moradores para a geração de emprego e renda, ou casos em que a produção de frutas e hortaliças na cidade faz parte de uma estratégia de autoconsumo para melhorar a alimentação familiar diante dos baixos salários, apresentando-

se, assim, como uma atividade mais permanente de complementariedade da renda (PEREIRA, 2009)¹⁴.

Segundo Fernandes (1968, p. 119), a agricultura tanto forneceu o ponto de partida para acumulação do capital, como inseriu o homem do campo na vida da cidade, de modo que “o imigrante desprende-se econômica e socialmente do mundo rural, mas levou consigo as concepções rurais de organização da vida”.

A presença étnica na cidade constitui outra particularidade¹⁵, visto que existem lugares onde o português concorre com outras línguas, como no caso do município de São Gabriel da Cachoeira¹⁶, no Amazonas, onde grande parte da população é indígena e o Nheengatu, Tukano e Baniwa são as línguas co-oficiais, instituídas por meio da lei municipal nº 145, de 11/12/2002, conforme os artigos e parágrafos abaixo que tratam de parte dessa legislação.

Art. 1º. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federal do Brasil:

Parágrafo Único - Fica estabelecido que o município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas, passa a ter como línguas co-oficiais, as Nheengatu, Tukano e Baniwa.

Art. 2º. O *status* de língua co-oficial concedido por esse objeto, obriga o município:

§1º. A prestar os serviços públicos básicos de atendimento ao público nas repartições públicas na língua oficial e nas três línguas co-oficiais, oralmente e por escrito:

§2º. A produzir a documentação pública, bem como as campanhas publicitárias institucionais na língua oficial e nas três línguas co-oficiais.

§3º. A incentivar a apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicações.

Art. 3º. São válidas e eficazes todas as atuações administrativas feitas na língua oficial ou em qualquer das co-oficiais.

Art. 4º. Em nenhum caso alguém pode ser discriminado por razão da língua oficial ou co-oficial que use¹⁷.

No município coexistem 22 etnias (Araposo, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Potiguá, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami), que falam 20 línguas diferentes e que estão dispersas por mais de 500 comunidades, 20 delas presentes em

¹⁴ Sá, Costa e Tavares (2006, p. 138) fazem referência aos bairros de Urumari, Maicá, Área Verde, Urumanduba, Mararu e Diamantino como aqueles que têm “características rurais” na cidade de Santarém, onde os moradores se dedicam à produção agrícola que é comercializada no mercado municipal.

¹⁵ A população indígena autodeclarada nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Mato Grosso é de 348.411 indígenas. Desse total, 67.341 revelaram morar nas cidades (IBGE, 2010). Esses dados referem-se à Amazônia Legal, excetuando-se o estado do Maranhão.

¹⁶ Dos 37.896 habitantes do município de São Gabriel da Cachoeira, 29.017 declaram-se indígenas. Destes, 11.016 vivem na cidade (IBGE, 2010).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.ipol.org.br/imprimir.php?cod=83>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

vários bairros da cidade, principalmente os Barés e Tukanos (NAKANO; COMARÚ, 2007; NAKANO, 2009).

Diz Andrello (2006) que o incentivo inicial para levar os indígenas à cidade está relacionado ao catecismo dos missionários salesianos por meio da oferta de educação escolar para “civilizar” a população da região na década de 1920. Com o fim desse regime nas décadas seguintes, a alternativa encontrada para manter os filhos na escola foi o deslocamento das famílias indígenas em direção à cidade, principalmente São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel (AM). Ressalta-se, também, a participação política indígena a partir da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN); do apoio de organizações não governamentais, como o Instituto Socioambiental (ISA); e do financiamento internacional que tornou possível a mobilização das etnias em torno da demarcação de 10 milhões de hectares das terras indígenas (que envolveu negociações com o poder local, instituições governamentais estaduais e federais); e a participação decisiva nas eleições municipais, diante do peso populacional dos indígenas que somam 90% da população total dessa região.

Diz o autor

[...] Mesmo quem visita a cidade de São Gabriel da Cachoeira, a sensação que se experimenta ali é de tudo – das instituições públicas ao comércio, da igreja às forças armadas – é tudo envolvido por sociedades indígenas em fluxo, que se expande das cabeceiras dos rios até a cidade e continuam descendo o rio, para chegar até Manaus. Ou seja, no alto rio Negro não me parece ser possível fazer uma distinção clara entre “sociedade Nacional” e “sociedade indígena”. Em certo sentido, pode afirmar-se que, se ali as sociedades indígenas são englobadas pela sociedade nacional, elas também a englobam, pois os índios participam de várias instituições de brancos que vêm sendo implantadas na região nas últimas décadas (ANDRELLO, 2006, p. 33-34).

Outros estudos confirmam essa situação

A migração indígena para os centros urbanos ocorre de maneiras muito diversas, desde o traslado de grupos familiares para bairros onde já há um contingente grande de índios organizados politicamente até casos de migração de indivíduos para a cidade em busca de empregos, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida. Em outras situações a própria organização social indígena se configurou para formar grandes aldeias urbanas, como é o caso de alguns grupos Tikuna, no Alto Solimões, no estado do Amazonas (BAINES, 2001, s/n)¹⁸.

No Amazonas, segundo dados de 2003, cerca de 9.000 indígenas de 47 etnias vivem nas cidades de Barreirinhas, Maués, Parintins, Nova Olinda do Norte e, principalmente,

¹⁸ Baines chama atenção que pouco se sabe sobre o índio citadino, já que os dados censitários são pouco confiáveis uma vez que a negação da própria identidade indígena constitui-se numa estratégia para fugir do preconceito e estigma. Argumenta ele que as “estimativas mais recentes sugerem que a população indígena em Boa Vista [RR] pode ser de 15 ou 20 mil, e a COIAB estima entre 15 e 20 mil índios em Manaus, havendo casos de pessoas de vários grupos étnicos na mesma família e pessoas que se dizem índios mas não sabem dizer de qual etnia”.

Manaus, a capital do estado¹⁹ e maior recebedora desses fluxos. Os motivos dos deslocamentos para as cidades são os mais diversos. Dentre eles podemos citar a implantação de grandes projetos nas áreas indígenas; a construção de estradas; a prospecção de petróleo de empresa francesa; a invasão de terras por garimpeiros, posseiros e grileiros ligados ao agronegócio; a degradação das condições de vida nas áreas indígenas; e a busca por emprego, atendimento médico e educação para crianças e adolescentes. Entre as principais etnias na cidade podemos apresentar: “os Ticunas e Cokama, do Alto Solimões, os Tucanos, Baré, Desana e Tarianos, do Alto Rio Negro e os Sateré-Mawé, do Médio Amazonas” (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009, p. 540).

Situação semelhante é identificada no estado do Pará, onde há situações de intenso fluxo migratório de milhares de indígenas que vagam pelas periferias das cidades e que lutam para ter seus direitos étnicos e humanos reconhecidos pelas políticas sociais. São cerca de 2.000 indígenas que vivem nas cidades de Altamira, São Félix do Xingu, Vitória do Xingu e Uruará. Em Altamira, são cerca de 1.500 indígenas, sendo mais numerosas as etnias Xipaia e Curuaia. Alguns desses bairros estão sob ameaça de alagamento, caso se confirme a construção da hidrelétrica de Belo Monte (ALONSO; CASTRO, 2006).

Em relação aos quilombolas, podemos nos referenciar na presença dos remanescentes de quilombos remanejados do rio Jaú com a criação do Parque Nacional do Jaú para a cidade de Novo Airão (AM) e que lutam organizadamente para a transformação do lugar onde vivem em “quilombo urbano”. Esse deslocamento para a cidade significou o desarranjo da unidade de produção, da estrutura familiar e das relações de cooperação, bem como, a apreensão de novas normas e condutas sociais (FARIAS JR, s/d, p. 8). Em Santarém, a presença na cidade refere-se à busca dos serviços públicos, a comercialização do excedente da produção e pelo fato de que a sede da organização, que congrega os quilombolas da região do médio Amazonas, se localiza por lá (AMARAL, 2008).

Por outro lado, devemos observar que o urbano não se esgota dentro da cidade, pois sua mobilidade e fluidez ultrapassam os limites da formalidade e se instalam em áreas rurais e

¹⁹ Farias Jr e Almeida (2011) fazem referência a diversas etnias (Yanomami, Hiskariana, Tukano, Dessana, Sateré-Mawé) que vivem na Região Metropolitana de Manaus, no município de Rio Preto das Evas, por exemplo, que conta com uma população de 300 indígenas. Atenção especial dedicada aos 54 indígenas residentes na comunidade indígena de Beija-flor que se dedicavam à produção artesanal para um comerciante norte-americano que explorava a exclusividade da mão de obra indígena para a produção de artesanato que, por ele, era vendido na Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, dentre outros países. Contudo, observam os autores que a presença na cidade envolve também a organização política e construção da identidade coletiva, a luta pela posse da terra, o enfrentamento com especuladores imobiliários e aliados, o acionamento do Ministério Público Federal, a Procuradoria de Justiça, a FUNAI, o CIMI, a Universidade, a constituição do laudo antropológico e um conjunto de outros procedimentos e a alianças estabelecidas pelos indígenas tendo por objetivo o reconhecimento, a demarcação de suas terras e, por consequência, a sua ressignificação como Aldeia Beija-flor.

pequenas comunidades como modo de vida que, por sua vez, implica a emergência de novos valores, novas racionalidades e desejos de consumo (MACHADO, 1990; SANTOS, 2005).

Castells (2006) argumenta que urbano é tudo o que acontece dentro da cidade. Talvez para a década de 1970, uma explicação com esse teor fosse plausível. No entanto, para o momento atual já não é possível ter a mesma certeza, visto que com avanço tecnológico e a intensificação dos fluxos de informações, as trocas socioculturais entre a vida urbana e a vida rural se estreitaram. Cada vez mais os valores e referenciais urbanos se instalam e se consolidam em áreas rurais. Do mesmo modo que a mudança para a cidade de populações rurais não significa necessariamente passar uma borracha sobre a vida pretérita do migrante.

Daí a ideia de que o modo de vida urbano contém e está contido em outras realidades não urbanas, como espaço relacional e relativo, como prática social humana passada e presente que o produz, conforme propõe (HARVEY, 1980). Desse modo, podemos argumentar que a “ampliação dos modos e meios de circulação imaterial” (internet, televisão e telefonia) permite o deslocamento de informações e imagens sem o deslocamento de mercadoria e pessoas, possibilitando, assim, o estabelecimento de vínculos e interações de áreas descontínuas (SPOSITO, 2009, p. 20).

Em pequenas cidades e nas áreas rurais da Amazônia a internet já é uma realidade, por conta do Projeto de Inclusão Digital do governo federal. Do mesmo modo, que as antenas parabólicas despontam por entre rios e florestas da região. Assim, há uma difusão dos valores societários (RIBEIRO, 2006) que não alcançam e se difundem somente nas cidades, embora esta seja o *locus* privilegiado da ação.

Produz-se, então, o híbrido na experiência urbana, aqui representada pelas cidades de Baião, Cameté e Mocajuba, no Baixo Tocantins, no estado do Pará, onde a piçarra e o rio, o peixe e o enlatado, o brega e o samba de cacete, o carro e o barco, a antena parabólica e a igreja, o indígena e o homem branco coexistem simultaneamente. Enfim, são “cidades híbridas de objetos, relações e significados” (MALHEIRO; TRINDADE JR, 2009, p. 82).

Ao de referir ao hibridismo, Canclini (2011), fala das misturas interculturais de um mundo fluidamente interconectado que reestrutura processos historicamente estáveis como etnias, nações, classes sociais que, a seu ver, são reconvertidos e inseridos em novas condições de mercado e produção²⁰.

²⁰ Diz ele: “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais as estruturas ou práticas discretas [...] se combinam para gerar novas estruturas, objetos e prática. [...] [trata-se de] um termo de tradução entre mestiçagem, sincretismo, fusão e outros vocábulos para designar misturas particulares” (CANCLINI, 2011, p. XIX-XXXIX).

Somam-se a isso, outras experiências vividas que parecem contrariar algumas proposições que afirmam serem cidades aquelas aglomerações que têm população acima de 20 mil habitantes, conforme propõe Veiga (2003). Esse autor faz crítica à proposição estatal que considera sedes de município como cidades, bem como à delegação dessas prerrogativas para que as Câmaras Municipais definam por meio de lei municipal o que é uma cidade. Diz ele, que é uma “ficção que o Brasil teria quase 5.600 cidades nas quais viveriam 82% da população brasileira”. Caso se considerasse outros critérios demográficos, funcionais e de localização, esse percentual da população urbana brasileira cairia para 57%.

Argumenta Veiga, que se tratam de “cidades imaginárias”, pois o que ocorre com 4.485 dos 5.507 municípios brasileiros é que são “municípios rurais”, que corresponderia a 30% da população. O Brasil verdadeiramente urbano é aquele que está “em 12 aglomerações metropolitanas [34%], e 13%, em 37 aglomerações não metropolitanas, e 10%, em 77 centros urbanos que não pertencem a aglomerações. Os 13% restante são de “caráter dúbio”, mas ambicionam status de “cidade” (VEIGA, 2003, p. 56). Nossa hipótese, é que por tratar a definição de cidade pelo aspecto quantitativo e por considerar que cidade é aquilo que o Estado define, sua elaboração não alcança as cidades-empresa. Como analisou Piquet (1998), esta modalidade de cidade é uma criação do capital para dotar de serviços e infraestrutura urbana aqueles lugares escolhidos para o desenvolvimento da atividade industrial, mas que não contam com essa condição.

As *company towns* ou *new towns*, por exemplo, mesmo não tendo população acima de 20 mil habitantes expressam a vida urbana. Estas cidades-empresa, criadas por empreendimentos da mineração na Amazônia, representam enclaves dentro de municípios e se dimensionam pela capacidade de oferta de bens e serviços para os funcionários da empresa, o que não é estendido para o conjunto da população onde se realizam esses empreendimentos (TRINDADE JR ; ROCHA, 2002; VICENTINI, 1994).

Como exemplo, podemos tomar Monte Dourado, Vila de Tucuruí, Porto Trombetas, Carajás e Vila dos Cabanos, cuja população varia entre 3.200 a 12.000 habitantes (TRINDADE JR, 2010). Observamos que a cidade-empresa não é reconhecida pelo Estado, uma vez que no município, segundo legislação federal, só pode haver uma sede, elevada à categoria de cidade e que lhe dá o nome, conforme o Decreto-Lei nº 311, de 02/03/1938, que dispôs sobre a divisão territorial do país.

Contudo, vale ressaltar que há uma mudança na estratégia do capital em relação à cidade-empresa, pois ele passa a incorporar a estrutura preexistente da cidade para servir como ponto de partida ao empreendimento. Podemos citar, por exemplo, a presença da

poderosa mineradora Alcoa no município de Juruti (PA) e as consequências decorrentes dessa atuação sobre a vida do lugar. Para lá, se deslocaram 25 mil pessoas de fora para servir de mão de obra ao empreendimento, sendo que a população municipal anterior à sua instalação era de pouco mais de 37 mil habitantes (IBGE, 2007)²¹.

Esse projeto já está em operação desde o início dos anos 2000, os impactos socioambientais (desmatamento, poluição do manancial de água que abastece a cidade, violência, prostituição, remanejamento de famílias e ameaça de destruição do sítio arqueológico) já são visíveis e trazem grande preocupação para a população local, visto que os acordos feitos sobre a agenda ambiental não foram cumpridos por parte da empresa. Essas informações nos foram relatadas por dois dirigentes sindicais da região por meio de entrevista.

No entanto, a preocupação das lideranças sindicais e populares também se refere à expansão da mineração para outros municípios e cidades da mesorregião do Baixo Amazonas. Diz o dirigente do CEFT-BAM:

[...] Então assim nós tamos vendo o projeto Juruti como um problema, tá criando um grande problema social na região, naquela região de Juruti velho. Mas não é só Juruti nos tamos preocupados com outros projetos que tá surgindo na margem esquerda do rio Tapajós, também de mineração, que é muito maior, quatro vezes, segundo tã nos falando de que o projeto Juruti e vai pegar o município de Monte Alegre, parte de Alenquer e parte de Curuá [...] é da ALCOA também e já estão na parte de pesquisa [...] mas é um problema, o Baixo Oeste do Pará, eu diria que nos próximos oito, dez anos nos vamos viver um caos muito sério aqui na região [...] cinco, seis meses atrás teve uma paralização por parte dos funcionários lá, pararam seis mil homem, seis mil homem paralisaram por dois dias fazendo alguma reclamação de suas empresas, porque são empresas terceirizadas [...] por lá em média eu imagino que tem muito mais de 10 mil pessoas [trabalhando na empresa]. Eu diria que 70% são de fora da região (DIRIGENTE CEFT-BAM, Novembro, 2008).

São situações que acontecem em Juruti, mas não são exclusividade desta cidade, pois de um modo geral, tem-se o monocultivo da soja e a exploração ilegal de madeira que, entre outras questões, envolve os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas e interferem diretamente na vida da cidade. Isso ficou evidenciado na fala de lideranças durante as entrevistas, as conversas informais em eventos coletivos, realizados por essas organizações, no momento do nosso trabalho de campo²².

²¹ Observando os dados do IBGE, chamamos atenção que este órgão não capta esse movimento populacional do real, visto que trabalha apenas com atualização dos percentuais por meio de amostras a cada 5 anos ou de 10 em 10 anos, no caso dos Censos. Os dados recentes apresentam a população do município com 47.086 habitantes (IBGE, 2010).

²² Lembramos da entrevista que fizemos com um indígena que mora na Gleba de Nova Olinda, em Santarém, onde estava acontecendo um conflito entre madeireiros e moradores por conta da extração ilegal de madeira nas terras comunitárias. Dias depois, lendo o jornal, soubemos que os manifestantes incendiaram as duas balsas e que estavam sendo processados pelos madeireiros.

Não podemos perder de vista o tamanho dos municípios²³, a distância entre as cidades e a dificuldade de deslocamento no interior da região que muitas vezes implicam o isolamento de mesorregiões inteiras durante o período do inverno, como é o caso das cidades localizadas às margens da rodovia Transamazônica. Esta grande extensão territorial associada à dificuldade de acessibilidade são características preponderantes dos municípios amazônicos (CARDOSO, 2006) e de suas cidades, em particular.

Ressaltamos que, em muitas cidades da Amazônia, só se chega de barco, não se tendo acesso a elas por meio de estradas. Quando ouvimos canções ou comentários afirmando “esse rio é minha rua”, entendemos o caráter dendrítico da rede (CORRÊA, 2007) em que o rio é o principal meio para o deslocamento de pessoas, mercadorias, ideias e informações.

Essa situação exige o uso da madeira como material, tanto para a construção das casas quanto das estivas que funcionam como verdadeiras ruas sobre águas. Cardoso (2010) observa que mesmo sendo penalizada por normas e parâmetros técnicos que descredenciam o uso da madeira para a construção das casas, sob o argumento de que esta não tem durabilidade, o seu uso é secular e bem sucedido, conforme demonstra a prática da população ribeirinha que dela depende. Embora não se restrinja a ela, visto que em muitas cidades da Amazônia as casas de madeira são construtos predominantes²⁴.

Do mesmo modo, que a situação inversa também é passível de identificação. Da perda do rio, da pesca e do pôr-do-sol diante do deslocamento compulsório de populações, provocado pela implantação de algum grande projeto, como as barragens para a construção de hidrelétricas, e que acabam se direcionado para a periferia das cidades.

Diz Oliveira que

O rio não é mais o meio de circulação da população local, nem a principal fonte de subsistência, mas a matéria-prima para a produção de energia elétrica. A população que ocupava suas margens foi reduzida à abstração dos dados estatísticos ou de categorias não menos abstratas de ‘atingidos pela barragem’, ‘população a jusante’ etc., a enriquecer o vocabulário acadêmico ou relatórios manipulados dos gabinetes oficiais. O espaço perdeu uma das dimensões da vida, um tempo espontâneo, simbolizado pelo rio (OLIVEIRA, 2000, p. 117).

Por fim, gostaríamos de chamar atenção para os estudos das cidades na Amazônia que, conforme adverte Castro (2009), considera a insuficiência no quadro teórico que opõe o urbano e o rural e que associa o par urbanização/industrialização para explicar a formação de

²³ Os municípios de Altamira (160.755 km²) e Santarém (24.154 km²), no Pará, juntos ocupam, em extensão territorial, uma área superior aos espaços metropolitanos existentes hoje no Brasil onde vivem mais 70 milhões de habitantes, concentrados em 167 mil km², conforme vimos nos estudos de Ribeiro e Santos Jr (2007).

²⁴ Chamamos atenção que as políticas governamentais não financiam esse tipo de padrão construtivo.

suas cidades. Ressaltamos que nelas, a presença quilombola e a composição demográfica, cultural e linguística indígena são características de sua pluralidade e singularidade, conforme vimos anteriormente. Mas, algumas dessas questões serão abordadas com mais profundidade no estudo de caso: os modos de vida na cidade de Belterra, conforme apresentaremos de agora em diante.

2 CIDADE NA FLORESTA: BELTERRA, A EXPERIÊNCIA DA *PLANTATION* DE SERINGA DE HENRY FORD NA AMAZÔNIA (1934-1945)

2.1 O processo civilizatório capitalista para a Amazônia

Se alguns desses índios querem absolutamente não trabalhar e viver à sua vontade, dando exercício à preguiça, que lhes é natural, estes são metidos em uma calceta e obrigados a trabalhar em obras públicas, e com este remédio que se tem aplicado a alguns, nos temos livrado de embaraços.

Francisco Xavier Mendonça Furtado.
Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Pará, 30/08/1757.

A “fala do desenvolvimento”²⁵, como denominamos a produção de sentidos sobre a Amazônia brasileira nos contextos estudados, envolve elementos que merecem nossa atenção, já que orientam o olhar de diversos atores sociais, definem seu papel econômico e político e essencializam os modos de vida dos grupos sociais que nela vivem. Seus enunciados básicos podem ser formulados da seguinte forma: uma região selvagem a ser dominada; uma riqueza natural adormecida e diversa que precisa ser economicamente valorizada; um lugar despovoado que precisa ser ocupado; um povo destituído da capacidade de usar e transformar em riqueza o patrimônio que detém.

Termos como “selva” e “selvagem”²⁶ expressam as características do lugar e os povos que nele vivem. A sociedade indígena, por exemplo, para esse caso, não se refere à etnia. É sinônimo de atraso, embora essa nomenclatura também se estenda para agricultores, extrativistas e quilombolas. Parte-se, segundo essa premissa, da ideia de vazio sociocultural que precisa ser preenchido pelo processo civilizatório. Podemos compreender melhor essa formulação recorrendo à teorização de Morgan sobre o período da colonização.

²⁵ Essa expressão inspira-se nas formulações de Teresa Caldeira, quando propõe a “fala do crime” para analisar as representações dos moradores de camadas médias e altas na cidade de São Paulo sobre quem eram as pessoas que praticavam crimes na cidade. A autora reconstitui o discurso padrão de seus entrevistados que acusavam os migrantes nordestinos e nortistas, os pobres e negros moradores de favelas. Em muitos dos casos, não tinham visto quem praticava os delitos, mas pressupunham serem estes os grupos responsáveis pela criação da situação de insegurança, medo e violência. “A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos [...] ela [...] criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas do estereótipo (os pobres, por exemplo) acabam por produzi-lo, ainda que ambigualmente” (CALDEIRA, 2000, p. 10).

²⁶ Uma busca do termo “selvagem” no dicionário nos permitiu chegar a seguinte definição: “habitantes das selvas, silvícola; que ainda não foi domado, amansado, domesticado, ou o que é difícil de o ser; sem civilização, primitivo, bárbaro; os não letrados e tecnologicamente menos desenvolvidos”, conforme apresentado pelo Novo Dicionário Digital Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2009).

Tomando por base a análise e comparação das instituições, invenções e descobertas ele traçou os estágios de evolução das sociedades, considerando que a história da raça humana poderia ser explicada pela escala ascendente do desenvolvimento da humanidade, calcado na ideia de um progresso natural e necessário que se daria da seguinte forma: a selvageria - iria da infância da raça humana até a invenção do arco e flecha; a barbárie - da invenção do arco e flecha até a invenção do processo da fundição do ferro, com o uso de ferramentas; e a civilização - da invenção do alfabeto fonético até o presente (MORGAN, 2004) [1877].

Nessa proposição, a representação do outro se faz na condição de inferioridade²⁷. Segundo Boas

O ponto de vista evolucionista pressupõe que o curso das mudanças históricas na vida cultural da humanidade, segue leis definidas, aplicáveis em toda parte, o que faria com que os desenvolvimentos culturais, em suas linhas básicas, fossem os mesmos entre todos os povos e raças [...] costumes similares são encontrados nas regiões mais distantes e diferentes. A ocorrência dessas similaridades [...] é um dos alicerces da hipótese evolucionista [...] [Nessa] hipótese implica a idéia de que nossa civilização ocidental européia representa o desenvolvimento cultural mais elevado, em direção ao qual tenderiam todos os outros tipos culturais mais “primitivos” (grifo nosso) (BOAS, 2004, p. 41, 42).

Era inconcebível para o colonizador europeu “civilizado” aceitar a ideia de um grupo humano sem a hierarquia de poder das classes sociais, o contrato social regulador dos atos estatais e sem a presença da ordem divina representada pela Igreja. Segundo essas premissas, o outro não teria uma sociedade, o que levaria, do ponto de vista do colonizador a denominá-los de “selvagens ou primitivos” (grifo nosso) (CLASTRES, 1982).

Como se sabe, essa formulação foi apropriada pela ação colonialista das grandes potências européias para justificar e legitimar o uso da força, o assassinato e o extermínio de grupos sociais inteiros, pois se constituiu numa ação política e ideológica de favorecimento de expansão do controle das terras, territórios e sobre populações que se realizou durante o período da colonização²⁸, denominado por Prado Júnior (1977) de a “era do descobrimento”,

²⁷ O estigma consiste em destituir o outro da sua condição de humanidade para, dessa forma, colocá-lo numa situação de inferioridade. Isso pode estar associado com a classe social, raça, nação ou religião dos envolvidos (GOFFMAN, 1982).

²⁸ Essa perspectiva em muito se aproxima das formas de dominação realizada em outras partes do mundo por grandes potências econômicas e militares. Said (2007), em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, questiona a forma do olhar sobre diferentes sociedades orientais pautada no preconceito, na discriminação, na invenção, seja da ciência, da arte ou das diferentes formas de pensamento e do discurso, que legitimaram práticas de dominação milenares do colonialismo britânico e francês e do imperialismo norte-americano naquela parte do mundo. Para Said, todo discurso é produzido e existe num intercâmbio com vários tipos de poder, seja ele, político, intelectual, cultural e moral, que filtra e impossibilita a produção de um conhecimento crítico independente. No discurso do ocidente, a sociedade oriental é incapaz de construir a democracia, a igualdade, pois é vista como violenta, sectária e terrorista. Diz o autor, que essas são palavras reproduzidas em livros, textos, poesias, filmes e peças teatrais, além de fazer parte do repertório da produção acadêmica e ainda circula nos meios de comunicação de massa, por exemplo, nos Estados Unidos. Fato este agravado e amplificado pela doutrina militar norte-americana, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.

mas que se repetiu por diferentes momentos históricos, inclusive, na Amazônia, conforme podemos observar pelas análises que se seguem²⁹.

Vicentini (1996) assinala que a presença dos naturalistas na Amazônia durante o século XIX também corrobora esse argumento, uma vez que eles consideravam a vida das tribos indígenas uma forma de expressão primitiva e inapta ao trabalho. Daí o enunciado de que a vida extrativa representava falta de inteligência, se comparada com a forma de organização do trabalho de colonos europeus. Já a floresta era tida como inóspita, carregada de doenças e perigosa para os recém-chegados³⁰.

Mais do que uma formulação teórica do final do século do século XIX, essa proposição ganha forma de discurso, justifica a ação de grupos econômicos e se reproduz na fala de políticos e empresários dentro e fora da Amazônia brasileira, para situações que se apresentam para os períodos seguintes³¹. Assim, podemos recorrer às contribuições de Foucault (2006), na sua proposição do autor como produtor de sentidos que deve ganhar o senso comum e o cotidiano da vida das pessoas. Só que diferentemente deste, que propõe a ideia do autor anônimo, os formuladores dos sentidos sobre a Amazônia são passíveis de identificação, como aquelas contidas nas formulações evolucionistas e difusionistas da antropologia da colonização de Morgan, na visão estereotipada dos naturalistas e nas proposições advindas de governantes e técnicos do governo federal, principalmente, a partir da década de 1940 com a ida de Vargas à região por conta de seu projeto de modernização econômica do país.

Convém observar que, desde a década de 1930 e durante a vigência do Estado Novo no Brasil, estava em curso o projeto de modernização capitalista sob o protagonismo estatal de Vargas. Como sustenta Werneck Vianna (1978, p. 141), “a revolução pelo alto [consistiu]

²⁹ Da metade do século XVII até o final da primeira metade do século XVIII, as expedições asseguraram o controle político-militar do território e as atividades econômicas ligadas às “drogas do sertão”, cujo funcionamento assentou-se na construção de fortins, aldeias missionárias e na mão de obra indígena (REIS, 1979). No entanto, convém lembrar que a presença do Marquês de Pombal na Amazônia (1750-1775) por meio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará, tanto assegurou o monopólio das “drogas do sertão” para os comerciantes portugueses e desarticulou as missões religiosas na região, como sob a lógica da “cidade-civilizada” (grifo nosso), constituíram-se os planos urbanísticos, para orientar os construtos das cidades de diferentes portes e os objetos que nelas deveriam existir, realizado por engenheiros vindos de Portugal naquele período (MIRANDA, 2009).

³⁰ Para Bosi (1992, p. 12, 13) a “colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares [...] ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio da natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório”.

³¹ Em 1944, como parte da “Política de Boa Vizinhança” para a América Latina desenvolvida pelo governo americano, os estudos Walt Disney em co-produção com a Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, chefiado por Nelson Rockefeller produzem o filme “The Amazon awakers” (Amazônia acorda) onde se apresenta a ideia do eldorado adormecido, farto de recurso natural que, descoberto e usado, pode ser um bem da humanidade. Para tanto, era necessário dar o que lhe faltava: tecnologia e financiamento. Daí, a necessidade da “missão civilizadora” americana em direção aos povos “atrasados” e necessitados da tutela das sociedades “civilizadas”. Essa proposição ganha corpo e orienta a campanha da borracha durante a II Guerra Mundial (WEINSTEIN, 2007, grifo da autora).

numa forma de induzir a modernização econômica a partir da intervenção política”, onde o Estado se fez presente como ator principal, dando sustentação política e econômica ao capital encarregado de assegurar a industrialização do país. Esse período marcou o avanço da acumulação capitalista no Brasil; a redefinição do papel econômico do Estado; a implantação de um núcleo industrial de base; e a afirmação do modelo urbano-industrial enquanto eixo predominante da economia brasileira (MENDONÇA, 1990).

Conforme analisou Fernandes (1970), essas mudanças corresponderam a transformações estruturais na sociedade brasileira, que se processaram desde o final do século XIX e que se estenderam pelo século seguinte com a urbanização e industrialização do país, e envolveram a luta política entre os agrupamentos sociais conservadores do campo e aqueles residentes na cidade informados pela concepção urbana do mundo e pela economia de mercado, que, por sua vez, buscavam a construção de condições favoráveis no sentido de romper com a ordem social baseada no regime de castas, no latifúndio e no trabalho escravo. Situações tidas como entraves desfavoráveis ao desenvolvimento pretendido pela burguesia nacional.

Nesse contexto, a urbanização converteu-se no elemento dinâmico capaz de dar suporte à industrialização pretendida. Foi na cidade que se realizou a proposta de prosperidade, de diferenciação social e da economia de mercado. A transição da produção artesanal para a produção manufatureira de bens de consumo constituiu-se em seu elemento fundante, de forma que a industrialização no Brasil foi incluída em seu sistema de valores. Isso possibilitou “substituir o estilo de vida tradicional por novas formas de existência e sob a ótica do progresso [como ideologia e justificativa], para realizar o convencimento social de que esta era a única possibilidade de elevar o Brasil à condição de um “país civilizado” (FERNANDES, 1970, p. 73, 74, grifo do autor).

Henry Ford avaliava que o Brasil, apesar das grandes extensões territoriais e da abundância de recursos naturais, não se desenvolvia por conta da inexistência dos meios de transporte.

Defendia ele que

O automóvel está destinado a fazer do Brasil uma grande nação. Os nativos, embora ignorantes a respeito de certas espécies de máquinas, e desacostumados à disciplina, chegam muito depressa a executar todos os trabalhos de montagem e recuperação. Parecem que aprendem muito depressa, provavelmente porque enxergam boas razões para isso (FORD, 1954, p. 385).

Para todos esses casos, sustentamos que os enunciados sobre a Amazônia, muitas vezes, ganham uma dimensão de invenção, que a associam ao atraso, ao vazio humano, sugerindo um descompasso desta com a sociedade nacional, remetendo ao estereótipo da indolência, da inaptidão e da má utilização de seus recursos por sua população, conforme propôs Mendes (1974).

Segundo Grandin (2010, p. 18), o jornal Washington Post e a Revista Time noticiaram, à época, que o projeto de industrializar a selva, proposto por Henry Ford, era uma possibilidade do homem branco levar a magia da civilização “para o mundo selvagem”.

Enunciados como este não foram produtos exclusivos da imprensa norte-americana. Publicações com o mesmo teor foram realizadas por jornais do Rio de Janeiro e da própria Amazônia, como é o caso do jornal Folha do Norte. Referimo-nos, especialmente, às matérias dedicadas à presença do capital americano às margens do rio Tapajós, no oeste do estado do Pará, e ao que se relacionou às reportagens vinculadas quando da visita do então presidente Getúlio Vargas na Amazônia, na década de 1940³².

Fizeram-se os primeiros viveiros imensos [de seringueiras] onde foram lançadas as primeiras sementes prodigiosas e de onde derrubavam um trecho de mata virgem abrindo clareiras para a civilização e para o futuro, eram aproveitadas as suas essências e preparadas racionalmente o terreno, com exemplares da planta rica e maravilhosa, que há de marcar ainda, com sua beleza hierática da sua elegância típica, e com selva potencial do seu valor mercantil, o symbolo da redempção económica da gleba [...] multiplicavam-se os viveiros onde as sementes eram lançadas sob as bênçãos do trabalho e os auspícios do sol tropical, e pare passo, avultavam-se os serviços de desbravamento da selva bruta e elevavam-se triunfalmente as construções das modernas urbes [...] dando execução aos seus planos de estabelecimento duma grandiosa indústria na Amazônia, a Companhia Ford Industrial do Brasil continua a desenvolver as suas proficuas actividades no Tapajós, onde estão situadas as terras da concessão adquiridas [junto] ao governo do estado [...] uma architectura gigantesca, a estrutura definitiva da ‘fordlandia brasileira’, futuro centro de produção e irradiação da mais útil e procurada das materias primas de que as fabricas do mundo vivem sempre famintas (grifo nosso) [...] (FOLHA DO NORTE, 01/01/1934, p. 1)³³.

O presidente Getúlio Vargas, no proposito de conhecer intimamente as necessidades da Amazônia e promover a sua entrada definitiva em novos caminhos largos de progresso e grandeza, chegará hoje á tarde a Belém, no avião “Douglas” da Panair [...] (grifo nosso) (FOLHA DO NORTE. Mais um passo á vanguarda na marcha ao Oeste, 05/10/1940, p. 1).

Deixando para traz Belém – que é a ponta de accésso do ‘El-Dorado’ – o presidente Getúlio mergulha mais e mais no mysterio florestal do Valle (grifo nosso) (FOLHA DO NORTE. Em pleno coração da Amazônia, 08/10/1940, p. 1).

Está na Amazonia um pobre presidente de um pobre Brasil, contemplando o infinito do indispensavel a uma região que tudo tem e nada possui para o homem. A Amazônia ainda é soberana na natureza. E o homem é seu escravo. Não foi domado o rio nem o homem se assenhorou de suas terras. Domina o rio e se dominam as arvores altaneiras, formando a

³² A programação constou de estadia nas cidades de Belém e Belterra, no Pará, em Manaus, no estado do Amazonas, e em Porto Velho, em Rondônia. A agenda de Getúlio Vargas, em Belém, envolveu inauguração de obras, visita a órgãos governamentais e instituições de pesquisa, reuniões e banquete com empresários, políticos e delegações de vários estados da região, pronunciamento presidencial e um grande ato cívico no qual desfilaram cerca de 120.000 pessoas entre estudantes e militares na Praça da República (FOLHA DO NORTE, 06/10/1940, p. 1; 07/10/1940, p. 2).

³³ Mantivemos as formas de escrita da época nas transcrições.

vegetação uma intrigada muralha impenetrável e inviolável. A imensidão da uma idéia do infinito. E o homem deve lutar só, porque a machina está longe. Elle só tem braços e a energia do desespero. Pobre presidente! Foi elle buscar na Amazonia mais uma tortura para suas torturas; mais uma angustia para accrescentar ás suas angustias. Olhando para a natureza soberana a contemplar escravos que não tiveram forças para domina-la; e sentir que em todo o Brasil é mais ou menos assim, em proporções mais reduzidas, si bem que mais prementes pela concentração dos homens. Nós, que já estamos vencendo os cáos, ainda não vencemos a nossa terra e os nossos rios. Estamos perdidos neste infinito de necessidades. Falta tudo á Amazonia. Falta população, falta comunicação, falta energia, falta saúde. Terra magnífica, é ainda a dominadora. A Amazonia é do Brasil, mas ainda não é dos brasileiros. Pobre presidente. Acompanhamos seu soffrimento e a sua tristeza de não fazer o impossível. Porque a transformação da Amazonia para atingir numa só geração o grão da civilização que merece, é o impossível mesmo para os homens de boa vontade (grifo nosso) (FOLHA DO NORTE, 09/10/1940, p. 3)³⁴.

Nos escritos do próprio Henry Ford também podemos identificar formulações do mesmo teor, uma vez que ele afirmava não acreditar na relação de igualdade entre os seres humanos. Para ele, igualar as diferentes capacidades retardaria o progresso, já que os homens não desenvolvem a mesma capacidade de trabalho. Isso exige do mais “apto” a tarefa de conduzir as massas no processo de produção. Segundo Ford (1954, p. 17), “a essência da vida física é cultivar, fabricar e transportar”. Esses são os verdadeiros alicerces da sociedade capitalista, como podemos observar no livro, “Minha vida e minha obra”, onde Ford anuncia a ilusão da igualdade³⁵.

Não há maior absurdo do que pretender a igualdade entre os homens. A natureza os fez desiguais e toda a concepção democrática que intenta igualá-la resulta pois de um esforço que retarda o progresso. Todos os homens não podem prestar serviços iguais, porque o número dos aptos é menor do que o número dos inaptos. É possível que um grande grupo de incapazes consiga derrubar um punhado de capazes; mas cavarão a sua própria ruína. Os homens de valor é que dirigem a massa e permitem que os menos capazes vivam com menor esforço (FORD, 1954, p. 20).

Desse modo, a “fala do desenvolvimento” prolongou-se e naturalizou-se como discurso, encontrando sua justificativa na prática modernizadora capitalista proposta pelo Estado para o país. Vale lembrar que, em 1970, o general Médici e sua comitiva estiveram na Amazônia para a obra inaugural da Rodovia Transamazônica, cuja missão era ligar a região ao Nordeste brasileiro. O evento foi noticiado como a “arrancada para conquistar o gigante mundo verde”³⁶.

Descendo do carro que o conduzia, o presidente hasteou o pavilhão brasileiro em um mastro improvisado no tronco de uma árvore, enquanto uma banda militar tocava o Hino Nacional. Depois, descerrou uma placa de bronze incrustada no tronco de uma grande castanheira com

³⁴ Reprodução parcial de um artigo publicado no Rio de Janeiro pelo jornalista Maciel Filho, do jornal “O Imparcial”, intitulado “Pobre presidente”, no mesmo período.

³⁵ Esse livro foi editado num volume com mais duas obras: “Hoje e amanhã” e “Minha filosofia da indústria”, sob o nome de “Os princípios da prosperidade de Henry Ford”, traduzido no Brasil por Monteiro Lobato (1954).

³⁶ Disponível em: <http://bd.folha.uol.com.br/bd_acervoonline.htm>. Acesso em: 23 mar. 2007.

cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito: ‘Nestas margens do Xingu, em plena selva amazonica, o Sr. Presidente da Republica dá inicio à construção da Transamazonica, numa arrancada historica para a conquista deste gigantesco mundo verde’ (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/10/1970).

Passados mais de 40 anos dessa inauguração, a promessa de desenvolvimento não se cumpriu e as cidades localizadas às margens da rodovia Transamazônica passam até seis meses por ano com problema de desabastecimento porque fica intrafegável durante o inverno³⁷.

Isto se repetiu na fala empresarial contida na entrevista concedida ao jornal O Globo, no encarte denominado de Razão Social, de 01/12/2008, onde o presidente da mineradora canadense ALCOA, Franklin Feder, diz acreditar que a mina de bauxita no município de Juruti (PA) tenha um bilhão de toneladas e que começarão produzindo três milhões de toneladas até maio de 2009, com navios transportando bauxita para a expansão da refinaria da empresa na cidade de São Luis (MA). Segundo ele, isto deve ser trabalho para 200 anos.

Não é modesta a intenção da Alcoa. A mina está sendo desenhada para ser, nada mais, nada menos, do que um modelo mundial do século XXI. E por isso, é claro vai causar um enorme impacto ambiental no espaço, onde além da bauxita, construirá um porto e uma ferrovia que servirão como meios de transporte do produto até São Luís. Observado sob este aspecto, não é difícil demonizar o projeto. No entanto, se a civilização caminha no sentido de precisar mais e mais do alumínio que é fabricado com bauxita (aviões só existem porque existe o alumínio; rodas, motores, embalagens longa-vida, cabos para fornecer energia elétrica, painéis, carrocerias de caminhões também), um outro olhar também é preciso (O GLOBO, 01/12/2008, p. 6).

Essa discussão corrobora a ideia de fronteira proposta por Martins. Para ele, a fronteira deve ser entendida como a frente de expansão da sociedade nacional, um “ataque” dos grupos sociais tidos como “civilizados”³⁸ sobre territórios dos grupos étnicos³⁹, cujo “cenário de intolerância, ambição e morte” demonstra a capacidade destrutiva dessa ação. Assim, o conflito é marca característica dessas disputas em torno da ocupação e do controle do território por diferentes grupos humanos, que também incluem a sua significação. “É a disputa

³⁷ “Enormes atoleiros, filas de caminhões e muita lama ao longo da rodovia. Nesta época são comuns as cenas de caminhões, ônibus e carros pequenos parados nos atoleiros do trecho da BR-230, a Transamazônica, estrada que liga o Sul ao Oeste do Pará. O problema é uma herança de mais de 40 anos. Desde que foi construída na década de 70, a rodovia federal nunca foi tratada pelos governos como prioridade. As deficiências na infraestrutura dificultam a trafegabilidade. Entre Novo Repartimento e Pacajá, trecho com cerca de 140 quilômetros, caminhões estão levando até sete dias para transportar as cargas. Cargas perecíveis como frutas e verduras originadas do Sul e Sudeste do país chegam aos supermercados de Altamira sem condições de serem consumidas”. Disponível em: <<http://www.estadodotapajos.com/2011/04/atoleiros-na-transamazonica-atrapalham.html>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

³⁸ Grifo nosso.

³⁹ Neste sentido, “estabelecer uma tutela sobre os ‘índios’ era exercer uma função de mediação intercultural e política, disciplinadora e necessária para a convivência entre os dois lados, pacificando a região como um todo, regularizando o mercado de terras e criando condições para o chamado desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1998, p. 52). Esse era o papel destinado aos órgãos indigenistas para integrar os “índios” e seus amplos territórios ao processo de desenvolvimento nacional, conforme analisa o autor.

pela definição da linha que separa cultura e natureza, o homem do animal, quem é humano e que não o é [...] é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem” (MARTINS, 2009, p. 10)⁴⁰.

A fronteira é o lugar da desumanização do outro, devido ao conflito gerado por diferentes visões de mundo e concepções de vida que lá se realizam. Diz o autor que

A fronteira de modo algum se reduz e resume à fronteira geográfica. Ela é muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 2009, p. 11).

Conflitos que ganham intensidade com a presença dos grandes projetos na região. Como argumenta Santos (1995, p. 16), os grandes projetos na Amazônia se realizam de forma intencional e em local abundante de recursos naturais com base na ideia de “salvação da economia”, de “integração do mundo”, de “segurança” e “progresso”. Para o autor, estas são roupagens do discurso mercantil e simbólico imposto pela ação do capital com base no poder estatal.

Os “grandes projetos”, segundo Pinto (1995) e Castro (1995), surgiram na região, no fim dos anos de 1960 e no início da década de 1970, em plena ditadura militar, relacionados aos empreendimentos e complexos produtivos que contaram com forte apoio estatal, na implantação de infraestrutura e criação de agências governamentais de planejamento e financiamento, concessão de terras e dinheiro público, tanto para iniciar o empreendimento, como para cobrir os potenciais riscos de fracasso. Tomemos como exemplos o Projeto Jarí (1967) para produção de papel de celulose, arroz, caulim e bauxita; a construção da hidrelétrica de Tucuruí (1975) para fornecer energia para os grandes projetos ligados à mineração; o Projeto Grande Carajás (1980) e a ALBRÁS (1985) para a produção de minério de ferro, alumínio, bauxita etc. Ou, ainda, os empréstimos pagos pelo Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiadores internacionais, como é o caso da dívida contraída pelo empresário americano Daniel Ludwig com o Projeto Jarí (1967)⁴¹.

Devemos observar que essas atividades industriais são detentoras de uma rede complexa de infraestrutura, como minas, estradas de ferro, portos, e do poder de

⁴⁰ Contudo, ressaltamos que essa proposição analítica está relacionada a uma parte da Amazônia. A outra, urbana, refere-se a múltiplas cidades, de diversos tamanhos e tempos históricos, e de papéis diferenciados na rede urbana, conforme chamam atenção Oliveira (2000) e Nogueira (2001).

⁴¹ Inclua-se, aqui, o valor de 200 milhões de dólares para a instalação das fábricas do projeto Jarí e as dívidas deixadas por este, no valor de 420 bilhões de cruzeiros (PINTO, 1995).

arregimentação de mão de obra qualificada fora da região, e que práticas se dão em bases predatórias e se espalham por vastas áreas em municípios contíguos onde se instalam (CASTRO, 1995).

Embora o termo “grandes projetos” seja proveniente das situações apresentadas a partir da década de 1970, podemos considerar que as intervenções realizadas em Fordlândia e Belterra, entre 1928 e 1945, tiveram as características de um grande empreendimento, semelhante aos acima apresentados, pelo menos em seus aspectos fundamentais: apoio estatal, uso intensivo e predatório da natureza e desarranjo ou destruição dos modos de vidas preexistentes, conforme veremos pelas análises subsequentes.

Queremos com essa argumentação sustentar que a “fala do desenvolvimento” naturaliza o olhar sobre a Amazônia e serve de referência conceitual quando se pensa nesta região, ao mesmo tempo em que o projeto modernizador capitalista é apresentado como aquele que cria as condições para colocá-la no caminho do “crescimento”, do “progresso” e do “desenvolvimento”, através da mercantilização de sua riqueza, vista como estoque estratégico de recursos naturais. Temos, então, os dois eixos estruturantes da análise para pensá-la na divisão internacional do trabalho e a partir do papel que cumpre no processo de acumulação do capital.

Em “O processo civilizador”, Norbert Elias, discutindo o uso corrente dos conceitos de cultura (“kultur”) e civilização nas sociedades alemã e francesa, observa que os mesmos

Lançaram raízes. Estabeleceram-se. [...] O indivíduo encontra essa cristalização já em suas possibilidades de uso. [...] Usa [essas palavras] porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos (1994, p. 26).

Segundo Elias, o processo civilizador foi capaz de realizar profundas mudanças nas condutas e nos hábitos humanos mais simples da vida cotidiana, como o sentar, o sentir, o ir à mesa e o comportar-se, já ninguém chega “civilizado” ao mundo. Sua realização pressupõe uma construção social permanente, que se deu com base no medo, na coerção e no monopólio da violência física e seus instrumentos, pelos detentores do poder. Diz o autor que

O conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homem e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1994, 23).

As formulações de Elias nos servem de base para analisar como determinados conceitos e representações informam e orientam a ação dos grupos sociais, das instituições ou

de uma sociedade inteira, como nos dois períodos históricos vividos por Belterra sob a “fala do desenvolvimento”.

Contudo, argumentamos, fundamentado em Marx (1983), que a teoria é a representação do real no plano das ideias como análise, não sendo, no entanto, nem descrição, nem fotografia. Desta perspectiva, consideramos que não há uma única formulação sobre a vida social, especialmente sobre grupos sociais e sociedades tidas como “primitivas” e “atrasadas”. Podemos aqui nos valer das formulações de Lévi-Strauss que apresenta uma outra possibilidade do olhar, agora com base na relação de alteridade com o outro.

Lévi-Strauss (1973, p. 24, 29) analisa a diferença entre o pensamento científico e a forma de representação das sociedades indígenas que define como pensamento mítico ou mágico. Observa que, nas sociedades indígenas, o padrão de classificação é complexo e o repertório é vasto, como pode ser exemplificados no caso da nomeação de animais, plantas e insetos, cujo plano de referência é a utilidade destes para aquela organização social. Por exemplo, o repertório etnobotânico entre as tribos pesquisadas chega a mais de oito mil termos, que tem nas suas experimentações práticas parte de sua explicação, mas também na sua capacidade de observação e sistematização. Tais constatações levam o autor afirmar, que “as espécies são conhecidas não porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque primeiro são conhecidas”. Já o processo para obtenção de cobre fundido, da cerâmica, tecelagem, agricultura e criação de animais, por exemplo, em algumas sociedades indígenas, “supõe séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las através de experiências incansavelmente repetidas”. É a ciência do concreto, conforme analisa o autor.

O mesmo pode ser pensado para o caso estudado, uma vez que a produção dos sentidos pelos “de fora” sobre os “de dentro” e seus efeitos em sua auto-representação e auto-estima, se constroem através do acionamento da “fala do desenvolvimento”. Assim, os modos de vida na cidade de Belterra e as relações de sociabilidade se reproduzem tomando por base a premissa do “civilizado”, como veremos a seguir para o primeiro período entre 1934-1945.

2.2 A chegada do capital americano na Amazônia

O interesse do capital americano na região do Tapajós no final da década de 1920 envolveu questões econômicas e políticas de múltiplas determinações e diversas escalas de articulação entre o capital internacional, governo brasileiro e as oligarquias da Amazônia. A economia americana, antes do *crash* de 1929, vivenciava um bom momento. Isto conferia à

indústria automobilística um papel de destaque, já que a produção de automóveis ultrapassava 23 milhões de unidades. Havia, assim, uma demanda interna por borracha, além da necessidade do controle estratégico desta matéria-prima em decorrência das disputas econômicas com outras potências européias como Inglaterra, Holanda e França, no mercado internacional (COSTA, 1993)⁴².

A Amazônia vivia um período de estagnação econômica pós-*boom* da borracha, que vai da década de 1910 até meados da década de 1940⁴³. Em decorrência disso, houve perda de renda dos estados produtores de seringa, queda na oferta de postos de trabalho, precarização das condições de vida dos migrantes, antigos seringueiros e outras categorias de trabalhadores dependentes daquela economia, bem como fragilização política das oligarquias locais no cenário nacional. Mesmo iniciativas como o Plano da Borracha⁴⁴, em 1912, que apresentava facilidades de isenção fiscal, acesso às terras devolutas do Estado e aos recursos naturais para o capital internacional, não foram suficientes para assegurar o sucesso desejado com o plano (MAHAR, 1978).

No entanto, com a visita da missão americana para conhecer áreas da Amazônia onde pudessem desenvolver futuros projetos e com a realização de estudos de viabilidade econômica que duraram aproximadamente dois anos, esse quadro começou a mudar. A articulação do governo do estado do Pará junto ao governo federal e as ações sistemáticas feitas pelo Ministério das Relações Exteriores nos Estados Unidos foram fatores que tornaram possível a atração do capital americano para a Amazônia.

Segundo Barreiros (1928), no dia 07 de setembro de 1925, o governador Dionysio Bentes enviou mensagem à Assembléia Legislativa informando aos deputados que fora contatado pelo Cônsul do Brasil em Nova York, J.C. Alves de Lima, para informar sobre as negociações envolvendo o governo federal e uma comissão americana sobre estudos e exploração da borracha na Amazônia. Informou, ainda, que as negociações envolviam a concessão de benefícios fiscais e doação de terras, por parte dos governos do Pará e do

⁴² Segundo Costa, em 1929, os Estados Unidos consumiam 58% da produção mundial de borracha natural, algo em torno de 475 mil toneladas, que estavam sob controle das colônias inglesas (67%) e holandesas (24%), cujas plantações se localizavam no sudeste asiático.

⁴³ O declínio da produção e a queda dos preços são decorrentes da entrada da borracha produzida no Sudeste asiático pelas colônias inglesas com melhores preços e maior produtividade (OLIVEIRA; SCHOR, 2009).

⁴⁴ Criado por decreto do governo Hermes das Fonseca, trazia em seu teor a concessão de bonificações para quem plantasse seringueiras e construísse infraestrutura, como estradas-de-ferro, hospitais, instalações portuárias e residências, que alojassem a mão de obra existente e facilitassem o escoamento da produção. A abolição de impostos para importação e exportação e a abertura de linha de crédito especial completavam os incentivos fiscais criado pelo governo. Mas a falta de verbas públicas e privadas, de pessoal qualificado e de um mercado interno desenvolvido, assim como um mercado externo sem qualquer controle brasileiro, tornou o plano inviável (MAHAR, 1978).

Amazonas para que o capital americano pudesse ser atraído para a região. Vejamos trechos dos documentos que informam essas condições

[...] Havendo tomado parte muito insignificante na ida da Comissão Americana de Borracha, para a exploração e estudos da nossa hevea no valle do Amazonas, tive occasião de acompanhar daqui as continuas conferencias entre v. exc. e os ministérios da Agricultura e do Exterior sobre a conveniencia dos dous governos, do Pará e do Amazonas, abrirem mão de vez, dos impostos de exportação, dando como substituto o imposto de capital, baseado sobre uma porcentagem fixa e invariavel, durante um praso limitado de annos, continuamente renovado – único meio de attrahir o capital estrangeiro que alli se queira encaminhar. Ficou tambem assentado que os dous governos estaduaes facilitariam, caso fosse necessário, a entrada de trabalhador chinês, bem como a concessão de grandes áreas de terras públicas para o plantio extensivo desse mesmo producto, além de outras deliberações. [...] quer dizer me parece que seria de bom plano o Estado do Pará fazer concessões gratuitas as empresas que primeiramente se organizarem para este fim, a exemplo das Índias Orientaes que, por meio sagaz e intelligente, desbancaram a borracha do Brasil em tão curto prazo. [...] No meu humilde modo de pensar, as áreas que mais convieriam ás companhias estrangeiras são as que margeiam a bocca do Amazonas, mais proximas, mais accessiveis aos mercados mundiaes (BARREIROS, 1928, p. 11, 12).

Aceitando as orientações da instância política federal, o governo informou poder atender todos os “favores visados”, o que foi concretizado pelo apoio dado à criação da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB)⁴⁵ e na doação de terras, antes mesmo da aprovação pelo legislativo estadual do termo de concessão, pelo período de 50 anos. A proposta elaborada pelo governo paraense permitiu o repasse de um milhão de hectares de terra na margem direita do rio Tapajós, localizada nos municípios de Aveiro e Itaituba, posteriormente estendida para Belterra, no município de Santarém, ambos no estado do Pará, para a empresa americana.

Diz o governador que “dessa forma, o Sr. Henry Ford tem no Pará todas as facilidades para a aplicação e desenvolvimento de seu capital e, posso afirmar-lhe todas as garantias de uma terra policiada, com governo certo e justiça organizada e respeitada” (BARREIROS, 1928, p. 15).

Dentre as cláusulas do contrato, concedia-se à CFIB o uso intensivo da natureza, com plantação de seringueiras, exploração mineral, utilização dos rios para navegação, construção de represas e açudes para a produção de energia, construção de estradas, rodovias, aeroporto, enfim, o sistema de comunicação terrestre, fluvial e aéreo, além de edifícios, fábricas, armazéns, hospitais, depósitos e tudo mais que se fizesse necessário. Outros direitos ainda foram concedidos à Ford, como exportar e importar produtos brutos ou industrializados, instalar núcleo de povoamento, contratar pessoas de dentro e fora da região, inclusive estrangeiros, e realizar pesquisas minerais. Dos termos do contrato, constava ainda a assistência do Estado na isenção de taxas e impostos, fossem elas federais ou estaduais e o

⁴⁵ Conforme o estatuto da sociedade anônima da CFIB publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 23/10/1927.

direito de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, das benfeitorias feitas pela empresa ao fim do termo de concessão. O retorno esperado com o empreendimento pelo governo do estado era de 7% do lucro líquido da empresa, sendo 5% para ele e 2% para os municípios envolvidos, depois de 12 anos da implantação do projeto⁴⁶. Dessa forma, todos os componentes básicos estavam dados para assegurar a viabilidade do empreendimento: apoio estatal, solo fértil, rios navegáveis, abundância de terras disponíveis e a possibilidade de recrutamento da mão de obra barata. Tudo isto *ad referendum* do parlamento estadual⁴⁷.

Esse “ato de generosidade” do governo estadual não passou despercebido pelo senador paraense Sousa Castro, que fez denúncias de favorecimento do capital americano na Amazônia⁴⁸. Essas denúncias ganharam repercussão na imprensa nacional, tal como as decorrentes disputas entre as oligarquias locais e os jornais a ela alinhados, como veremos pelas notícias veiculadas no período, que se posicionavam contra ou a favor das medidas adotadas pelo governo do estado para atrair o capital americano para a região. As críticas do senador referiam-se à doação de terras, à falta de transparência pública quando da realização do acordo, à contratação de mão de obra estrangeira em detrimento da mão de obra nacional e aos benefícios fiscais recebidos por Henry Ford, referindo-se a uma possível venda do Pará aos americanos⁴⁹.

Essa entrevista foi tratada pelo governo paraense como uma infelicidade, uma injúria, um ataque pessoal aos integrantes do governo e ao próprio governador Dionysio Bentes. Diz a nota do governo:

⁴⁶ Segundo Russell (1942), o tempo estimado para obter retorno econômico de um investimento feito em *plantation* de seringa era de 5 a 10 anos após o investimento. Chamamos que quando este autor se referiu à concessão do Tapajós como “terras sem dono”, possivelmente porque desconhecia que a floresta era habitada por populações cujo contato com brancos (colonizadores portugueses) remete ao século XVII, podendo também estar associado ao discurso do “vazio demográfico” como já vimos anteriormente com base na “fala do desenvolvimento”.

⁴⁷ Conforme constou no contrato assinado entre o governo do estado do Pará e a CFIB, datado de 21/07/1927, e ratificado pela lei nº 2.292 de 03/10/1927, aprovada pela Assembléia Legislativa do estado.

⁴⁸ Sob o título “A concessão escandalosa”, o senador Sousa Castro “articula veementemente replica, pela ‘Gazeta de Notícias’, á nota official ao dr. Samuel Mac-Dowell. – um vibrante editorial da ‘Gazeta’ sobre o caso (O ESTADO DO PARÁ, 15/05/1928, p. 1). Notar que este editorial se insere em um conjunto de outras notícias do período, como “A concessão Ford: a restauração do regimen das capitánias (O ESTADO DO PARÁ, 23/05/1928, p. 1).

⁴⁹ O Jornal O Estado do Pará, em matéria intitulada “Nas terras do Sr. Ford”, noticiou que 400 trabalhadores abandonaram os serviços da Companhia por conta dos baixos salários e da péssima qualidade da alimentação servida a eles. Muitos foram detidos pela polícia de Santarém que os aconselhava a voltarem para as plantações em Fordlândia, mas muitos já haviam se dirigido à capital, Belém (O ESTADO DO PARÁ, 28/11/1928, p. 1). “Com a chegada desses trabalhadores confirma-se as noticias de exploração que estão soffrendo os nossos patricios nas concessões escandalosas que o Sr. Dionysio [governador do Pará] fez ás empresas estrangeiras”. [...] quanto Sr. Ford, não há fugir do dilemma: ou o milliardario está no desconhecimento dessas malvadezas praticadas á sombra de seu nome, e compre-lhe para logo despachos os prepostos que o compromettem; o pretende transformar o Pará em colônia de seu paiz e os paraenses de boa fé em mulatos de sua senzala” (O ESTADO DO PARÁ, 02/12/1928, p. 1). No final do mesmo mês, com a chegada dos trabalhadores em Belém, noticia-se a ameaça da polícia de Santarém para eles se retirassem da cidade em 24 h ou seriam presos e também a ação armada de intimidação desses trabalhadores que eram tratados como “desertores”, pela força policial existente em Fordlândia (O ESTADO DO PARÁ, 28/12/1928, p. 2).

Má fé existe em asseverar o Sr. Sousa Castro, sem pestanejar, que o concessionário pretende introduzir imigrantes estrangeiros, sem cogitar do trabalhador nacional, quando a cláusula respectiva é expressa no sentido de ser aproveitado de preferência o trabalhador nacional; como em repetir a ballela de gosar o Sr. Ford de isenções de impostos estaduais e municipais para toda e qualquer actividade que exerça no Estado, quanto a concessão é clara e expressa no sentido de que tal isenção se applica ao objeto da concessão, ficando o Sr. Ford em pé de igualdade com qualquer outra pessoa, a todos os respeitos e para todos os fins, no tocante ás actividades a que allude a causula XXVI, por força dos inequívocos termos dessa cláusula que declara taes actividades independentes da concessão, com o intuito precisamente de tornar inequivico que o Estado não estabeleceu um regimen de privilégio, mas só convencionou valores inherentes á concessão, accessíveis a qualquer outra pessoa idônea, nacional ou estrangeira, que pretenda uma concessão identica á que foi feita ao Sr. Ford (BARREIROS, 1928, p. 32).

Argumentamos que esses fatos envolvendo o governo e seus opositores expressavam os grupos de poder existentes no estado do Pará e os interesses envolvidos nas tomadas de posições. Os posicionamentos da própria imprensa no período estão associados a isso: quem eram os proprietários dos jornais, a que grupos políticos pertenciam no âmbito estadual e regional e em que alinhamentos se inscreviam no plano nacional. Advinham daí, as críticas ásperas e as defesas apaixonadas de suas posições publicadas nos jornais Folha do Norte e O Estado do Pará, de circulação local, e o Correio da Manhã, A Gazeta de Notícias e O Paiz, de circulação no Rio de Janeiro, conforme mostra o trabalho de Barreiros (1928).

Por fim, é importante ressaltar que o processo de extração do látex em Fordlândia e Belterra foi diferente do implantado na Amazônia no período do *boom* da borracha, no final do século XIX e início do século XX, pois as relações de produção não estavam vinculadas ao sistema de aviamento⁵⁰ que criava obrigações quase servis entre o seringueiro⁵¹ e o seringalista. Para Santos (1980), o aviamento surgiu como resultado do contato da sociedade amazônica com a economia monetarizada do capitalismo industrial europeu, desenvolvendo-se com base na exploração da mão de obra, na baixa participação ou quase inexistência de dinheiro nas trocas, no uso de técnicas rudimentares de produção e na presença de agentes intermediadores que garantiam a conexão com o mercado americano e europeu e recebiam grande margem de lucro com o difícil processo de extração do látex. A desconfiança da população cabocla com a moeda oficial dava-se por conta de sua constante desvalorização por parte do Estado e pela identificação de um processo sistemático de falsificação que sempre

⁵⁰ “Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadoria a crédito. O ‘aviador’ [seringalista] de nível mais baixo fornecia ao extrator [seringueiro] certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumento de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo ‘aviador’, o qual acrescentava ao valor das utilidades os juros normais e mais a margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar de juros extra” (SANTOS, 1980, p. 159). Essa estrutura reproduziam-se em outras escalas com as mesmas características. As relações econômicas envolviam o mercado internacional, as casas aviadoras e exportadoras, os aviadores de primeira e segunda linha e, por fim, os extratores.

⁵¹ “O seringueiro, em sua maioria retirante nordestino, era o último elo da cadeia econômica. Aparentemente, era livre, mas a estrutura econômica o colocava em situação de trabalho semelhante à relação de servidão” (SARGES, 2002, p. 79).

representava perdas significativas. Isto fez com que o aviamento, ou seja, a instauração de uma espécie de crédito sem dinheiro fosse o mecanismo através do qual se sustentava a economia da borracha. O que conferia à moeda, nesse período, apenas medida de comparação.

A CFIB implantou, em Fordlândia e Belterra, um sistema de produção baseado na constituição da força de trabalho em bases assalariadas, na plantação planejada em áreas definidas em quadras, no disciplinamento dos trabalhadores em hierarquias sociofuncionais e na construção de uma cidade na floresta⁵², tendo como referência o sistema fordista de produção, algo que ainda não havia sido experimentado na região.

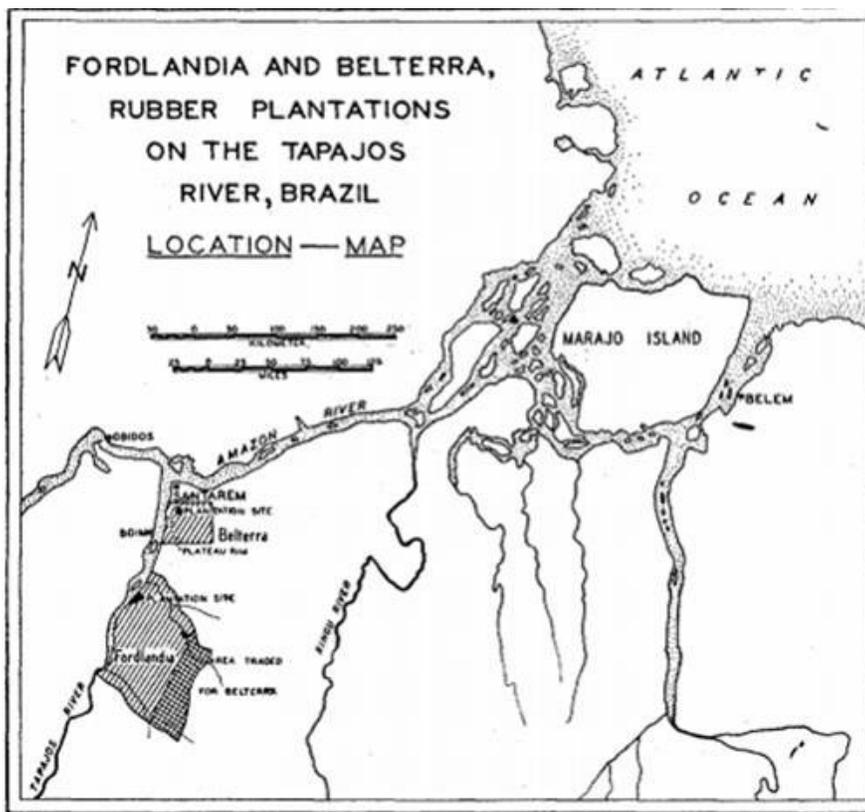


Figura 1: Localização da *Plantation* de seringa no Tapajós.

Fonte: Russell, 1942.

⁵² Consideramos relevante a análise de Trindade Jr (2010, p. 118) ao distinguir o uso dos termos “cidades da floresta” e “cidades na floresta”. O autor assinala que o primeiro termo remete à Amazônia da década de 1960, pois “suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada”. Relações que estavam mais ligadas ao seu entorno e às localidades mais próximas. Contudo, convém observar que o termo “cidades da floresta” não está apenas associado ao passado, visto a atualidade dessa proposição. Trindade Jr (2010, p. 118, 119) fala dos fortes enraizamentos das “cidades ribeirinhas” com o rio, o entorno, a natureza e com a característica socioeconômica e cultural local e regional. Isso pode ser exemplificado, segundo ele, pelo uso do rio para a satisfação de necessidades alimentares, de lazer, para o transporte de mercadorias e pessoas e por “sua importância na construção do imaginário sociocultural”. Já o termo “cidades na floresta” está associado aos nexos e exigências do mercado nacional e internacional demandante de matéria-prima, uma vez que estas se caracterizam por ser base dos grandes projetos que se instalam na região para a exploração econômica da “madeira, minério, fragrância, espécies animais e vegetais, turismo”. E, por serem objetos artificiais, transformam-se em enclaves urbanos à medida em que negam a forma de organização socioespacial e cultural local e regional.

Em seu estudo sobre o fordismo, Gramsci (1988) observa que sua racionalidade econômica exigia um novo tipo humano, adequado às novas formas de trabalho e produção, perfil este conseguido através da combinação dos mecanismos de coação e consentimento. Os primeiros podem ser realizados por meio de uma rígida disciplina e pelo controle empresarial da vida privada do trabalhador para evitar o desperdício de energia deste e como forma de não prejudicar o processo de trabalho e produção, já que o mesmo exigia um movimento repetitivo, mecânico e preciso. “A exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos passos da automação” (GRAMSCI, 1988, p. 399). Em relação ao consentimento, um bom salário e a perspectiva da melhoria de sua condição de vida serviriam como elementos de convencimento à aceitação da proposta da empresa.

Na fala de Henry Ford podemos evidenciar essa proposição:

[...] Numa oficina, o fio é o operário munido de sua máquina; se o operário não for hábil, a máquina também não o será; se esta não prestar, nada valerá aquele. Todas as vezes que se emprega mais força que o trabalho exige, há desperdício (FORD, 1954, p. 26).

Assim, o que temos em Fordlândia e Belterra é a instalação de novas práticas produtivas sob a racionalidade do lucro e das exigências do capital internacional. Práticas que consistem numa ação destruidora dos modos de vida preexistentes e são demandantes de um novo tipo humano, que deve ser (re)socializado na cidade, disciplinado, controlado e preparado segundo as exigências das premissas fordistas de produção.

Argumentarmos que as diferentes temporalidades, expressas pela vida do lugar e pelas exigências do capital de base fordista da CFIB, vão produzir um híbrido de práticas materiais e simbólicas dos diferentes grupos sociais na cidade que, em alguns momentos, se enfrentam, se evitam ou sobrepõem. Dito isto, podemos pensar nas dimensões do universal, do particular e do singular, como momentos de um mesmo processo, como vimos em Lefebvre (1987), e trabalhar na perspectiva da conexão dessas escalas, respeitando o contexto das condições históricas que a produziram.

Data de 1928 a chegada da CFIB na localidade de Boa Vista, às margens do rio Cupari, posteriormente denominada de Fordlândia. Dois navios americanos trouxeram as máquinas e os equipamentos necessários para construir no lugar a cidade-empresa que seria base para a atividade de exploração da seringa na região do Tapajós. Conforme noticiou o New York Times, em 26 de julho de 1927, o navio Lake Ormoc partiu de Detroit naquele dia rumo à Santarém, no Brasil, para abastecer de suprimentos, máquinas, pessoal e equipamento,

em sua primeira operação, o seringal de Henry Ford na Amazônia⁵³. Hospitais, oficinas, casas, escolas, cinemas, estradas, serraria, depósitos, restaurante, campo de futebol, igreja, sistema de abastecimento de água e energia, ferrovia, dentre outros, constituíram a infraestrutura erguida pelo empreendimento americano⁵⁴.

Os porões do Ormoc e do Farge estavam com o maquinário e materiais necessários para iniciar e manter a plantação: uma escavadeira a vapor, geradores elétricos, máquinas para a construção de estradas, tratores, enxadas, pás, uma britadeira, uma enorme máquina de fazer gelo, equipamentos hospitalar, misturadores de concreto, uma serraria, bate-estacas, destocadores, um rebocador a diesel, pequenas lanchas fluviais, prédios pré-fabricados, um depósito desmontado e reciclado da fábrica da Ford em Highland Park, estacas de aço estrutural pré-fabricado e pronto para a rápida construção de prédios, amianto para uso nos tetos como isolantes, dispositivos para encanamentos, material de escritório, roupas, medicamentos e alimentos [...] havia uma ferrovia – locomotiva, trilhos e conexões – [...] num total de um milhão de dólares em produtos (GRANDIN, 2010, p. 134-135).

A CFIB promoveu o recrutamento de mão de obra dentro e fora da região. No ano de 1929, a força de trabalho era formada de 2.825 empregados, inclusive estrangeiros. Eram migrantes nordestinos - principalmente cearenses, mas tinha paraibanos e pernambucanos, além de baianos e potiguares - e de outras regiões, como os mineiros, e pessoas oriundas da Amazônia, como aquelas residentes nas proximidades dos rios Tapajós, Arapiuns, Amazonas e Lago Grande (AMORIM, 1995; SENA, 2008). O grupo dos estrangeiros, minoritário, era constituído por holandeses⁵⁵, italianos, russos, japoneses, chilenos, chineses, peruanos, portugueses, alemães, barbadianos e sul-africanos e compunham o quadro sociofuncional, formado por técnicos especializados e peões, cuja direção estava sob coordenação americana. Podemos, assim, aferir a diversidade da mão de obra em Fordlândia e, posteriormente, em Belterra, conforme relatos colhidos em campo.

Segundo Cohen (1929), as atividades profissionais, em Fordlândia, estavam divididas em 26 seções: oficinas de máquinas a vapor, carpintaria, eletricidade, pintores, usina central, encanadores, serraria, garagem, marinha, armazéns, estivadores, pecuária, hoteleiros, médicos e enfermeiros, cozinheiros e copeiros, higiene, capatazes e apontadores, escritório, estradas, serviços gerais, brocas e derrubadas, capinação, plantação, extratores de lenha para a usina,

⁵³ Disponível em: <<http://select.nytimes.com>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

⁵⁴ Parte da imprensa paraense também aderiu entusiasmadamente à presença dos navios de Ford na Amazônia, conforme matéria publicada em Belém. “Desde ante-hontem ansiosamente aguardado em nosso porto, procedente de Detroit, ponto na America do Norte onde o billionario Henry Ford, age fazendo repercutir pelo mundo afora o valor actividade, Energia, intelligencia e amor ao trabalho, aqui, finalmente, aportou hontem, ás 3 horas da tarde, o navio hospital-laboratorio e officina “Lake Ormoc” de propriedade da Ford Motory Company. [...] em transito para Santarem traz o “Ormoc Lake” duas mil e duzentas toneladas de carga geral, constituída de materiaes diversos” (FOLHA DO NORTE, 04/09/1928, p. 1).

⁵⁵ Como é o caso de J.J.A.F. Reukema, nascido em Haya (Holanda), em 1894 e contratado pela CFIB, aos 45 anos de idade, em 1937. Deixou mulher e filhos no país de origem, mas foi desligado em setembro de 1939, conforme consta no registro de empregado da empresa.

dentre outros diversos trabalhos e trabalhadores. Cerca de 20 nações estavam representadas. Além das citadas, tinha ingleses, dinamarqueses, suecos, austríacos, franceses, australianos e suíços. Dessa forma, nomes como Oxholm, Efira, Ostefeld, Kerby, Maurice, Lassila, Reed, Otto, Rougg, Bromilder, Rodolphe, Johansnem, Carey, Carr, James e Ricker passaram a fazer parte do universo vocabular dos trabalhadores brasileiros e de outros latinos.

A Companhia convocava trabalhadores para as plantações também através dos anúncios em jornais, onde prometia Cr\$ 9,00⁵⁶ por dia para trabalhadores em geral e Cr\$ 6,00 para trabalhadoras. Oferecia gêneros alimentícios (farinha, arroz, feijão, açúcar, charque, carne fresca, banha, manteiga, café e leite condensado) a preços baixos. Para os seringueiros, em Fordlândia, pagava Cr\$ 11,00 por dia e, em Belterra, CR\$ 10,00 para seringueiros enxertadores. Comprometia-se em dar creche, moradia, escola, uniforme e material escolar para os filhos dos empregados, assistência médica, hospitalar e dentária para toda família (JORNAL DE SANTARÉM, 30/10/1943).

Muitas famílias de trabalhadores vieram de Fortaleza (CE), mas foram recrutadas em hospedarias de Belém (PA)⁵⁷. Um de nossos entrevistados, Sr. Tica, hoje com 74 anos de idade, veio para Belterra com seus irmãos seguindo o sonho do pai, funcionário público, de virar seringueiro e ficar rico.

Eu vim parar aqui porque meu pai, ele tinha muita vontade de ser seringueiro, cortar seringa no Acre, né. Naquele tempo, o Acre era o eldorado do cearense, muito cearense vinha pra cá, pro Acre, trabalhava um ano e voltava pra lá com dinheiro e o povo ficava, né, ouriçado com aquilo e vinha mais e mais, e mais, e papai era um desses incutido com essa vida. Inclusive ele não tinha menor necessidade de vir, porque ele era funcionário público lá, mas ele, era o desejo dele, era um sonho de vir pro Acre. Então, ele reuniu a família que já era de seis filhos, onde eu já tinha seis anos e veio aos trancos e barrancos com a passagem grátis que o governo dava devido à seca (TICA, Outubro, 2009)⁵⁸.

⁵⁶ Até 1942, a moeda brasileira era o mil-réis. A partir de então, passou a ser o cruzeiro.

⁵⁷ Conforme Costa (1993), o trabalhador recrutado pela Companhia fazia exames médicos em Belém. Caso aprovado, era embarcado para as plantações no Tapajós, tendo o valor da passagem descontado nos primeiros salários. Ao chegar às plantações, era entregue ao chefe de polícia para revista e apreensão de eventuais armas ou bebidas. Seguiam-se novos exames médicos, prescrição de remédios, vacinas e quarentena por dois dias para observação.

⁵⁸ Seca que expressa uma parte do Nordeste tão bem retratada nas análises de Freire (1985, p. 5). “A palavra Nordeste é hoje desfigurada pela expressão ‘obras do Nordeste’ que quer dizer: ‘obras contra as secas’. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. O sertão de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como uma alma do outro mundo com medo do sol”. O outro Nordeste a que se refere o autor é o da cana-de-açúcar, das casas-grandes dos engenhos, dos sobrados de azulejo e das classes abastadas.

Apesar dos altos investimentos, no valor de 20 milhões de dólares, o projeto fracassou em Fordlândia, em 1934⁵⁹, e depois em Belterra, no ano de 1945. O relatório elaborado pelo diretor-chefe da Companhia em Fordlândia, Archibald Johnston, informava que

As construções temporárias foram abandonadas logo no início de 1933. Esta mudança foi devido à restrições governamentais sobre certos tipos de árvores e os altos custos de produção prevaleceram em decorrência da topografia repleta de morros em Fordlândia. Por este motivo e muitos outros decidiu-se procurar por uma nova localidade para a expansão futura. Os custos de manutenção e estudos sobre seringueiras localizadas aos pés de morros são enormes e o crescimento das árvores é retardado. Na verdade, a manutenção de parte da plantação já foi abandonada e as áreas condenadas. Para piorar estes contratemplos, somente os menores tipos de barco podem navegar rio acima, durante a estação de seca. A esta altura 1.732 acres da plantação de Fordlândia foram condenados, restando 6.444 acres de cultivo de borracha nos quais a manutenção continua. Existem 839.000 árvores nessa área das quais somente uma pequena percentagem está desenvolvida (JOHNSTON, s/d, s/n).

Acrescente-se análises de trabalhos posteriores que também indicam fatores que contribuíram para esta situação, dentre os quais podemos citar: o atraso nas operações, a má escolha da localização do empreendimento e o “mal das folhas”, doença que atacou os seringais (SENA, 2008); além da forma acidentada do terreno para o desenvolvimento do cultivo da seringueira, o distanciamento do projeto em relação ao porto de Santarém (principal cidade naquela região e lugar de concentração da mão de obra disponível) e a dificuldade de navegação dos navios maiores durante o período da estiagem (CRULS, 1939).

Ademais, os 25 homens enviados por Henry Ford para a Amazônia com a missão de implantar o projeto mostravam desconhecimento sobre clima, solo, rios, cultivo de seringueiras e sobre a vida social na região. Eles tinham uma visão simplista da técnica e desprezo pelo conhecimento científico. Eram práticos que faziam antes e planejavam depois, e queriam repetir na floresta os mesmos procedimentos usados na linha de produção de uma fábrica. A Companhia concluiu, então, que as plantações em Fordlândia não davam retorno econômico. E, mesmo tendo investido US\$ 7 milhões de dólares e seis anos de trabalho, depois de consultar especialistas sobre o assunto, optou, em 1934, pelo deslocamento para Belterra, onde desenvolveria a nova plantação e construiria uma nova cidade (GRANDIN, 2010)⁶⁰.

⁵⁹ Data de 04/05/1934 a assinatura do termo de permuta que concedeu novas terras para serem exploradas pela CFIB com a extensão de 281.500ha (duzentos e oitenta e um mil e quinhentos hectares), denominada de Belterra, conforme termo aditivo assinado entre o governo do estado, representado no ato pela Diretoria Geral de Obras Públicas, Terras e Viação, e a CFIB, por intermédio de seu Diretor-Gerente, Archibald Johnston.

⁶⁰ Já em 1941, Fordlândia praticamente servia de campo experimental de pesquisa e laboratório da Companhia. Naquele ano, foram condenados 3.425.95 hectares. Resultado este que contrariava as expectativas da CFIB, visto que nos planos iniciais previa-se a produção de 1.200 a 1.400 quilos de látex por hectare plantado (RUSSELL, 1942).

O deslocamento do projeto para Belterra constituiu uma tentativa da Companhia de superar o fracasso experimentado em Fordlândia. Com este objetivo, a CFIB realizou a plantação em áreas mais planas, importou um novo tipo de seringueira e usou enxerto nas mudas para torná-las mais resistentes às pragas. Construiu um porto em águas mais profundas e se localizou mais próxima da cidade de Santarém para facilitar o recrutamento da mão de obra. Por fim, permitiu que terceiros pudessem explorar na cidade a oferta de serviços, como bar, sapataria, padaria e barbearia, por exemplo, mas também montou a comissária (pequeno comércio) para ofertar produtos alimentícios mais baratos para seus funcionários. Além disso, permitiu que eles pudessem desenvolver, em seus lotes de moradia, atividades ligadas à agricultura e criação de animais de pequeno porte, uma concessão para evitar situações como o “Quebra-Panela”, movimento que consistiu numa revolta dos trabalhadores contra a imposição de novos hábitos alimentares por parte dos americanos⁶¹.

Durante essa revolta “teve americano que fugiu de canoa para o outro lado do rio com medo de ser morto”. Este é o relato do Sr. Erasmo, lembrando, em entrevista, o que lhe contaram seus pais e outras pessoas com quem conviveu e que presenciaram esses fatos. Seu pai era cearense e trabalhou como operador de máquinas em Fordlândia (ERASMO, Outubro, 2009).

Bensa (1998, p. 59), assinala que “a singularidade de uma época, ou seja, seu modo próprio de organizar e expressar a sua historicidade, reside, é verdade, na tensão gerada pela contemporaneidade de atitudes herdadas do passado e de comportamentos provocadas por novas problemáticas”. São estes os elementos que configuram as tensões e simultaneidade das relações tempo-espaço, passado e presente, lugar e totalidade-mundo.

Assim, é oportuno recorrer a Santos (2008) para estabelecer as mediações entre as escalas (local, estadual, regional, nacional e global)⁶² observando que a prática humana como racionalidade econômica capitalista sob hegemonia do grande capital e do Estado impõe usos

⁶¹ Segundo Costa (1993), este fato aconteceu em Fordlândia, no dia 22 de dezembro de 1930, e teve como elemento motivador a dificuldade da CFIB de abastecer com alimentos seus trabalhadores, o que implicou a introdução de produtos alheios aos hábitos alimentares da região, como o espinafre, por exemplo. Nesse ato de revolta o restaurante, máquinas e equipamentos foram destruídos e houve a ocupação do porto e a proibição, por parte dos trabalhadores, da atracação dos barcos da empresa. Depois de normalizada a situação e retomadas as atividades, a empresa tomou algumas medidas: investiu na produção local de alimentos (plântio de frutas, criação de gado e produção de mandioca e farinha), suspendeu o fornecimento de comida para seus funcionários e abriu concessões para comerciantes explorem os serviços de restaurante, açougue e mercearias, por exemplo. Dessa forma, vamos ter em Belterra, alguns serviços ofertados por terceiros, inclusive migrantes estrangeiros, diante da incapacidade da companhia em resolver por ela mesma tal situação.

⁶² Segundo Sposito (2007, p. 237) convém observar que a multiplicidade das escalas, além das situações já citadas, envolve também o intraurbano e o interurbano, o campo e a cidade. No entanto, adverte a autora, além das relações hierárquicas tradicionais da rede há de se considerar questões que dizem respeito à especialização, complementaridade e concorrência. Segundo ela, esses elementos constituiriam as “relações transversais” que envolvem as escalas geográficas.

do espaço alheios à sua gente e ao lugar. São construtos artificiais fabricados que dão novas funcionalidades ao preexistente sob o domínio da técnica e da informação. Esta ação direcionada tem no discurso do saber competente a sua base de legitimação. É o que Santos chama de espaço usado, resultante dos sistemas de objetos, sistemas de ações e discurso.

Sob essa lógica imposta e externa, os lugares cumprem papéis econômicos na acumulação do capital. Sua solidariedade organizacional pode ser explicada pelos nexos criados de horizontalidade, que se refere aos espaços contínuos destinados à produção⁶³; e de verticalidade, que diz respeito à circulação, distribuição e consumo. Esta última cria o nexo entre os lugares separados e assegura o funcionamento global da sociedade e da economia.

As verticalidades dizem respeito aos pontos no espaço

Que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento da sociedade e da economia [...] dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição e consumo), sendo veículo de cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente [...] [para este caso] a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e do controle [por meio das] relações interurbanas” (SANTOS, 2006, p. 284).

Segundo Santos (1992, p. 98), é a mecanização do planeta criada pela racionalidade mercantil, sob comando e em benefício das firmas, estados e classes hegemônicas. Assim, a natureza é “instrumentalizada, domesticada e apresentada como sobrenatural”. Com a economia mundializada, “cada lugar é o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas”, mas operam sob a mesma racionalidade “na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias, do capital e do trabalho”.

Por isso, argumentamos ser possível, por meio da análise dos modos de vida existentes na cidade de Belterra identificar como a inserção do lugar sob a lógica do capital da economia mundializada impõe novas formas de uso e apropriação da natureza, ao mesmo tempo em desarranja ou desestrutura os modos de vida preexistentes, ao recrutar a mão de obra na área rural do Tapajós ou por meio da migração de outras regiões do país, e submetê-la a um processo de (re)socialização na cidade por meio do disciplinamento e do controle de base fordista para a formação do novo tipo humano necessário à atividade industrial⁶⁴.

⁶³ As horizontalidades são as “extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade [...] a fábrica da produção propriamente dita é o lócus de uma cooperação mais limitada” (SANTOS, 2006, p. 284), bem como as relações entre o campo e a cidade, por exemplo. Diz Ribeiro (2011) que “na horizontalidade, estão as relações sociais que configuram a vida dos lugares”.

⁶⁴ Relembramos que os modos de vida, segundo Cândido (1971), estão relacionados aos hábitos, condutas, técnicas e instituições adquiridos por herança cultural ou desenvolvidos localmente. Dessa forma, envolvem as formas de produção da existência e a satisfação de necessidades imediatas e duradouras (relações com a natureza, técnicas usadas para adquirir e produzir alimentos, construir moradia e vestuário, as preferências alimentares etc.) e as relações de sociabilidade.

Como veremos a seguir, trata-se de um conjunto de transformações materiais e simbólicas impostas pelo sistema fordista de produção, visto que aqueles trabalhadores não detinham as condições técnicas para o desenvolvimento da atividade industrial. Dessa forma, o treinamento pontual e fragmentado, produziu transformações radicais no âmbito da experiência e da prática daqueles indivíduos: um tipo de “transmissão de conhecimento prático e específico de um *ethos* capaz de assegurar o êxito da atividade econômica”. Temos assim, para fins de novos parâmetros de organização da vida social do lugar o “patrimônio objetivado de outra *civilização*” (grifo nosso), alheio e externo à sua formação sociocultural primeira. É a universalização das trocas monetárias do mundo urbano que converte o dinheiro em necessidade universal e absoluta, conforme analisou (BOURDIEU, 2006, 33, 37).

Essas transformações também vão interferir profundamente nas formas de uso do tempo e do espaço por estes migrantes. Isso nos leva a propor, como primeira aproximação, a definição de tempo como a duração e a intensidade da vida social e, de espaço, como o lugar onde a vida social acontece (LEFEBVRE, 1991).

Contudo, não podemos abdicar das formulações de Elias (1998) sobre o tempo. Segundo ele, o tempo refere-se à sequência dos acontecimentos, dos movimentos repetitivos e padronizados, medidos e controlados socialmente com ajuda do relógio (tempo cotidiano) e do calendário (semanas, meses e anos). Com base em Elias (1998) podemos dizer que a noção de tempo está sempre presente na vida social: a hora de dormir ou acordar, de ir à escola ou ao trabalho, a hora do cinema e da partida de futebol e a duração desses espetáculos. A distribuição das tarefas por dia, semana e mês, medida e controlada pelo relógio de pulso ou de ponto, pelo calendário, pela frequência da caderneta escolar ou pelas anotações da produtividade profissional; nas visitas ao médico e a periodicidade das vacinas, etc.

Para o lugar estudado, o uso do tempo estava associado, sobretudo, ao trabalho. Ao apito da sirene para acordar e se posicionar diante dos seringais, ao intervalo do almoço e ao horário do fim do expediente. À presença controlada por um apontador que anotava diariamente o número do trabalhador inscrito numa placa de metal que este carregava no peito durante a jornada de trabalho e à produtividade do dia, previamente determinada, de cujo resultado dependeria a sua continuação ou não na empresa. Enfim, argumentamos que não podemos separar tempo e espaço, pois estes são imprescindíveis para o entendimento da vida social, respeitando, é claro, o contexto específico dessa relação. Dito isto, podemos aferir com base em Elias, que tempo é uma representação mental que possuímos das sequências temporais, adquiridas por meio da socialização institucional ou familiar e por mecanismos de coerção e controle.

Estas definições são importantes, pois as mediações que se estabelecem entre os diferentes grupos sociais, e destes com a natureza, se dão em bases desiguais, conforme poderemos observar nas análises seguintes.

2.3 A experiência da CFIB em Belterra: dos modos de vida do lugar à produção do urbano na Amazônia

Interessa-nos analisar, nesta seção, como se deu a produção do urbano em Belterra. Para isto, devemos nos perguntar que transformações ocorreram naquele lugar aonde a cidade não existia e as pessoas viviam basicamente da atividade agrícola, da pesca e da coleta dos frutos da floresta? Que ações o capital realizou para concentrar mão de obra? E em que bases ocorreu a (re)socialização da população migrante na cidade-empresa de Henry Ford?

Recorremos a Lefebvre (1991, p. 71) que apresenta um esquema abstrato para analisar a urbanização, cuja proposição parte da “urbanização zero (inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária, da produção agrícola, do campo) [até chegar à] urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura)”⁶⁵. Se fizermos um exercício empírico tomando por base parte dessa proposição teórica, podemos apresentar o seguinte quadro em relação à Belterra: com a CFIB, o grande capital levou para a cidade e para o urbano grupos sociais que até então viviam da extração de frutos da floresta, da pesca e da agricultura nas margens dos rios Tapajós, Arapiuns, Amazonas e Lago Grande, deslocando-os do lugar do trabalho (o campo, os rios, a floresta) e das relações socioculturais que os envolviam (vinculadas ao rural e à natureza). A caça, a pesca, o cultivo da terra, a brincadeira com as crianças na praia, a lavagem de roupa, o passeio de canoa e o banho de rio deixaram de ser parte de seu cotidiano, quando o barco da CFIB passou nas localidades recrutando mão de obra para levá-la até o acampamento provisório da empresa, na localidade de Porto Novo, em Belterra, onde se

⁶⁵ Para viabilizar a industrialização (LEFEBVRE, 2002, p. 69), é necessário que o capital avance sobre o campo e sobre a natureza em busca da fonte de energia, matéria-prima e mão de obra. Criar a cidade, é a condição essencial para (re)socializar a população ou, em outras palavras, urbanizar a sociedade. Desse modo, a cidade como espaço do poder político, econômico, social e cultural passa a ser protagonista, por meio das classes dirigentes, das instituições e regulamentações criadas para este fim que, num processo de longa duração, desprende a vida urbana da industrialização para, enfim, constituir a sociedade urbana, “sentido e finalidade da industrialização simplesmente porque nasce dela, a engloba e a encaminha em direção a outra coisa”. Temos assim, a instauração da divisão social e territorial do trabalho (LEFEBVRE, 1991) que separa e define o campo, como o lugar da natureza, da representação, do original e da agricultura, que deve dar lugar às funções de organização, direção, produção e do trabalho intelectual, representada pela cidade, para onde deve convergir todo o aparato necessário para viabilizar, para o caso estudado, os projetos estratégicos da CFIB. Convém lembrar com base neste autor, que no mundo da mercadoria a cidade é o lugar da produção, circulação e apropriação da riqueza produzida. De forma que os construtos da cidade expressam uma visão de mundo e as relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais que nela vivem.

iniciou o projeto. Lá o tempo da vida social ainda não era cronometrado pelo relógio, diferente do que enfatiza Simmel (1967) ao estudar a vida na cidade. Estes são elementos comuns das várias narrativas colhidas por meio de entrevistas que nos permitiram situar o contexto de implantação da Companhia Ford Industrial do Brasil no lugar.

Na localidade de Irussanga, em Belterra, ainda hoje vivem 19 famílias que são descendentes daqueles grupos sociais que já habitavam a região antes da chegada dos americanos. São famílias que vivem da caça (veado, paca, cutia, tatu), da pesca (pescada, chaperema, aracu, jaraqui, tucunaré), da produção de mandioca (farinha e tapioca), da plantação de muruci, taperebá, da extração do caju e da torrefação de sua castanha, esta última vendida aos visitantes das praias e igarapés nos fins de semana. Socorro, outra de nossas entrevistadas, esclarece que as “famílias tradicionais não são os indígenas ou quilombolas, mas os descendentes destes que vivem em uma comunidade há muito tempo, meu avô, minha avó, meu pai, minha mãe”. Segundo seu pai, de 71 anos de idade, em 1926, por lá já viviam oito famílias parentes, como tias e avós. “Antes mesmo da Ford vir para Belterra, já existiam os moradores da área”. Não só lá, mas na comunidade de Porto Novo também moravam alguns parentes dele. “Meu pai me contou que minha avó contou para ele, que veio morar pra cá em 12 [1912], porque o marido dela era músico e eles andavam de canoa nas comunidades tocando” (SOCORRO, Outubro, 2009)⁶⁶.

Antônio, 78 anos, ex-seringueiro, hoje morador da Vila 129, nascido na localidade do Porto Novo nas proximidades do cemitério da Companhia, informa que nasceu em 1933, mas sua mãe já morava por lá antes da chegada dos americanos. Seu pai e sua mãe trabalharam nas quadras de seringa de Belterra e seu padrinho foi capataz no mesmo período.

Apesar da escassez da mão de obra para as plantações, a orientação interna na CFIB era a de manter distância dos indígenas, uma vez que eles não eram considerados “domesticados”, nem “aptos ao trabalho”. Adjetivos como “preguiçosos”, “indisciplinados” e “traíçoeiros” faziam parte do discurso de seus dirigentes, conforme apresenta o estudo de Grandin (2010).

Santos (2006), tratando das relações entre sociedade e natureza, e das transformações ocorridas nesta última por conta das técnicas utilizadas socialmente nos lugares habitados e criadores de meios artificiais, destaca que:

⁶⁶ Estamos a 100 anos do acontecido, que pode ser capturado por conta da história oral e da trajetória de vida familiar que se apresenta no momento da pesquisa. Mais a diante vamos tratar da questão da soja na cidade de Belterra e seu entorno, período em que, passados 66 anos do fim do projeto Ford, novo conflito se repete, agora com netos e bisnetos dos antigos seringueiros da CFIB. Dessa forma, podemos pensar na dimensão geracional dos conflitos socioambientais.

Quando o meio era natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos que eram considerados essenciais para o exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material do grupo [...] as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação [...] a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida [...] esses sistemas técnicos sem objetos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem insolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a constituir (SANTOS, 2006, p. 235-236).

Naquele lugar, como indicam os relatos sobre o modo de vida preexistente a atividade humana não era predatória e o dinheiro pouco circulava. A aparição deste, através do salário, constituiu um forte atrativo que, associado à possibilidade de melhoria nas condições de vida material, serviu como elemento motivador para que aquela população aceitasse se deslocar para trabalhar na Companhia. Este deslocamento significou abrir mão de seu modo de vida e de sua relação com a natureza em bases não monetárias, cuja orientação se dava mais pelo valor de uso e menos pelo valor de troca⁶⁷.

E, sobretudo, significou uma reestruturação da vida social. A (re)socialização dessa população na cidade deu-se através do treinamento, da disciplina, do controle e da produção, por meio de sua submissão às novas formas de trabalho então instituídas: assalariamento, horários estabelecidos, tarefas pré-determinadas e produtividade aferida e controlada diariamente, sob a forma de um contrato de trabalho que regulamentava o conteúdo dos atos sociais dessas relações. Estava em curso a construção do novo tipo humano exigido pela racionalidade econômica, uma vez que adequado às novas formas de trabalho e produção. Este perfil foi estabelecido em Belterra através da combinação dos mecanismos de coação e consentimento, conforme analisou Gramsci (1988) em seu estudo sobre o fordismo.

O valor de troca se sobrepunha ao valor de uso e o tempo lento da vida pretérita ganhava nova velocidade e dinâmica, aquela exigida pelo trabalho sistemático e repetitivo, para a produção de seringa que, de Belterra, devia alcançar o mercado mundial e, particularmente, servir de matéria-prima à indústria automobilística norte-americana.

Produzem-se, então, profundas mudanças no plano imediato do vivido e do concebido desses migrantes, já que o produto de seu trabalho não lhe pertence mais, nem tampouco a natureza, agora sob o domínio da racionalidade capitalista da CFIB. Em Belterra, apropriando-se do assinalado por Lefebvre (1969), podemos afirmar que “o mundo da

⁶⁷ O valor de uso está relacionado ao trabalho realizado para a transformação da natureza a fim de satisfazer as necessidades de subsistência do grupo. O valor de troca, por sua vez, refere-se ao trabalho humano que dedica certa quantidade de tempo para produzir mercadorias que sejam intercambiáveis monetariamente, no qual o dinheiro é o equivalente geral e o mediador dessas relações (MARX, 1983).

mercadoria com sua lógica e linguagem se generaliza no cotidiano a tal ponto que cada coisa se vincula com sua significação” (LEFEBVRE, 1969, p. 10). Isto é, ao dinheiro e ao valor de troca. O que, por sua vez, implicou em mudanças nas relações e método de produção, nas práticas alimentares, nas formas de propriedade e do trabalho, bem como, no uso do tempo e do corpo⁶⁸, pois segundo a divisão social do trabalho é na cidade que se dará as relações capitalistas de produção⁶⁹.

Costa (1993), que desenvolveu detalhada análise dos documentos internos da Companhia, identificou dois movimentos estratégicos por ela desenvolvidos. Primeiro expropriou a terra das famílias que moravam dentro da área da concessão da Ford, por meio do pedido junto ao governo paraense para que este efetivasse a indenização e efetuasse a retirada das famílias. Segundo, como resultado do primeiro, visava transformá-los em trabalhadores assalariados subordinados à empresa. Sabendo que só expropriá-los da terra não era suficiente para transformá-los em assalariados, Johnston, diretor geral da empresa, negociou com seus dirigentes nos Estados Unidos para implantar outras formas de usos da terra, criando obrigações e deveres para os agricultores que fossem favoráveis à Companhia, para que tanto trabalhassem na limpeza e manutenção dos seringais, quanto se comprometessem a produzir alimentos que seriam comprados por ela.

Para viabilizar a produção foi necessário construir uma cidade na floresta nos moldes das cidades-empresa já experimentadas nos Estados Unidos. Na Amazônia, surgia uma cidade com estradas que margeavam as quadras de seringueiras; casas residenciais para o respectivo quadro funcional; abastecimento de água e energia elétrica; venda de produtos de primeira necessidade; hospital e escolas de ensino primário; galpões onde funcionavam a marcenaria e a oficina mecânica; telefone e guaritas de segurança; caminhões e tratores; portos e trapiches

⁶⁸ Aqui, do ponto de vista histórico e analítico, podemos recorrer aos estudos de Engels (2008, p. 45-46) [1845], quando apresenta as transformações provocadas pelas inovações técnicas e das relações de produção na vida do trabalhador inglês advinda com a revolução industrial, dado o acréscimo de técnica e conhecimento ao processo produtivo, como a introdução da máquina a vapor e de outros maquinários usados para processar o algodão. Afirma que “antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido [...] o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo sua vontade, posto que ele mesmo determinava o tempo e a duração do seu trabalho”. Prossegue ele, destacando a vida tranquila e honesta no campo, os ganhos obtidos para garantir a sobrevivência das famílias, o horários do descanso e do lazer, a convivência entre os vizinhos, o cuidado com a saúde e o corpo e da jornada de trabalho mais humanizada, principalmente, para os filhos desses trabalhadores.

⁶⁹ É a divisão social do trabalho que define o papel dos lugares na produção industrial e na vida social. Em Marx (1983) e Engels (2008), a cidade aparece como o local do desenvolvimento do capitalismo, espaço da industrialização e da exploração da força de trabalho. Uma vez que a divisão social do trabalho e a substituição do trabalho manual pela máquina colocam em relação, os burgueses detentores dos meios de produção e, na outra ponta, o proletariado, aqueles que detêm apenas sua força de trabalho. Essa relação voltada à produção de mais-valia que, tanto produz mercadorias, como cria as bases para a exploração do trabalho assalariado. Segue Marx (1996, p. 78), “a cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e da necessidade, ao passo que o campo evidencia o fato oposto: o isolamento e a separação. A oposição entre o campo e a cidade só pode existir nos quadros da propriedade privada”.

para o embarque e desembarque de pessoas, mercadorias, ferramentas, máquinas e equipamentos; clube e praça para a prática de esportes. Essas formas urbanas materializavam os conteúdos sociais da época no contexto particular de sua produção representado pelo projeto fordista na região⁷⁰.

O espaço transforma-se, conforme propôs Santos (2006)

No começo era a natureza [...] formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos e mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico [...] a partir da ação intencional do homem (SANTOS, 2006, p. 63, 64).

É a natureza do espaço, analisada por Santos (2006), cuja transformação está associada à historicidade da ação humana, seja ela, passada ou presente. Dessa forma, a natureza natural é acrescida dos objetos humanos, as formas, que expressam, por sua vez, os conteúdos sociais da época, sob a racionalidade econômica do lucro por meio da divisão do trabalho.

Em lugar da floresta a cidade-empresa. Ao invés de uma relação equilibrada com a natureza, os desmatamentos e queimadas para limpar o lugar onde cresceriam os seringais. O mesmo fato se refere aos trabalhadores livres que são convertidos em trabalhadores assalariados com base no contrato de trabalho, no disciplinamento e no controle, ao serem expropriados de suas terras. Assim, a mercantilização da vida e da natureza preside a ação fordista do grande capital na região do Tapajós, confirmando a premissa de Santos.

Em sua análise sobre o Fordismo, Harvey chama atenção sobre

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. A propósito das oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam fabricando em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 1992, p. 122).

Não existia em Belterra e Fordlândia a “tecnologia da linha de montagem para a produção de massa”, nem consumo de massa, conforme analisou Harvey (1992, p. 124), mas

⁷⁰ Segundo Santos (2006, p. 54), “é por intermédio das técnicas que o homem no trabalho realiza a união entre o tempo e o espaço [...] as técnicas são datadas e incluem o tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto do trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”.

um estágio anterior e fundamental para esse momento, a produção de matéria-prima para a indústria automobilística. Nem a proposta de cinco dólares se tornou realidade, já que os dirigentes da Companhia, em Fordlândia, propunham como pagamento entre 25 e 50 centavos de dólares por dia trabalhado (GRANDIN, 2010).

Com efeito, em Belterra, as relações capitalistas não se implantaram no ‘intramuros’ de uma fábrica de automóveis (VIANNA, 1978), mas no chão da floresta e por entre os rios de uma cidade-empresa com base no sistema fordista de produção, readaptado ao ser implantado na Amazônia. Dessa forma, a cidade (a forma) e urbano (o conteúdo) ganharam materialidade no universo sociocultural para os grupos sociais na região⁷¹, conforme veremos no item 2.3.1.

Segundo Piquet (1998) a criação da cidade-empresa foi a estratégia usada pelo capital diante de situações onde a oferta de infraestrutura e serviços urbanos era precária e não dava suporte para o desenvolvimento das atividades industriais. Essa estratégia se mostrou importante tanto para o processo de reprodução do capital como para a concentração e controle da força de trabalho, através da oferta de moradia para os trabalhadores das empresas. A oferta de estrutura para seus funcionários funcionou como uma espécie de compensação ou vantagens adicionais (moradia, infraestrutura e serviços) para a mão de obra mais especializada. Também podemos observar que esta ação não se restringiu somente à produção de mercadorias, mas levou novos padrões de vida aos lugares onde se instalou.

Assim, podemos entender o jogo das escalas e a força das externalidades que se impõe sobre a região. O que, por sua vez, implica observar a distinção entre a escala de realização da ação e a escala de comando desta. Assim, em Belterra, a urbanização não se deu pelo espraiamento de áreas contíguas, conforme vimos anteriormente com base em Santos (2006, 2008). Existem situações em que a urbanização não se dá com base na expansão da periferia; antes a escolha seletiva dos lugares realiza-se pela criação de ilhas de dinamismo econômico (TELLES, 2006). No entanto, devemos observar que não há ausência de horizontalidade, mas preponderância da verticalidade.

Procuramos apresentar, por meio de análises mais gerais, como a ação do capital no Tapajós desestruturou os modos de vida preexistentes, (re)socializou a população do campo na cidade, os converteu em trabalhadores assalariados e impôs uma nova forma de uso da natureza em base intensiva, industrial e predatória. Agora demonstraremos através das

⁷¹ Analiticamente entendemos a cidade como a materialidade, a forma, os construtos e os objetos (as casas, as ruas, as praças, os prédios públicos, etc.), o prático sensível. Já o rural e o urbano estão no âmbito das relações e dos fluxos socioculturais (LEFEBVRE, 1991).

narrativas colhidas durante o trabalho de campo como esse processo aconteceu em Belterra com mais detalhes.

2.3.1 Os modos de vida na cidade

Recorremos aos velhos, os guardadores da memória da vida do lugar (BOSI, 1979). Aqueles que ainda vivem na cidade de Belterra e podem nos contar, a partir de sua experiência e das lembranças, como foi a vida social naquele período. Vejamos primeiro o repente do migrante e poeta nordestino que chegou ainda criança, aos 7 anos de idade na região.

Em maio de 34, assim dizia a folhinha, e o povo da ribeirinha sempre tão acomodado, vendo o navio estrangeiro encostando sorrateiro ficou bastante assustado. Um corsário, um viajante ou um simples comandante querendo comprar comida. Mas o que ninguém sabia é que o gringo trazia para o lugar nova vida. No mesmo dia, o estranho, com entusiasmo tamanho fincou um marco na terra, depois com a demarcação veio a denominação Plantações Ford de Belterra. Em pouco mais de dois anos, os nobres americanos tinham um trabalho perfeito, para sua agricultura montaram infraestrutura pra ninguém botar defeito, fizeram muitas estradas, muitas casas e moradas para compor o sistema, e o movimento crescia chegando assim todo dia muita gente num só lema, trabalhar, ganhar dinheiro era o anseio verdadeiro de todos que aqui chegavam. Variadas profissões entre técnicos e peões certamente se empregavam, e assim o seringal crescia de maneira tal que assustou as nações. Em toda parte se via planta de dupla enxertia aos milhares e aos milhões. Feliz se reunia o povo e ia ao Porto Novo, para no fim de semana, fazer compra, namorar ou simplesmente tomar um trago de boa cana. Com o serviço hospitalar e também o escolar e ao ar livre o cinema, com creche para os guris, se vivia bem feliz, a vida era sem problema.
(TICA, poeta, compositor e repentista. Cearense, 74 anos, ex-cozinheiro do Hospital Henry Ford)⁷².

Os relatos indicam que o projeto começou em Porto Novo, que fica distante cerca de 12 km de onde é hoje a sede da cidade. O recrutamento da mão de obra se fazia por meio de uma embarcação da empresa que saía pelos rios Tapajós, Arapiuns, Amazonas e Lago Grande, procurando pessoas nas vilas que quisessem vir trabalhar em Belterra. Faziam alistamento e lotavam a embarcação. Primeiro vinha o trabalhador, depois sua família, se este tivesse uma. Caso contrário, viria sozinho desembarcar no trapiche às margens do rio Tapajós e morar no barracão provisório construído pela empresa.

O relatório da Companhia, elaborado por seu diretor-chefe Archibald Johnston, apresenta os procedimentos adotados para a preparação do novo lugar.

O local dos campos foi escolhido, a limpeza iniciou-se, portos construídos e local para a construção de estradas para a planície estabelecidos. O primeiro campo temporário incluía uma casa de força, um hospital temporário e facilidades de hospedagem foram planejadas

⁷² Transcrição do depoimento contido em vídeo sobre o relato da experiência de elaboração do Plano Diretor Participativo de Belterra (FASE, 1997).

antes das negociações finais para a transferência dos bens se completarem (JOHNSTON, s/d, s/n).

Lá eles fizeram o acampamento com posto médico, almoxarifado e hospital. Outros trabalhadores foram deslocados de Fordlândia para Belterra. Nessa época, o abastecimento de água era feito em camburão, colocados um, a cada cem metros, para que as pessoas pudessem se servir, conforme nos fala um ex-seringueiro que nasceu em Fordlândia e veio para Belterra em 1934, aos três anos de idade.

Saia uma embarcação daqui com uma pessoa, com um funcionário fazendo alistamento pelas beiradas ai, não é, do Tapajós convidando as pessoas pra vir, se queria vir trabalhar aqui com os americanos. Eles diziam logo que vinha porque aqui era um lugar onde corria dinheiro, não era tanto, porque naquela época não era dinheiro de hoje, era o réis, aquele dinheiro réis. Quando existia aquela moeda de prata de cinco mil réis, dois mil réis, prata mesmo. Então, eles alistavam, no próprio instante em que ele dava o próprio nome né, aí ele já estava garantido. Aqui quando a embarcação ia mais num certo trecho que hoje chamo de comunidade, naquele tempo não aplicavam esse termo, então pegava aquela barcada de gente, trazia e ele logo no outro dia ia logo trabalhar. [...] A gente ia se alistava ali aonde hoje tem aquele caixa eletrônico do Banco do Brasil, chamava o posto fiscal (ERASMO, Outubro, 2009).

Os recrutados eram ribeirinhos, pescadores e agricultores acostumados com outra forma de vida, do tempo lento, da pesca, da agricultura e da colheita de frutos da floresta. Muitos deles ainda adolescentes com idade entre 13 e 17 anos⁷³. Outros vinham de cidades importantes como Manaus (AM), Belém (PA) e de municípios vizinhos⁷⁴, conforme podemos observar pelas trajetórias apresentadas abaixo⁷⁵:

- Manuel, aposentado. Nasceu em Manaus (AM) e veio para Belterra aos sete anos de idade com pai e mãe, funcionários da Ford. Quando cresceu arrendou do governo brasileiro uma porção de terra para trabalhar como seringueiro. Trabalhou 40 anos na seringa sem carteira assinada. Estudou até a 4ª série.

⁷³ Os registros de empregados da empresa que manuseamos confirmam essa situação. M.G.M nascido em 1926, no Lago Grande, em Santarém, e admitido em julho de 1942, aos 14 anos de idade, como aprendiz classe C – seringueiro; R.M.S, nascido em 31/12/1930, em Mojú, Santarém, admitido em maio de 1945, aos 14 anos de idade, como aprendiz classe C; H. S. T, nascido em Santarém em 1927 e admitido aos 17 anos, como lavrador classe C, no ano de 1944 para trabalhar em Belterra. Outro documento, um relatório interno da Companhia indica que nesse período, cerca de 60 “garotos” trabalhavam nas plantações desenvolvendo tarefas “fáceis” como “podagem, inspeção de pestes e lagartas e enfermagem” (JOHNSTON, s/d, s/n).

⁷⁴ R.G.V, 18 anos, do município de Óbidos (PA), admitido em 1942; J.P.V, nascido em Santarém (PA), admitido no ano de 1929 em Fordlândia, como capataz e transferido para Belterra no ano de 1936; P.O.C, nascido em Santarém 1913, contratado como motorista para Belterra no ano de 1934; J.B.N, 39 anos, nascido em Belém do Pará, e contratado em 1930 para Fordlândia; M.T.A, 30 anos, nascida no Lago Grande em Santarém, contratada em 1944 para trabalhar em Belterra como trabalhadora do campo. Conforme Registro de Empregados da CFIB.

⁷⁵ Essas informações foram coletadas por meio de conversas informais realizadas em junho de 2006.

- Sálvia, aposentada. Veio da comunidade de Boim, município de Santarém (PA). Foi capataz desde os treze anos de idade e trabalhou até os americanos irem embora. Estudou até a 3ª série.
- Maria Isaura, aposentada. Nasceu em Belterra, seu pai veio trabalhar na Companhia Ford com 17 anos de idade.

O senhor Pedro, hoje com 80 anos de idade, veio do Lago Grande, em Santarém, para estudar, já que seu pai se empregou na Companhia em 1934. Com a morte do pai, em 1939, quando ele tinha 9 anos de idade, a família passou por grandes dificuldades. Narra ele que, ainda menino, aos 12 anos de idade, trabalhava na limpeza das quadras de seringa e no plantio da semente para a produção de mudas⁷⁶. Aos 15 anos, foi para o enxerto e, aos 16 anos, para a estação de tratamento do látex e, aos 17 anos, para o corte da seringa.

A figura 2 apresenta o porto onde as embarcações atracavam deixando os trabalhadores recém-contratados pela companhia. Depois da chegada ao acampamento, eles eram deslocados para a cidade a fim de realizar exames médicos, formalizar a relação de trabalho, ser fotografados e se integrar ao processo de produção em curso.



Figura 2: Trapiche do Porto Novo. Fonte: IBGE, 1953.

Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS>>.

Acesso em: 04 mai. 2011.

No ano de 1935, o trapiche da localidade de Pindobal também já estava pronto para movimentar mercadorias e pessoas que se deslocavam, saindo ou chegando à Belterra.

⁷⁶ Encontramos uma autorização datada de 26/05/1934, onde os pais de A.S.R, autorizavam o menor de 10 anos de idade a trabalhar na CFIB.

Este porto construído sobre dois trilhos que o trazem ao nível ou paralelo com a superfície da água. Trilhos foram colocados em águas rasas e o porto desliza sobre eles. Com o início das chuvas e a elevação do nível do rio, o porto é empurrado para o trilho inclinado, em direção ao armazém. Na verdade, quando os carregamentos são recebidos no nível baixo do rio, eles são descarregados no porto, e, o porto, o carregamento e tudo é levado para a plataforma do armazém, o porto sendo construído a uma altura diferente com o fim dos trilhos na plataforma tudo é simples (JOHNSTON, s/d, s/n).

Passadas muitas décadas do acontecido, ao visitar a praia de Pindobal encontramos os vestígios do porto citado por Johnston.



Figuras 3 e 4: Vestígios do porto flutuante do Pindobal.

Foto: Pereira, J. C. M., 2009.

Depois de organizarem essas estruturas para receber os equipamentos vindos de Fordlândia e a nova leva de trabalhadores, o próximo passo foi construir a cidade de Belterra.

2.3.2 A organização do espaço urbano

Rapidamente a floresta foi derrubada para a abertura das estradas com a ajuda de tratores, correntes, machados, terçados e serrotes de duas pontas. Também foram preparadas as quadras para plantar as mudas de seringueiras e construídas as casas onde iriam morar americanos, funcionários e para instalar os escritórios da empresa. A madeira retirada, como a castanheira, o cedro, a itaúba e jarana, por exemplo, foi aproveitada para construção das casas e mobílias, mas o acampamento continuou recebendo as pessoas que, de lá, iam por meio de condução para a cidade se apresentar ao trabalho.

Uma ex-seringueira, hoje com 75 anos de idade, fala sobre o trabalho de seu pai e sua mãe durante a limpeza das quadras para a plantação de seringa.

Era muito bonito, meu irmão. Era muito aqui. Olha, quando começaram a plantar o plantio na estrada 10. A minha mãe me trouxe pra cá com o meu pai para trabalhar. Nesse tempo, a Companhia queria as quadras tudo limpo e o plantio de seringa tudo era bem feito, para poder enxertar né? Enxertar ela, quando chegasse o tempo da enxertiação, aí, mas aquilo era

tudo limpo, tudo limpo. A seringa daqui de Belterra tudo limpo no toco dela, tudo adubado, era toda adubada (FRANCISCA, Abril, 2011).

Outro filho de seringueiros, de 71 anos de idade, fala da sua relação com seringal e do repentino trabalho da mãe nas plantações por conta da morte do pai, quando este ainda era criança.

Eu cresci junto com esse seringal, porque quando meus pais estiveram aqui, o meu pai era empregado, funcionário, ele morreu em 1941, eu mal o conheci, eu estava com 2 anos. Então eu fiquei na creche. E a minha mãe foi obrigada a se empregar pra trabalhar no projeto Ford (CHARDIVAL, Abril, 2011).

O cercado, onde funciona hoje a Secretaria Municipal de Infraestrutura/SEMINF, era o posto fiscal de alistamento dos trabalhadores e o espaço onde os americanos montaram a oficina mecânica, a garagem, a marcenaria e a carpintaria. Lá montaram as máquinas, a comissária que, segundo o Sr. Erasmo, era o comércio para vender mercadorias vindas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém para os funcionários a preço mais baixo. A venda racionada garantia o permanente abastecimento das famílias que trabalhavam na empresa, sendo o controle do acesso aos produtos definido pelo número de membros da família. Tudo anotado no cartão de racionamento.

As imagens apresentadas, datadas das décadas de 1930 e 1940⁷⁷, não têm a intenção de representar uma paisagem congelada do passado, como adverte Monte-Mór (2008), mas de dar suporte à narrativa apresentada. Essas imagens, como ressalta Pollak (1992), representam os lugares da memória, o plano de referência material que ancora as lembranças do período onde a vida social se realizava. Na figura 5, a seguir, podemos observar: 1) as casas da Vila Timbó, onde moravam os funcionários do hospital (no lado direito ao alto); 2) a praça circular onde os americanos jogavam golfe; em frente, 3) os galpões, onde se fazia o alistamento dos trabalhadores; lá também funcionavam as oficinas. Por fim, ao lado direito da praça, 4) a Igreja Católica de Santo Antônio e seu respectivo salão paroquial; do lado esquerdo da praça, 5) a Igreja Batista⁷⁸.

⁷⁷ As fotos de época utilizadas neste trabalho foram gentilmente cedidas pelo senhor Osvaldo Teixeira Góes, engenheiro da Companhia na década de 1940, hoje aposentado e residindo, em Brasília, no Distrito Federal.

⁷⁸ Essas referências foram coletadas junto aos moradores da cidade, através de conversa informal durante minhas visitas sistemáticas a Belterra, no período que vai do início de 2005 e até final de 2007.

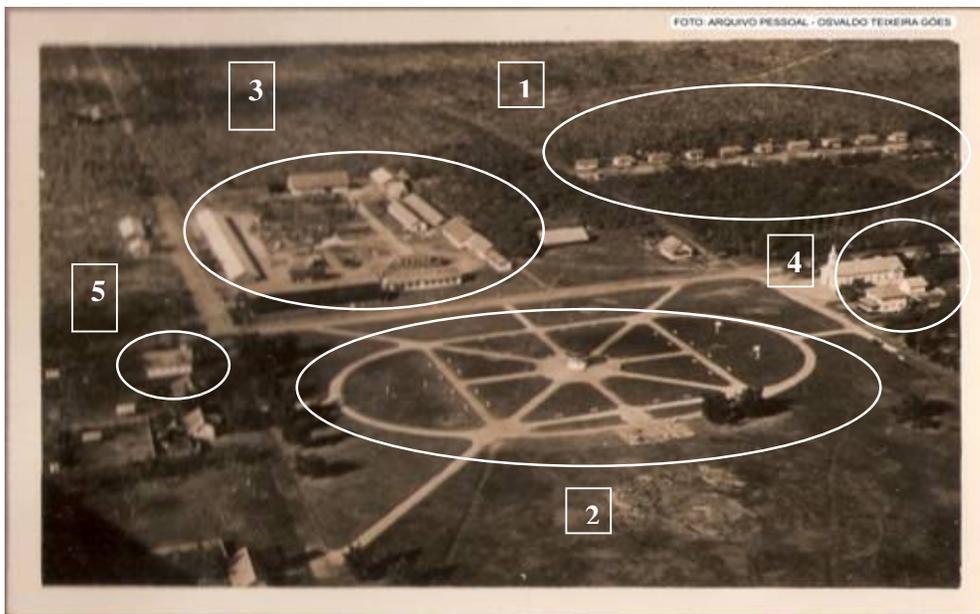


Figura 5: Visão panorâmica da infra-estrutura criada pela CFIB.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1937.

Nas proximidades da cidade, foi construído o campo de aviação para dar suporte ao projeto. Ele assegurava o deslocamento sistemático de passageiros e o transporte de mercadorias vindas de outras regiões para a cidade (figura 6). Também construíram estradas, casas para os funcionários, sistema de iluminação (figura 7), galpões (figura 8), a creche, onde as mães deixavam as crianças durante o expediente de trabalho (figura 9) e o escritório da companhia (figura 10).



Figura 6: Campo de aviação.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1946.



Figura 7: Arruamento e sistema de iluminação.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.



Figura 8: Galpões
Fonte: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.



Figura 9: Creche Darcy Vargas.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.



Figura 10: Escritório da CFIB.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.

Nas proximidades da Vila Americana foi construído o Hospital Henry Ford (figura 11) que se tornou uma grande referência na área de saúde na Amazônia por seus equipamentos e corpo profissional especializado (figura 12). Nele trabalhavam 41 pessoas, entre médicos e enfermeiros, sob supervisão de um médico norte-americano. Inclusive as cirurgias eram feitas

no próprio hospital (figura 13). Nas imediações, também ficava o hotel onde se hospedavam os funcionários, principalmente aqueles vindos de fora e a casa dos médicos (figura 14). O relato de um ex-funcionário⁷⁹ ilustra bem esta situação.

Esse hospital era a estrela da região, não tinha nem em Santarém um hospital que nem ele, sempre, geralmente tinha um médico americano, um brasileiro ou dois que vinha lá de São Paulo, e era o atendimento, era muito bom. Tudo muito perfeito naquele hospital. [...] podia atender qualquer pessoa que viesse [...] morar aqui na casa de um parente ou qualquer coisa. Não precisava ser funcionário ou gente daqui não [...] tudo grátis, alimentação, tudo, cirurgia se fosse preciso, tudo era grátis [...] [inclusive a] ambulância (TICA, Novembro, 2009).



Figura 11: Hospital Henry Ford e necrotério, ao lado direito.
Foto: Arquivo Pessoal Osvaldo Teixeira Góes, Belterra, 1938.

⁷⁹ O hospital foi incendiado em dezembro de 2004, um mês antes do início do mandato do prefeito, do Partido dos Trabalhadores (PT), como forma de retaliação à sua vitória por apenas seis votos de diferença do segundo colocado (PASTANA, Outubro, 2009).



Figura 12: Funcionários do hospital na década de 1930.
Foto: Arquivo da Coordenadoria de Comunicação/PMB.



Figura 13: Cirurgia no hospital Henry Ford, 1933.
Fonte: Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/thehenryford/with/>>. Acesso em: 24 set. 2010.



Figura 14: Casa dos médicos, hoje Centro de Memória de Belterra.
Foto: Pereira, J. C. M., 2011.

Além de toda a infraestrutura construída para fazer funcionar o seu sistema de produção, a CFIB criou uma hierarquia funcional de gerentes, capatazes, trabalhadores mais especializados e peões. Essa hierarquização foi representada (e vivenciada pela população de Belterra) na distribuição das moradias e dos indivíduos no espaço. À individualização do aprendizado, ao controle e à vigilância no espaço de trabalho, somou-se a definição funcional dos lugares no espaço de moradia segundo sua utilidade, como veremos abaixo, expressando a rede de relações construídas no período, conforme as análises de Foucault (1977) sobre o disciplinamento⁸⁰.

Essa distribuição espacial das moradias e dos indivíduos, conforme propôs Foucault, em Belterra, deu-se por meio das vilas Americana, Mensalista, Operária, Timbó, Viveiros I e II e Pequiá; do alojamento dos solteiros e das cabanas dos seringueiros e campeiros⁸¹.

⁸⁰ Segundo Foucault (1977, p. 139-139) o ato corresponde à realização com precisão de gestos e movimentos que lhes são obrigatórios, impostos e externos à sua vontade. “Para cada movimento é determinada uma direção [...] é prescrita sua ordem de sucessão”. De forma a permitir a realização perfeita do movimento, do bom emprego do tempo e do bom uso do gesto. “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”. Isto configura a docilidade do corpo, conforme propõe este autor.

⁸¹ Documentos internos da companhia indicam que, por volta de 1941, tinham construído 844 casas, sendo que desse total, 758 eram de palha. Isto representava cerca de 90% do total das construções, e eram destinadas aos homens casados. Para os solteiros foram construídos 8 alojamentos de palha e 7 alojamentos permanentes, para a acomodação de 960 homens. A vila Americana era composta de 5 casas, 1 clube e uma casa para solteiros. Tinha 2 casas para os médicos e 17 para os funcionários do hospital (Vila Timbó), 33 casas para gerentes e trabalhadores (Vilas Mensalista e Operária). Destas 10 casas

Já a definição dos lugares segundo sua utilidade pode ser apresentada da seguinte forma: a) as estradas para assegurar o deslocamento dos trabalhadores, dos equipamentos e da produção; b) as quadras onde floresceriam os seringais; c) os barracões e oficinas para armazenamento do látex, produção de peças, equipamentos e utensílios necessários à atividade industrial, e o escritório, de onde se controlava a mão de obra, a produção e o cumprimento das metas e prazos estabelecidos pela empresa; d) o hospital, responsável pela vacinação, prevenção e do tratamento dos doentes; e) os portos e o campo de pouso, para deslocamento das pessoas, mercadorias, mantimentos e garantia da conexão do lugar com a totalidade-mundo; f) um pequeno centro comercial com bar, sapataria, barbearia, alfaiataria e padaria; e g) o sistema de abastecimento de água. Todos esses locais fazem parte da estrutura construída para dar suporte ao empreendimento.

Para os momentos de lazer dos trabalhadores, os relatos indicaram o acampamento no Porto Novo onde iam dançar, beber e tomar banho de rio nos fins de semana, e os filmes exibidos nas proximidades da Vila Operária. Para os americanos, tinha as festas no *Club House*, o bar do italiano e o jogo de golfe na praça central da cidade, conforme veremos com mais detalhes em seguida.

A Vila Americana, a primeira a ser construída na cidade, tinha um conjunto de casas, onde viviam os americanos que coordenavam o projeto. Eram casas grandes, com sala, quartos, cozinha, varanda, banheiro interno, fossa sanitária, cobertas com telhas francesas. Eram casas amplas cercadas de árvores, com terreno sem muros. Nelas, os utensílios domésticos e móveis eram trazidos diretamente dos Estados Unidos ou construídos em Belterra. Também tinham iluminação e água encanada, graças aos motores movidos por óleo diesel, manutenção predial oferecida pela empresa e telefone. Nestas casas moravam apenas os americanos sem suas famílias, que haviam ficado em seu país de origem. Para locomoção usavam bicicletas e automóveis trazidos por embarcações americanas e que eram de uso exclusivo deles, com exceção das bicicletas utilizadas pelos chefes durante o expediente de trabalho.

As figuras 15 e 16 mostram essas casas, inclusive algumas tinham, ao lado, o carro preto, modelo A, para transportar o *staf* da companhia, como o Sr. Archibald Johnston, diretor-gerente da Companhia (figura 17) e o médico-chefe, Dr. Kenneth Waddell, que vieram morar na cidade, conforme descrito por Cruls (1939) em sua visita à Belterra em 1938.

eram para 2 famílias cada (Vila Viveiros) e, em construção, 52 casas duplas permanentes, uma igreja, um galpão, uma escola e área com bosque na Vila 129. No total, naquele período, com as novas construções, as casas somavam 896 prédios (JOHNSTON, s/d, s/n).



Figura 15: Casa da Vila Americana com o carro Ford preto, em destaque ao lado.
Foto: Arquivo Pessoal Osvaldo Teixeira Góes, 1938.



Figura 16: Outro tipo de casa da Vila Americana.
Foto: Arquivo Pessoal Osvaldo Teixeira Góes, 1938.

Foi construída também uma casa para receber Henry Ford, quando este viesse visitar o projeto, o que nunca aconteceu.

Um dos entrevistados fala detalhes do trabalho desenvolvido pelos americanos e dos carros usados pelo alto escalão da companhia.

Os serviços deles era apenas administrar e verificar o trabalho todo de Belterra [...] eles não faziam trabalhos grosseiros. Cada um tinha seu carrinho, né. Naquela época eu ainda alcancei aqueles carangozinhos, que existiu aqui, roda ainda enraizada modelo A Ford. Esses eram os carros que existiam aqui.

[...] bicicleta, só quem tinha bicicleta aqui era os chefes, que pertencia à chefia, à administração, porque o americano trazia dos Estados Unidos as bicicletas pra eles andar aqui, o veículo era as bicicletas. Então, só quem tinha bicicletas aqui eram os chefes. Assim mesmo eles só podiam usar na hora do serviço, quando terminava eles tinham que deixar ali dentro do cercado a bicicleta (ERASMO, Outubro, 2009).



Figura 17: Gerente geral da Companhia entre 1931-1945

Fonte: Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/thehenryford/with/>>. Acesso em: 24 set. 2010.

O senhor Erasmo relata que as principais atividades de lazer dos americanos eram o golfe jogado todo o dia de domingo na praça central da cidade, as festas no *Club House* (figura 18) para ouvir música e beber uísque, e o jogo de sinuca num bar de propriedade de um italiano, de nome Simão Gonzalez, que teve autorização da empresa para, numa das casas, desenvolver essa atividade na cidade. Para os padrões mais exigentes da vestimenta norte-americana tinha um alfaiate, de origem sul-africana, que fazia os paletós, calças e outros acessórios.

Essas atividades eram restritas ao *staff* americano, assistidas de longe pelo conjunto de trabalhadores da Companhia. No máximo, os jovens podiam, no caso do golfe, carregar as sacolas contendo tacos e bolas, pelo qual recebiam o valor de cinco mil réis no final das partidas como remuneração pelo trabalho realizado. No domingo, por volta das oito horas da manhã, os americanos chegavam em seus carros, vestidos de branco e chapéu, com sacos de

golfe e estacionavam na praça. Jogavam até as três horas da tarde, um esporte que só eles conheciam, relata um dos entrevistados.

O golfe, segundo Bourdieu (2007), desponta entre os esportes preferidos do gosto dominante, dentre outros, como o iatismo, o tênis, o rúgbi, a equitação, o esqui e a esgrima.

São esportes praticados em espaços reservados e separados (clubes privados), em horário determinado pelo praticante, sozinho ou com parceiros escolhidos (ou seja, outros tantos traços opostos às disciplinas coletivas, aos ritmos obrigatórios e aos esforços impostos dos esportes coletivos), mediante um dispêndio corporal relativamente reduzido e, de qualquer modo, livremente determinado, apesar de exigir um investimento relativamente importante – e tanto mais rentável quanto mais precocemente tiver sido – em tempo e em esforço de aprendizagem específica [...] excluindo-se qualquer violência física ou verbal, qualquer uso anatômico do corpo (gritos, gestos desordenados, etc.) e, sobretudo, qualquer espécie de contato direto entre os adversários (BOURDIEU, 2007, p. 204).



Figura 18: *Club House*, hoje, Câmara de Vereadores.
Foto: Pereira, J. C. M., 2006.

A evitação da convivência, por parte dos americanos, em relação a outros grupos sociais locais e aos outros trabalhadores da empresa era o traço marcante da sociabilidade do período. A sociabilidade urbana, conforme analisou D'Incão (1992), refere-se às relações entre os grupos sociais em uma determinada cidade e são constituídas por dois tipos: aquela relacionada ao uso dos espaços abertos, como é o caso do uso da rua pelas classes populares; e a sociabilidade restrita, que se desenvolve mais em espaços fechados, mais entre a burguesia. Vale ressaltar que, no caso estudado, as ruas e os espaços abertos não representavam o perigo da violência como as situações verificadas no período atual em muitas cidades brasileiras e não podem servir como elemento explicativo da evitação. Tratava-se,

antes, da recusa de convivência com as diferentes classes sociais e grupos profissionais que compunham o projeto, e da escolha de convivência entre os pares da mesma nacionalidade.

A premissa de “industrializar a selva” que movia a racionalidade norte-americana não condizia com uma relação que se desse com base na alteridade. Ao contrário, essa perspectiva serviu para naturalizar a diferença e as hierarquias sociais entre “superiores” e “inferiores” tendo como referência o anúncio do estereótipo, conforme analisaram Elias e Scotson (2000). Na situação analisada por estes autores, a diferença entre os estabelecidos e os *outsiders* referia-se ao tempo de residência na cidade, entre os mais antigos e os recém-chegados, respectivamente. Em Belterra, a situação se inverte: os “de fora” são os estabelecidos e “os dentro”, os *outsiders*, e questões como nacionalidade, cor, condições de moradia, profissão, salário, nível de renda e de escolaridade eram os elementos constitutivos e demarcadores das diferenças entre eles.

Em uma breve comparação com estudos recentes de Caldeira (2000), sobre a sociabilidade em cidades brasileiras, que apontam a segregação social de grupos por meio da construção de espaços exclusivos e muros que separam as classes sociais, vemos que, em Belterra, a proximidade física e o distanciamento social também se faziam presentes, mas sem muros, nem cercas. Entretanto, contavam com um poderoso mecanismo de controle, vigilância e coerção sobre a vida dos grupos sociais, que deixava bem claro o lugar de cada grupo na cidade, principalmente daqueles na posição de ‘inferioridade’ profissional e social. De todos os americanos que vieram para Fordlândia e Belterra, segundo o senhor Sabiá, apenas um deles, de nome Coleman, constituiu família com uma mulher da região. Ele morava na localidade de Aramanai, em Belterra, e teve uma filha que ainda hoje vive na cidade de Santarém (PA)⁸².

Na Vila Mensalista (figura 19), moravam os trabalhadores com cargos de chefia, principalmente, em atividades de administração, outros que trabalhavam no hospital, como o farmacêutico, e os russos que faziam o trabalho de autópsias, ou seja, os trabalhadores mais especializados. As casas, umas próximas das outras, eram separadas por plantas que demarcavam os espaços de cada uma, com jardins que enfeitavam suas fachadas. Eram menores, se comparadas às casas dos americanos, mas confortáveis. Também eram servidas por água, luz, telefone, fossa sanitária e manutenção oferecida pela empresa. As casas eram

⁸² Nosso entrevistado tem 87 anos e começou a trabalhar como seringueiro em Fordlândia, em 1940, aos 18 anos de idade. Na época, foi aconselhado pelo chefe da Companhia a não entrar para a coleta da seringa, já que era bastante franzino e havia muitos casos de tuberculosos por lá (SABIÁ, Novembro, 2009).

mobiliadas pela própria empresa que fornecia o guarda-roupa, a cama e o fogão que funcionava à base de lenha e querosene.

Tinha uma cortina, lá na cozinha, tinha um fogão feito de cimento com perna de madeira com chapa de ferro com quatro bocas. Então, a pessoa queimava lenha, tinha uma chaminé pra fora, queimava lenha, naquela época não existia, não era todo mundo que tinha um fogão queimado a querosene, à gás nem pensar, nem pensar isso. A gente queimava lenha, a pessoa comprava lenha, tinha o tirador de lenha pra vender lenha, gente que tirava lenha particularmente para vender e ganhava com isso. Tinha outros que fazia abano de palha, de palhinha, né, e saía vendendo para abanar o fogo. Era, assim, né, então, essas casas, tinha torneira, tinha pia, tinha banheiro dentro, e a pintura todo ano eles mandavam pintar por conta da firma, eles mandavam pintar, o padrão era esse verde e branco, porta verde e parede branca, as casas são feitas de madeira de castanheira, era tirado aí na serraria, pra eles fazerem uma casa dessa era um dia, um dia eles cortavam uma casa dessa era rápido que eles faziam, porque já vinham as peças todas aparelhadas, só era armar (ERASMO, Outubro, 2009).



Figura 19: Casas da Vila Mensalista.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.

Na Vila Operária (figura 20), moravam trabalhadores com alguma especialização, como mecânicos, que consertavam os carros e máquinas; os marceneiros, que faziam as mobílias para as casas; os carpinteiros, que construía as casas na cidade; os torneiros, que faziam as peças para as máquinas e veículos; os serradores, que cortavam as madeiras; e os tratoristas, que operavam o trator que era usado para abrir as estradas e preparou o campo de aviação - trabalho este desenvolvido com o auxílio do maquinário trazido dos Estados Unidos. Eram casas menores, com sala, dois quartos e cozinha.



Figura 20: Casas da Vila Operária.
Foto: Pereira, J. C. M., 2009.

Na Vila Viveiros I e II (figura 21), moravam os trabalhadores que cuidavam das mudas de seringueiras. As casas eram conjugadas, duas casas juntas, parede com parede, feitas de madeira com parte da estrutura lateral coberta por folhas de zinco. Lá moravam duas famílias, uma em cada casa.



Figura 21: Casas da Vila Viveiros
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.

Na Vila 129 (figura 22), viviam os trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no projeto. Disse-nos o senhor Antônio, um ex-seringueiro e morador da vila, que lá moravam as pessoas que trabalhavam nos seringais, como ele e sua esposa, por exemplo. As casas eram, do ponto de vista material, do mesmo padrão das casas da Vila Operária, mas tinham como parede folhas de zinco e ficava mais distantes do centro da cidade, cerca de quatro quilômetros. Tinham sala, quarto e uma pequena cozinha. Eram servidas por água e luz, mas não tinham telefone, nem fossas sanitárias.



Figura 22: Casas da Vila 129.
Fonte: Pereira, J. C. M., 2009.

Dona Francisca descreve a estrutura da casa, o fogão e a chaminé que tinha nas casas da Vila 129.

O fogão era do tamanho dessa máquina. E era de chaminé ainda para sair a fumaça. A chapa de ferro, de cimento, ele era de cimento dessa altura assim, era de cimento, a chapa de ferro, com as tampas, também o buraco tinha tampa e tinha chaminé. Aí em 1945 deu um pequeno temporal né? Aí quando amanheceu o dia as casas ficaram todas destelhadas e água dentro e chaminé já tinha saído era tudo. Naquele tempo não tinha essa capoeira hoje em dia né? Teve chaminé que foi parar na 4 [estrada 4]. Aí não botaram mais chaminé. Ficou sem chaminé as casas, mas era tudo equipado.

Nas proximidades da Vila Mensalista, localizavam-se dois dos alojamentos (figuras 23 e 24) onde ficavam os rapazes solteiros, que dormiam em redes tinham o serviço de limpeza do local mantido por um zelador da empresa e não pagavam aluguel pela hospedagem.



Figuras 23 e 24: Alojamentos dos homens solteiros
Foto: Pereira, J. C. M., 2011.

A categoria mais baixa na hierarquia sociofuncional da empresa, os campeiros e seringueiros, não morava em casas com o padrão de vila (figura 25). Eram trabalhadores que desenvolviam atividades braçais no campo, como derrubar mata, abrir estradas, cavar buracos com a ajuda de terçado e enxada, plantar mudas das seringueiras.



Figura 25: Casa dos Seringueiros (1953)

Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

Conforme relato do senhor Erasmo eles foram se alocando ao longo das estradas em casa de palha, com piso de chão, sem água, luz ou telefone.

Os campeiros moravam nas casas de palha, essas casas ai, da estrada 6 pra lá, até na Jurubeba, na estrada 8, tudo era casa de palha, feita de palha [...] vinha a turma, o carro trazia aquela carrada de palha e colocava lá na frente da casa, a turma de mulher vinha, vinha abrir as palhas, tudinho, arrumar e ai vinha outra turma para fazer as paredes, as pessoas que moravam naquelas palhas não tinha trabalho com nada, porque eles faziam tudo, tinha um esteio, um pau que precisasse ser trocado, eles trocavam, fazia as coisas, cobria, só que era de palha, não era nada de madeira, e nem o chão era chão mesmo, mas depois fazia aquele aterro, aguava por cima, água de sabão, ia ficando aquele aterro alisado, parecia cimento. Era assim, eles moravam em casa de chão mesmo (ERASMO, Outubro, 2009).

Dona Francisca fala da sua participação na construção das casas de palha e da tarefa de cada um

Era de palha, mas era bem feitinha, né? Eu cansei de trabalhar abrindo palha e meu pai e minha mãe cobria casa. As mulheres eram palhas, os homens subiam lá para amarrar.

A cidade-empresa, projetada para dar conta da atividade industrial na floresta, aparece idealizada na visão de Cruls em sua visita ao projeto, no ano de 1938, quando identificou também o desmatamento de 12 mil acres de terra e a plantação de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) pés de seringueiras em uma área de 24 km². O processo civilizatório novamente reaparece, agora relacionado à moradia.

Segundo as impressões de Cruls, no lugar havia

Uma verdadeira cidadezinha em que todas as construções – escritório central, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitações particulares, casas de hóspedes – feitas de madeira e obedecendo a um mesmo tipo, perfeitamente adaptadas, são amplas, claras e alegres. E desse centro que irradiam as várias estradas conducentes não só às instalações da companhia, tais como usina elétrica, a serraria, o novo porto em construção, como ainda às grandes áreas de plantio (CRULS, 1939, p. 6).

O caboclo, porém, que quiser fazer a sua própria casa, está livre de qualquer ônus. É só escolher o local e sair em busca das palhas de babassú ou curuá, duas palmeiras que por ali existem em abundância. Assim mesmo, nestes casos, a Companhia ainda lhe fornecerá gratuitamente as esquadrias, com que *se* “civilizará” um pouco a sua choça (CRULS, 1939, p. 12, grifo do autor).

Mas ele não foi o único a sair em defesa da CFIB. Essa capacidade de formação do novo tipo humano necessário à atividade produtiva também foi defendida por Cohen (1929, 44, 55) quando avalizou a presença do empreendimento norte-americano na Amazônia, dizendo que

Preguiçosos, vagabundos, doentes e alcoólatras, [...] ali não tem guarida [...] um operário medíocre, com alguns annos de serviço na Companhia, torna-se um verdadeiro artista. É uma verdadeira escola de artes e offícios, e de bons costumes.

As grandes áreas de plantio, a que refere Cruls, eram abastecidas com as mudas produzidas nos viveiros mantidos com o trabalho sistemático das novas espécies de seringueiras, pela técnica do enxerto, mais resistentes às pragas que dizimaram as plantações

em Fordlândia, e que foram as grandes responsáveis pelo deslocamento para Belterra. Parte desse viveiro pode ser observada na figura 26 onde está registrada a visita de inspeção do gerente-geral da CFIB, Sr. Archibald Johnston, à esquerda.



Figura 26: Viveiro das mudas de seringueiras, Belterra 1935.

Fonte: Biblioteca de Washington. Disponível em: <<http://www.lib.washington.edu/>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

No centro comercial na estrada 1, próximo à Vila Operária, se localizava o bar do italiano (figura 27), a sapataria (figura 28) e a padaria do português, a barbearia do barbadiano e a alfaiataria do sul-africano e, em frente, o açougue. Nessa esquina (Vila Operária com a estrada 1), ficava uma tela para a exibição de filmes. Isso acontecia algumas noites da semana para os trabalhadores.



Figura 27: Bar do italiano.

Foto: Pereira, J. C. M., 2011.



Figura 28: Sapataria em Belterra, 1933.

Fonte: Biblioteca de Washington. Disponível em: <<http://www.lib.washington.edu/>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

Nessas imediações ficava a caixa d'água que abastecia as residências. A outra foi construída na estrada 7 (figura 29) e, ao lado dela, funcionava o depósito de ferramentas e o ambulatório para atendimento médico.



Figura 29: Caixa d'água e depósito de ferramentas da estrada 7.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Teixeira Góes, 1939.

A concessão da empresa para que terceiros pudessem prestar serviços no interior da cidade era rigidamente controlada por ela. Isso se refere à qualidade do produto e ao preço praticado, conforme podemos constatar pelas normas contidas em documentos da CFIB:

Toda comida, vestimenta e outras mercadorias são vendidos por mercadores que compram a concessão junto a Companhia. Estes mercadores são fiscalizados por regras e preços ditados pela Companhia. Nenhum preço de alimento pode ser elevado sem permissão da Companhia, que é permitido somente quando novas provas são submetidas mostrando que o preço das vendas avançou para um ponto onde a margem de lucro não é suficiente para conduzir um bom negócio.

Com o intuito de garantir o abastecimento de carne fresca, pastos foram cercados nas plantações onde a concessão de carne tem que ser mantida em estoque. Todo o gado é inspecionado assim como a carne abatida pelo departamento médico. É necessário o seu aval antes que qualquer carne seja vendida. A quantidade de carne necessária em Belterra é de 40 a 50 cabeças por semana.

[...] Existe um número de vendedores que vem pelo rio de canoa e outros para a plantação de cavalo. A estes é requerido que todo o seu alimento seja inspecionado antes de ser oferecido à venda. Toda a tentativa é feita para melhorar a saúde e a situação econômica dos empregados (JOHNSTON, s/d, s/n).

A outra parte dos alimentos era produzida no lote da própria residência ou nas proximidades destas pelos funcionários da Companhia. Podiam completar a sua dieta alimentar com a caça dada a abundância de animais na floresta, conforme relato de uma ex-seringueira.

O meu pai trabalhou muito. Mas eles, tudo plantavam: tomate, maxixe, cebola, couve, o que eles quisessem plantar, eles plantavam no meio da leira, podia plantar e dava muito. Bom, de lá vieram trabalho, derrubando mata e tudo, né? Eles moravam lá na [estrada] 6, a família dele, morava lá na 6. Então quando tocavam fogo nas quadras né? Era muito fogo. Aí quando ia terminando o fogo, o pessoal invadia as quadras atrás de caça. É, atrás de caça. Pegavam jabuti, pegavam tatu, pegavam paca, pegavam até veado. Morrendo no fogo né? E pegavam porque tinha muita caça (FRANCISCA, Abril, 2011).

Outro entrevistado, de 78 anos, fala da festa na casa da família quando sua mãe colocava o feijão no fogo e o pai saía para pescar

Ninguém comprava fiado, mas no dia que minha mãe botava... [o] feijão com mocotó no fogo, nesse dia era uma festa. Porque eu gostava muito de feijão. O meu pai pescava, a gente comia peixe, pescada assim de milho e a mamãe comprava... A gente criava muita galinha, pato [...] a gente plantava assim, criava assim, galinha, tinha cercado ali pra bois. Antigamente aquela Estrada 2 que vai pra ali que vai pela 7, né? [...] a estrada do Boca fica lá para a beira da mata. Ali era só cearense que morava, quando vinha do Ceará, moravam tudo pra lá. Era uma casa uma atrás da outra. Lá no final tinha um cercado que criava muito porco. Cercado dos porcos. A Companhia tinha muita coisa, negócio de porco, gado essas coisas (ANTÔNIO, Abril, 2011).

Chamamos atenção de que a CFIB praticamente reproduziu na cidade de Belterra, em menor escala e com poucas modificações, o que já havia experimentado em Fordlândia. A hierarquia sociofuncional em Fordlândia era a seguinte: Vila Americana, para os americanos,

que funcionava como um condomínio fechado, visto que o acesso era vedado; Vila Democrata, que era formada por bangalôs e casas mais amplas para os funcionários do hospital e do escritório; Vila Operária, para os trabalhadores com alguma especialização; Vila dos Trabalhadores do Campo (braçais) e barracões para solteiros. Lá também tinha o *Club House*, o campo de golfe e uma piscina para atividades exclusivas dos americanos, conforme analisaram Costa (1993) e Amorim (1995).

No entanto, observamos algumas diferenças em relação à distribuição espacial das moradias e das construções realizadas. Em Belterra, as casas dos americanos ficavam próximas do escritório central da empresa, do hospital e da residência de trabalhadores especializados das Vilas Mensalista, Pequiá e Operária. Bem diferente, dos bangalôs localizados a três quilômetros de distância da área central do projeto em Fordlândia. Podemos supor que esta disposição espacial pode estar relacionada com a dificuldade que a empresa teve em controlar a revolta dos funcionários em Fordlândia, no ano de 1930, o já citado “Quebra-Panela”. Do mesmo modo, não repetiu a experiência do restaurante, já que cada família era responsável por sua própria alimentação, através da compra de produtos na comissária. Também não levou a ferrovia, a piscina dos americanos, nem se fez um campo para prática do golfe.

Como já dissemos, a cidade-empresa foi a estratégia usada pela CFIB para dotar de condições urbanas o lugar para o desenvolvimento da atividade industrial (PIQUET, 1998). A distribuição espacial das moradias e dos indivíduos visou localizar os equipamentos e a força de trabalho segundo sua utilidade (FOUCAULT, 1977).

Construímos um mapa denominado “Lugares da Memória” (figura 30) a partir do relato dos seringueiros e de visitas aos lugares que serviram de referência material aonde essa experiência se desenvolveu. Assim, foi possível cartografar a localização das estradas, das quadras de seringa, das casas hierarquizadas na forma de vilas, das cabanas dos seringueiros, do escritório da Companhia, dos portos, do cemitério, do hospital, do campo de pouso, do cercado onde funcionavam as oficinas e se fazia o alistamento dos trabalhadores, da praça onde os americanos jogavam golfe, do *Club House*, da cadeia, do centro comercial. Enfim, parte significativa dos construtos da época.

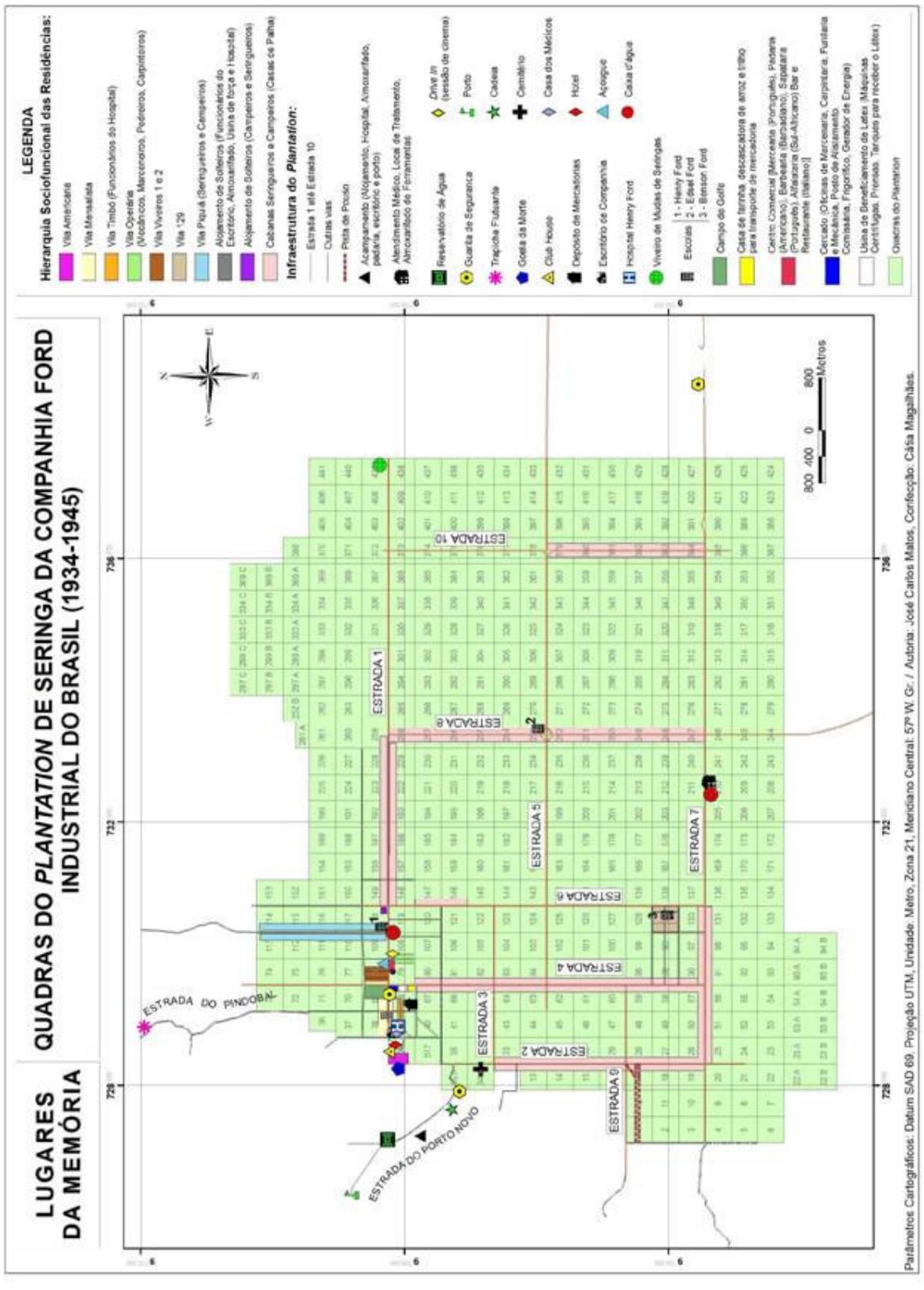


Figura 30: Mapa lugares da memória.

Fonte: Criação: Pereira, J.C. M. Confecção: Cátia Magalhães, 2011.

Agora apresentaremos os mecanismos de disciplinamento e controle da mão de obra, condição básica para a formação do novo tipo humano exigidos pelo sistema fordista de produção. Como isso ocorreu no chão da floresta, já que em Belterra não tinha o “intramuros” da fábrica, como nas experiências realizadas pelas indústrias de Henry Ford em outras partes do mundo, exigiu um processo de adaptação da proposta da companhia diante da realidade local, conforme veremos a partir de agora.

2.3.2 A disciplinarização da força de trabalho

As 473 quadras do projeto tinham 16 hectares cada, eram margeadas por 10 estradas com até 10 km de extensão e foram sistematicamente plantadas. No sentido norte-sul, as de número ímpar (1, 3, 5, 7 e 9), e as pares no sentido leste-oeste (2, 4, 6, 8 e 10). Cada quadra era organizada por uma linha de 107 seringueiras alinhadas, de quatro em quatro metros, cuja orientação era marcada por uma madeira pintada e numerada. Cada capataz tomava conta de uma turma que, no dia anterior, já sabia em que quadra trabalhar. Às 6h30min, os trabalhadores já estavam enfileirados esperando a sirene tocar (figura 32) para iniciar o trabalho. O intervalo para a alimentação de meia hora era às 11h e o retorno ao trabalho era às 11h30min. O fim do turno de trabalho era às 15h30min. A comida trazida pelos seringueiros (farofa de ovo) era guardada numa latinha que ficava pendurada no cós do cinturão que se prendia à calça. O rigor no horário e o cumprimento das metas de trabalho eram diariamente averiguados, conforme relato de vários entrevistados.

Segundo o senhor Erasmo, o primeiro apito tocava às 5h30min, para que a primeira turma acordasse e se dirigisse às plantações. Eram os campeiros e seringueiros. Geralmente cumpria-se oito horas de trabalho por dia e trabalhava-se no sábado em meio expediente⁸³. O relato de um ex-seringueiro traz mais detalhes sobre essa situação:

[...] Uma regra era o americano tinha um sistema que a pessoa tinha que chegar na hora certa. Digamos o cara ia trabalhar e o capataz chamava, chamava de capataz, capataz era de fazenda, quero dizer, assim, dizer naquele tempo de capataz, aquele que tomava conta daquela turma de trabalhadores. Então o empregado tinha que estar, por exemplo, pelo menos cinco minutos antes do apito, deste apito aí que apita, né. Já com a enxada, o terçado ou coisa assim, na linha porque o capataz colocava aquele pessoal cada qual na sua posição não é, pra apitou pegou...também apitou largou. Ele só dava, por exemplo, meia hora pra pessoa comer e tinha que andar com uma latinha de lanche aqui na cintura. Tinha por exemplo uma pessoa, um aguador, aguadeiro, que chamava, andava com uma lata de água na turma. Porque naquele tempo a turma de trabalhadores aqui não era 4, nem 5, nem 10, nem 15, nem 50 pessoas, era de 100, 150 ou 200 pessoas. Eles pegavam um quadro desses que hoje chama de 400 m², então era um dia pra limpar, pra capinar porque era muita gente.

⁸³ Mas havia uma variedade de horários de acordo com as atividades desenvolvidas pelos funcionários. Os enfermeiros do hospital entravam no trabalho às 6h e saíam às 14h; os mecânicos, eletricitas, torneiros e marceneiros, que trabalhavam no cercado, iniciavam seu turno às 7h, e tinham uma hora para ir a casa almoçar e retornar ao trabalho. O segundo período se estendia até 16h.

Então, por exemplo, ai ele fazia a demarcação pra esse plantio de seringa. Se por exemplo aqui tivesse um toco e que a demarcação fosse bem ali a qual pra plantar uma seringueira, então tinha que arrancar aquele toco, tinha que arrancar de qualquer..., naquele tempo não tinha os tratores que nós temos hoje de bodó, de coisa, é hidráulico então tinha uns trator aqui chamado trator trinta, né. Então ainda queimava gasolina, tão barato gasolina era que queimava gasolina, olha, aí eles amarravam um cabo muito grosso lá, cabo de aço, mandava cavar o toco, aí amarrava aquele toco, apertava com umas garra e o trator puxava e o toco virava, arrastava e plantava o pé de seringa. (ERASMO, Novembro, 2009).

A figura 31 apresenta um grupo de seringueiros durante a jornada de trabalho em Belterra⁸⁴.



Figura 31: Seringueiros durante a jornada de trabalho.

Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

O controle desses trabalhadores era realizado pelo apontador, que controlava a presença no serviço por meio da anotação da numeração contida em uma placa de metal recebida no momento da contratação e que ficava pendurada no peito do funcionário durante toda a jornada de trabalho (figura 33). Um dos entrevistados nos apresentou a chapa niquelada contendo a numeração de 7.275 que recebeu aos 15 anos de idade quando foi contratado pela

⁸⁴ Observamos que a imagem apresentada corresponde a uma tentativa de aproximação com o contexto da época, uma vez que nessa data o projeto já estava sob coordenação do governo brasileiro.

CFIB para trabalhar em Belterra. Isso nos dá uma aproximação do contingente da mão de obra que circulou em Fordlândia e Belterra durante a vigência do projeto⁸⁵.

Os campeiros realizavam o trabalho de poda, limpeza e capinação com auxílio de enxada e facão. Essa atividade era tão intensa que tinham apenas 30 minutos para almoço e descanso. Outras situações relatadas indicam que quando, quebrava alguma ferramenta, ela era substituída imediatamente até que se fizesse o conserto. Tudo isso, para não haver comprometimento do ritmo de trabalho.



Figuras 32 e 33: Caixa d'água da estrada 1, onde se localizava a sirene e a chapa de identificação funcional.

Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939. Foto: Pereira, J. C. M., 2009.

Dona Inocência, hoje com 90 anos e morando em Belém (PA)⁸⁶, relembra dos tempos em que trabalhava na plantação de seringa de Belterra. Fala do açougue que fornecia a carne, da farofa de carne que muita gente colocava na lata e pendurava na cintura, das aguadeiras que forneciam água para os trabalhadores durante a jornada de trabalho. Na hora do almoço,

⁸⁵ Convém observar que a população da cidade de Santarém neste período não era superior a 16 mil habitantes (IBGE, 1940). Esta cidade destaca-se por ser uma das mais importantes do estado do Pará cujo marco de fundação remete aos anos 60 do século XVII, com a criação da missão religiosa, em junho do mesmo ano, tendo por base a aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Tapajós, que marca, definitivamente, a fundação do povoamento que, posteriormente, viria a ser denominado de Santarém (REIS, 1979).

⁸⁶ Agradecemos à Prof^a. Rosa Acevedo (NAEA/UFPA) que nos autorizou a usar a entrevista feita por ela com a dona Inocência em Belém (PA), e à Deize Melo por disponibilizar a entrevista transcrita.

“quando a sirene tocava 11h, largava tudo. Os fiscais, “os americanos ficavam de olho pra saber se a gente estava obedecendo às ordens deles”. Segundo ela

Eles não queriam velho pra esse trabalho no campo, porque chovesse ou não [...] tinha que sair de casa aquela hora certa pra chegar na quadra na hora certa! Acho que eu saia de casa umas 5h pra chegar na quadra às 6h pro capataz já tomar o nome da pessoa que chegou na hora. 9.682 era a minha chapa (INOCÊNCIA, Julho, 2001).

Duas guaritas de segurança funcionavam 24 horas por dia com telefone para controlar a entrada e saída de pessoas e automóveis, que eram revistados ao entrarem nas propriedades da Companhia. A CFIB exigia, com rigor, uma boa conduta de seus funcionários. Bebida alcoólica era proibida e qualquer deslize era objeto de demissão, segundo “a lei severa dos americanos”.

Outra ex-seringueira narra o quanto era difícil entrar nas terras da Companhia diante do rígido controle da entrada e da saída das pessoas.

No tempo do Ford, gente não entrava assim de peito aberto aqui não. Tinha um portão ali, um portão. Então, naquele tempo tinha a casinha lá tipo uma guarita. Aí do fiscal e tinha corrente. Duas correntonas, dessa grossura. Aí chegasse lá, viesse um carro de lá, de Santarém, parasse lá: a gente vai para Belterra, quero ir lá. “Você tem parente aí em Belterra? Tenho. “Nome”. Fulano de tal. “Onde mora?” Estrada 1, ou Vila 129, “que nome é a casa”. Tudo é assim. Aí ele batia o telefone para o fiscal. Aí conversava, se perguntasse tudinho e estivesse tudo correto, aí passava. Mas se não tivesse, não passava, voltava mesmo (FRANCISCA, Abril, 2011).

O senhor Tica relata que para se divertirem os trabalhadores poderiam ir a Porto Novo aos sábado e domingos, dançar e beber aquela “cachacinha”, contanto que, na segunda-feira, estivessem prontos para o serviço. A figura 34 mostra o local a que se refere nosso entrevistado.



Figura 34: Porto Novo, nas margens do rio Tapajós.
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1939.

A diversão era permitida, mas a ressaca ou qualquer tipo de situação que impedisse o ritmo do trabalho eram punidos com injeção, purgante, extração de dente ou outro procedimento adequado à situação de doença alegada, caso desconfiassem da história contada. Este controle era feito por um fiscal que passava nas casas verificando a presença de trabalhadores nelas, durante o horário de trabalho. Tudo para garantir o perfeito funcionamento do sistema fordista de produção.

Era um sistema muito rigoroso, porque existia uma ordem severa ali tá. Até porque o empregado não podia cometer alguma infração que pudesse desabonar, por exemplo, tirar assim aquele direito de ele ficar aqui. Porque qualquer confusão ou bebedeira de cachaça, porque aqui não existia cachaça. Se ele quisesse tomar cachaça ele tinha que ir lá no Porto Novo. Lá ele podia farrear à vontade, mas também não podia trazer pra cá. Porque se ele passasse pra cá com cachaça, ele no outro dia, ele logo ia pra rua né. Eles chamavam naquele tempo, porque descarga é outra coisa né, eles chamavam de descarga, aplicava esse termo de descarga. Descarregar a pessoa, mandar embora. Então, o americano pagava tudinho direitinho. Se ele tinha família, botava no carro e mandava deixar no Porto Novo. Agora eles, eles aplicavam assim um termo de uma descarga automática que ele não podia mais se empregar né, era assim. Então, era uma lei, porque ali na entrada que vai para o Porto Novo, mais adiante um pouco, tinha uma guarita, aonde tinha um fiscal né, que toda pessoa que passasse lá tinha que mostrar o que trazia. E se ele trazia alguma cachaçazinha em côco, dentro de melancia né. Pra beber aqui era descoberto lá, quando ele chegava aqui, já sabiam aí porque tinha um telefone lá e o cara telefonava imediatamente (ERASMO, Outubro, 2009).

A disciplina imposta aos “desordeiros” era realizada pelo serviço de policiamento interno, denominados de “mata-cachorros”, “porque naquela época era a lei da borracha, a lei da porrada mesmo”. A punição não distinguia idade, era aplicada desde os velhos até aos

menores de idade. Matasse, roubasse ou fizesse arruaça, o “desordeiro” ia para a cadeia. Embora as punições fossem generalizadas, o valor pago pelo trabalho realizado por menores era bem abaixo do pago a um adulto⁸⁷.

Na figura 35 apresentamos a cadeia a que se refere nosso entrevistado, para onde eram recolhidos os “desordeiros”.



Figura 35: Cadeia do Porto Novo.

Foto: Pereira, J. C. M., 2011.

A disciplina também se estendia sobre a vida dos filhos dos empregados da Companhia durante o processo de socialização na creche, como podemos observar pela experiência de um filho de ex-seringueiros, que narra situações de seus aprendizados e como este plano de referência foi usado na criação de seus próprios filhos.

Então o que eu lembro muito, que deixou muito forte na minha memória foi a questão da disciplina. Tanto na escola, quanto no serviço era extremamente disciplinado. Tudo era disciplinado. Então isso marcou a minha vida até hoje e eu transferi isso. Eu transferi isso pro meus filhos. Na medida em que eles foram surgindo, eu procurei transferir para eles toda essa questão de disciplina, de ordem, de obediência, de respeito, de educação (CHARDIVAL, Abril, 2011).

⁸⁷ Um subprefeito de polícia, que prestou serviço em Fordlândia, quando de sua saída do lugar por um pedido formal da empresa ao governo do estado, fez algumas ponderações em relatório que foi enviado ao Secretário Geral da Força Pública Militar, em Belém (PA). Relatava algumas arbitrariedades cometidas pela gerência da CFIB. Dentre os fatos relatados estavam a ameaça de expulsão e queima das casas de seus funcionários que construíram suas habitações em lugar inadequado; a proibição da venda de bebida para funcionários da empresa em barco atracados no porto de Fordlândia, mas liberado para norte-americanos e outros estrangeiros; o impedimento de enterro de um cadáver de trabalhador da Companhia no cemitério dela, pelo fato da morte ter ocorrido fora de suas possessões (OLIVEIRA, 1930). Esses fatos, segundo o autor das denúncias representavam o abuso de poder por parte da gerência da Companhia, e que não contava com seu apoio.

Este mesmo entrevistado fala das intenções humanitárias do capitalismo praticado por Henry Ford.

Os preceitos que o Ford pregava eram preceitos interessantíssimos para a vida humana. Ele tinha uma visão política muito diferente. Diferente daquele pessoal que dominava na época, os norte-americanos. Diferente deles porque ele queria implantar uma política de capitalismo tremendamente humanista, né? [...] Pregava a igualdade de todos os funcionários e se fosse todos tratados [...] que tivesse a água tratada, tivesse a água arrumada, tivesse luz, tivesse educação, instrução, tudo isso ele exigia para o pessoal dele. Então ele achava que máquina e homem deveriam ser tratados quase com igualdade, entende? Então eu achei muito importante a coisa da filosofia de vida do Ford.

Os relatos também indicam que existiram formas de resistência no lugar, mas não foram suficientes para enfrentar a disciplinarização e a coerção do sistema fordista. Em Fordlândia teve o “Quebra-Panela”, ato de insurreição, contra as precárias condições de trabalho e de alimentação. Carros foram virados, equipamentos foram queimados, o porto foi interdito pelos trabalhadores e muitos americanos se esconderam na floresta ou fugiram de canoa pelo rio com medo de serem mortos. Mas a repressão veio de Belém com o aparato policial coordenado pelo Coronel Magalhães Barata que, posteriormente, se tornou governador do estado do Pará. Em Belterra, as tentativas de levar para a cidade cachaça escondida em bambu, côco ou melancia não resistiram às revistas nas guaritas de controle e nem à “descarga” (demissão) feita pela companhia contra os trabalhadores apanhados praticando algum “delito” considerado grave, conforme proibiam as regras de conduta da empresa.

Segundo Amorim (1995), o salário pago por mês era definido por produção no momento do acerto de contas, mas o resultado do trabalho era cobrado quinzenalmente. O não cumprimento dos acordos estabelecidos poderia levar à demissão do empregado sem qualquer indenização por parte da empresa. Após a conclusão mensal do trabalho, seu desempenho era avaliado pelo capataz, gerente e chefe do escritório que podiam validar ou não a sua permanência na Companhia. Caso fosse demitido, deveria devolver as ferramentas de trabalho recebidas no momento da contratação; se porventura as tivesse perdido, tudo era descontado. Segundo um de nossos entrevistados, o controle era feito por fichas plásticas de cores diferenciadas que identificava o tipo da ferramenta repassada ao trabalhador.

Quando assinava o contrato de trabalho, o empregado já tomava conhecimento e se submetia à imposição dessas condições, como podemos observar pela transcrição literal do conteúdo do registro de empregado de M.B.M., assinado em 11/07/1942:

Este acordo poderá ser terminado em qualquer tempo, no fim de cada mez, contados estes do presente contracto, por conveniência de qualquer das partes e sem aviso previo, obrigando-

me a retirar com minha família, das propriedades da Companhia, no dia da terminação ou nos três dias que se seguirem.

Pelo presente autorizo a Cia. Ford Industrial do Brasil de deduzir de qualquer importância que me é devida ou a receber, a importância de dez mil réis por qualquer chapa ou do vale almoxarifado e cinco mil réis por talão de ferramenta por mim recebido quando empregado da mesma e o qual não devolvi, quando solicitado.

Temos, assim, o controle sistemático da vida profissional e privada da vida do trabalhador legitimado por contratos formais assinados no momento da contratação, e da submissão às condições impostas pela CFIB.

Até agora, apresentamos as formas de recrutamento da mão de obra, o processo de (re)socialização dos migrantes na cidade por meio do trabalho, o controle e o disciplinamento impostos pela CFIB. Em seguida, analisaremos a presença de Vargas em Belterra e as alianças político-militares entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, e como a “Marcha para o Oeste” para povoar a Amazônia justifica os vários incentivos dados à empresa de Henry Ford.

2.3.3 O Projeto Modernizador de Getúlio Vargas para a Amazônia

A visita do presidente Getúlio Vargas à Belterra não foi um ato formal descompromissado. Lembramos da disputa no mercado internacional entre as grandes potências mundiais em torno da produção da borracha em larga escala, especialmente diante do conflito envolvendo Japão e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial, das possibilidades abertas para relações comerciais e políticas entre EUA e governo brasileiro e das negociações que envolveram a Amazônia. Tudo isto em consonância com o movimento do poder central em torno do alinhamento político do Brasil com os aliados. Um dos entrevistados relata sua experiência quando criança diante de um momento tão significativo para a vida do lugar.

Naquela época dos americanos o presidente Getúlio Vargas veio aqui em Belterra, foi o único presidente que chegou [...] naquela época. Então, eu como estudante que era o estudo mais elevado naquela época aqui, era até a 5ª série, e ainda garoto nós fomos lá para o Pindobal⁸⁸ receber a comitiva [...] e veio aquela passeata e quando ele desembarcou ali hoje onde é aquela meteorologia, que lá era o campo de futebol, não é, tinha uma sede de diversão, de dança da pesada [...] o presidente desembarcou lá, aquilo muito enfeitado [...] então, eu quero dizer que eu vi esta chegada, presenciei a chegada do presidente da República (ERASMO, Novembro, 2011).

No dia 08 de outubro de 1940, a comitiva presidencial partiu de Belém em direção à Belterra para visitar as plantações Ford no Tapajós. As atividades incluíram almoço, visitas ao

⁸⁸ Pindobal é uma localidade a 15 km de distância do centro da cidade, onde há uma bela praia do mesmo nome.

serviço médico, administração e plantações. Teve festa operária, discurso de criação da creche e banquete, conforme consta nas anotações de campo do diário pessoal do presidente (VARGAS, 1937-1942).

“Prossegue sempre triunfal e auspiciosa a excursão do dr. Getúlio Vargas, eminente presidente da República pelas terras da Amazônia”, noticiou o jornal da época. Durante sua estadia em Belterra, Vargas foi acompanhado por populares, empresários e dirigentes políticos vindos da cidade de Santarém e por funcionários e dirigentes da CFIB de Belterra e Fordlândia, como os Srs. Braunstein, representante de Henry Ford, e Deckard, gerente da empresa, na casa de quem ficou hospedado com sua comitiva. Na oportunidade, o presidente foi informado que Belterra não era colônia americana, já que “os três mil operários são caboclos da Amazonia”, as professoras que lecionavam para cerca de mil crianças e os médicos eram indicados pelo governo estadual. Segundo os representantes da Companhia, Belterra era um “centro de brasilidade” (FOLHA DO NORTE, 09/10/1940, p. 1, 4).

Três escolas foram construídas pela CFIB (Henry Ford, Benson Ford e Edsel Ford). Na figura 36 apresentamos a escola visitada por Vargas durante sua viagem à Belterra.



Figura 36: Escola Benson Ford (Vila 129).
Foto: Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, 1937.

Na parte da tarde, Getúlio Vargas percorreu as terras da Companhia, conheceu os dois milhões de pés de seringueiras plantadas “racionalmente” presenciando uma demonstração do plantio destas, e foi informado de que moravam na cidade cerca de sete mil pessoas, contando

com hospital, luz própria, água encanada, escolas e cinema. Em seguida, visitou o hospital e conversou com doentes, prosseguiu o jornal.

O presidente Getúlio Vargas desembarcou em Belterra às 13 horas e após o almoço visitou plantações e departamentos. Às 17 horas esteve na praça de esportes da Companhia, onde discursou perante 5.000 pessoas, sendo calorosamente aplaudido [...] referiu-se aos salários da Ford superiores ao mínimo garantidos na lei do Salário mínimo [...] á noite houve um banquete de 50 talheres, no Club House, que o gerente, sr. Braunstein, ofereceu em nome do Sr. Henry Edsel Ford (FOLHA DO NORTE, 10/10/1940, p. 3).

Durante o banquete houve pronunciamento de dirigentes e funcionários em posto de comando da Companhia agradecendo a presença e o apoio do presidente ao empreendimento para a produção de borracha em larga escala. Em seguida, Vargas agradeceu a recepção a ele direcionada e falou da importância do trabalho desenvolvido pela Companhia Ford para o ressurgimento econômico da Amazônia. Elogiou a disciplina, a organização e os processos modernos encontrados na plantação, bem como, a qualidade do sistema de saneamento e o esforço de estrangeiros e brasileiros para assegurar o sucesso do projeto e engrandecer o Brasil. Todos os presentes, de pé, cantaram o hino nacional brasileiro.

Prosseguindo a programação, o presidente ainda se reuniu com lideranças políticas de Santarém e se comprometeu em atender as demandas apresentadas do prefeito daquela cidade. Os eventos foram devidamente documentados e as imagens abaixo apresentam alguns desses momentos, como a chegada na praia do Pindobal (figura 37), a reunião com lideranças políticas (figura 38) e o banquete no *Club House* com dirigentes da CFIB (figura 39).



Small Brazilian with country's flag welcomes Vargas to Belterra and Henry Ford's rubber development. Vargas stands between his brother and Ford's Manager Harry Braunstein.

Figuras 37 e 38: Visita de Vargas à Belterra.

Fonte: Revista Life, n. 9, dez. 1940. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acesso em: 06 ago. 2010.



Figura 39: Banquete no Club House.

Fonte: Biblioteca de Washington. Disponível em: <http://www.lib.washington.edu/>. Acesso em: 17 ago. 2010.

De acordo com Secreto (2007), a “Marcha para o Oeste”, como se denominou a política varguista de povoamento, orientava o programa de colonização para ocupar a Amazônia de migrantes, principalmente, nordestinos fugidos da seca⁸⁹. Os acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos durante a II Guerra Mundial, em 1942, tanto posicionaram o Brasil no conflito, como lhe deram o papel de produtor de borracha para abastecer o mercado americano, especialmente aquele ligado à indústria armamentista. Arregimentar mão de obra para os seringais e fornecer borracha para os aliados foi à missão brasileira naquele contexto. Nesta perspectiva, os “soldados da borracha”, como ficaram conhecidos esses trabalhadores, constituíram a força de trabalho estratégica para dar conta daquela ação.

O Governo Roosevelt assinou acordos com países latino-americanos para a produção de borracha durante a guerra. Vargas assumiu o compromisso de abastecer o mercado americano até 1946, em troca de um empréstimo de US\$ 100 milhões, cujo acordo de cooperação incluía o trabalho em conjunto com organizações americanas. Vale lembrar que nesse período a Ford Company Motors nos Estados Unidos suspendeu por três anos a produção de veículos civis para produzir jipes, aviões e tanques para as forças militares daquele país. Neste “esforço de guerra”, as plantações Ford na Amazônia cumpriam papel estratégico (GRANDIN, 2010).

Uma nota publicada pelo governo no Jornal Folha do Norte em Belém (PA), intitulada “Objetos usados de borracha valem muito para a vitória”, convocava a população para fazer a sua parte na “Campanha da Borracha”, conclamando-a a vender a borracha velha ao governo, que seria usada no esforço de guerra, e assim, fortaleceria a luta dos aliados contra os japoneses, “inimigos da humanidade”.

As forças armadas das Nações Unidas precisam de Borracha!

Nas esteiras dos tanques, nas botas e roupas impermeáveis para tropas de desembarque, nos uniformes de vôo dos aviadores, nos carros de assalto, nos bombardeiros e em mil e um instrumentos ou peças usadas, direta e indiretamente, consome-se, atualmente, imensas quantidades de borracha. A Comissão Nacional de Borracha apela para o patriotismo de todos para que contribuam com todos os artigos de borracha usados e imprestáveis em prol dos esforços de guerra das Nações Unidas. Entregue seus objetos velhos no posto de gasolina mais próximo de sua casa. Os pneus e câmaras velhos, cujos possuidores os desejarem vender, serão adquiridos a preços estabelecidos. Contribua com sua borracha velha!

Comissão Pró Campanha Nacional de Coleta de Borracha!

Com cooperação de: Anglo Mexican Petroleum Company Ltd.; Atlantic Refining Company of Brazil; Standard Oil Company of Brazil; The Caloric Company; The Texas Company (South American) Ltd. (FOLHA DO NORTE, 01/07/1943, p. 06)⁹⁰.

⁸⁹ Segundo Secreto, essa situação já acontecia desde o “boom” da borracha. Entre 1872-1900, estima-se que cerca de 500 mil tenham se deslocado para a região com passagens subsidiadas pelo governo. Esse movimento voltou a se repetir nos anos de 1915-1916 (31 mil) e 1943-1944 (50 mil soldados da borracha).

⁹⁰ Na mesma página algumas informações complementares quantificavam o uso da borracha: “1/2 quilo de borracha entra na fabricação de cada máscara de gás [...] para fabricar um flutuador salva-vidas são necessários de 7,5 a 45 quilos de borracha

A narrativa do senhor Joaquim⁹¹, um ex-combatente do destacamento militar em Belém que foi viver na cidade de Belterra, revela o medo de bombardeio sobre cidades do Pará por caças japoneses:

Aí, me apresentei [...] fui pro batalhão na companhia. Ai, no tempo da guerra 45 [1945], diz que sonham ter visto um submarino lá em Bragança, lá fora. Aí, lá o 34° BC, que era batalhão de guerra, se sacou pra lá, pra Bragança, foi se acampar pra lá, no tempo desse submarino (JOAQUIM, Novembro, 2009).

Rumores como estes, sobre a presença de submarinos inimigos nas águas do Pará também povoaram o imaginário dos seringueiros de Belterra durante a II Guerra Mundial e, ainda hoje, permanecem vivas, como elementos constitutivos da memória coletiva do período⁹².

Os americanos fizeram aquele campo de aviação, só que depois não foi pra frente [...] o governador botou abaixo, porque ele naturalmente pensou (pausa) num ataque naquele campo ali, ai mandou parar o serviço, ai fizeram, lá no campo, uma casa aonde tinha todo o sistema de metralhar. Cada buraco daquele tinha uma metralhadora (ERASMO, Outubro, 2009).

Os navios japoneses, os submarinos vinham até nas águas do Pará. Ai, os navios que carregavam o pessoal, os cearense, os maranhenses e outros mais. Eles só andavam no escuro no navio, com medo dos torpedos dos navios japoneses que vinham aqui nas águas do Pará (SABIÁ, Novembro, 2009).

A experiência fordista na Amazônia é considerada na memória coletiva um período de prosperidade, de grande movimentação, de chegada de novas pessoas, inclusive por via aérea dadas às dificuldades de deslocamento no interior da região e de “progresso”. O encerramento do projeto causou estranhamento e tristeza naqueles que viveram o período, como podemos observar pelo trecho do repente do poeta nordestino.

Mas o nobre estrangeiro ao governo brasileiro devolveu o patrimônio, entender ainda não pude a razão dessa atitude, porque desfez do seu sonho? Ford desistiu de Belterra lá pelo final da guerra, 45 talvez, entregou tudo ao Estado ficando logo mudado no ano 46. Assim que os brasileiros se tornaram verdadeiros donos da situação, muito fizeram de fato, mas deixaram que o mato dominasse a plantação, morreram todos os pomares e os seis mil hectares sem seringal hoje estão, por conta dos empregados que não tomaram cuidado com

[...] em cada carro de assalto se empregam perto de 140 quilos de borracha [...] 826 quilos de borracha entram na fabricação de um bombardeio pesado”.

⁹¹ Seu Joaquim perdeu os pais muito cedo e foi adotado por um delegado da cidade de Maracanã, próximo à estrada de Ferro de Belém-Bragança, aos 16 anos de idade, no Nordeste paraense. Trabalhava e o que ganhava era apropriado de forma indevida pelo delegado que o criou, e quando ameaçou ir embora, o delegado, em acordo com outro policial, o enviou para o presídio de Cotijuba (uma ilha às proximidades de Belém), onde permaneceu preso por um ano e meio. Lá conheceu um tenente do exército que o levou para servir em Belém. Depois voltou para Belterra para ser seringueiro, mas, como cozinheira muito bem, foi recrutado para o hospital, porém envolveu-se num acidente de carro e perdeu a vista esquerda. Logo depois foi aposentado.

⁹² Convém observar que esse medo não era apenas invenção dos seringueiros. Diz Secreto, que durante a guerra, oito navios brasileiros foram afundados nos Estados Unidos e nas costas brasileiras, produzindo a morte de 607 pessoas entre passageiros e tripulantes. Desse modo, os barcos que traziam migrantes nordestinos para a Amazônia, naquele período, vinham cercados de preocupações e tensões (SECRETO, 2007).

sua manutenção. Hoje somos município, mas juro que do princípio que ainda tenho saude (TICA, Março, 2009).

O senhor Tica apresenta as explicações para o que seria o real motivo do abandono do projeto pelos americanos. Segundo ele, não havia gente suficiente para trabalhar os 10 mil hectares do projeto, muito aquém dos 250 mil hectares de terra recebidos do governo brasileiro em Belterra. As doenças no seringal (mal-das-folhas⁹³, por exemplo), a falta de adubação das seringueiras importadas e a queda nos preços do produto no mercado internacional, por conta da descoberta da borracha sintética, foram outros fatores que contribuíram para inviabilizar o empreendimento. Então, os filhos de Ford resolveram repassar para o governo brasileiro o empreendimento antes do aprofundamento da crise⁹⁴.

Conforme nosso entrevistado o projeto, depois da saída dos americanos, ficou sob responsabilidade do Ministério da Agricultura

O projeto ainda continuou por mais um tempo no mesmo regime de manutenção do seringal e colheita, chegou ainda a colher até 12 toneladas de seringa por dia, antes que desprezassem o seringal e o mato tomasse conta, o cupim e o seringueiro acabasse com o resto. Hoje em dia não temos mais seringal (TICA, Outubro, 2009).

Os relatos indicam que a borracha de Belterra e Fordlândia não abasteceu o mercado norte-americano, mas fala-se que, de lá, eles levaram ouro, prata, madeira e outros minérios. O ouro de Belterra, por exemplo, foi escondido dentro de pedaços de Bambu. Pelo menos, esse fato ainda está presente no imaginário de alguns de seus moradores.

Porque os americanos não têm nada de besta. A estrada é da aqui, por exemplo, aqui é a guarita. Aqui embarcava para Fordlândia. Para chegar bem aqui, tinha uma estrada para o acampamento [...] era cercado de arame farpado. Ali não entrava ninguém, era proibido entrar gente lá [...] tinha ouro lá. Uma mina. Af da cabeceira do igarapé que vinha pra cá. Da água que vinha pra cá, era da cabeceira pra cá. Lá eles tiraram. O papai, a hora que ele chegava em casa meia-noite, tinha um carro aqui de dez rodas que dava duas três viagens para Porto Novo. Chegou um lorde aí, passou um mês, e eles tirando ouro e carregando para lá. E Quando eles foram [...] Quando eles saíam dali podiam ir embaixo (ANTÔNIO, Abril, 2011).

Em Fordlândia, a situação se repete, conforme veremos pelos depoimentos abaixo. O primeiro, de um ex-seringueiro que trabalhou na CFIB. O segundo, de um ex-funcionário do

⁹³ Doença que seca as folhas, diminuindo o seu tempo de vida, causado pelo fungo *Dothidella ulei*. Manifestou-se pela primeira vez em Fordlândia no ano de 1934, resultando na perda de 26% do que havia sido plantado (2.227,8 acres) em 1935 e na transformação de Fordlândia numa estação experimental para o estudo científico da borracha (COSTA, 1993). Relatos de campo indicam ainda o ataque de insetos e lagartas.

⁹⁴ Edsel Ford, o filho único do magnata americano, morreu em 1943. Coube a seu filho, Henry Ford II, assumir os negócios da família que, diante da situação de crise econômica da época, decidiu fechar várias frentes de trabalho da Companhia. Dentre elas, Fordlândia e Belterra que, no dia 05 de novembro de 1945, foram repassadas ao governo brasileiro pelo valor US\$ 244.200, dinheiro que foi usado para saldar obrigações trabalhistas na Amazônia. A empresa tinha investido US\$ 20 milhões e seu patrimônio era avaliado em US\$ 8 milhões. Os prejuízos com o investimento foram de US\$ 9.276.655,04, conforme os valores de 1945 (COSTA, 1993; GRANDIN, 2010).

Ministério da Agricultura, filho de ex-seringueiros, e que administrou Fordlândia depois da saída dos americanos.

Porque o americano não era só látex não, a borracha, era minério, porque lá em Fordlândia tinha uma serra, tinha o morro do saco, então era proibido as pessoas entrarem lá, era um cavado doído lá, eu não sei. Então, tinha os fiscais lá pra ninguém entrar. Todos os meses chegava lá, em Fordlândia, um Lloyd, por nome Lloyd Like More, então eles enchiam toda aquelas madeiras, bem carregadinho, bem bonitinho e iam embora não sei pra onde, pro Rio, pro Estados Unidos, sei lá. Mas era minério com certeza (SABIÁ, Outubro, 2009).

Se tiraram e levaram eu não sei, mas que havia na época, havia. E muitas pessoas lá, que eu administrei Fordlândia, fiz muitos amigos lá, e eles falaram que tinham áreas lá que eles iam só eles e os funcionários que trabalhavam no extrativismo, iam lá. Por exemplo, tinha lá um morro que eles esburacaram todinho e até hoje existe lá essas cavernas que foram feitas por eles. Iam de madrugada, segundo eles, eles contam né? Iam de madrugada carregavam aqueles sacos cheios, com certeza era minério né? Porque quando eu estive lá também, uma equipe de pesquisadores esteve lá e fizeram uma rápida pesquisa e constataram que lá existia ouro, prata, outros tipos de minério [...] então eles queriam descer lá com máquinas para poderem extrair e explorar. Eles não levaram as máquinas porque não iam permitir, que só com autorização. Embora eles tivessem chegado lá com uma autorização para pesquisar. Mas eu disse: “Não, vocês têm autorização para pesquisar, não para extrair. Agora para extrair vocês trazem outra autorização lá de Belém” porque estava [sob] a direção do Ministério da Agricultura (CHARDIVAL, Março, 2011).

A cidade-empresa fora criada com a promessa de ser a maior produtora de látex do mundo, que a CFIB utilizaria na produção de pneus e outros derivados para sua indústria automobilística nos Estados Unidos começou a mostrar fragilidades. Segundo Costa (1993), o plano inicial da empresa era plantar três mil hectares por ano. Para tanto, seria necessário um contingente de 7.293 trabalhadores permanentes. Em 1931, só havia plantado 400 hectares e arrematado 3.100 trabalhadores. Em Belterra, esse número, em 1938, era de 1.200 e quatro anos depois (1942), a Companhia não desmatou, nem plantou nada e o número de pessoal trabalhando diminuiu para 2.184. Valores bem abaixo dos que constavam nos planos da CFIB. Entretanto, o projeto durou apenas 18 anos, desde a sua criação em Fordlândia, no ano de 1928, para, em Belterra, experimentar o seu fim, no ano de 1945.

Telles assinalou (2006, p. 77) que “a história do passado [...] está corporificada e incorporada nos espaços e seus artefatos – traços materiais da vida social que são vetores e referências de práticas e relações que são atuais”. Assim, ainda hoje, se ouve o apito da sirene que marca o ritmo da vida na cidade, herança deixada pelos americanos.

Perguntamos a um antigo morador da cidade por que a sirene ainda toca hoje? Ele nos respondeu:

Ela toca por uma questão de uma tradição, uma tradição da época em que foi colocada pelos americanos, e que ela volta a lembrar justamente o tempo, o começo dessa empresa que era justamente o Henri Ford. Porque eu acredito que se tirar esse apito [...] e nunca mais apitar fica uma coisa assim [...] um pouco esquisito e mais triste para aquelas pessoas.

Os hidrantes vermelhos pelas ruas, a caixa d'água de ferro e as casas de madeira em cor branca e de janelas verdes, com suas vilas em diferentes formatos - Vila Americana, Vila Operária, Vila Mensalista, Vila Timbó, Vila Viveiros I e II, Vila 129, Vila Pequiá, os alojamentos dos solteiros e as cabanas de palha, dispostas ao longo das estradas dos antigos seringais, expressavam a estratificação social do período, mas saltam aos olhos no momento atual e deixam na paisagem o encontro entre o passado e o presente. Afinal, como ressalta Santos (1997, p. 68), a paisagem é “um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, de pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”⁹⁵.

O que aconteceu em Fordlândia e Belterra, do ponto de vista empírico, significou a materialização da “fala do desenvolvimento” e do projeto de modernização capitalista proposto por Vargas para o Brasil. Contudo, devemos observar que este fenômeno também se estendeu para a região Nordeste na década de 1930 e reapareceu na Amazônia nos fins da década de 1960 e início de 1970. Temos, assim, o modelo urbano-industrial como paradigma e prática do desenvolvimento do país, conforme apresentamos nas análises seguintes.

2.3.4 Outras experiências de cidade-empresa

Tomando por base os estudos de Piquet (1998), que analisou as cidades-empresa no Brasil, identificando este fenômeno como característico dos fins dos anos de 1940 na região Sudeste, podemos concluir que as experiências de Fordlândia e Belterra, por antecederem este período, constituem-se entre as primeiras cidades-empresa do país. Processo similar só aconteceu no Nordeste brasileiro, na década de 1930, sob a forma das Vilas Operárias ligadas ao trabalho fabril da indústria têxtil, conforme analisaram os trabalhos de Leite Lopes (1976) e Alvim (1976, 1997).

A Vila Operária constituiu-se, do ponto de vista da comunidade industrial, num modelo onde imperava a disciplina e a moradia higiênica. A proximidade entre a casa e a empresa deixava os operários num “estado permanente de prontidão para o trabalho” (LEITE LOPES, 1976, p. 58) que, sob o apito da fábrica, eram obrigados a manter a pontualidade e assiduidade. Para o autor, se do ponto de vista do capital esse ideal representou o *otimum* produtivo, para os trabalhadores e suas famílias, a precariedade das condições de trabalho e habitacionais, os baixos salários, a vigilância permanente por parte da empresa, a ameaça

⁹⁵ Observamos que somente as cabanas de palha não fazem parte da paisagem atual, embora permaneçam no imaginário coletivo, e seja facilmente identificada a sua localização por aqueles que viveram no “tempo dos americanos”.

constante de demissão e despejos, assim como, a falta de liberdade de organização sindical significaram um verdadeiro “cativeiro”.

Segundo Alvim (1976), os operários eram recrutados em feiras locais, através de aliciadores, cujo critério de seleção estava condicionado às famílias com grande número de filhos para cumprirem longas jornadas de trabalho de até 12 horas por dia. A forte presença da mão de obra feminina na fábrica significava, do ponto de vista doméstico, uma sobrecarga ao trabalho da mãe e materializava uma forma de divisão sexual do trabalho.

As análises de Leite Lopes (1976) e Alvim (1976), argumentam que o controle permanente imposto pela empresa, inclusive do mercado de trabalho e imobiliário, significou, de um lado, um poderoso mecanismo de “imobilização da força de trabalho” e de sua máxima exploração em cada grupo doméstico e, de outro, a descaracterização da sua condição de camponês, quando da sua (re)socialização à vida industrial.

A constituição da força de trabalho da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) dava-se através de um modelo de aliciamento que continha várias formas de recrutamento das famílias migrantes para a atividade industrial, cujas características podem ser descritas da seguinte forma: eram famílias pobres, compostas por vários membros, do interior dos estados de Pernambuco e, principalmente, Paraíba. Segundo Alvim (1997, p. 50), a “ação de sedução do aliciamento” consistia no deslocamento do agente de aliciamento para essas áreas para convencer as famílias e levá-las de ônibus ou caminhão para os dormitórios provisórios coletivos, denominados de depósito, que eram custeados e controlados pela empresa. Seguindo do processo seletivo que poderia ou não assegurar a sua contratação como operário da empresa e sua alocação em uma das casas da Vila Operária (ALVIM, 1997, p. 50)⁹⁶.

O processo seletivo era feito pelo próprio dono da fábrica. A ele cabia a decisão de qualificar o recém-chegado de “trabalhador” ou “preguiçoso”. “Atributo” que era extensivo ao conjunto dos integrantes da família. Esse ritual humilhante, conforme analisa Alvim, envolvia o exame do corpo e das mãos. Mãos calejadas era atributo de trabalhador e mãos finas a sua negação. Isso, se de um lado representava a centralidade do papel do chefe de família, por outro simbolizava e servia de recado para a coletividade operária de que para continuar na empresa precisariam ser bons trabalhadores.

O segundo mecanismo de recrutamento identificado por Alvim (1997), o “auto-recrutamento familiar”, consistia numa política implícita da empresa incentivando que as

⁹⁶ Alvim apresenta as situações que tornaram possíveis e alimentaram a prática do aliciamento: eram famílias pobres e com dificuldade de sobrevivência. Trabalhadores fugindo das relações do engenho e pequenos produtores em posição social decadente, que buscavam um ambiente favorável para criação dos filhos.

famílias com grande número de familiares se auto-recrutassem. Situações como esta foram completadas com o sub-aliamento, que submetia os trabalhadores recrutados a aceitarem até trocar de nome e viverem com uma família estranha para conseguir um posto de trabalho.

Como estratégia, a empresa adotou pagar baixos salários e ter famílias de muitos membros trabalhando, para que esta, por meio de seu próprio trabalho, pudesse manter a sua subsistência. Assim, a família constituiu-se no elo entre a vida passada da pessoa na área rural e a sua integração ao sistema de trabalho industrial na cidade. Estes são os elementos estruturantes da rede complexa de relações que envolvia o processo de constituição da força de trabalho da Vila Operária nos anos de 1930.

No caso da Amazônia, as pesquisas sobre as cidades-empresas são de outro período. Segundo Trindade Jr e Rocha (2002), a instalação da cidade-empresa ou *company towns* não é recente na região. Começa pelas experiências de Fordlândia e Belterra, no final da década de 1920, e se intensifica a partir dos anos de 1960 para acompanhar a implantação dos grandes projetos. Desse modo, representa um novo arranjo socioespacial na realidade local e regional, já que se diferencia tecnicamente das cidades do seu entorno, dada a autossuficiência de sua organização. Como já vimos anteriormente, Trindade Jr (2010) faz uma distinção entre os termos “cidade da floresta” e “cidade na floresta”⁹⁷.

As *company towns*, conforme definem Pereira, Silva e Ferreira (2002, p. 60), são cidades planejadas criadas pelas empresas para dar suporte aos grandes projetos destinados à exploração dos recursos naturais na Amazônia. Ao se percorrer o interior das mesmas, dizem os autores, tem-se a impressão de estar num outro mundo “intencionalmente produzido, racionalmente programado” através de construtos e objetos dispostos no espaço. Isso implica uma racionalização da dinâmica urbana cujo interesse principal é viabilizar a realização econômica do empreendimento, de forma que a localização em pontos estratégicos, tanto busca a proximidade dos recursos naturais, quanto a facilidade para obtenção da mão de obra (RODRIGUES, 2002).

Pelo menos quatro características foram identificadas para este tipo de cidade: a) representam a extensão da linha de produção da empresa; b) tendem a negar o padrão regional de urbanização, uma vez que esses núcleos planejados já nascem dotados de equipamentos urbanos como rede de água e esgoto, centro comercial e serviços; c) apresentam-se como

⁹⁷ Ver nota 52.

novas formas de gestão do território⁹⁸; e, por fim, d) funcionam como enclaves urbanos no lugar onde se localizam, uma vez que negam tanto a escala local, como os sujeitos políticos do lugar são pouco considerados. Também devemos observar que os benefícios gerados por esses projetos não são incorporados regionalmente, embora os custos sociais e ambientais sejam internalizados. Para a construção da hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, cerca de 30 mil pessoas foram remanejadas e 13 povoados ribeirinhos foram inundados nos sete municípios da área de abrangência do projeto (ROCHA; GOMES, 2002)⁹⁹.

Trindade Jr e Chagas (2002) observam que as dimensões da cidade-empresa envolvem questões relacionadas ao uso e à representação do espaço, expressos tanto nas práticas cotidianas e imaginárias dos sujeitos, como na gestão de burocratas e urbanistas que, em última instância, definem o seu uso. Isso implica um discurso de cidade aberta, que se realiza apenas no plano das ideias, mas que do ponto de vista prático não acontece, visto que a segregação socioespacial dos grupos sociais e profissionais são características constitutivas desse tipo de cidade.

Temos, assim, a experiência da cidade-empresa com a estratégia do capital, que sob a guarda da ação estatal vai se localizar em lugares propícios ao seu desenvolvimento, próximos às fontes de energia e matéria-prima, e de fácil recrutamento de mão de obra. É a “modernização pelo alto” (VIANNA, 1978) que passa a configurar, mesmo que de forma pontual, o processo urbano-industrial do desenvolvimento brasileiro.

2.4 Conclusões preliminares

Conseguimos por meio das análises realizadas até o presente momento, identificar que o que aconteceu em Belterra difere em muito de situações evidenciadas durante o “boom” da borracha na Amazônia, no fim do século XIX e início do século XX, já que para aquele período temos as relações baseadas no sistema de aviamento que criava obrigações quase

⁹⁸ A gestão territorial sob controle da cidade-empresa implica a transição do espaço livre para a uma mobilidade regulada de pessoas e mercadorias. De áreas sob a guarda do Estado e, sua concessão, por meio de acordo político para multinacionais que redefinem seus usos, acessos, significados e sua produção (ROCHA, 2002).

⁹⁹ A esse respeito Acsegrad (1991, p. 65, 66) observa que o planejamento tecnoburocrático que norteou os planos de desenvolvimento para a Amazônia favoreceu a implantação de práticas técnicas e econômicas predatórias que destruiu o espaço socioambiental da região. No caso da implantação de hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, isso ficou evidente. Deslocamento de população, desarranjo das práticas socioculturais existentes, dificuldade de diálogo com as organizações sociais locais, subestimação dos impactos sobre a vida dos remanejados, indenização insuficiente para reorganização das famílias nas áreas de reassentamento, desrespeito ao direito de indenização de famílias ou pagamentos inexpressivos e o favorecimento de práticas clientelistas de governantes, são situações analisadas pelo autor. Isso implica desconsiderar, segundo ele, “o universo não-mercantil da natureza e dos modos de vida” existentes naquele lugar. “É a brusca penetração do mundo local pela dinâmica do mercado e da moeda”.

servis entre o seringueiro e o seringalista; as longas trilhas de seringueiras plantadas aleatoriamente que exigiam grandes deslocamentos no interior da floresta; a dificuldade de acesso aos seringais para abastecimento de mantimentos dos seringueiros; as longas jornadas de trabalho e o método simples de preparação do látex, como a defumação que consistia em levá-lo ao fogo a fim de dar-lhe consistência (SANTOS, 1980).

Belterra aparece para o cenário urbano, não pelo espraiamento da periferia, como no processo urbano-industrial vivido por várias cidades brasileiras, mas através da urbanização pela verticalidade. Ou seja, pela articulação de espaços descontínuos propiciada pela ação seletiva do capital com base no apoio estatal, cujas escalas vão desde o lugar onde se realizou o projeto, passando pela mediação governamental nas esferas estadual e federal, chegando até aos Estados Unidos, onde se localizavam as fábricas de Henry Ford.

Para este caso, argumentamos que a urbanização deve ser entendida mais como evento, “um acontecimento de significância” (SAHLINS, 1985, p. 191) que se prolongou por 18 anos, e se realizou num contexto histórico de estagnação econômica da região (1912-1940) e, por isso, representou uma tentativa de reerguê-la econômica e politicamente por meio da aliança entre o grande capital, o Estado e as oligarquias da Amazônia. Mas, de forma alguma, deve ser confundido com o processo definidor da urbanização da região, da “fronteira urbana” proposto por Becker (1978), o marco definidor da urbanização da Amazônia, com o surgimento das cidades que serviram de suporte para a implantação dos grandes projetos na região na década de 1970. Embora com ela guarde alguma relação, visto ser a cidade o lócus da (re)socialização da população migrante, da instauração do mercado de trabalho em bases assalariadas e do modo de vida urbano.

A implantação da cidade-empresa foi uma estratégia usada pelo capital para dotar de serviços e equipamentos urbanos o lugar onde a cidade não existia e, dessa forma, assegurar o desenvolvimento da atividade industrial. Pelo menos, para aqueles funcionários mais qualificados tecnicamente, uma vez que a maioria dos trabalhadores - os seringueiros - moravam em casas de palha, piso de chão batido, sem água, luz ou telefone, e comiam farofa de peixe ou ovo numa latinha que ficava pendurada no cós da calça durante a intensiva jornada de trabalho.

Temos, então, uma adaptação do sistema fordista de produção, visto que este não se realizou nos intramuros da fábrica, nem houve produção e consumo de massa, mas um processo que antecedeu a estes. O trabalho sistemático de oito horas, quase ininterrupto, para plantar seringueiras e coletar o látex que deveria ganhar o mercado mundial. Usamos o termo deveria porque tanto Fordlândia como Belterra não abasteceram de borracha o mercado

externo com sua produção. De lá, os relatos indicam que os americanos retiraram madeira e minério, como ouro e prata, por exemplo.

Podemos, para fins analíticos, apresentar os elementos estruturantes dessa experiência em Belterra: 1) um conjunto de procedimentos, usos e apropriação do território alheio à gente do lugar, sob a racionalidade do lucro e do uso da técnica mais sofisticada que, na prática, representou um processo de expropriação da natureza das famílias que lá moravam antes da chegada da empresa de Henry Ford; 2) a destruição ou o desarranjo dos modos de vida preexistentes do lugar com o recrutamento de sua população na área rural e seu deslocamento para a cidade recém criada para atender às necessidades de mão de obra da CFIB, sendo que o seu ajustamento ao novo modo de vida - o urbano -, se deu por meio de um processo de (re)socialização na cidade que visava constituir o novo tipo humano, disciplinado e hierarquizado, necessário à atividade industrial; 3) o uso predatório da natureza, causado principalmente pelo grande desmatamento e pelas queimadas; 4) a enunciação dos estereótipos e a sociabilidade de evitação por parte dos americanos, prefiguradas e estimuladas pelo desenho hierarquizado das moradias na cidade, que expressavam a premissa de industrializar a selva levando até ela a “civilização” do homem branco; 5) um tipo de urbanização que ainda não havia sido experimentado na região e que contrastou com a pobreza e precariedade dos serviços existentes, no período, nas cidades da Amazônia. Assim, Belterra constitui-se como um enclave, em que o uso dos bens e serviços disponíveis era restrito aos funcionários da Companhia e não extensivo à população residente no entorno ou em outras cidades. Dessa forma, configurou-se como um novo arranjo socioespacial, marcado pela autossuficiência de sua organização e pela mobilidade regulada de pessoas e mercadorias, semelhante ao que analisaram Trindade Jr e Rocha (2002) sobre as cidades-empresa implantadas pelos grandes projetos a partir de 1970 na região.

Contudo, ressaltamos que as experiências de Fordlândia e Belterra antecedem e antecipam o que Trindade Jr (2010) chamou de “novos objetos” inseridos no espaço amazônico decorrentes da expressão do meio técnico-científico-informacional e da modernização do território a partir dos anos de 1960 na região. De fato, são formas alheias à gente do lugar, conforme analisou Santos, mas não tem a mesma densidade de ciência, de técnica e informação resultantes do processo analisado por Trindade Jr para as décadas posteriores aos anos de 1960 e para o período recente. Daí, a opção, com base em Sahlins, de denominá-las como evento de grande significância, uma vez que não são da mesma natureza que aquelas experiências realizadas posteriormente. Os “novos objetos” estão

Inseridos na nova dinâmica territorial, como as modernas plantas industriais; o novo sistema de circulação, estabelecidos pelas rodovias e ferrovias; as modernas redes de comunicação; os novos sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica, apoiada na instalação de modernas hidrelétricas; a presença dos grandes projetos econômicos e de infraestrutura, e, igualmente, suas modernas cidades (TRINDADE JR, 2010, p. 120).

Até a década de 1960, o deslocamento de pessoas e mercadorias, a extração do excedente e o vínculo com o mercado internacional se davam por meio de embarcações que cruzavam os rios da região, o que configurava o caráter dendrítico da organização de sua rede de cidades (CORRÊA, 1987).

Por fim, podemos apresentar como elemento de aproximação entre a cidade-empresa de Henry Ford em Fordlândia e Belterra e as *company towns* criadas na Amazônia no final dos anos de 1960: o uso intensivo e predatório da natureza; a necessidade de mão de obra migrante, os construtos e objetos alheios à gente do lugar, a segregação dos grupos profissionais e sociais no espaço, a mobilidade vigiada e os impactos socioambientais que resultaram no desarranjo do modo de vida preexistente para a realização de novas modalidades de existência social com base na racionalidade econômica e nas relações assalariadas da mão de obra. Do mesmo modo, são ações que se fazem com base apoio estatal, como benefícios financeiros e fiscais, doação ou concessão de grandes extensões de terra, inclusive com deslocamento compulsório das famílias que moravam no lugar antes da chegada do projeto e pelo afrouxamento da legislação existente de forma a não criar empecilhos para a implantação do empreendimento.

São as verticalidades analisadas por Santos (2008) e Telles (2006), onde os lugares cumprem papéis definidos e específicos no circuito global da economia, que guarda especificidade se comparada com a urbanização por expansão para as periferias ou por lugares contíguos característicos do processo de horizontalização da urbanização brasileira.

A partir de 1946, Belterra já está sob o comando do governo brasileiro. Isso se prolonga até o início da década de 1990, quando surge o processo de emancipação da cidade. Embora este período não seja alvo de análise da tese, apresentamos abaixo, algumas informações a título de contextualização.

2.5 O período de transição entre 1946-1994

Com a saída da CFIB de Belterra, em dezembro de 1945, toda infraestrutura construída pelos americanos foi repassada ao governo brasileiro pelo valor simbólico de

pouco mais de US\$ 240 mil dólares. Nos anos seguintes, um conjunto de procedimentos político-administrativos do governo federal definiu as responsabilidades institucionais desta esfera, bem como a estrutura e corpo funcional, além da dotação orçamentária. De partida ficou sob a guarda do Ministério da Agricultura que continuou desenvolvendo as atividades relativas à extração da borracha¹⁰⁰.

Primeiramente, ficou sob responsabilidade do Instituto Agronômico do Norte (IAN), no ano de 1946, que estava sediado em Belém¹⁰¹, e no final da década seguinte (1958), passou a se chamar Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), por meio de lei federal¹⁰². Recursos públicos foram investidos para manter economicamente o empreendimento¹⁰³ e parte dos ex-funcionários da CFIB foram transformados em servidores públicos federais¹⁰⁴. Outros continuaram produzindo sem vínculo empregatício, mas recebendo salário de acordo com a produção de látex nos seringais do governo. Da mesma forma, foram concedidas isenções de taxas e impostos para aquisição de produtos importados, especialmente, aqueles relacionados ao fornecimento de energia¹⁰⁵.

¹⁰⁰ Por meio de lei se estabeleceu que o Banco de Crédito da Borracha S.A era responsável pela aquisição de todos os bens existentes e das concessões de Belterra e Fordlândia e pagaria por eles o valor de CR\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Definiu-se, também, que tanto os antigos funcionários da CFIB como os bens seriam incorporados ao Ministério da Agricultura “para a realização de trabalhos experimentais e de ensino de agricultura tropical na região”, cuja coordenação técnica e administrativa foi delegada ao Instituto Agronômico do Norte que recebeu aporte financeiro de CR\$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil cruzeiros) para custear suas atividades por dois anos, a contar de 31 de dezembro de 1945, quando o governo já estaria de posse de suas aquisições. Na oportunidade, constituiu-se uma comissão de três membros para receber os bens e realizar o inventário, com representação do Ministério da Agricultura, da Comissão de Controle dos Acordos de Washington e do Banco de Crédito da Borracha S. A. Conforme decreto presidencial nº. 8.440 de 24/12/1945.

¹⁰¹ “A Embrapa Amazônia Oriental também se originou do Instituto Agronômico do Norte (IAN), fundado em 1939 e transformou-se no Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), em 1962. Com a criação da Embrapa, passou a denominar-se Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), em 1976 e, posteriormente, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, hoje com seu nome síntese de Embrapa Amazônia Oriental”. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-das-unidades/regiao-norte#amazoniaOriental>>. Acesso em: 01 mai. 2010.

¹⁰² A lei nº. 3.431 de 18/07/1958 criou o Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT), definiu a estrutura organizativa (um coordenador e o conselho fiscal) e a composição e atribuições do conselho fiscal, dotando-o de recursos da União, no valor de CR\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) por cinco anos.

¹⁰³ Foram destinados CR\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) pelo governo federal para arcar com as despesas de manutenção das plantações de Belterra e Fordlândia sob coordenação do IAN, conforme tratou a lei nº. 477 de 09/11/1948.

¹⁰⁴ A lei nº. 2.262 de 08/07/1954 assegurou os direitos trabalhistas dos servidores de Belterra e Fordlândia e reconheceu o tempo de serviço prestados por estes à CFIB para fins de contagem de tempo de serviço e aposentadoria. A lei nº. 49.922 de 13/01/1961 tratou do quadro provisório de pessoal (cargos, atribuições, salários e gratificações). Sucessivos decretos presidenciais criaram classes funcionais para enquadramento de pessoal, suprimiram vagas existentes e definiram vantagens financeiras para servidores com nível superior (lei nº. 51.455-A de 11/04/1962; lei nº. 51.665 de 17/01/1963; lei nº. 59.866 de 26/12/1966; lei nº. 60.194 de 09/02/1967). Por fim, a lei nº. 60.799 de 02/06/1967 transferiu definitivamente para o quadro permanente do Ministério da Agricultura todo o pessoal do Estabelecimento Rural do Tapajós.

¹⁰⁵ A lei nº. 411 de 28/09/1948 concedeu a isenção de taxas e impostos para a importação de combustível de empresa multinacional. “trezentas toneladas de óleo diesel, cem mil litros de gasolina e cinqüenta mil litros de querosene, vindos por intermédio da Anglo Mexican Co., para fornecimento de energia grátis, luz e conforto para os trabalhadores da região”.

Para tanto, foi feito um conjunto de movimentos e articulações políticas que envolveram legislativos e executivos, dentro e fora da região, para tornar Belterra viável. Na I Conferência Nacional da Borracha, realizada no estado do Rio de Janeiro, em 1946, discutiu-se a ampliação das funções do Banco da Borracha de Crédito da Borracha S. A. para financiar atividades produtivas na Amazônia; o desenvolvimento de atividades florestais em bases científicas e econômicas; a política de alimentação racional para o trabalhador; o abastecimento de suprimentos dos seringais; a redução de impostos e a efetivação da posse da terra para o ocupante que a explora. Propunha-se a assistência educativa para o trabalhador e seus descendentes, através de instalação de universidades e escolas agrícolas. Com relação à Belterra e Fordlândia, tratava-se de eliminar todos os impedimentos antieconômicos. Se necessário, transferir o Instituto Agrônomo do Norte de Belém para Belterra e contratar mais braços, na perspectiva de transformá-las na “maior e a mais completa escola de agricultura tropical do mundo” (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, 1946)¹⁰⁶.

Esses problemas, de difícil solução, permaneceram ainda vigentes fazendo com que o jurista Sílvio Meira se expressasse veemente sobre Belterra e Fordlândia, na III Conferência Nacional da Borracha no ano de 1949.

São homens que vem servindo àquela região desde os tempos dos americanos, dedicando o melhor de seus dias ao progresso de um trecho de nossa pátria, *que era floresta e passou a ser civilização*. São verdadeiros pioneiros a serviço da pátria sem garantias legais necessárias. [...] não deve ser permitido a divisão ou o loteamento de Belterra [...] seus 3.000 seringueiros não devem ser retalhados ou entregues à particulares. [...] a sede já possui serviços de água, iluminação elétrica, habitações, escolas, creches, hospital, em suma, todos os elementos básicos indispensáveis à organização de um *grande centro civilizado* (grifo nosso) (MEIRA, 1949, p. 11).

Duas propostas foram apresentadas por Meira (1949, p. 5) ao governo federal e aprovadas na referida Conferência: a primeira referia-se a “organização jurídica de Belterra e Fordlândia mediante projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional”. A segunda, que os atuais servidores de Belterra e Fordlândia fossem equiparados àqueles que exerciam funções administrativas no governo federal.

¹⁰⁶ Nesse mesmo ano, foram cortadas 125 mil árvores, mas poderia chegar a 145 mil, caso não tivesse a falta de mão de obra no lugar. “Iniciaram-se as plantações de madeira de lei, próprias para a construção naval. Há um plantio de ipeca maior do que se pode supor. Fez-se, também, na mesma ocasião e em grande quantidade, o plantio de frutas oleaginosas e de castanheiras, que naturalmente serão para a próxima geração, que encontrará a vida amazônica verdadeiramente disciplinada” (idem, p. 73).

Embora a atividade econômica ainda continuasse centrada na produção e comercialização do látex¹⁰⁷, novas modalidades produtivas foram experimentadas no lugar, como a criação de gado, tanto para abastecer os moradores com leite, como para comercializá-los em eventos que ocorriam na cidade de Santarém¹⁰⁸.

A partir dos anos de 1960, vários problemas começam a se tornar mais visíveis, como o baixo preço pago pelo governo pelo quilo da seringa e cernambi aos seringueiros, a falta de manutenção dos equipamentos, dos seringais e do tratamento dos animais. Enfim, a experiência começou a dar sinais de fragilidade político-administrativa e de perspectiva.

Analisando o relatório do Ministério da Agricultura (MA), podemos observar que a exploração do trabalho dos seringueiros continuou existindo, mesmo sob a coordenação do governo brasileiro¹⁰⁹. Entre 1968 e 1974 foram comercializados 3.980.288 quilos de látex e cernambi, que renderam ao governo o valor de CR\$ 12.428.723,86. Desse total, foi repassado para os seringueiros apenas a quantia de CR\$ 3.102.533,39, ficando para o governo o valor de CR\$ 9.326.190,47, conforme dados do Ministério da Agricultura (1974).

A venda do látex e cernambi era feita por meio de licitação pública, o que garantia sempre o melhor preço para a comercialização. No entanto, o valor pago ao seringueiro era bem abaixo do mercado. As justificativas usadas pelo Ministério da Agricultura remetiam aos poucos recursos disponíveis no governo para a compra da produção. Mesmo reconhecendo que havia exploração do trabalho do seringueiro, nenhuma medida foi tomada durante muito tempo para solucionar as distorções de preço, o que, por sua vez, resultou no desestímulo produtivo dos seringueiros de Belterra. Esse quadro foi agravado com a crise da indústria automobilística (1982) e a conseqüente redução da procura por borracha.

Contudo, devemos observar que os seringueiros ficaram nas casas que moravam desde a CFIB. Já sob a guarda do Governo Federal, este fez a concessão do uso do imóvel, mas não

¹⁰⁷ A partir de 1968, a Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura (DEMA-PA) passou a administrar diretamente Belterra, cujos repasses obtidos junto ao governo federal representavam até 85% de sua receita. “Foram estabelecidos novos critérios para a venda e compra do látex e cernambi, assistência social aos seringueiros e, sobretudo, renovação ativa das quadras improdutivas” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1974, p. 2).

¹⁰⁸ “A atividade pecuária se prende à exploração de um plantel de gado leiteiro mestiço (Sindi, Jersey, Holandesa, Schwyz, Flamengo, etc). O leite produzido é totalmente vendido aos funcionários de Belterra, enquanto que os animais excedentes são leiloados ou abatidos. O plantel de Belterra é pequeno, tendo atualmente 196 animais, sendo 30 as vacas em lactação”. O mesmo relatório identifica um conjunto de problemas no local: a) cita a baixa produtividade das pastagens por conta da grande incidência de erva daninha; b) relaciona o não desenvolvimento do capim Colômbio e Jaraguá, devido à pobreza do solo e ao ataque de insetos às plantações durante o inverno; c) reclama da falta de recursos para manter a limpeza sistemática das pastagens; d) observa a dificuldade de abastecimento de água dos pastos por falta do sistema de canalização, cuja distribuição diária é feita por um trator; e) observa que a baixa produtividade do gado está relacionada “às precárias condições de alimentação, manejo e de sanidade” dos animais (carrapatos e doenças gastrointestinais); por fim, apresenta a f) precariedade dos estábulos para proteger os animais (VEIGA; LOURENÇO JR, 1974, p. 12, 14).

¹⁰⁹ Em 1973, viviam em Belterra 235 seringueiros, sendo 162 homens e 73 mulheres. Desse total, 66,4% eram solteiros, 31,9% casados e 1,7% de solteiros (idem).

emitiu o título definitivo de posse¹¹⁰. Direito este estendido aos filhos dos seringueiros¹¹¹. Talvez resida aí a lógica governamental de que a concessão da casa representaria uma forma indireta de salário. Os servidores de Belterra recebiam um salário mínimo regional¹¹².

Nos anos de 1980, apresentavam-se situações que “fomentariam um clima de insatisfações, inquietudes e incertezas, principalmente pela indefinição” quanto ao seu aproveitamento como base das atividades produtivas do governo federal¹¹³. Naquele período, cerca de seis mil pessoas lá moravam e enfrentavam problemas de diversas ordens, que podem ser assim enumerados: 1) os seringais estavam sem limpeza e manutenção há mais de 15 anos; 2) o baixo preço do látex desestimulou o corte das plantas produtivas por parte dos seringueiros e a produção de mudas e sementes era insignificante diante das potencialidades locais; 3) o fornecimento de energia elétrica era precário, por conta da redução das cotas de combustíveis e pela falta de manutenção nos equipamentos de geração e distribuição (o fornecimento de energia não passava de 11 h/dia); 4) a falta de energia elétrica causava interrupção no fornecimento de água, bem como, pela precariedade da rede de distribuição com mais de 40 anos de idade e que sofria constantes entupimentos; 5) o sucateamento da frota de veículos e equipamentos governamentais dificultava o deslocamento de funcionários e o desenvolvimento das atividades durante o expediente de trabalho; 6) havia defasagem do valor dos repasses de verbas federais para manter os serviços de educação e saúde; 7) o baixo nível de renda da população e sua distância em relação a outras cidades com melhores estruturas de bens e serviços dificultavam a resolução de problemas de saúde no lugar. Por exemplo, esses moradores faziam a consulta ambulatorial, mas não conseguiam aviar uma receita; e, por fim, 8) houve a redução do número de funcionários para prestar serviços aos

¹¹⁰ Até recentemente, as pessoas ainda procuravam o Departamento de Patrimônio da prefeitura para pedir licença de uso do imóvel de seu interesse, assumindo o compromisso de preservá-lo e não modificar a estrutura da casa. Somente receberam autorização de modificação as casas ameaçadas de desabamento. No entanto, essa autorização não incluía a modificação das fachadas, conforme nos informou um funcionário deste departamento. Ressaltamos que todos os imóveis datados do período Ford foram transformados em patrimônio histórico-cultural através da lei do Plano Diretor de 2007 e, no período atual, passam por um processo de restauração por meio de convênio entre a prefeitura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹¹¹ Até o momento, nenhum morador da cidade tem esse título, visto que o município não detém porções de terra sob seu domínio que, na totalidade, está sob guarda do governo federal. A FLONA, sob coordenação do IBAMA, as terras rurais, do INCRA, a cidade e a APA, sob responsabilidade do Serviço de Patrimônio da União (SPU), através do Departamento de Patrimônio da União, seção Pará (DPU). Embora em 2005, tenham se iniciado as negociações entre a Prefeitura e o Governo Federal para a regularização da posse da terra urbana, dentro do Programa de Regularização Fundiária Sustentável do Ministério das Cidades, que contou com a intermediação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDURB), a ação proposta ainda não foi finalizada, sofrendo várias paralisações.

¹¹² Cujo valor ficou entre os CR\$ 93,60 do ano de 1968 e chegou a CR\$ 295,20 em 1974, conforme os dados do Ministério da Agricultura (1974).

¹¹³ Em 1980, foi repassada para Belterra e Fordlândia a quantia de CR\$ 64.104.814,50, proveniente de quatro fontes de recursos: orçamentário, Fundo Federal Agropecuário (FFAP), Polamazônia/Pólo Tapajós e Programa de Integração Nacional (PIN), conforme relatório do Ministério da Agricultura (SANTOS, 1981).

moradores (em 1978, eram 461 funcionários, já em 1980 diminuí para 89), conforme analisou Santos (1981, p. 3)¹¹⁴.

Essa situação fez surgir no interior do Ministério da Agricultura e na Delegacia Federal da Agricultura do Pará, a partir de 1979, a ideia da emancipação política das bases físicas de Belterra e Fordlândia. Surge, então, a proposição e elaboração do programa de emancipação que visava criar as condições propícias para alcançar tal fim, cuja centralidade voltava-se para a necessidade de captação de recursos e atração de entidades públicas e privadas que investissem para manter os serviços e equipamentos existentes nesses lugares.

As etapas da emancipação estavam organizadas da seguinte forma: 1) transferir as áreas ociosas para o INCRA; 2) recuperar equipamentos e prédios públicos deteriorados; 3) transferir alguns serviços (coleta de lixo, manutenção de estradas e praças e administração de mercado e cemitério) para o município de Santarém; 4) repassar a terra urbana para a Prefeitura de Santarém ou INCRA para que pudesse regularizar a posse da terra ou vender lotes para os interessados; 5) regularizar a posse dos grandes loteamentos da cidade (estradas 1, 8 e 10 e da vila 129); 6) estimular a criação da cooperativa dos seringueiros de Belterra; 7) transferir imóveis que estejam sob guarda de órgãos estatais para EMATER, CPATU, INEMET, Correios; e, por fim, 8) ligar Belterra ao sistema hidrelétrico de Curuá-Una (SANTOS, 1984).

O que temos em Belterra entre 1946-1994 é um conjunto de iniciativas das esferas federal e estadual para manter vivo o projeto, como: criar um corpo político-administrativo, liberar recursos para recuperar prédios públicos, estradas, manutenção dos seringais e contratação de pessoal temporário (safristas). Do mesmo modo, intensificar as atividades ligadas à produção e comercialização do látex e cernambi; criação e comercialização do gado; produção de mudas de frutas; produção e comercialização de madeira e a prestação de serviços na área de saúde para particulares¹¹⁵. No entanto, esses procedimentos não foram suficientes para evitar o fracasso desse projeto, que sobreviveu até o início da década de 1980,

¹¹⁴ Em 1980, existia em Belterra, o seringal velho, arrendado por 225 seringueiros, e a quadra de pesquisa, arrendada por outros 17 seringueiros, cuja divisão dava quatro “estradas” contendo em média 247 seringueiras por estrada. Para a área de pesquisa, 323 árvores por estrada. Naquele ano, a produção de látex centrifugado foi de 198.968 kg e o de cernambi 111.758 kg. A produção de mudas de citrus, côco, guaraná, café, pimenta-do-reino, cupuaçu, por exemplo, chegou a 17.190 mudas, que foram distribuídas para agricultores da região do Tapajós e Baixo Amazonas. Nesse período, a área de total de Belterra era de 50 mil hectares compreendidos entre a estrada Santarém-Cuiabá e o rio Tapajós (idem).

¹¹⁵ Entre 1981 e 1983 foram registrados mais de 406 mil atendimentos (consultas, exames, curativos, partos, internações, pequenas cirurgias, aplicação de flúor e injeções, por exemplo) nos hospitais de Belterra e Fordlândia, que receberam por isso, a quantia de CR\$ 88.378.726,00 (SANTOS, 1984).

quando o governo federal reconheceu a sua inviabilidade econômica e resolveu ajudar no processo emancipatório¹¹⁶.

Conforme assinala Santos (1981, p. 20-22), a área rural Belterra tinha cinco mil produtores, cuja ocupação territorial não ultrapassava 30 mil hectares, “com suas roças ou plantio permanentes e se encontravam sem nenhum amparo legal para regularização de suas posses, o que não lhes permitia o acesso ao crédito bancário e, desse modo, ampliar a sua produção”. Essa ocupação que teve origem com a CFIB, e se intensificou com a abertura “das estradas Santarém-Curuá-Una e Santarém-Cuiabá, que atravessam suas áreas, o que abriu caminho natural à penetração de pequenos agricultores, em busca de terra que estavam sem uso”. Através da portaria Ministerial n.º. 323 de 24/10/1980, o Ministro da Agricultura repassou à jurisdição do INCRA parte das terras sem uso de Belterra e Fordlândia, para fins de regularização da posse da terra¹¹⁷ e abriu possibilidades para a implantação de projetos de colonização para “largas faixas de terras ociosas”¹¹⁸.

Belterra já era distrito do município de Santarém. Nessa mesma década, surge o movimento político de sua emancipação e transformação em município¹¹⁹. Negociações envolvendo governo, lideranças políticas da cidade e parlamentares tornaram esse sonho possível, conforme nos relatou uma das lideranças do movimento de emancipação. Depois da reunião em Brasília com o Ministério da Agricultura e de seu posicionamento pró-emancipação nos fins da década de 1980, o caminho a ser seguido era de mobilizar a população para lutar pela realização do plebiscito e criação do município por meio de lei estadual. Comissões de trabalho foram criadas para estudar a legislação e mobilizar a população, para preparar material de divulgação e articular apoio parlamentar.

¹¹⁶ Durante a década de 1980, a receita de Belterra foi obtida por meio da produção e venda das sementes de seringueira e puerária, coletadas por mulheres e crianças; pela produção de mudas de frutas tropicais (laranja, tangerina, limão, abacate cupuaçu, biriba, guaraná, jambo, graviola, saptilha, mangustão, côco e maracujá); pela produção e comercialização do látex e cernambi e por serviços hospitalares prestados para terceiros, através de convênio com o INAMPS e FUNRURAL (SANTOS, 1984).

¹¹⁷ Em 1980, foi repassada toda área de terra de Belterra situada à margem esquerda da Rodovia Santarém-Cuiabá, num total de 240 mil hectares.

¹¹⁸ “Restou ao Ministério as áreas localizadas na margem direita da rodovia, se projetando até o rio Tapajós, onde estão situados os seringais, os núcleos urbanos, algumas posses isoladas e uma pequena área de expansão, com uma superfície aproximada de 20.000 hectares, além de uma área já de posse do IBDF destinada à Floresta Nacional do Tapajós” (SANTOS, 1984, p. 10-11).

¹¹⁹ O jornal intitulado “O Movimento” noticiou a criação do Comitê Pró-município, em 12 de junho de 1987, onde foram expostas as opções para Belterra após a saída do Ministério da Agricultura: 1) que esta fosse entregue à Santarém; 2) que ela se transformasse em município. Do mesmo modo, conclamava os moradores para não ficarem de braços cruzados (MOVIMENTO, 23/07/1987). O mesmo jornal noticiou que uma comissão de moradores acompanhada de um deputado estadual esteve em Brasília onde conversaram com um senador da República sobre o processo de emancipação de Belterra, recebendo do mesmo o apoio para a criação do município (MOVIMENTO, 29/09/1987).

Daí, fazíamos reuniões, todas as comunidades: Pindobal, Porto Novo, Aramaná, tudo onde tinha área de Belterra a gente ia lá colocar na cabeça do pessoal o que era pelo que a gente estava lutando. A maioria do pessoal não sabia nem o que era emancipação, não sabia o que era plebiscito, não sabia, nunca tinha ouvido falar (CHARDIVAL, Abril, 2011).

Diz o nosso entrevistado, que visitas técnicas de comissões se dirigiram à Belterra para conhecer e viabilizar a emancipação. Mesmo com todo empenho o processo iniciado não surtiu o efeito esperado, dada correlação de força desfavorável no parlamento estadual nos fins dos anos de 1980. Esse movimento junto ao legislativo foi retomado no início dos anos de 1990 diante da nova bancada de parlamentares eleitos, quando o projeto de emancipação foi novamente retomado¹²⁰. Uma lei estadual garantiu que o plebiscito se realizasse, e a resolução nº 1.523 do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), definiu o mesmo para o dia 06 de agosto de 1995. Proposta esta posteriormente aprovada e sancionada por meio da Lei estadual nº. 5.928/1995, que criou o município de Belterra. Em 1996, ocorreu a primeira eleição em Belterra, onde foram eleitos tanto o prefeito, como a Câmara Municipal, composta por nove vereadores, que tomaram posse no ano seguinte. Em 1997, agora como município, Belterra começou a escrever seu nome na história política do estado do Pará. Como nos disse um vereador durante o trabalho de campo em 2011, “Belterra deixou de ser uma vila de funcionários”¹²¹.

Passados 66 anos do fim da experiência da *plantation* de seringa de Henry Ford, a cidade novamente se vê contextualizada em situações que incidem sobre os modos de vida do lugar. Antigos seringueiros, seus filhos e netos, agora em disputa com famílias de produtores de soja oriundos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, dão um novo desenho às formas de uso, apropriação e representação do território por meio dos conflitos socioambientais envolvendo os “de dentro” e os “de fora”. Aqui, começa a segunda parte de nossa análise sobre a cidade, conforme apresentaremos em seguida.

¹²⁰ Por meio do Projeto de Lei nº 186/91, o deputado Wandenkolk Gonçalves reapresenta o processo de criação do município de Belterra em 24/10/1991, conforme documentação interna da Assembléia Legislativa do Pará.

¹²¹ Do ano de 1997 até 2004, o município foi governado por representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, de 2005 até o presente momento (2011), pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

3 O CONTEXTO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E OS CAMPOS DE PODER NA AMAZÔNIA ORIENTAL

3.1 O contexto do lugar e da soja na BR-163

Convém ter em conta que os cientistas sociais não trabalham apenas nem principalmente com informação sobre o imediatamente visível, de tipo jornalístico, um tipo de informação mais facilmente sujeito a escamoteamento, omissão e deformação. Lidam com realidades estruturais e processo de natureza histórica que não tem completa visibilidade para quem não está munido do instrumental teórico adequado para interpretar o que está por trás da fala comum e cotidiana e para compreender os sobressignificados de discursos e acontecimentos.

José de Souza Martins

Trataremos nessa seção do contexto dos conflitos socioambientais e dos campos de poder na Amazônia Oriental¹²², a partir das ideias básicas que se seguem. Primeiro, de que a ação dos diferentes sujeitos coletivos se dá por meio da articulação política que visa aumentar o seu poder sobre a política e a legislação, a respeito da aplicação de recursos públicos e dos grupos beneficiários, bem como sobre o controle dos estoques estratégicos dos recursos naturais necessários tanto viabilizar o projeto de desenvolvimento por eles defendido, como para assegurar a reprodução sociocultural dos grupos sociais que vivem no lugar em disputa. Com base em Bourdieu (2001), podemos compreender este processo, no caso estudado, como a formação dos campos de poder em disputa¹²³.

Temos, por exemplo, a ação do capital com apoio estatal que se realiza no lugar e comercializa os produtos nos mercados internacionais, que recebe dinheiro público de bancos federais e regionais e lhe tem delegada a missão “civilizadora” de promover o “desenvolvimento”. Por sua vez, a ação do campo dos movimentos sociais e ONGs também ganha dimensão multiescalar, partindo das cidades de Santarém e Belterra até a negociação

¹²² Composta pelos estados do Pará, Amapá, Mato Grosso e parte dos estados do Maranhão e Tocantins.

¹²³ Os campos de poder correspondem às “relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2001, p. 29). Ressaltamos que ao se referir aos campos de poder, Bourdieu (2001, p. 66), está preocupado com a posição dos agentes “na estruturas das relações objetivas” e na “forma concreta das interações”. Embora este autor trate de campos específicos como o campo intelectual, o religioso, o político, o filosófico, o literário, o da alta costura. Aqui, usamos o termo para designar forças políticas, sociais e econômicas que se unem em torno de interesses comuns. Como diz o próprio Bourdieu, trata-se de um plano de referência abstrato para o “exercício de trabalhos práticos”.

com compradores de soja na Europa e a pressão destas organizações para que não se compre soja de áreas onde haja desmatamento e expulsão de pequenos agricultores.

Essa ação resultou na moratória da soja e numa pactuação, mesmo que provisória, entre as partes envolvidas no conflito e o mercado comprador destas *commodities*¹²⁴. Do mesmo modo, é por intermédio desse campo de poder que se travam as lutas, as formulações da resistência e da outra visão de mundo¹²⁵.

Almeida (2004) observa que a contra-estratégia na Amazônia reforça a identidade política de um conjunto de grupos sociais e étnicos em amplo processo de mobilização em defesa de sua territorialização¹²⁶ e dos usos dos recursos naturais por meio de bandeiras de luta que trazem a questão ambiental como um de seus fundamentos, e contam ainda com apoio de ONGs e universidades em torno das ações que desenvolvem¹²⁷.

A contra-estratégia (ALMEIDA, 2004, p. 46) consiste numa prática de mobilização contra a devastação, a expropriação dos meios de produção e a usurpação dos ‘saberes nativos’ [e] [...] busca consolidar a consciência ecológica, incorporando-a a identidade coletiva dos movimentos sociais”. Observamos, assim, que essas organizações embora não abram mão de suas identidades coletivas e territorialidades específicas, conforme propõe este autor, se reconhecem como próximas e se organizam em torno desse campo para aumentar o seu poder de intervenção na política, visto que a dimensão complexa de suas formulações incorpora questões étnicas, de identidade e de gênero.

Vale ressaltar que não se trata apenas de movimentos de resistência, a contra-estratégia, em seu fundamento consubstancia-se em visões de mundo, práticas sociais e de parâmetros estruturais para a reprodução da própria vida dos grupos sociais envolvidos.

¹²⁴ “A noção ‘*commodity*’ [vincula-se] a produtos homogêneos, produzidos e transportados em grandes volumes, por grandes empreendimentos” no setor mineral, madeireiro, industrial [soja e derivados, por exemplo] e “coleta de plantas com propriedades medicinais”. [...] Reforça o mercado de ‘*commodities*’ a implantação de agroindústrias, de indústrias agroflorestais, incluindo-se as de papel e celulose, e de bioindústrias, a expansão das usinas de ferro-gusa e empreendimentos mineradores que fazem dos recursos naturais uma atividade comercial em larga escala” (ALMEIDA, 2004, p. 43).

¹²⁵ Vainer (2006) chama atenção que a ação dos sujeitos políticos está relacionada às relações de poder mediadas pela correlação de força de cada um, que envolve tanto a sua legitimação quanto o seu questionamento, vista a natureza multiescalar do poder.

¹²⁶ A territorialização pode ser associada a três aspectos importantes: “as extensões territoriais de pertencimento” [...], “a mobilização para o livre acesso aos recursos naturais” e à “territorialidade específica” (ALMEIDA, 2004b, p. 28) de quebradeiras de coco babaçu, castanheiros e seringueiros, por exemplo. Para o caso estudado, envolve agricultores, extrativistas, indígenas e moradores da cidade.

¹²⁷ Chamamos atenção para a teia das relações envolvidas. Diz (GOHN, 2000, p. 252), que “os movimentos sociais aglutinam em torno de si bases demandatárias, assessores e lideranças, e tem estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas – legais ou clandestinas – igrejas, sindicatos e ONGs – nacionais e internacionais, setores da mídia e atores sociais formadores de opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal setores da administração governamental, pequenos e médios empresários, etc., articulados em redes sociais de interesse comum”.

Segundo, por considerarmos esta questão como fundamental, a perspectiva do conflito se amplia dada as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural do mesmo. Desse modo, atentamos à racionalidade que motiva a ação: se, prioritariamente, o lucro ou a satisfação das necessidades humanas em bases não mercantis; se usar sem ser predatório ou usufruir até a exaustão sem a preocupação com a preservação e com o futuro; se as formas de uso e apropriação do lugar se dão em base coletiva ou instauradas na propriedade privada e individual, são dimensões consideradas. Atos estes geradores de tensões e contradições, de tal forma que podemos defini-lo, segundo a proposição de Acselrad, como conflitos socioambientais.

Acselrad (2004, p. 15) analisa três tipos de práticas relacionadas ao mundo social e sua base material. A primeira, as formas técnicas, que correspondem ao “uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais”. Em seguida, as formas sociais de apropriação instaurada na desigualdade historicamente constituída de acesso aos recursos. Por fim, remete à produção dos significados e ordenamento do mundo que comanda “atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas”, relacionados às formas culturais.

Terceiro, que essa ação predatória sobre a vida social do lugar e sobre a natureza, desarranja ou destrói os modos de vida¹²⁸ preexistentes para que novas modalidades produtivas possam ser instauradas. Isto pode ser identificado pelo deslocamento compulsório de agricultores do espaço rural para a cidade¹²⁹, pelo uso intensivo e predatório da natureza, causado pelo desmatamento e uso de agrotóxico que polui as nascentes de rios e igarapés, dentre outras situações que foram relatadas durante o trabalho de campo. Assim, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e novas técnicas com base na mecanização se instauram, sob o discurso da modernização, que desqualifica o uso primeiro da população do lugar como “arcaico” e “primitivo” por conta da técnica simples do machado, da enxada, do terçado e do uso da natureza prioritariamente para a satisfação das necessidades humanas em bases não mercantis¹³⁰.

¹²⁸ Vide o item 2.3.1.

¹²⁹ Contudo, esses deslocamentos também se fazem em outras direções, por exemplo, para as áreas mais distantes dentro da área rural do município de Santarém ou para o rural próximo no município de Belterra. Temos também os deslocamentos do rural e da cidade de Belterra para a cidade de Santarém e os movimentos de retorno da cidade de Santarém para o rural e para a cidade de Belterra. Temos, assim, um movimento multidirecional desses fluxos. Segundo um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), os bairros da cidade de Santarém recebedores de população foram: Nova Vitória, Santarenzinho, Amparo, Santo André, Nova República, Floresta e Matinha.

¹³⁰ O capitalismo não é somente uma atividade econômica. Conforme propôs Elias (1994), ele é um projeto civilizatório que, para o caso estudado, expropria o agricultor de sua terra, submete-o à (re)socialização na cidade, ao trabalho assalariado e a ditadura do dinheiro, que serve como base de mediação das relações comerciais, profissionais e do acesso aos bens e serviços

Esses conflitos se dão no âmbito do território vivo (SANTOS, 2006), na junção da relação sociedade-natureza. Para Santos não há vida social nem história sem o espaço. E não há espaço sem a vida social que o produziu, como prática humana passada e presente. Até, então, tínhamos a natureza natural que sofreu a ação humana e passou a ser natureza transformada ou uma segunda natureza – a sociedade. Contudo, no capitalismo e do ponto de vista do capital temos as racionalidades que mercantilizam a vida e a natureza através da mediação do trabalho humano e do uso da técnica, da ciência e da informação que produz os objetos (estradas, máquinas, hidrelétricas, portos, cidades, aeroportos, navios etc.) que ajudam os detentores do capital a tirar da natureza a matéria-prima para abastecer o mercado mundial.

Isto se torna possível por meio da aliança entre Estado e capital e da produção de um conjunto de normas, procedimentos, legislações e instituições que regulam os atos humanos individuais e coletivos e que facilitam tanto a apropriação dos recursos naturais, como a sua circulação e consumo, ao mesmo tempo em que dificultam o controle da gente do lugar sobre a natureza herdada, que lhe foi primeira por muitas gerações, antes da chegada do capital. Daí, o caráter invasor dos objetos que são alheios e destrutivos dos modos de vida preexistentes.

Falta-nos, por fim, referir ao discurso legitimador dessa ação que comumente recebe a denominação de “desenvolvimento”, “progresso” e “crescimento”. Temos, assim, o território usado resultante dos sistemas de objeto, sistemas de ações e dos discursos. Tudo isso para assegurar que os diferentes lugares, sob a lógica do lucro, cumpram papéis específicos no processo de acumulação do capital e na divisão territorial internacional do trabalho.

Dessa forma, o uso do território refere-se aos

Movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo incluídas, a legislação civil, fiscal e financeira, que, conjuntamente com o alcance e extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico [e] [...] inclui a natureza, e o seu uso, ou seja, a ação humana, passada e presente, por conseguinte, o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21 e 241).

Como nos ensinou Ribeiro (2005b, p. 264), o capitalismo cria novas regionalizações e enclaves, privatiza os recursos naturais tão necessários à vida para assegurar os interesses de grandes corporações e dos Estados centrais que impedem os avanços das conquistas sociais, pois, ao comercializar o patrimônio natural e cultural, cria uma “alienação territorial” por meio de relações societárias que buscam produzir um consenso de que a vida social se move apenas pelos “códigos da competitividade, do consumismo e do individualismo”.

da sociedade de consumo. Dessa forma, destruir o preexistente significa construir um novo tipo humano, cujas necessidades serão satisfeitas por produtos já industrializados e produzidos por terceiros, caso possa pagar por eles.

Contudo, devemos observar que, para o contexto estudado, há dois grandes movimentos em curso: a agroestratégia do capital com base no apoio estatal (que trataremos mais adiante) e a contra-estratégia dos movimentos sociais e seus aliados que conformam os campos de poder que se enfrentam permanentemente em torno dos usos e da apropriação do território. No entanto, ressaltamos aqui, o uso do termo “território” envolve as dimensões geográficas (sistema de objetos, sistema de ações e discursos) e antropológicas (identidades, territorialização e territorialidade), conforme apresentamos acima.

Nossa proposição tem por objetivo nos afastar das visões românticas e ecocêntricas que rondam algumas formulações sobre a Amazônia - que valorizam a natureza natural e subtraem o humano que lá vive¹³¹ - e colocar em destaque na análise os grupos sociais e políticos em disputa, buscando identificar a força de cada um, as escalas em que atuam e as alianças que estabelecem. Ao mesmo tempo, buscamos não apartar sociedade/natureza, urbano/rural, cidade/aldeia, mas relacioná-las com as práticas desses grupos, procurando identificar com clareza, principalmente, as práticas predatórias e a intensidade de sua intervenção. Isto porque elas expressam, do ponto de vista prático, os modos de vida diferenciados que se enfrentam, sobrepõem e/ou convivem desconfiadamente nos espaços onde a vida social se realiza.

3.2 A chegada da soja no contexto da “fala do desenvolvimento”

Data do final da década de 1990, a chegada da soja no Oeste do Pará, na área de influência da Rodovia BR-163, mais especificamente nos municípios de Belterra e Santarém que, em poucos anos, se transformaram nos maiores produtores de soja do estado¹³². O deslocamento do plantio da soja para esta região do país foi programado, resultando de um conjunto de estratégias organizadas pela articulação entre o Estado e o grande capital. Uma ação planejada e seletiva que teve apoio político em diversos níveis, financiamento público

¹³¹ Mesmo a floresta cumpre uma função social, pois ela fornece a palha e a madeira para fazer a casa, a canoa e alguns instrumentos de produção. Também oferece a caça para a alimentação, as sementes para o artesanato, as folhas, ervas e seivas para fazer remédios, bem como o fruto que tanto serve para compor a dieta alimentar, como para produzir tintura para colorir as roupas ou pintar o corpo nos rituais. Para mais detalhes, ver o capítulo “apontamentos sobre o modo de vida indígena” adiante.

¹³² Schlesinger e Noronha (2006) observam que 90% da produção de soja do planeta é direcionada à ração animal, tendo como maiores consumidores os Estados Unidos, União Européia e China. Dizem os autores que, de cada 10 quilos de soja consumido no mundo, 8 quilos vêm dos Estados Unidos, líder do mercado mundial com participação 39% em 2005, seguido do Brasil com 23,7% (que em 2005 produziu mais de 51 milhões de toneladas de soja), e Argentina com 18,1%. Do total de 47,2 milhões de hectares de grãos plantados no Brasil, a soja representa 47% (22,2 milhões de hectares). Convém ainda ressaltar que a produção de soja em 1995 era de 25,7 milhões de toneladas. Ou seja, dobrou de quantidade em apenas uma década.

em vários casos, flexibilização da legislação ambiental, afrouxamento da fiscalização dos órgãos responsáveis e estudos científicos que subsidiaram a melhor localização do empreendimento¹³³.

O contexto favorável para isso deveu-se ao esgotamento das terras disponíveis no estado do Mato Grosso, provocado pelo plantio da soja em larga escala e pela abundância de terras às margens da Rodovia BR-163, no Pará. Terras devolutas ou terras onde se localizavam os agricultores, advindos com os projetos de colonização do INCRA na década de 1970; os nativos de Santarém e Belterra e outros provenientes dos municípios integrantes da região do Baixo Amazonas. O preço baixo da terra tornou-a acessível aos produtores capitalizados de fora da região. Acrescente-se a isso os incentivos financeiros e políticos dos governos municipal, estadual e federal para oportunizar novos empreendimentos econômicos na região¹³⁴.

Estudos realizados por meio da cooperação técnica entre os governos federal, estadual e a Prefeitura de Santarém produziram informações estratégicas sobre o potencial madeireiro, as terras agricultáveis, a navegabilidade dos rios daquela região e a riqueza do subsolo, que orientaram tanto a ação do governo como do grande capital. Referimo-nos ao Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia - PRIMAZ¹³⁵-, nos anos de 1990 e, mais recentemente, às proposições acerca do Zoneamento Econômico-Ecológico do Oeste do Pará (ZEE) que, segundo Acselrad (2000, p. 9, 11), “tende a ser a expressão espacializada de algum modelo de desenvolvimento” que pensa o território apenas como base material e os “atores regionais” como “empreendedores das vocações ditadas pelo mercado mundial”, demonstram essa condição¹³⁶. Isso pode ser ilustrado pelo exemplo abaixo.

¹³³ Nosso primeiro contato com essa região foi em fevereiro de 2003, quando realizamos nossa pesquisa de mestrado (NAEA/UFPA) que analisou o papel das cidades médias na rede urbana regional e teve a cidade de Santarém como objeto de estudo. Nesse momento, obtivemos as primeiras informações sobre a chegada da soja por lá. Ver a respeito Pereira (2005).

¹³⁴ Outro fator a ser considerado é a qualidade do solo de Santarém e Belterra, muito melhor do que em algumas áreas do estado do Paraná e o barateamento da produção por conta da proximidade do porto de Santarém do mercado internacional consumidor de soja (CARGILL, 2000).

¹³⁵ O Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia - PRIMAZ – foi um estudo realizado através de parceria entre Prefeitura Municipal de Santarém e os Governos Estadual e Federal que teve como resultado a identificação do potencial dos recursos minerais, hídricos, florestais, pedológicos e ambientais (CPRM, 1996).

¹³⁶ Castro (2007, p. 4) também analisa o avanço das práticas predatórias sobre as áreas de florestas em vários estados da região amazônica, ressaltando que as técnicas intensivas usadas, tanto competem com os modelos tradicionais no uso dos recursos naturais, quanto comprometem a biodiversidade e a reprodução social desses grupos. Essas atividades, por exemplo, estão associadas à produção mineral, agrícola, madeireira e à pecuária, cuja ação é geradora de intensos conflitos envolvendo uma diversidade de atores que buscam o controle e o uso do território, seja para a satisfação das necessidades das famílias ou para compor um estoque estratégico de terras para o capital tendo por fim o atendimento das intensas demandas do mercado internacional. Diz a autora, que na rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), no estado do Pará, as situações encontradas são de diversas ordens, como “problemas fundiários, índices elevados de grilagem de terra, violência, atividades econômicas ilegais, concentração da terra e conflitos socioambientais com populações tradicionais”. Essas situações indicam os “custos invisíveis” do atual modelo agrícola, conforme definiu (SCHLESINGER; NORONHA, 2006).

O Município de Santarém constitui, atualmente, o mais importante centro comercial do Médio-Amazonas, registrando uma atuação industrial e agrícola significativa, onde se destaca, a produção de madeira e, em menor escala, a produção de grãos [...] esse município reúne ainda, condições de ampliar a sua economia, principalmente no tocante ao fortalecimento de indústrias que têm a madeira como matéria-prima, pois possui uma topografia que favorece a exploração e o transporte no interior da floresta, além da presença de madeira de alto valor comercial como a jarana, itaúba, tauari e maçaranduba, entre outras. Rodovias como a Cuiabá-Santarém, Transamazônica e a hidrovía do Tapajós facilitam o escoamento dos produtos (CPRM, 1996, p. 11).

De acordo com o sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras, o "uso preferencial" dos solos deve seguir a seguinte orientação: 525.354,92ha destinados para lavouras; 183.883,24 ha destinados para preservação ambiental; as terras indicadas para lavouras podem ser utilizadas com culturas de ciclo curto e/ou ciclo longo, considerando as condições do solo. Quanto ao clima, deve ser ressaltado que a estiagem de quatro meses pode inviabilizar a utilização de plantas sensíveis à deficiência hídrica acentuada, tendo em vista o sistema de avaliação não considerar a irrigação; as terras indicadas para lavouras como "uso preferencial", podem ser utilizadas em atividades agrícolas menos intensivas, como pastagem, silvicultura (reflorestamento) e indicação de áreas para regeneração natural e preservação (EMBRAPA, 1999, p. 49).

Do mesmo modo, a pavimentação da rodovia BR-163 figura entre os projetos estratégicos para serem executados na Amazônia, desde o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. As justificativas devem-se às possibilidades da mesma servir de via de escoamento de grande parte da produção de grãos do Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso, através do porto de Santarém, para mercados da América do Norte e Europa, além de representar importante via de integração regional e nacional¹³⁷.

A consolidação da fronteira agrícola do Mato Grosso encontra estrangulamento na deficiência dos sistemas de transporte para escoamento da produção, em direção aos centros consumidores, tanto em relação ao exterior, quanto ao resto do Brasil. Este fato encarece o produto e reduz a competitividade econômica da região. Alguns projetos em execução reforçam a integração dos pólos dinâmicos do cerrado e norte mato-grossense com o Sudeste brasileiro. Como forma de promover alternativa de escoamento da produção da sub-região com vistas à exportação e, adicionalmente, estimular a propagação do seu dinamismo econômico para a região Norte, deve ser concluída a pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém. Com isso, cria-se uma nova via de integração do Estado do Pará e toda a Amazônia com o resto do Brasil e se estimula o desenvolvimento do eixo central do País, escoando-se, para o sistema fluvial e o porto de Santarém, o grande fluxo de exportação de parte do Centro-Oeste (BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2004.

¹³⁷ Neste sentido, as ações de implantação de infra-estrutura na Amazônia estão relacionadas ao debate mais amplo da integração continental que tem na Infra-Estrutura para a Integração Sul-Americana (IIRSA) sua maior expressão. De forma que grandes projetos de infra-estrutura (rodovias, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas) em curso, mesmo aqueles inclusos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão conectados à racionalidade do deslocamento de pessoas, mercadorias e ideias no interior tanto da região, quanto ao aspecto de viabilizarem o fluxo das riquezas da Amazônia para o mercado nacional, mas principalmente para os Estados Unidos, Europa e Ásia, e à busca da integração econômica do continente, sob hegemonia brasileira, conforme analisou Carvalho (2007). No relatório de prestação de conta do PAC consta que, na rodovia BR-163, o trecho previsto para pavimentação (Santarém/PA a Guarantã do Norte/MT), do total de 978 km, 50% já foi realizado, cujo investimento entre 2007-2010 chegou a R\$ 761,5 milhões. A previsão de conclusão do trabalho é para 20/12/2013 (PAC TRANSPORTE, 2011, p. 40, 46). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/search?b_start:int=10&Subject:list=Transporte>. Acesso em: 04 jan. 2012.

O mesmo argumento consta nos estudos realizados pela empresa multinacional Cargill como justificativa para a construção de seu porto na orla da cidade de Santarém¹³⁸.

[...] A exportação brasileira de soja se dá pelos portos do sul do Brasil, estando distante das regiões produtoras, tornado-se, portanto, um meio de escoamento difícil e caro, da produção de grãos para os grandes centros consumidores internacionais. Essa produção percorre milhares quilômetros de rodovias, aumentando muito o preço dos transportes e, conseqüentemente, o valor final do produto, tornado a produção brasileira muito menos competitiva no mercado internacional [...] a localização estratégica de um porto pode significar substancial redução no 'custo Brasil' evitando, assim, o chamado 'passeio da soja' [...] (CARGILL, 2000)¹³⁹.

Considerando que os países compradores da soja brasileira localizam-se predominantemente no hemisfério Norte e que a produção de soja do norte do Mato Grosso tende a aumentar, o Terminal de Santarém passou a ter importância estratégica para reduzir custos de exportação e aumentar a capacidade da soja nacional competir nos mercados nacional e internacional (RIMA CARGILL, 2008, s/n)¹⁴⁰.

Temos, assim, sob a ótica da velha lógica da integração regional, uma ação articulada entre Estado, produtores de soja do Mato Grosso, políticos e empresários de Santarém que constituiu um campo fértil para deslanchar o empreendimento. Mas este não é um fato novo na região e se relaciona com a inserção da Amazônia no contexto mais amplo da economia capitalista mundial e ao papel do Estado nacional na região que demandam o controle estratégico dos recursos naturais¹⁴¹. Dessa forma,

Uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolveu, impondo ao espaço nacional uma poderosa malha de duplo controle – técnico e político – correspondente ao conjunto de programas e projetos governamentais. Esta 'malha programada' se concretizou principalmente: a) na extensão de todos os tipos de rede de articulação do território; b) numa estratégia mais seletiva [...] baseada na implantação de pólos de crescimento, locais privilegiados capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias; c) sobretudo na Amazônia, na criação de novos territórios diretamente geridos por instituições federais e superpostos à divisão político-administrativa vigente (BECKER, 1999, p. 30).

¹³⁸ A saída da soja pelo porto de Santarém diminuiria em 5 mil km o percurso da navegação se comparada com a localização no Sul/Sudeste. Isso representa uma economia de até US\$ 150 milhões ao ano (SCHLESINGER; NORONHA, 2006).

¹³⁹ Observa o relatório que a produção de soja poderia ser feita nas áreas já "desmatadas" de Santarém dada a proximidades do porto, o que facilitaria seu escoamento. Seria possível, ainda, trazer a soja do Mato Grosso (Sinop, Sorriso e Lucas) e de Rondônia, mas necessitaria de obras de infraestrutura na BR-163 e a construção da hidrovía Telles Pires-Tapajós (grifo nosso) (CARGILL, 2000).

¹⁴⁰ O mesmo relatório cita entre as vantagens para a região com a instalação do Terminal Fluvial de Granéis de Sólidos da Cargill Agrícola S. A, "o aumento da arrecadação de impostos e tributos, a dinamização da produção agrícola, do comércio e dos serviços locais, a geração de renda, melhorando a qualidade de vida da população do município". A operação do Porto teve início em 2003 sob um termo de concessão de 25 anos, podendo ser prorrogado pelo mesmo tempo. Isso foi possível pela aquisição do direito de arrendamento por meio de concorrência pública junto a Companhia Docas do Pará (CDP).

¹⁴¹ Conforme propõe (OLIVEIRA, 2000, p. 53), "a construção de estradas na Amazônia contém a estratégia de segurança e de crescimento econômico, criando condições para ampliação da fronteira", na medida em que cria infraestrutura necessária que permite acessar os recursos naturais da região, do solo e subsolo. Embora nos discursos de legitimação do ato essas estradas sejam apresentadas como a quebra do isolamento regional e sua integração ao território nacional.

Como bem definiu Trindade Júnior (2003), esses movimentos representam olhares sobre a Amazônia como um ecossistema homogêneo, no qual a natureza determina a vida social, ou como espaço estratégico para ação estatal – do vazio geográfico a ser ocupado, da riqueza natural e da mão de obra incorporada ao desenvolvimento nacional, ou da fronteira econômica como circuito espacial de produção para o processo de acumulação do capital na divisão internacional do trabalho (SANTOS, 1997)¹⁴².

Nesse contexto favorável que conduz à intensificação do plantio da soja, os conflitos se acentuam e se manifestam de forma diferenciada: especulação imobiliária, inclusive com a venda ilegal de terras públicas por antigos mandatários de cargos públicos municipal; desmatamento de grandes áreas de florestas; extração ilegal de madeira; poluição de rios e igarapés por conta do uso de agrotóxico; ocupação por fazendeiros de leitos de igarapés e de áreas públicas de uso comunitário das comunidades ribeirinhas e de agricultores familiares (CARVALHO; TURA, 2006)¹⁴³.

É a territorialização do capital (ELIAS, 2006, p. 115) que se faz por meio da “difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado” que desestrutura a vida do lugar, dado o poder destrutivo de sua ação.

Relata uma liderança da localidade de jacaré, área rural do município de Santarém, que houve a diminuição do número de famílias na comunidade, que já foi de 55 e hoje é de apenas 38. Mas nosso informante fala também da compra de terra de agricultores; do fechamento de estradas impedindo o deslocamento livre das pessoas; do assoreamento e da “intoxicação” dos igarapés do lugar onde mora¹⁴⁴; dos problemas de saúde das pessoas; do fechamento de escolas em outras localidades e da ameaça de morte que vem sofrendo várias lideranças sindicais por conta da presença de pistoleiros na região. Segundo ele, o valor pago

¹⁴² Conforme analisamos no primeiro capítulo, a “fala do desenvolvimento” traz em seu teor uma perspectiva que essencializa a região e seus modos de vida (Cf. pag. 48). Esse discurso se reproduz na fala atual de políticos e produtores de soja em Belterra e Santarém, como veremos mais adiante.

¹⁴³ Segundo Carvalho e Tura (2006b), o hectare plantado em Belterra saltou de 150 em 2002, para 5.000 em 2004. Em Santarém, passou de 620 hectares em 1999 para 11.000 em 2004. Isso corresponderia a 94,2% do total da soja produzida na mesorregião do Baixo Amazonas. Informações prestadas pelo dirigente do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN) por meio de entrevista, em 2011, indicam que, nesses dois municípios, naquele ano o total chegou a 30 mil hectares, dos 70 mil disponíveis.

¹⁴⁴ Estudos da Cargill (2000, p. 61, 95) apontavam que dentre os possíveis impactos com a presença da soja nessas áreas poderia ser a “contaminação do lençol freático e corpos d’água superficiais por agroquímicos”. No entanto, não deu a devida atenção à ação do capital na expropriação da terra dos agricultores da região. Mesmo assim, reconheceu que não havia conflitos em torno da terra anteriormente à instalação da soja, ressaltando que esses conflitos, embora esporádicos, deve-se às grandes propriedades nas proximidades da área de “expansão natural da comunidade”.

por hectare, no início, foi de R\$ 100,00 (cem reais), mas chegou a mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) quando o processo se intensificou (BERNARDO, Novembro, 2009)¹⁴⁵.

Situação agravada com a contaminação da água do igarapé antes usada para beber, fazer comida, lavar roupa e tomar banho e que agora não pode mais ser utilizada pelas famílias que não contam com sistema de abastecimento de água encanada. As comunidades do Prata e do Paca são citadas como aquelas que desapareceram. Nelas moravam cerca de 120 famílias (MARILDO, Novembro, 2009).

Então, comunidades praticamente desapareceram. Comunidades que tá lá: a igreja, algumas têm escola no meio da soja, tá lá, desapareceram, não tem mais aluno, não tem mais comunidade.

O mapeamento comunitário realizado em maio de 2007 e junho de 2008, pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras de Santarém e Belterra contou com apoio das ONGs Greenpeace e Projeto Saúde Alegria (PSA) e utilizou o GPS como um dos instrumentos para a construção dos mapas participativos em 121 comunidades. Como resultados do levantamento foram apresentadas as seguintes situações:

Foram identificadas 29 comunidades reduzidas em função das grandes plantações de soja, sendo que duas delas já desapareceram completamente, restando somente o registro na memória dos comunitários.

Dos 55 pontos marcados como desmatamento, quatro deles estão situados em áreas de floresta primária, contíguas aos grandes campos de soja. Os outros estão em áreas de floresta secundária.

Os comunitários identificaram 29 nascentes e igarapés contaminados por agrotóxicos, com pequenas barragens e/ou em processo de assoreamento causado pela falta de mata ciliar.

O avanço das plantações sobre trilhas e ramais tradicionalmente utilizados por moradores locais foi amostrado em doze pontos. Esses casos têm gerado constantes conflitos entre sojeiros e comunitários.

Observa-se, assim, que para viabilizar as novas modalidades produtivas foi necessário destruir ou desarranjar os modos de vida preexistentes, pautados na pequena propriedade, no uso da mão de obra familiar, no trabalho não mecanizado, na produção para alimentar as famílias ou na comercialização em pequena escala, e cujas premissas estiveram voltadas mais para o valor de uso da terra e menos para o valor de troca, numa prática mais equilibrada e menos predatória em relação à natureza e das relações sociais envolvidas nesse contexto¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Os nomes dos entrevistados de agora em diante serão fictícios, visto que alguns deles estão ameaçados de morte e outros temem por sua segurança.

¹⁴⁶ Esta caracterização da agricultura familiar, como se autodenomina essa categoria de trabalhadores, está mais relacionada à pouca oportunidade econômica de acesso a máquinas e equipamentos ou aos avanços tecnológicos, do que propriamente a uma opção deliberada pela atividade artesanal/manual. Isso pode ser deduzido a partir da análise de documentos, proposições

Estudos realizados por Tura et al. (2008)¹⁴⁷, indicam que os impactos criados com o asfaltamento BR-163 são vistos pelos moradores entrevistados, em Belterra e Santarém, como um preço a ser pago pelo desenvolvimento.

Os resultados obtidos sugerem a existência de uma lógica perversa, ou seja, aquela de que se deve pagar algum preço pelo progresso que permitirá o alcance do desenvolvimento, da oferta de empregos e melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que esse processo poderá acarretar perda na qualidade de vida diante da constatação de desmatamento, poluição e violência (TURA et al., 2008, p. 18).

Assim, as agroestratégias, conforme definiu Almeida (2009), correspondem a um conjunto de ações políticas e econômicas orientadas por uma visão de mundo mercantil da natureza e da vida humana, que visam incorporar grande quantidade de terra da Amazônia e cerrado ao processo de acumulação do capital sob a justificativa da escassez de alimentos e dos biocombustíveis e pela oportunidade de negócios propiciada pela elevação do preço das *commodities* minerais e agrícolas no mercado mundial. São estratégias de longo curso que se baseiam nos seguintes eixos estruturantes: 1) retirar ou imobilizar os entraves legais jurídicos-políticos e administrativos da legislação brasileira, de forma a não permitir a criação de novas áreas de proteção de florestas e reservas ou flexibilizar a regulação, fiscalização e controle das leis já existentes; 2) impedir a regularização da posse da terra onde vivem as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, geraizeiros e outras categorias sociais) e agricultores familiares; 3) criar um estoque estratégico de terras para os empreendimentos econômicos ligados à soja, cana-de-açúcar, eucalipto, pinus, mamona, óleos vegetais e exploração mineral (ferro, estanho, cobre, ouro, nióbio, bauxita, caulim); 4) destinar dinheiro público para subsidiar as proposições desse segmento do capital. Tudo isso, sob a coordenação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e demais entidades patronais e seus aliados no interior do Estado (no Legislativo, Executivo e Judiciário), diz o autor.

Dessa forma, a agroestratégia pressupõe outra ação fundamental: a desterritorialização¹⁴⁸ das populações tradicionais e dos agricultores familiares, como forma

e/ou negociações em curso do movimento sindical com governos, nas quais o mesmo reivindica acesso ao crédito, regularização da terra, assessoria técnica, financiamento para compra de máquinas e equipamentos, dentre outras questões.

¹⁴⁷ Foram aplicados cerca de 800 questionários nos municípios de Belterra e Santarém, na área urbana e rural, entre jovens e idosos.

¹⁴⁸ Como apresentamos anteriormente, mesmo que de forma incipiente, observa-se dois pontos de vistas disciplinares sobre o território (o geográfico e o antropológico). Ressaltamos que do ponto de vista da geografia não há possibilidade de “desterritorialização”, já que esta sempre envolve um processo de reterritorialização. Segundo Haesbaert (2002, p. 31), “é inerente ao ser humano, aos grupos culturais, a recomposição da sociedade em bases territoriais – o território faz parte de sua fundamentação ontológica [...] o que estamos presenciando é a consolidação de novas formas de organização territorial”. Daí,

de reestruturar o mercado de terras que agora deve estar sob guarda do grande capital e disponível à produção em grande escala voltada ao mercado internacional (ALMEIDA, 2009)¹⁴⁹.

3.3 A ambientalização dos conflitos sociais

Segundo Leite Lopes (2004), a ambientalização dos conflitos sociais torna-se possível quando a questão ambiental passa a ser alvo do cotidiano das pessoas, dos políticos, dos empresários e das instituições públicas e privadas, inclusive, de pesquisas através da observação e nomeação que ganharam forma de questão. Neste sentido, instituições e legislações são criadas, recursos são destinados e quadros tecnopolíticos deslocados para este fim. Como afirma Leite Lopes (2004, p. 18), “a ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública”.

Partindo desse plano de referência, podemos propor que a ambientalização dos conflitos sociais em Santarém e Belterra ocorreu no ano de 2006, quando os conflitos ganharam visibilidade na cidade de Santarém e os campos de poder passaram a se enfrentar abertamente através de passeatas, manifestações públicas, cobertura midiática, produção de material de divulgação e mobilização que continham a visão de ambas as partes, bem como, do enfrentamento entre polícia e manifestantes em torno do porto da empresa multinacional Cargill¹⁵⁰. Até então, esses conflitos estavam confinados à área rural desses municípios e mobilizavam apenas militantes e simpatizantes de ambos os lados.

a referência do autor ao território múltiplo compartilhado por múltiplas identidades. Também chamamos atenção que a proposição de Almeida não pode ser associada às correntes de pensamento que defendem o fim do território e ao “discurso da desterritorialização” produzido por não-geógrafos, conforme analisou Haesbaert, já que na proposição de Almeida o território está associado ao uso, pertencimento, identidade e a territorialidades específicas, e à sua perda e não ao seu fim.

¹⁴⁹ A Medida Provisória nº 558, de 5 de Janeiro de 2012, editada pela Presidência da República, trata da alteração dos limites [redução] dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós. O artigo VI, trata da permissão de “atividades minerárias” nas zonas de amortecimento do Parque Nacional da Amazônia, desde que concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além de autorizar a realização de estudos de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico existente, por exemplo.
Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/medpro/2012/medidaprovisoria-558-5-janeiro-2012-612251-publicacaooriginal-134899-pe.html>. Acesso: 08 mar. 2012.

¹⁵⁰ A Cargill tem sede em Mineápolis nos Estados Unidos. “É uma fornecedora internacional de produtos e serviços para o setor agrícola, alimentício e de gerenciamento de riscos”. Atua em 5 continentes, 66 países e tem 153 mil funcionários. No Brasil, atua há 42 anos, com sede em São Paulo. Têm presença em 18 estados, distribuída 180 municípios e conta com 23 mil funcionários. Como estrutura conta com 30 fábricas, 20 escritórios, 108 armazéns, 7 terminais portuários e 45 transbordos (CARGILL, 2006, p. 8). Em Santarém, o porto está instalado nas margens do rio Tapajós numa área de 45.459,71 m² e conta com armazéns com capacidade de 60 mil toneladas de grãos, tombadores para descarregamento de caminhões de soja, silos para armazenamento, pré-limpeza e secagem, balança, esteira transportadora, sugadores para o descarregamento de barcaças e condições de carregamento de navios com até 60 mil toneladas, dentre outros. No ano de 2007, foram embarcados 1 milhão de toneladas de soja no porto de Santarém que recebeu até 3 navios por mês e 45 caminhões por dia, no período de grande safra (junho, julho, agosto) (CARGILL, 2000; RIMA CARGILL, 2008).

Apresentamos as imagens da passeata organizada por movimentos sociais e ONGs na cidade de Santarém, finalizada em frente à sede da empresa Cargill, no porto de Santarém, e que contou com a presença de forte aparato policial (figuras 40, 41, 42 e 43).



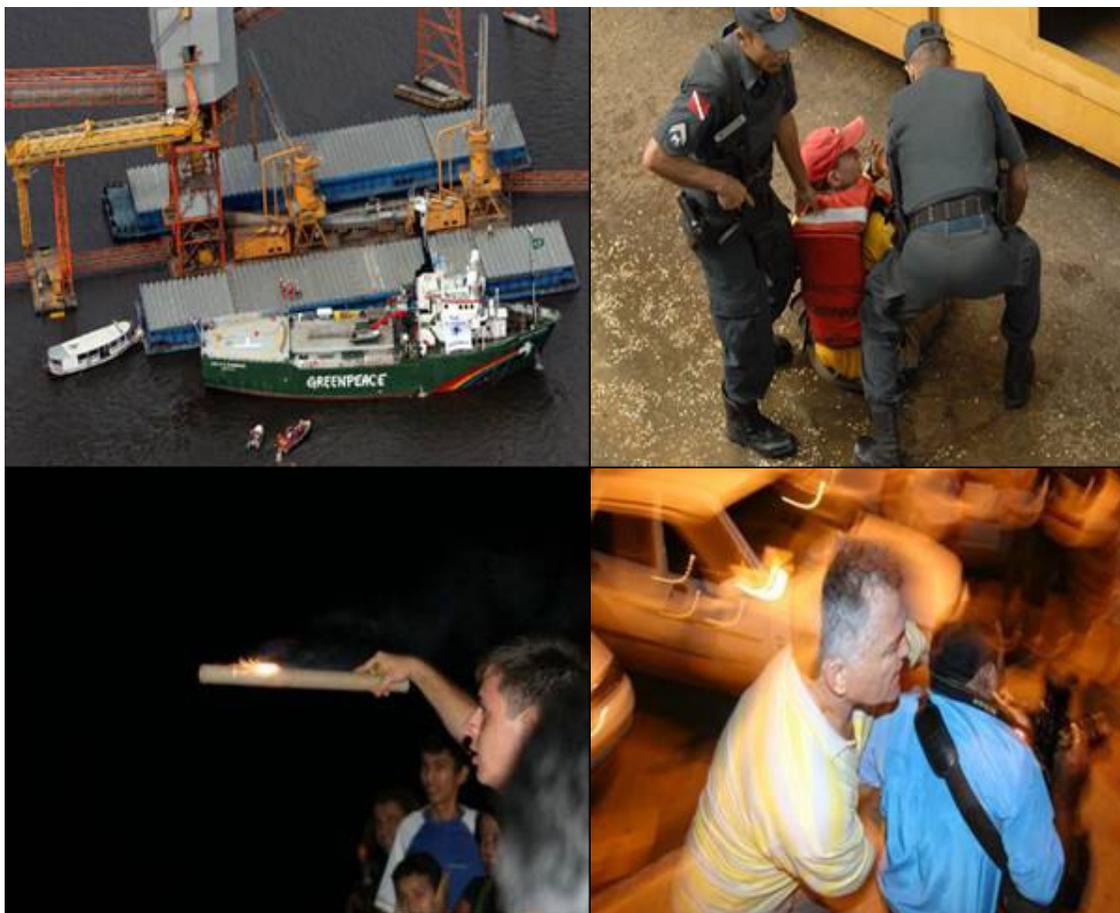
Figuras de 40 a 43: Passeata dos Movimentos Sociais e ONGs na cidade de Santarém (PA).
Fonte: Projeto Saúde e Alegria (PSA), 2006

Com os enfileiramentos no porto da empresa Cargill e na orla da cidade, esse fato teve repercussão internacional por conta da presença do Greenpeace e da agressão e prisão de vários de seus manifestantes, imagens ganharam o mundo por meio da televisão, rádio, jornal e internet. Contudo, a latência dos fatos se constituiu ao longo dos anos, visto que se criou um campo de resistência de uma variedade de organizações sindicais, populares, étnicas, religiosas e de gênero que se opuseram à presença da soja na região propondo outra modalidade de desenvolvimento. São lógicas opostas sobre o uso e a apropriação do território, sobre quem devem ser os beneficiários dos projetos desenvolvidos e para onde direcionar a aplicação dos recursos públicos na região¹⁵¹.

Nas figuras 44, 45, 46 e 47, podemos ver, em sentido horário, o barco do Greenpeace no porto de Santarém, a prisão de um manifestante ligado à ONG, um manifestante pró-soja

¹⁵¹ Diante da ofensiva dos produtores de soja que compravam terra a preço baixo dos agricultores, o STTR de Santarém fez uma grande campanha “Não abra mão da sua terra”, por volta de 2002, com base em reuniões, conversas e mobilização para “conscientizar os trabalhadores para não venderem a sua terra”. Essa mobilização contou com o apoio de várias organizações da região do Baixo Amazonas (MARILDO, Novembro, 2009).

que atira fogos de artifício contra um barco dos movimentos sociais que passava um vídeo durante a programação noturna e outro que agride um fotógrafo que cobria o ato.



Figuras de 44 a 47: Enfrentamento dos campos de poder na orla da cidade de Santarém (PA).
Fonte: Greenpeace, 2006.

Segundo relatório anual do Greenpeace

O Greenpeace bloqueou o porto da Cargill em Santarém, impedindo o descarregamento de soja, e seus ativistas foram atacados com violência pelos seguranças da empresa. O protesto fez parte de uma campanha que promoveu várias ações contra o desmatamento para o plantio de soja na região. Houve momentos tensos entre os ativistas e os sojeiros, que reagiram muitas vezes com violência.

Protestos contra o avanço da soja marcaram o primeiro de maio em Santarém, no Pará. O Greenpeace participou junto com comunidades locais, movimentos sociais e ONGs de uma passeata que reuniu 1.000 pessoas pedindo o fim do avanço da soja sobre a floresta. O vídeo “Soja: em Nome do Progre\$\$o”, produzido pelo Greenpeace, foi exibido no final do evento (GREENPEACE, 2006, p. 9).

Apresentamos os adesivos produzidos pelos dois campos de poder como material de propaganda para apresentar as suas proposições (figuras 48 e 49). O primeiro, produzido pelo

Greenpeace, faz referência ao desmatamento na região; e o segundo, produzido pelos produtores de soja, se refere à presença da ONG internacional ambientalista na Amazônia.



Figura 48: Adesivo do Greenpeace contra a soja em Santarém, 2006.
Foto: Pereira, J. C. M., 2011.



Figura 49: Adesivo dos produtores de soja contra a presença do Greenpeace em Santarém, 2006.
Foto: Cátia Magalhães, 2011.

Na época desses conflitos, o Fantástico, programa da Rede Globo de televisão exibiu, em 06/12/2006, a matéria denominada “A guerra da soja” que destacava os “fazendeiros e ecologistas em pé de guerra na Amazônia” e relatava os conflitos em Santarém: “fazendeiros

querem usar área de floresta para plantar soja, o que segundo eles desenvolveria a região. Ecologistas e moradores antigos querem preservar a mata”¹⁵².

Os repórteres do Fantástico chegam a um território marcado por conflitos, ameaças de morte e tensão por todos os lados. É uma região em pé de guerra - um barril de pólvora que pode explodir a qualquer momento. No Brasil, uma cidade está em guerra. E pouca gente sabe... Santarém fica no coração da floresta, no encontro dos rios Amazonas e Tapajós. A cidade de 300 mil habitantes está no centro de uma disputa feroz. De um lado, fazendeiros vindos de outros estados do país, principalmente Rio Grande do Sul e Paraná. Eles querem usar as amplas terras ao redor da cidade para plantar soja. "Alimentar o país" é o lema deste grupo. "A gente acha que a soja é mais um produto, digamos assim, que vem somar ao desenvolvimento da região", defende Adinor Batista, presidente do sindicato rural. Do outro lado, ecologistas, Igreja Católica e os moradores antigos da região. [...] "Quando a gente diz que na Amazônia a impunidade mata e desmata, é porque mata a irmã Dorothy, mata líderes sindicais e desmata a floresta", argumenta padre Edilberto Senna.

[...] há duas semanas, ecologistas do Greenpeace tentaram bloquear um carregamento de soja, para chamar a atenção para a destruição da floresta. Os seguranças da empresa impediram a ação. A Polícia Federal foi chamada. Um agente sacou a arma e ameaçou os ativistas. Logo depois, proprietários rurais invadiram o barco do Greenpeace e promoveram um quebra-quebra. Resultado da confusão: quatro feridos, 14 pessoas presas - todas manifestantes, nenhum fazendeiro (FANTÁSTICO, 06/12/2006).

3.4 A chegada do estranho¹⁵³

Os migrantes recém-chegados na Amazônia Oriental, a partir do final da década de 1990, são famílias de pequenos e médios produtores de soja, oriundas dos estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cuja posição social difere em muito do desajustado social, conforme propunha Park (1928) em sua análise sobre o homem marginal. Pelo contrário, são recebidos por empresários, proprietários dos meios de comunicação, parte da classe política local e governo municipal como portadores do “progresso” e do “desenvolvimento”. Formulações bem próximas à representação do estrangeiro proposta por Simmel (1983), como aquele que traz a novidade, permanece no lugar e é reconhecido por ser de fora, embora não esteja preocupado com a inserção no grupo. Aliás, não seria exagero afirmar a presença da indiferença, da aversão e da evitação (SIMMEL, 1967) por parte dos recém-chegados em relação às pessoas do lugar¹⁵⁴.

¹⁵² Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0..MUL695704-15605.00A+GUERRA+DA+SOJA.html>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

¹⁵³ Situações de conflito não são novas na BR-163, convém lembrar do estudo de Martins (1993, p. 71-72), para os anos de 1970, no caso das populações indígenas: “os *Kreenakarore* foram derrotados e quase exterminados. Perderam seu território e 80% de sua população. Depois de terem sido contactados e atraídos para viabilizar a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, no Mato Grosso, foram iniciados em práticas homossexuais pelo próprio funcionário da Fundação Nacional do Índio encarregado de protegê-los na fase de contato. Este privou-os de arcos e flechas, instrumentos de sua existência. Rapidamente deixaram de fazer roças, prostituíram mulheres e filhas, assimilaram o alcoolismo. Três anos depois do primeiro contato estavam perambulando pela rodovia, como mendigos, sujos, disputando resto de comida”.

¹⁵⁴ Do mesmo modo, em muito se diferenciam dos “gaúchos” que chegaram à Santarém e, especialmente, à Transamazônica com o Projeto Integrado de Colonização (PIC) nos anos de 1970. Eram famílias “descendentes de colonos de origem alemã,

Cerca de 450 famílias de produtores capitalizados já realizaram recentemente deslocamentos migratórios para Santarém e Belterra por conta desta atividade produtiva. As duas entrevistas realizadas com representantes desse segmento indicam seus principais percursos: Rio Grande do Sul/Mato Grosso/Pará; Paraná/Mato Grosso/Pará. Relatos de lideranças sindicais da região informam que poucos vivem na cidade de Santarém, uma vez que se fixaram em áreas mais distantes desta, como as localidades de São José, Boa Esperança, Tabocal, e no município vizinho de Mojuí dos Campos, recém-emancipado de Santarém, onde desenvolvem também outras atividades econômicas no ramo de supermercado, churrascaria, açougue e motéis, por exemplo.

O conflito entre os produtores de soja (os recém-chegados vindos “de fora”) e a população local (os antigos moradores do lugar) logo se desenvolveu, envolvendo ameaças, alianças e enunciação de preconceitos. Mas, no contexto da “fala do desenvolvimento”, os *outsiders* da Amazônia, se quisermos fazer uma analogia invertida com a proposição de Elias e Scotson (2000), são indígenas, mestiços, agricultores, extrativistas, mulheres e trabalhadores urbanos que recebem dos estranhos vindos “de fora” adjetivos pejorativos de “preguiçosos”, “pinguços” e são vistos como aqueles que representam entraves para o progresso econômico¹⁵⁵.

Esses autores utilizam dois conceitos que denominam de conceitos guarda-chuva: *established* (estabelecidos) que são aqueles autodenominados de “minorias dos melhores”, “guardiões do bom gosto”, que ocupam posições de privilégio e poder assentadas na tradição, autoridade e influência; já os *outsiders*, “os que estão fora da sociedade”, constituem um conjunto heterogêneo de pessoas. Estigmatizados pelos primeiros, como relacionados à delinquência, à violência e à desintegração. Como dizem Elias e Scotson, trata-se de relações pautadas na intolerância, na estigmatização e no poder econômico, político e social.

Fatos recentes indicam que o serviço de pistoleiros contratados, mais presente por décadas no Sul e Sudeste do Pará, se desloca para aquela área, como pode ser constatado pelos assassinatos, em 2001, de Ademir Fredericci, o Dema - importante liderança sindical rural da região da Transamazônica e Xingu -; e, em 2005, da freira Dorothy Stang - missionária com atuação em Anapú (PA) -; bem como das ameaças de morte que vêm sofrendo lideranças sindicais, indígenas e missionários na região. Tais fatos implicaram

italiana, polonesa” expulsos do Sul pelo “modelo agroexportador” e “excluídos de sua condição de agricultores” (LEROY, 1991, p. 37).

¹⁵⁵ Como exemplo, podemos recorrer à matéria do jornal *Gazeta de Santarém*, intitulada “Sojeiros têm preconceito com santarenos”, publicada no caderno Cidade, p. 3, datado de 23 a 24 de maio de 2006.

denúncias internacionais e motivaram a negociação direta entre o campo dos movimentos sociais e ONGs com governos europeus, tendo como consequência o embargo da comercialização da soja produzida principalmente em Belterra e em Santarém (PA), onde se localiza o porto da empresa multinacional Cargill. O acionamento do Ministério Público, dos governos estadual e federal e a exigência de proteção policial para os ameaçados compõem a complexa teia de relações que lá se desenvolvem.

“Viver pela metade”, esta é a sensação de uma liderança do STTR de Santarém¹⁵⁶ ameaçada de morte no ano de 2005, que está sob proteção policial desde 14 de março de 2007¹⁵⁷. Os conflitos pela posse da terra envolvendo agricultores e empresários e as denúncias do desmatamento causado pela expansão da soja feita pelo sindicato resultaram nas ameaças que vem sofrendo. O plano de referência socioespacial dos conflitos inclui as localidades de Gleba Nova Olinda, Pacoval, Lago Grande, Jabuti, Tracuá, Garrafão, Igarapé das Pedras e a estrada de Curuá-Una, dentre outras¹⁵⁸.

No entanto, a situação é mais complexa e remonta ao início da década de 2000, pois inclui o assassinato do agricultor José Orlando, em 2003, envolvendo madeireiros e policiais; a expulsão de agricultores de suas terras e o incêndio de 25 casas, nos anos de 2004 e 2005, cujas famílias viviam nessas áreas desde os anos de 1960. Há grilagem de terra, extração ilegal de madeira e a regularização ilegal de terra para empresários por parte dos órgãos governamentais.

Essa liderança teve que se expor diante dos conflitos existentes, apresentando nomes para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, coordenada pela Câmara dos Deputados, que investigou a grilagem de terra no oeste do Pará. Ela relata que sempre ouviu falar da lista dos nomes marcados para morrer no Sul do Pará, mas agora vive a mesma situação e desabafa:

A gente que nasce livre, tem um tipo de vida pra liberdade, pra viver, pra expressar o direito de ir e vir, quando a gente passa por isso é uma situação muito delicada. A gente deixa de viver, porque viver não significa somente o que você tá respirando, tá falando, tá presente,

¹⁵⁶ Este sindicato conta com 20 mil associados e está presente em 410 comunidades por meio das delegacias sindicais no município. Inclusive na área urbana, nos bairros de Maicá, Floresta e Área Verde, onde estão localizados os produtores de hortaliças, conforme dados de novembro de 2009.

¹⁵⁷ Referimo-nos ao Programa de Proteção Policial que é uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Pará, em parceria com organizações da sociedade civil e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Governo Federal. Essa liderança ressalta que recusou a proteção da Polícia Federal, pois esta propunha um regime fechado de proteção.

¹⁵⁸ Conflitos pela posse da terra ocorrem também em área quilombola no município de Santarém por conta da presença de um “gaúcho” nas comunidades de remanescentes de quilombo de Murumurutuba e Bom Jardim. “É o impedimento da realização de uma estrada ligando as duas comunidades, autorizada pelo poder público, mas a ação foi embargada por um proprietário que possui terra próximo às comunidades [...] [que] deverá ligar, ainda, as comunidades, Miritituba e Murumuru, analisa o estudo de Amaral (2008, p. 7).

mas viver é ter liberdade, ter a participação mesmo ativa. Numa situação dessas, estou viva pela metade. Porque você não está fazendo tudo o que gostaria fazer (AMEAÇADA, Novembro, 2009).

As represálias vieram por parte do delegado de polícia de Santarém, inclusive com recusa deste registrar a ocorrência policial. Fato que levou o sindicato a tomar providências junto à Corregedoria de Polícia na cidade Belém, capital do estado do Pará. Outra situação envolveu um empresário acompanhado de pistoleiro que foi ameaçá-la dentro do sindicato. Ameaça cujo teor indicava consequências graves, caso continuasse fazendo as denúncias públicas. Por duas vezes estiveram em sua casa e rondavam as comunidades onde ela desenvolvia as atividades sindicais para matá-la, com recipientes contendo gasolina que eram usados para intimidar os presentes durante o ato, e diziam: “se ela aparecer aqui hoje, só volta as cinzas”. Sua fuga se tornou possível, porque esta foi avisada a tempo que eles estavam por lá.

Nas áreas mais tensas, relata a líder sindical, as ameaças tinham a mesma força de intimidação: “se criar assentamento aqui, tem que mandar construir também uma fábrica de caixão”. Ela conta que cerca de 100 pessoas já receberam ameaças por parte de madeireiros, policiais e empresários. Por várias vezes, foi intimada a comparecer junto ao juiz por conta do processo movido por fazendeiros e empresários, diante da ação política de resistência desenvolvida pelo sindicato¹⁵⁹.

2005, 2006 e 2007. Esse período todo vivi sob transtorno recebendo recado, aqui mesmo dentro do sindicato teve vezes que vieram empresários com seus pistoleiros me fazer ameaça. [...] um veio junto com o pistoleiro. Inclusive um ficou com a camisa aberta para mim olhar que ele estava armado, e eles tipo assim: no primeiro momento era dizer: “se vocês colaborarem, se você esquecer esse povo, você vai ganhar muito comigo”.

[...] Aí pressionaram, você sabe que tem consequência, você sabe que tem né? Não sei, aí o pistoleiro me abrindo a camisa e uma pessoa que estava aqui ele foi empurrando, já era noite para sair da sala que eu estava, aí eu levantei a voz, tive que engrossar mesmo, porque sabia que não ia ficar de graça a minha morte né? Muito mais com testemunha que estava aí, tinham umas duas pessoas ainda na sede além de mim. Então a partir daí vieram outros casos inúmeros recados, dentro de casa tentaram me atirar umas duas vezes (AMEAÇADA, Novembro, 2009).

Nesse contexto de conflito, muitos delegados sindicais renunciaram ao cargo. Contudo, a articulação do sindicato com organizações não-governamentais, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)¹⁶⁰ e Greenpeace, por exemplo, criou

¹⁵⁹ Passados quase seis anos do início das ameaças e mesmo não estando mais à frente do sindicato, a proteção policial continua, pois eles estão esperando que ela saia da proteção para matá-la, como aconteceu com outras lideranças sindicais na Amazônia que passaram pela mesma situação, afirmava um dirigente do STTR, entrevistado em abril de 2011.

¹⁶⁰ Ver o vídeo “O grão que cresceu demais”, sobre a expansão da soja em Belterra e Santarém, 2006. Durante as filmagens o carro que transportava os integrantes da ONG foi perseguido por alguns quilômetros e abordado por três homens armados

condições para “capacitar as lideranças” e permitiu que as denúncias ganhassem uma dimensão nacional e internacional, o que a levou por duas vezes à Europa (Holanda, Alemanha, Bélgica e Finlândia) para participar de eventos ligados à discussão da soja no ano de 2006¹⁶¹. Nessas oportunidades, pôde apresentar a ideia defendida por seu sindicato, da soja como “cultura da morte”, pois junto com ela vem à desunião das famílias, a degradação do meio ambiente e da biodiversidade. Muda o clima, diminui a produção de alimento (feijão, arroz, milho e farinha de mandioca), a caça e a fruticultura (laranja, manga, cupuaçu, pupunha, por exemplo). “A concentração de renda, de poder, a ganância é um conjunto de coisas que diminui a nossa possibilidade de sobrevivência na terra”, já que esta incide diretamente na posse da terra e na produção de alimentos, observou a líder sindical.

Segundo levantamento realizado pelos STTR de Santarém, entre os anos de 2005 e 2006, cerca de 500 famílias diziam-se arrependidas de terem vendido suas terras e migrado para a cidade de Santarém ou até trezentos quilômetros de distância de onde estavam, longe das estradas e dos serviços públicos. O pedido de ajuda ao sindicato vinha no sentido de poderem se estabelecer novamente na área rural do município e voltar a plantar como antes.

Em entrevista, uma dirigente do STTR de Belterra, de 56 anos de idade, relatava conhecer várias situações onde os agricultores venderam suas terras e não conseguiram se adaptar à vida na cidade. O retorno foi inevitável, mas para terrenos de menores proporções que dificultavam morar e desenvolver a atividade produtiva por conta do tamanho reduzido do lote. Dizia ela

Conheço pessoas que venderam suas terras e foram e muitas voltaram, na comunidade do Tracuí, a gente vê que muitas famílias já vieram tão morando ali no trevo, sabe? Saíram lá da comunidade, já conseguiram comprar um pedacinho ali pelo trevo ali na Comunidade de São Francisco e estão morando por lá. E umas pessoas que a gente sabe foram pra cidade e voltaram [...] ainda compraram assim [...] um pequeno terreno né? Porque às vezes não dá, muitas vezes, nem pra trabalhar a agricultura familiar, porque às vezes, só dá mesmo pra fazer a casa e um plantio (LUCIANA, Abril, 2011).

Segundo ela, o trabalho do sindicato “é para conscientizar” os agricultores para não venderem a sua terra e continuar trabalhando e produzindo, mesmo em condições adversas

que queriam saber o objetivo da atividade. A essa tentativa de intimidação acrescenta-se o relato do fechamento do carro na estrada com integrantes de uma organização parceira da ONG que realizava o trabalho de cooperação com os movimentos na região, dentre outras situações relatadas sobre o período.

¹⁶¹ Também houve apoio importante vindo da ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA), que esteve presente nessas iniciativas (www.saudeealegria.org.br), como, por exemplo, na criação do grupo de trabalho de monitoramento da moratória da soja. Na verdade, a confecção dos mapas, para o campo dos movimentos e ONGs, constituiu-se numa estratégia para identificar os conflitos, os envolvidos e a intensidade desses conflitos. Serviu também como instrumento de denúncia e de monitoramento das atividades da soja diante dos acordos definidos pela “Moratória da soja”. As denúncias com apresentação dos resultados dos mapas foram realizadas em eventos com organizações não governamentais, movimentos e governos dentro e fora da região, inclusive, no Fórum Social Mundial, realizado em Belém (PA), no ano de 2009 (MARILDO, Novembro, 2009).

visto que grande parte da produção é feita de forma manual que dá apenas para alimentar a família.

Olha, graças a Deus tá melhorando mais, mas ainda tem uma parte de trabalhadores rurais que trabalha ainda brocando no terçado, derrubando com machado, ainda por não ter ainda uma conscientização, muitas vezes um apoio, queima né? Que a gente sabe que não é bom, pra nosso planeta né? Pra nossa floresta, que nós devemos de preservar, mas não tem esse apoio ainda de ter máquina, né? Para mecanizar. Aí obriga muito a trabalharem assim: com enxada, com machado, com terçado.

Relata que há poucos agricultores que tem algum trator. O trabalho mecanizado, em geral, quando acontece deve-se às iniciativas conjuntas entre o sindicato e a Prefeitura, por intermédio da Secretaria de Agricultura do município de Belterra; já o arado, é por tração animal em muitas situações.

A presença da multinacional Cargill no porto de Santarém constitui outro foco de tensão entre as partes envolvidas nos conflitos, já que a empresa se instalou na praia Vera Paz em frente à cidade, que era de uso público¹⁶². A liderança ameaçada também falou da ausência dos estudos de impactos ambientais e de seu relatório (EIA/RIMA) para a execução do projeto e do papel da empresa como compradora, armazenadora e comercializadora da soja para o mercado internacional. Observou que, no grupo de trabalho da soja que aconteceu na Holanda, compromissos foram assumidos pela empresa (não comprar soja de áreas desmatadas e que estavam expulsando agricultores), mas não foram cumpridos¹⁶³.

¹⁶² Matéria publicada no Jornal O Liberal diz que “se depender do Ministério Público Estadual (MPE) o terminal de grãos da empresa Cargill, instalado em Santarém, não receberá tão cedo o licenciamento ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). Durante a audiência pública realizada ontem, em Belém, o grupo Cargill fez uma nova apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) relativos ao porto implantado desde 2003 em Santarém; porém, o MPE continua discordando do empreendimento. Os técnicos do Ministério Público levantaram uma série de questionamentos nos relatórios apresentados pela empresa Consultoria Paulista de Estudos Ambientais (CPEA), contratada pela Cargill para realizar o EIA. Ainda que o MPE tenha feito uma defesa veemente contrária à permanência do terminal de grãos em Santarém, caberá aos técnicos da Sema decidir o futuro da região e os rumos da empresa na cidade. Sem caráter deliberativo, o encontro de ontem serviu apenas para o embasamento técnico dos profissionais da secretaria (O LIBERAL, 05/11/2010).

Disponível em: <<http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?modulo=250&codigo=498554>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

¹⁶³ Matéria publicada no Jornal Diário do Pará, datada de 14/07/2010, sob o título de “Audiência define hoje o destino do terminal de grãos da Cargill”, noticia a realização de uma audiência pública convocada para hoje na cidade de Santarém pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), onde será apresentado ao público o resultado do Estudo de Impacto Ambiental e seu relatório (EIA/RIMA) realizado pela empresa. Espera-se que cerca de cinco mil pessoas participem da referida atividade, que contará, ainda, com a presença do Ministério Público Federal. Observa que o terminal, que está em funcionamento desde o ano de 2003, vive sobre fortes críticas do Ministério Público e de movimentos sociais que atuam na região, e que em 2007 foi “surpreendentemente” obrigada pelo Supremo Tribunal Federal a ter que realizar o EIA/RIMA. O referido terminal movimenta um milhão de toneladas de soja por ano. No entanto, desse total, apenas 50 toneladas correspondem a Santarém, visto que os 95% restantes seriam do estado do Mato-Grosso. Isso injetaria na economia local, algo em torno de R\$ 35 milhões/ano resultado do trabalho de 200 produtores de grãos. Embora conte com o apoio empresarial, é hostilizada pelo movimento organizado e olhada com indiferença pela população. O que promete um clima de tensão para a referida audiência. Finalizando a matéria, diz-se que esses setores que são contra a presença da Cargill em Santarém contam com o apoio do Ministério Público Federal que vê fragilidade no processo de implantação do Porto na cidade. Disponível em: <http://www.ejornais.com.br/jornal_diario_do_para2.html>. Acesso em: 14 jul. 2010.

O próprio relatório de impactos ambientais (RIMA) apresentado pela Cargill, no ano de 2010, muitos anos depois do início das operações da empresa no porto de Santarém, foi muito criticado pelas lideranças sindicais¹⁶⁴. Uma agricultora e dirigente do STTR de Belterra relata duas discordâncias com o relatório. A primeira, quando afirma que as famílias venderam suas terras por livre e espontânea vontade, não havendo qualquer tipo de pressão por parte dos produtores de soja que compraram as terras dos agricultores¹⁶⁵. A segunda se referia à não participação dos movimentos sociais durante a elaboração do relatório e aos resultados apresentados. Dizia-nos ela, que no mesmo período os sindicatos fizeram levantamentos e identificaram vários problemas que não apareceram no relatório da Cargill. Acrescente-se a isso o não recebimento pelos sindicatos de uma cópia do estudo, embora tenham sido entrevistados.

A gente foi na Comunidade do Jenipapo, Tracuí, Fé em Deus e no km 140. Então, a gente viu que era totalmente diferente do que eles apresentaram.

[...] Nas comunidades visitadas nós identificamos plantio de soja, plantio de grandes áreas de soja e também, assim, grande evasão das famílias, que foram saindo da comunidade, indo pra periferia da cidade.

[...] A gente conversou com produtores lá porque que as famílias, a comunidade estava abandonada, porque na verdade quem ainda estava lá, continua lá, mas ficou isolada porque não tem transporte, não tinha mais transporte que conduzia semanalmente, aí não havia mais. Agora eles estão encontrando grande dificuldade de carregar seus produtos lá de bicicleta ou então na cabeça mesmo pra retirar, pra beira da BR, ao longo da BR pra poder levar pra feira. Vender sua produção. E outros tavam cercados, assim, era a questão da saúde, a questão do prejuízo com animais, porque eles colocam o veneno e daí se prejudica, tanto a saúde humana, quanto a dos animais.

¹⁶⁴ Na conclusão do Relatório de Impacto Ambiental/RIMA, na parte relacionada “a visão da comunidade” apresenta-se, de forma resumida, os principais problemas levantados pela “comunidade local”: “ocupação da Praia Vera Paes, frustração da expectativa de empregos, êxodo rural resultante da expansão da soja e seus problemas, indiferença da empresa em relação à comunidade, desmatamento decorrente do plantio de soja, interferência em sítio arqueológico na área do empreendimento, poluição do rio pelo lançamento de água de lastros do navio, poluição do ar pela emissão de poeira no carregamento de navios, impactos na agricultura pela expansão da soja, licenciamento do terminal sem EIA/RIMA, falta de investimento em capacitação de mão de obra local, interferência na paisagem da cidade” (CARGILL, 2008, p. 35).

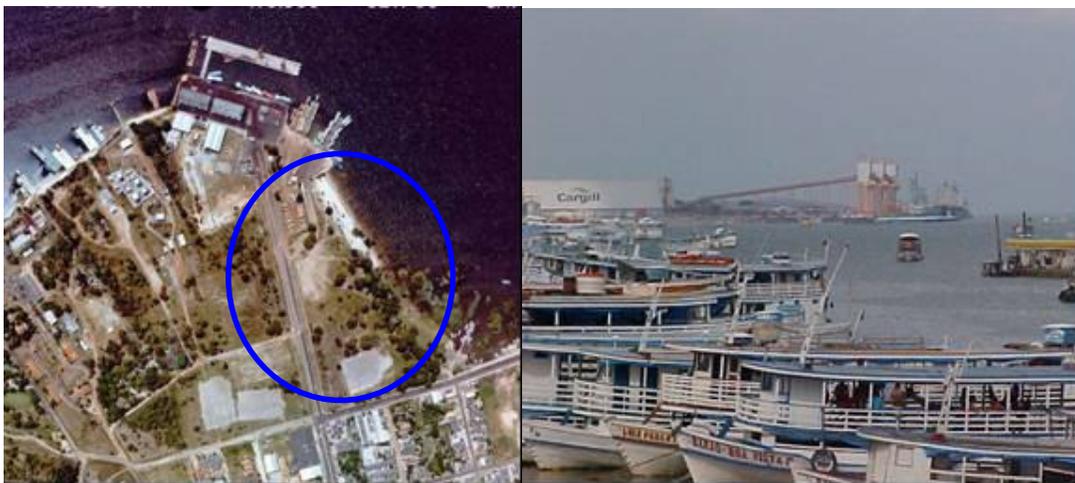
¹⁶⁵ Na parte do relatório que trata da concentração fundiária e migração dos pequenos produtores diz-se que “a soja requer áreas mecanizáveis maiores, quando comparadas às culturas tradicionais. Para atender a essa necessidade, sojicultores da região e de fora passaram a comprar propriedades vizinhas para aumentar sua área de plantio, levando a um processo de concentração fundiária em Santarém e Belterra. Os pequenos produtores que venderam suas terras tiveram uma destinação bastante diversificada [...]. Uma pesquisa realizada pela equipe da CPEA [Companhia Paulista de Estudos Ambientais] junto a comunidades urbanas e rurais indicou que parte dos proprietários que migraram não conseguiu emprego formal ou iniciar uma nova atividade geradora de renda. Parte investiu em novo imóvel rural ou obteve emprego formal no campo e na cidade. A migração da população rural para áreas urbanas de Santarém ocorreu em escala semelhante ou menor ao observado em outras regiões do estado ou da região Norte, e reflete o anseio da população por melhores condições de vida associados aos ‘benefícios’ disponíveis nas áreas urbanas”. O relatório ressalta, ainda, a geração de 2,8 mil empregos indiretos e a injeção de 56 milhões por ano na economia local. “A geração de renda que ocorreu nos municípios de Santarém e Belterra é representada pela ampliação do PIB, com consequente ampliação da arrecadação de tributos e transferências federais e estaduais. Com isso, uma maior massa de recursos passou a circular na economia local, notadamente em Santarém, incentivando novos investimentos em atividades produtivas”. Todas essas questões são apresentadas como impactos positivos da atividade da soja. Os impactos investigados e não existentes referem-se a “interferência na pesca, presença de defensivos nas águas, nos sedimentos e nos peixes, alteração do fundo do rio Tapajós (erosão, assoreamento, contaminação)” (RIMA CARGILL, 2008, p. 23, 28, 29).

[...] E outra coisa que a gente identificou também, foi a grande devastação né? Tá certo, não era mata, mata, mata, é... Aquela primeira mata né? Mas havia floresta que isso já foi derrubada. Eles dizem que não é prejuízo, mas pra nós é prejuízo. E a gente vê que ficou a grande devastação, o grande deserto, né? Eu digo assim. E hoje prejudica muito a questão do sol quente, a queimadura né? A gente vê que prejudicou muito a comunidade. E o meio ambiente (ROSANA, Abril, 2011).

Marildo, dirigente do STTR de Santarém ressaltou que, durante a apresentação do relatório da empresa, eles

Só falavam os impactos no porto em si, né? Assim, ou pouco de grão que caía no rio, aquela poeira, e tal e tal, mas aquilo que tinha que constar os impactos mesmo sociais, discussão dos trabalhadores, né? E o assoreamento dos igarapés? O envenenamento dos lençóis freáticos? Aí, isso não apareceu. Então falavam muito na questão do emprego, do desenvolvimento, da questão dos impostos que ia aumentar aqui na cidade, trazer mais benefícios pra cidade, município, mas foi assim, foi uma coisa que não teve resultado positivo para o nosso lado.

O impacto no porto, a que se referiu essa liderança diz respeito à ocupação da praia Vera Paes pela empresa Cargill. A primeira imagem é uma foto aérea do ano de 1999 (figura 50, destaque em azul), contida no banco de dados da Prefeitura Municipal de Santarém quando a empresa ainda não havia sido instalada. A segunda é do ano de 2004 (figura 51), quando a praia já havia sido ocupada.



Figuras 50 e 51: Empresa Cargill no porto de Santarém (PA).

Fonte: Prefeitura de Santarém, 1999.

Fonte: Pereira, J. C. M., 2004.

O trabalho realizado na Europa, divulgando os conflitos socioambientais para empresas, organizações e revistas importantes teve resultados, como a ida da imprensa e de organizações internacionais à Santarém para conhecer de perto a situação. Outros feitos importantes foram a “Moratória da Soja” e a criação de grupos de trabalho para acompanhar o

desmatamento em algumas áreas; inclusive houve o mapeamento participativo¹⁶⁶ que identificou os problemas encontrados em decorrência da presença soja no município, apresenta nossa entrevistada ameaçada.

Nesse contexto, as noções de “desenvolvimento” e “progresso” são fortemente questionadas. Que tipo de desenvolvimento é este? Que concentra a terra nas mãos de poucos, que expulsa as famílias de suas terras e os manda para a periferia da cidade, que polui os rios e deixa as pessoas doentes? Do mesmo modo, são arregimentadas por nossa entrevistada as experiências de vida pautadas na caça, na pesca, na criação de animais de pequeno porte e no cultivo do arroz, do feijão, da mandioca, do milho e de uma variedade de frutas da região que estão relacionadas às famílias e à “cultura” do lugar, em oposição à prática do monocultivo da soja.

Durante o ano de 2006, conversamos com lideranças dos movimentos sociais, em Santarém, quando nos foram apresentadas situações de ameaça a funcionários do IBAMA que buscavam demarcar limites das propriedades dos produtores de soja e a tentativa de aliciamento destes para inviabilizar a ação estatal. Essas ações também foram direcionadas às populações locais, como oferecimento de trator para abertura e melhoria de estradas, doação de motor e óleo diesel para geração de energia, construção de pontes, dentre outras, segundo denúncia das lideranças na época.

Nesse caso, as disputas entre os de “dentro” e de “fora” expressam algo mais do que quem é contra ou a favor da soja na Amazônia. O pano de fundo é sobre a concepção de desenvolvimento, seus beneficiários e sobre como distribuir a riqueza produzida, muitas vezes sob a denominação de “desenvolvimento sustentável”. Num conflito com estas dimensões o anúncio do preconceito é uma estratégia de desqualificação do adversário político.

Um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posição de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode-se fazer prevalecer [...] afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelo grupo superior nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo poderoso aos menos poderosos costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

Os autores chamam atenção que piadas depreciativas são usadas como estratégia dos “grupos superiores” (grifo nosso) como forma de minar e enfraquecer a posição dos outsiders

¹⁶⁶ Mapeamento Comunitário dos impactos da soja em Santarém e Belterra. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Documentos/mapeamento-comunitario-dos-imp/>>. Acesso em: 08 abr. 2011. Outras iniciativas de mapeamento participativo também foram realizadas por ONGs como FASE (o Mapa dos Conflitos Socioambientais na Amazônia), dentro da Campanha “Na Floresta Tem Direitos” (www.comova.org.br) e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) (www.ipam.org.br).

e que seu poder de ferir relaciona-se a consciência que tenha o usuário e aquele ao qual se destina tal humilhação¹⁶⁷.

Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização pode variar, conforme as características e as tradições de cada grupo [...] com frequência, os próprios nomes dos grupos que numa situação de outsiders trazem em si, até mesmo para os ouvidos seus membros, implicações de inferioridade e desonra. A estigmatização, portanto, pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26-27).

A busca pelo poder político na região é outra ação traçada pelos “de fora”. É possível identificá-la através da participação destes em governos locais (alguns em cargos de confiança), no lançamento de várias candidaturas a deputado estadual e federal, em 2006, e vereador e prefeito, no ano de 2008. No entanto, esta presença pode ser notada também em eventos religiosos ou manifestações culturais que já incorporam danças, doces e parte da culinária, principalmente, dos “gaúchos” como são denominados pelo senso comum¹⁶⁸. Inclusive, em 2006, foi eleito um deputado federal que teve como mote de sua campanha ter trazido a soja para Santarém quando ainda era prefeito do município¹⁶⁹.

Dessa forma, devemos observar que “Desenvolvimento Sustentável” antes de ser um termo de significado unitário representa uma expressão de conflito e luta por concepções diferenciadas do que seja desenvolvimento, que estratégias são mais adequadas para sua consecução e quais devem ser os principais beneficiários e protagonistas de sua implantação. Para Acselrad (1999, p. 80), “são discursos em disputa pela expressão mais legítima [...] uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade”. Isso nos remete às reflexões de Bourdieu (2001, p. 15) sobre o poder simbólico, que é “a crença na legitimidade da palavra e daqueles que a pronunciam”, com sua ação dominante e arbitrária, embora não seja reconhecido como tal por aqueles que estão sob sua influência, visto que os formuladores detêm certa autoridade sobre estes.

¹⁶⁷ Os produtores de soja fizeram correr um boato na cidade que haviam comprado 200 chicotes para “bater no lombo dos ecologistas” durante as passeatas.

¹⁶⁸ Diz Martins (1998, p. 3-4), “que o senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre sujeitos da relação social”.

¹⁶⁹ Podemos apresentar a entrevista concedida a um jornal local sobre a questão da soja. “O prefeito assegura que o Estudo de Zoneamento Agroecológico serviu de instrumento para a orientação dos investimentos nessa área, com um mapeamento das áreas alteradas, através de satélite, apontando onde se poderia aproveitar para o plantio de grãos, sem que houvesse desmatamentos. O salto dado no setor agrícola despertou interesse de empresa de fora, o que fez com que, nos últimos três anos, mais de trinta empresas se instalassem em Santarém. Uma delas foi a Cargill. “Todos lembram que, em 1997, Santarém não tinha nenhum saco de arroz de forma mecanizada. Por força de um trabalho persistente que nós tivemos, sobretudo de estudos iniciais, depois de divulgação desse potencial de Santarém, nós conseguimos atrair pra cá uma série de empresas, dentre as quais a Cargill que, somando, só tem promovido esse desenvolvimento”. Matéria publicada em 31/12/2003 e disponível em: <http://notapajos.globo.com/lenoticias.asp?id=5331>. Acesso em: 24 abr. 2011.

Com isso podemos aferir que não existe neutralidade nos usos desse conceito e a complexidade de sua expressão está relacionada a quem o usa, por que usa e em que contexto se dá essa enunciação. Nessa perspectiva, apresenta-se a ideia de portadores de sustentabilidade para elevar a discussão para além da definição conceitual, de forma que esta não pode ser conduzida nem orientada por aqueles setores portadores da prática predatória ou insustentável. Como afirma Acsegrad (1999, p. 80) “ao contrário dos conceitos analíticos, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas”.

Desse modo, as justificativas usadas para legitimar as práticas predatórias estariam relacionadas ao preço a pagar em nome do “progresso”, do “crescimento” e do “desenvolvimento”, principalmente pelos segmentos sociais residentes naqueles lugares onde se materializam esses empreendimentos. Essa perspectiva estaria relacionada àquelas intervenções que reduziram o conceito de desenvolvimento à sua dimensão econômica e à modernização tecnológica, sem com isso admitir a necessidade de implementação de políticas distributivas e de combate à pobreza (SOUZA, 1996).

Ressalte-se que no discurso das agências governamentais e de financiamentos multilaterais, as definições como políticas de “alívio à pobreza” e “políticas compensatórias” ganham centralidade e cada vez mais se fala em mitigação dos efeitos negativos dos grandes empreendimentos e menos em reconhecimento dos direitos sociais.

Os campos de poder disputam a possibilidade de informar e cristalizar seu discurso a respeito da concepção e das práticas de desenvolvimento que lhes são peculiares no senso comum e na vida cotidiana da população local e regional. No entanto, vale observar que estes não são campos fechados, pois é possível identificar segmentos de um campo popular estabelecendo alianças com setores ligados à soja.

Em entrevista recente, uma liderança do STTR de Santarém nos informava que a organização sindical patronal estava visitando comunidades prometendo ajuda para tecnificar a produção, abrir estradas e filiando pequenos agricultores, como uma forma de cooptação para a sua base política. Narrava ele que durante a audiência pública, realizada em julho de 2010 e mediada pelo Ministério Público Federal, para apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) feito pela empresa Cargill, estes novos alinhamentos já estavam visíveis. E foram aferidos pela presença de pequenos agricultores e de uma organização representativa, portando faixas, gritando palavras de ordem, vaiando o Ministério Público Federal e vestindo camisas padronizadas. Neste evento, participaram cerca de 2.000 pessoas (MARILDO, Abril, 2011).

O mesmo entendimento pode ser estendido às disputas entre governo federal e governos estaduais no que se refere à competência e à capacidade de fiscalização de cada instância, pois não se trata de um campo homogêneo, visto que o então governador do Mato Grosso, Blairo Maggi é um dos maiores produtores de soja do Brasil¹⁷⁰.

Essa situação também remete às coalizações formadas para as disputas das eleições municipais em Santarém (2004), que aproximaram agrupamentos políticos que historicamente estavam em campos opostos da política. Lá, por exemplo, na cabeça de chapa estava uma liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) e o vice era um empresário ligado ao agronegócio.

Assim, podemos organizar analiticamente a ação dos produtores de soja para garantir seu acesso à terra dos agricultores e a sua participação na vida política do lugar por meio dos seguintes mecanismos: a) de sedução (oferta de dinheiro, carros e motos; motor de energia; óleo diesel, conserto de ponte e trator para abrir estradas); b) de coerção (presença de pistoleiros e ameaças de morte, intimidação policial, incêndio de casas e pressão para a venda); c) de inserção (participação em cargos de confiança no governo municipal de Belterra e Santarém, lançamento de candidatos a cargos legislativos, apoio a cargos majoritários e a participação em festas religiosas); e d) de cooptação política (filiação de agricultores familiares da base política do STTR de Santarém, oferta de assistência técnica e apoio à produção).

Diante do exposto, argumentamos que o enfrentamento qualitativo da questão não estará na tomada de consciência ecológica e muito menos na construção da cooperação e do consenso supraclassista (ACSELRAD, 2004). Isso nos permite transitar no interior do emaranhado das relações que envolvem os campos de poder naquele lugar e as mediações multiescalares envolvidas. São as determinações históricas externas e globais que, associadas ao contexto regional e local, produzem um tipo de prática social que, ao mesmo tempo, guarda características de universalidade, particularidade e singularidade simultaneamente.

¹⁷⁰ “Os governadores de Mato Grosso, Blairo Maggi, e de Rondônia, Ivo Cassol, rebateram nesta quinta-feira dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que apontam os dois Estados como responsáveis pelos maiores índices de desmatamento no país. Maggi disse que, entre 2003 e 2007, Mato Grosso reduziu em 80% sua área desmatada, ao contrário do que foi apontado pelo Inpe. Cassol, por sua vez, direcionou as críticas à ex-ministra Marina Silva (Meio Ambiente), que acusava os Estados de desmatar florestas sem ouvir os governadores. “Os órgãos ambientais querem colocar na cabeça dos governadores como se fossem os vilões do desmatamento. Nós assumimos a questão ambiental em Rondônia em agosto de 2006 e reduzimos o desmatamento em 60%”, afirmou Cassol. Segundo o governador, a ex-ministra “não agüentou e caiu” depois de se manter intransigente no cargo sem dialogar com os governadores. “O ministério, no passado, dominava todo mundo no peito e empurrava com a barriga. Nós estamos fazendo o dever de casa, mas pagamos um preço que não é nosso, foram erros do passado”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u414008.shtml>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

Como diz Velho (2004, p. 27), é a verbalização por meio do discurso que nos permite conhecer os projetos individuais [ou coletivos]. No entanto,

O projeto não é um fenômeno puramente individual, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes.

Até aqui, apresentamos o contexto da soja na região. De agora em diante, traremos dos detalhes de como ela se realiza na cidade de Belterra e suas imediações. Primeiramente, apresentaremos as formas de ocupação do espaço e os modos de vida do lugar, analisando como as divisões político-administrativas impostas pela ação estatal definem e interferem qualitativamente sobre eles.

4 OS MODOS DE VIDA DO LUGAR

4.1 As formas de uso e apropriação do espaço

O Município de Belterra tem 4.598 km² e fica a 50 km de Santarém, cidade mais importante do Oeste do Pará. Sua localização se estende ao longo da BR-163, porta de entrada para o município e rodovia estratégica para o escoamento da produção de grãos para o mercado internacional, e aos fundos é banhado pelo rio Tapajós. Sua população ultrapassa pouco mais de 16 mil habitantes (IBGE, 2010), distribuídos em três formas de organização social: o urbano, o rural e a aldeia. O percentual da população urbana chega a 42% do total¹⁷¹.



Figura 52: Mapa de localização de Belterra na Amazônia
Fonte: FASE, 2007.

¹⁷¹ São 16.318 habitantes, sendo 6.852 no urbano e 9.466 no rural (IBGE, 2010).

Do ponto de vista político-administrativo, o município divide-se em quatro grandes áreas: 1) a cidade, sede do município, lugar onde se construiu a cidade-empresa de Henry Ford para dar materialidade ao *plantation* de seringa nos anos entre 1934-1945; 2) a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), criada por lei federal em 1974, por iniciativa do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), posteriormente transformado em Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹⁷²; 3) a área rural no entorno da cidade e ao longo da BR-163; e, por fim, 4) o rural na Área de Preservação Ambiental (APA Aramanai), criada por lei estadual em 1995.

Longe da simplicidade das definições formais, esses lugares onde se realiza a vida social, se fizeram com lutas políticas, por enfrentamentos e alianças envolvendo diferentes sujeitos coletivos e escalas de ação diversas em torno da definição dos limites, das formas de uso e da ocupação do território. Como exemplo, podemos citar a luta política dos agricultores para permanecerem na terra quando da criação da FLONA nos anos de 1970 e 1980 ou do movimento em torno da emancipação do município nos anos de 1990.

No primeiro caso, o atual prefeito de Belterra era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Naquele período houve a criação da Corrente Sindical Lavradores Unidos e a tomada do sindicato das mãos dos “pelegos”, o incêndio do sindicato pelos setores conservadores e o assassinato do delegado sindical Avelino Ribeiro em 24 de março de 1982, conforme analisou Leroy (1991, p. 98).

Albano, 49 anos, falou da criação da FLONA. Começaram quando ele quando tinha 14 anos de idade, por meio das lutas travadas para manter a população no lugar onde viviam, já que a primeira versão da Flona do governo militar propunha a retirada de todas as famílias. Isso envolveu relações com o Estado, com Agências de Financiamento Multilateral e com a cooperação internacional, que acompanharam os enfrentamentos políticos e o processo de construção das instâncias de negociação com representação de governo e da sociedade civil. Desta negociação resultou no Plano de Manejo, no Plano Diretor da FLONA e na permanência da população que lá morava.

¹⁷² Conforme decreto presidencial nº 73.684 de 19/02/1974, do presidente Emílio Garrastazu Médice, “É criado, no estado do Pará, a Floresta Nacional do Tapajós, sob jurisdição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, com a área estimada em 600.000 ha (seiscentos mil hectares), dentro dos seguintes limites e confrontações: Oeste – Rio Tapajós; Leste – Rodovia Cuiabá-Santarém; Norte – Reta que passa pelo marco 50 (cinquenta) da Rodovia Cuiabá-Santarém e por um ponto de latitude igual a 2º45’S (dois graus e quarenta e cinco minutos Sul), à margem direita do Rio Tapajós; Sul – Rio Cupari e seu afluente Santa Cruz, também chamado de Cupari Leste, até a intersecção deste ou do prolongamento de seu eixo, com a Rodovia Cuiabá-Santarém”, conforme trata o artigo primeiro.

Segundo levantamento do STR de Santarém, lá moravam 330 famílias, 2.157 habitantes que a ação do capital com base no apoio estatal buscava desestruturar (LEROY, 1991). Diz o autor que

Com incentivos da Sudam, duas firmas madeireiras de Belém, a Amazonex Exportadora Ltda. e a Santa Isabel Agroflorestral Ltda. (que, em 1977, tinha ganho licitação para exploração da Flona), tinham a pretensão de ocupar a margem direita do Tapajós numa extensão de cerca de 60 km de frente, por 100 km de fundo [...] as firmas não usavam da violência aberta mas da desinformação, da ocupação silenciosa e insidiosa, das promessas do progresso e emprego e da autoridade do Incra [...].

Acontece que os lavradores moravam lá em função da água, dos peixes e do transporte, mas boa parte de sua atividade econômica era voltada para o centro, a mata onde plantavam a mandioca, exploravam a seringueira e apanhavam castanha. As famílias nessa operação a serviços dos madeireiros, viam reduzir o seu espaço de sobrevivência à casa, ao quintal e a um ou dois hectares de terra [...]. Sua luta, portanto, ao exigir a garantia do espaço da sua reprodução, voltava-se tanto contra o Incra, quanto contra as empresas (LEROY, 1991, p. 116).

Para ilustrar o segundo caso, podemos lembrar a mobilização em torno da criação do movimento pró-emancipação de Belterra, as reuniões na área urbana e rural, a mobilização de parlamentares, a aprovação da lei para realizar o plebiscito e, posteriormente, a aprovação pela Assembléia Legislativa da criação do município e a realização das primeiras eleições municipais em 1996, conforme relatos colhidos em campo.

Do ponto de vista econômico, diz o prefeito, o município pode ser apresentado por meio de três formas: a realidade do planalto, que vive da agricultura (BR-163); a realidade ribeirinha, que vive do extrativismo (FLONA), e a realidade urbana (Cidade), que se relaciona aos pensionistas e aposentados, pequenos comerciantes, agricultura na cidade, prestação de serviços e da fruticultura, visto que “os quintais são verdadeiros sítios” (PASTANA, Outubro, 2009).

Segundo ele, os 450 mil hectares das terras municipais estão assim distribuídos: 320 mil hectares estão na FLONA sob responsabilidade do IBAMA; 120 mil hectares estão na Área de Preservação Ambiental (APA); e 99 mil hectares, na BR-163, sob coordenação do INCRA desde 1972, quando começaram os primeiros assentamentos. Lá, uma pequena parcela de famílias tem o título definitivo de posse, a grande maioria tem apenas a Licença de Ocupação (LO). Na área da bota¹⁷³, estão os 34 mil hectares¹⁷⁴, que contempla parte da área rural e toda a área urbana de Belterra, formada por 473 quadras de 16 (dezesseis) hectares cada que estão sob guarda do Serviço de Patrimônio da União (SPU). Hoje, apenas 1.700 (um

¹⁷³ Esta área recebe esse nome porque tem formato físico de uma bota. Ela compreende toda área urbana e parte da área rural nas imediações da cidade.

¹⁷⁴ Ressaltamos que 10 mil hectares de terra dentro da bota pertencem ao município de Santarém, já que esta tem, no total, 44 mil hectares nos dois municípios.

mil e setecentos) hectares da área urbana estão sob domínio do município, por meio de concessão do SPU¹⁷⁵, mas a reivindicação do governo é que seja repassada o total da área do antigo projeto Ford que é de 7.585 ha (sete mil, quinhentos e oitenta e cinco hectares) (PASTANA, Outubro, 2009).

Aliás, esta é uma reclamação do prefeito: a de que a falta de terra sob o domínio da Prefeitura impede e dificulta o desenvolvimento econômico do município, uma vez que a iniciativa privada não se sentiria segura para fazer grandes e pequenos investimentos sem a garantia da posse da terra. Do mesmo modo, essa situação cria entraves para que os antigos moradores da cidade tenham o título de posse que confirmaria que eles são donos daquilo que construíram ao longo da vida¹⁷⁶.

No mapa, em tom rosa, as 473 quadras e, em azul, os 1.700 hectares repassados ao município pelo SPU (figura 53).

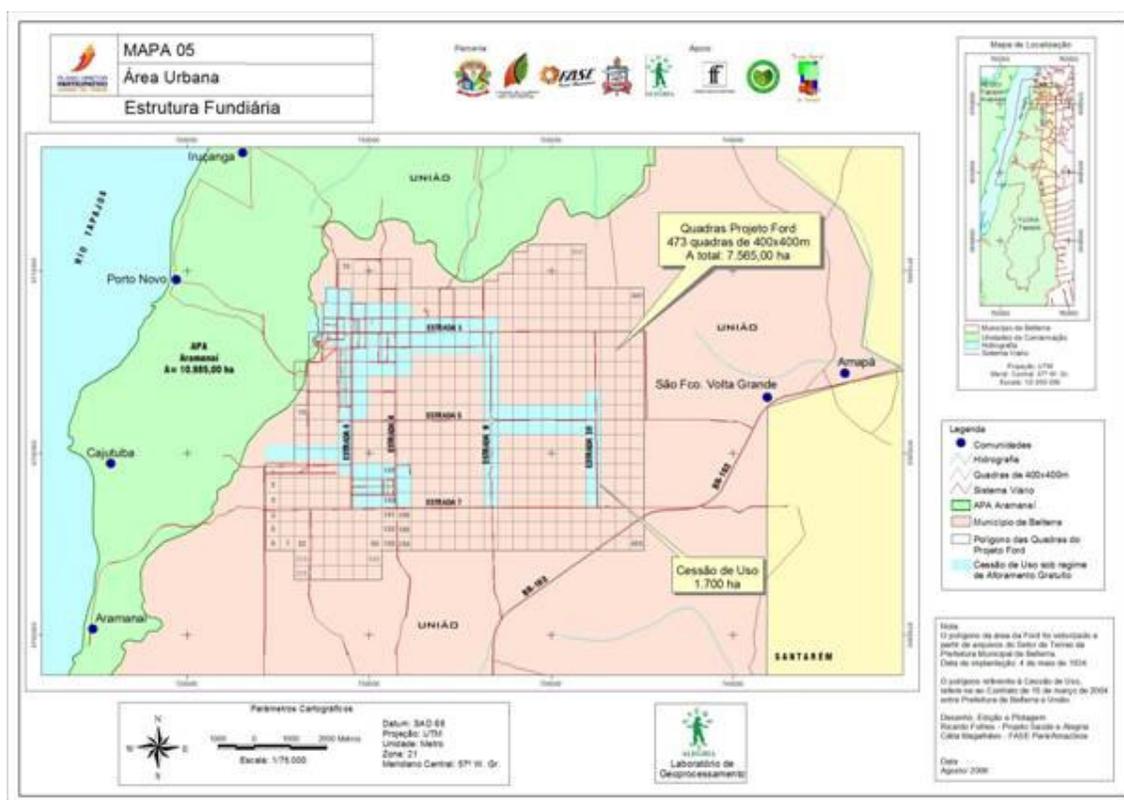


Figura 53: Mapa das 473 quadras de seringa do projeto Ford
Fonte: Prefeitura Municipal de Belterra, 2009.

¹⁷⁵ Conforme contrato de doação, datado de 19/10/2010.

¹⁷⁶ Em 2009, várias reuniões aconteceram entre o SPU e a prefeitura. Também foi realizado um termo de cooperação com o governo estadual para agilizar a conclusão do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) que fornecerá informações físico-territoriais e socioeconômicas para agilizar o processo de repasse da área para o município. Em 2010, o coordenador do Departamento da União (DPU/PA) faleceu e o processo sofreu interrupção, mas foi retomado ainda naquele ano. Em junho de 2011, os primeiros 291 lotes em fase final de regularização ainda aguardam para serem entregues aos seus proprietários.

4.2 O modo de vida rural

Na BR-163, estão localizados os migrantes nordestinos que vieram com os projetos de colonização do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 1970. Eles ocupam também uma pequena parte da FLONA, onde se encontra o maior assentamento rural do município, a localidade de São Jorge, com mais de 3.500 habitantes. Segundo Leroy (1991), é desse tipo de ocupação que surge a figura do “campesinato das estradas”, tanto na BR-163 como na Rodovia Transamazônica, fruto da migração ocorrida nos anos de 1970 e 1980 que se deu pelos “fundos” e não mais pela beira do rio.

As famílias se dedicam basicamente à atividade agrícola, como cultivo do milho, arroz, feijão e mandioca, e à criação de animais, como galinha, porco e algumas cabeças de gado, conforme informações fornecidas por um agricultor cearense, de 47 anos, que veio com a família para a região durante a criação do projeto do INCRA. Ele nos fala um pouco das atividades que desenvolve como agricultor, num lote de 100 hectares, que fica num ramal a 5 km da BR-163.

Amanhece muito cedo, vai tirar o leite da vaca, dar comida para os bichos, galinha, porco essas coisas e vai para roça mesmo né? A roça seria te dizer assim: vai para a enxada, vai para capinar. Se for nessa época do ano tu vai fazer a roça, vai brocar mesmo na foice, né? Ainda é a questão mais tradicional ainda, né? Na nossa região ainda é assim (LUIZ, Novembro, 2009).

Essa atividade é confirmada e acrescida por outras informações pela atual presidente do STTR do município de Belterra que congrega mais de 6 mil associados. Segundo ela os agricultores

Produzem mais é o arroz, é o feijão né? É a criação de galinha e plantar fruteiras também. As frutas como laranja, cupu [cupuaçu], cacau, essas coisas. Açaí, sabes que tem alguns projetinhos aqui no município também tem plantação de açaí, essas coisas.

Dessa forma – informa a líder sindical - o incentivo a essas atividades por parte do governo é necessário, tanto para melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores e de suas famílias, quanto para impedir que eles se desloquem para a periferia das cidades, já que a terra é pouca e sem regularização, falta assistência técnica e apoio para transporte e comercialização da produção.

A vida na Flona se desenvolve com base no trabalho da agricultura (plantação de feijão, arroz, milho, mandioca, cará, batata e macaxeira), da caça de animais silvestres e do extrativismo do peixe, da madeira, dos frutos e sementes, óleos e látex da floresta. Alguns

moradores também criam porco, galinha e pato. Parte dessa produção é usada para satisfação das necessidades das famílias e outra parte é vendida fora para barqueiros, comerciantes, turistas e para a população de Belterra e Santarém, ou ganha o mercado internacional, como no caso dos móveis feitos em madeira de lei que ganham forma de animais e do artesanato. A economia do lugar também gira também em torno das aposentadorias, benefícios e programas de governo, como o Programa Bolsa Família (PBF)¹⁷⁷, conforme um dos relatos, de um morador e agricultor de 71 anos de idade. Diz ele que

Do extrativismo nós tiramos o leite da seringa né? Tiramos o cumaru, mesmo a andiroba. Hoje nós estamos aproveitando uma amêndoa que é do babaçu ainda, né? Mas tem a casca do babaçu, a palha do curuá. Esses são objetivos da natureza que acaba sendo riqueza pra nós. [...] Olha, hoje eu tenho a banana, eu tenho a macaxeira, tenho a mandioca, ainda tenho plantio de milho, feijão, e a batata, né? A gente planta, o cará, tudo a gente ainda busca pra a nossa sobrevivência e vender o excedente que a gente tem. [...] [criação] de galinha, de pato, de porco, que nem todas as comunidades também têm né? (AGRICULTOR, Abril, 2011).

A comercialização do excedente tem por objetivo juntar dinheiro para comprar produtos que satisfaçam as necessidades das famílias e que não são produzidos localmente. Por exemplo, a venda da polpa de cupuaçu é repassada para a Cooperativa da FLONA que comercializa a produção por meio de projetos oriundos do governo federal para abastecer as escolas do município de Belterra¹⁷⁸.

Segundo esse agricultor que vive na localidade de Maguari, a propriedade da terra é coletiva, por meio do uso e da posse familiar. Essas populações já vivem nessa área há muitas décadas, numa Unidade de Conservação (UC) criada à revelia deles e sem nenhuma documentação, embora o governo federal tenha sinalizado, recentemente, com possibilidade da emissão do termo Concessão do Direito Real de Uso, conforme preceitos constitucionais¹⁷⁹.

¹⁷⁷ No município de Belterra 2.620 famílias foram beneficiadas pelo programa até dezembro de 2011, segundo dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (MDS). No entanto, vale destacar que no município foram cadastradas 4.134 famílias, destas 3.634 com renda per capita mensal de até R\$ 140,00. Segundo informações que constam no site “o total de famílias cadastradas com renda per capita mensal de até R\$ 140,00 não corresponde ao total de famílias que possuem perfil para serem atendidas pelo PBF e tende a ser maior que esse. Isso ocorre porque as famílias com renda familiar per capita entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 só têm direito ao benefício caso tenham filhos com idade entre 0 e 17 anos (cf. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004)”. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGJjYWVvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL3NlbnFyYw==&loc=mdsSenarc>. Acesso em: 17 jan. 2012.

¹⁷⁸ Almeida (2004, p. 43) fala da “produção baseada na extração através do trabalho familiar, em cooperativas de produtores diretos, de base artesanal ou incorporando tecnologia simples, agregando valor aos frutos da floresta, e que é comercializada em circuitos específicos de mercado”.

¹⁷⁹ “A FLONA é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei. Nas FLONAS é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam, quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. A Floresta Nacional - FLONA é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em método para exploração

São antigos moradores do rio Tapajós ou migrantes nordestinos que se deslocaram para lá com o fim do projeto de Henry Ford. Lá também estão os 576 indígenas da etnia Munduruku que vivem nas aldeias de Marituba, Takuara e Bragança, nas margens do rio Tapajós, e que lutam pelo reconhecimento de sua etnicidade e pela demarcação de suas terras.

Você dificilmente vê uma cerca no Tapajós. Não tem cerca. Tudo é coletivo. Eles sabem até onde vai sua área de trabalho e da sua família. Mas ninguém é proibido de buscar um cacho de açaí ou um cacho de abacaba, ou ir pescar na frente do outro. Ninguém, não tem cerca, praticamente não tem cerca. Ainda hoje é assim. Eles vivem um pouco assim. Entendeu? Agora, eles gostam muito de festa, eles gostam muito de divertir, de danças, de quadrilhas, de dança de pássaro, de boto, de... Essas danças, festivais. Hoje na Flona nós temos o Festiara, que é que é o Festival das Iaras, nós temos Festival de Licor. Festiara é no Aramanaí, Festival do Licor é no Cajutuba. Nós temos o Festival do Pato, do tucunaré no Peni, o Festival do Açaí no Piquiatuba. O Festival da Perema no Jaguarari. Só para você ter uma idéia, fora as festas de santos. E toda comunidade tem um padroeiro (ARCANJO, Outubro, 2009).

O lugar foi submetido a pressões jurídicas, políticas e administrativas de poderes que lhes são externos e de relações que fogem à sua governabilidade, mas que interferiram profundamente no seu modo de vida. A primeira proposição do IBDF, em 1974, quando da criação da FLONA, era tirar todas as pessoas que já moravam lá há décadas, porque a concepção de unidade de conservação proposta pelo governo militar não admitia a permanência de humanos no lugar. A constituição de um estoque estratégico de recursos naturais era o que movia tal proposição. Fala-se também no medo dos governantes de Brasília, que lá se transformasse num foco da guerrilha idêntico ao que aconteceu no Sul do Pará. Inclusive relata-se a presença de militares armados por lá. Fala-se também da luta dos agricultores, por meio do STTR de Santarém, para garantir a posse da terra e a permanência das famílias. Esse foi o teor da conversa com um ex-assessor do sindicato, hoje com 72 anos de idade, que vive na cidade de Belterra e participou da luta naquela época.

Na APA Aramanaí, estão famílias que vivem da agricultura, da pesca e da fruticultura. É possível identificar também novos moradores e o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao comércio e à hospedagem nas praias de Pindobal, Cajutuba e Aramanai, por exemplo.

Um morador da localidade de Cajutuba e dirigente do STTR de Belterra informa que também existe o artesanato.

Faz cestos, alguma bolsa, encapa garrafa, faz alguma coisa assim. Inclusive se você for à Secretaria de Meio Ambiente temos lá imagem de artesanato de palha perfeita, que foi feita em Cajutuba, a gente conseguiu fazer em Cajutuba. Todas essas comunidades da APA elas foram para Cajutuba para fazer esse trabalho com a palha. E conseguimos fazer isso. Hoje

tem outras pessoas que vivem, por exemplo, das construções de barracas que também é com palha, peças com palhas e igual; eu trabalhava que com isso também, e sei fazer muito bem a maloca, cobria a maloca, até o pessoal do Sindicato eu fiz aqui, né? (EMANUEL, Março, 2011).

Por ter belas praias, a APA já sofre pressão da ação imobiliária, visto que muitas casas de veraneio foram construídas, e seus proprietários são do município vizinho de Santarém¹⁸⁰. Às proximidades da cidade também identificamos a presença do monocultivo da soja dentro da APA e a extração ilegal de madeira. Situação bem diferente daquelas vivenciadas por seus primeiros moradores que chegaram por lá em 1912¹⁸¹.

[...] As nossas madeiras elas são extraídas na calada da noite [...] Olha, antes quando a gente tinha muito, muito, muito, muito, era jacarandá, hoje ele já está numa escala muito pequena. Tem para a extração porque o cilindro dele não passa de 90 de diâmetro. Então essa madeira ela já está ficando, digamos está amadurecendo porque as outras já não existem. Então eles estão levando, eles levam jatobá, eles levam cedrorana, eles levam é ipê. Então são madeiras que a gente tem na nossa comunidade, é natural, porém a gente tem essa, esse desgaste da natureza irregular porque as pessoas vêm, eles têm seu trator, tem seus carros, passam na noite quando você está dormindo, aí você não tem assim, e nem aquela situação de dizer assim: você está preso, você está autuado porque você não essa autorização até porque nem a licença ambiental você tem. Quer dizer, isto tudo dificulta. Não são de dentro porque são pessoas que vem de fora simplesmente buscar o produto e quando a gente depara com a situação já foi [...] olha, para te ser sincera, a maioria não é de Belterra, mas pessoas com necessidades financeiras, muitas vezes, ela é incentivada a mostrar onde tem essa madeira. E ganham algum recurso para isso, que não é aquela grande coisa (SOCORRO, Outubro, 2009).

Temos, assim, sobre a APA e sobre a vida de seus moradores, práticas externas e alheias que impõem novas formas de uso dos recursos naturais e relações de sociabilidade (quando as há), por conta dos grupos sociais que se instalaram posteriormente ou que mantêm relações sistemáticas com o lugar.

4.3 O modo de vida indígena (algumas anotações)

São 576 os indígenas da etnia Munduruku que vivem nas aldeias de Marituba, Takuara e Bragança, na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), no município de Belterra¹⁸².

¹⁸⁰ É comum a presença de carros Hillux cabine dupla e Jet Sky na praia de Pindobal. Eles representam uma forma de uso diferente do lugar, pois não respeitam o espaço dos banhistas. Inclusive estacionam seus carros no espaço reservado às pessoas. Isso cria conflitos entre visitantes, moradores e comerciantes que dependem economicamente dessa atividade, pois alguns se submetem às práticas inadequadas de seus clientes no uso do espaço coletivo.

¹⁸¹ Durante a entrevista fomos informados do achado arqueológico no terreno da sua família, uma peça de barro que ia ser enviada ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional/IPHAN para análise de forma a datar o seu período. Estudos indicam que no século XVII, quando os portugueses chegaram ao Tapajós encontraram nessa região, a poderosa nação Tupaiú, formada por várias etnias que tinha população estimada de 30 mil indígenas (SANTOS, 1974).

¹⁸² Conforme levantamento realizado por um índio Munduruku no ano de 2008.

A vida começa cedo na aldeia de Marituba. O trabalho na agricultura envolve todas as famílias durante o dia, inclusive as crianças quando não estão na escola. Lá se planta milho, mandioca, feijão, arroz, cará, macaxeira, batata e frutas, como abacaxi, abacate e cupuaçu. Açaí, bacaba, buriti e tucumã dão o vinho muito apreciado pelos indígenas. O tucumã, por exemplo, também fornece a semente que vira artesanato e ajuda a manter financeiramente muitas famílias.

Às onze e meia da manhã, retorna-se à aldeia para fazer os trabalhos da casa e o artesanato com os frutos e sementes trazidas da floresta. “Madeira morta também vira artesanato. As sementes são do açaí, da bacaba, tento vermelho ou amarelo que a gente colhe no rio” se transforma em “colares, brincos, pulseiras, cocar e braceletes. Tudo isso nós fazemos e vendemos”. Esse trabalho é feito por pais e filhos. “A mãe faz o colar, o filho vai fazendo o anel, o outro filho já vai fazendo o artesanato de madeira morta”, conforme nos informou uma jovem índia Munduruku.

O trabalho vai até onze e meia, aí, depois volta para casa pra almoçar, produzir, tomar banho e fazer o trabalho de casa, e retorna novamente uma e meia, duas horas, e retorna novamente do trabalho cinco horas da tarde, cinco e meia. Isso aí, é o dia-dia fazendo o mesmo trabalho plantando, colhendo e ajudando também (ÍNDIA MUNDURUKU, Novembro, 2009).

O ajudar, neste contexto, está relacionado ao Puxirum, que conhecemos pelo nome de mutirão, onde pais, filhos, esposas e parentes se ajudam mutuamente para fazer o roçado, plantar, colher e fazer farinha. A fabricação de farinha envolve a família nuclear toda, além de outros parentes.

Se o filho é casado, o filho vai com a sua esposa e filhos ajudar o seu pai, porque o trabalho da mandioca, ele é muito puxado. Se tiver 30 pessoas, todas as 30 trabalham. E aí, é mais rápido com mais pessoas.

Na parte da noite tem o ritual em que a aldeia toda celebra a sua existência e são repassadas aos mais jovens outras formas de expressão da vida indígena por meio das danças, cantos, vestimentas e histórias contadas pelos mais velhos. Esse é um momento de grande diversão para as crianças.

No decorrer do ritual durante a noite eles aprendem com o ritual, pra que serve, porque que usa, pra quê que usa aquele tipo de veste, porque fazer aquele ritual naquele período. E tudo isso, vai incentivando para que não perca, né, a cultura que [...] já foi esquecido por muito tempo.

Há todo um trabalho de recuperação dos hábitos e costumes da cultura ancestral. Por exemplo, a recuperação da língua Munduruku é realizada por meio de trocas com outros

povos da etnia que falam a língua e a repassam, por meio de aulas e apostilas, na aldeia. Quem ajuda são os indígenas do alto Tapajós do município de Jacareacanga e da localidade de Itai Cinzas. Mas eles também estão aprendendo o *Nhengatu*, a língua falada por muitos povos indígenas da Amazônia. Essa é uma preocupação que os mais velhos têm em relação à educação dos jovens e das crianças na aldeia. Ressaltamos que, na aldeia, os mais velhos têm o papel de guardiães da tradição e fonte de aprendizado, conforme propõe Bosi (1979).

Do rio, tido como fonte de vida, vem o peixe, como o tucunaré e o aracu. Este último está sendo preservado por causa do defeso e sua pesca é proibida. É o momento da multiplicação do aracu. Mas nem só da fartura do rio vivem os Munduruku, o perigo da pesca predatória é permanente. Durante o período da seca, pescadores fazem pesca de arrastão nos rios próximos à aldeia. Redobra-se a vigilância dos guerreiros e do cacique Tuxaua. Todo o pescado apreendido é dividido entre as famílias, mesmo que elas não estejam precisando do alimento. Uma pequena parte, o suficiente para almoço e janta, é doada aos pescadores invasores quando estes são obrigados a ser retirados das terras indígenas. Já as malhadeiras (rede de pesca) são apreendidas e levadas para a aldeia.

A relação com a floresta se dá com base no respeito; dela se tira somente o necessário para a satisfação das necessidades imediatas.

Da floresta nos tiramos o alimento, como a caça, que hoje tem muito, não é vendido, e nem é permitido outras pessoas passarem na floresta lá da aldeia. Outra coisa também que se tira de lá é cipó, as sementes, as madeiras, as palhas pra fazer as casa, os cocos pra fazer os colar, tudo isso nos tiramos de lá da mata. [...] Nós temos bastante cuidado, quando a gente tira. Por exemplo, tem que saber tirar a palha pra que ela não morra, senão vai faltar pros nossos filhos e netos. E se nós indígenas não cuidarmos nossa mata, do nosso rio, do nosso povo em geral, mais tarde como será? É por isso, que nós temos todo esse cuidado com a natureza, com a mata, principalmente, pois é de lá que nós vivemos. É dela que nós tiramos o nosso alimento como a plantação. Temos que ter cuidado tanto com a mata como com o rio.

As primeiras contribuições advindas do relato apresentado, é que o modo de vida indígena não se faz apartado da natureza. Viver da e na floresta é condição básica para reprodução da vida desse grupo social. Dessa forma, a relação de respeito no uso dos recursos obtidos é uma preocupação presente e futura, tanto para garantir sempre a fartura, como para não comprometê-lo no longo prazo. O segundo aspecto que deve ser observado é o peso que tem o valor de uso para o grupo, já que a troca se realiza com base na cooperação e na solidariedade.

A recuperação da cultura ancestral é outra preocupação presente no relato de nossa entrevistada. A socialização dos jovens e das crianças se dá para que eles aprendam a viver e a se reconhecer como indígenas. A sua presença como professora na aldeia assegura que

costumes dos brancos não sejam parâmetro para o aprendizado dos mais jovens, o que aconteceria caso um não indígena fosse professor em seu lugar.

Os jogos indígenas cumprem papel importante nessa direção.

Disputas indígenas, onde tem o tiro, o arco e flecha, tem a corrida com as toras da madeira, tem a corrida em distância, as pinturas, as lutas corporal, tudo isso lá aldeia. Até incentivando as crianças, os filhos, né, também na mesma cultura do Munduruku [...] nesses jogos e nos rituais o que se usa muito é a pintura. A pintura também é uma forma de se mostrar pros nossos filhos, nossos netos, até mesmo parentes não indígenas para eles acreditem mesmo, como muitas pessoas falam: ah, ela não é indígena, ela não tem nada de indígena, será mesmo? O que me identifica hoje é o meu rosto, o meu cabelo, nós temos que observar isso. Eu principalmente, eu me vejo assim, eu tenho orgulho de ser indígena hoje. E a pintura também ela influencia muito, até porque os nossos filhos antes, os meus primos até, os meus irmãos mesmo, eles tinham vergonha de se pintar, não queriam se pintar, hoje não. Hoje eles deixaram a vergonha de lado, hoje eles mostram o que eles são mesmo e não tem vergonha de andar pintado nem nada.

A luta pela demarcação das terras indígenas no Tapajós já passa de 30 anos. A luta dos Munduruku de Belterra é mais recente. O processo de pedido de demarcação é de 1995. No ano de 1999, o governo fez um levantamento do lugar para delimitar a área, mas a demarcação ainda não foi publicada no Diário Oficial da União. Vários ofícios foram enviados à Procuradoria do Estado, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Brasília, mas até o presente momento o processo em curso ainda não foi concluído. Isto gera tensão entre essas instituições e a etnia Munduruku, visto que os indígenas ameaçam fazer a autodemarcação de suas terras; o que, aliás, é uma proposta dos povos indígenas da região do Tapajós e Arapiuns.

Com relação à cidade, nossa jovem informante relata que os indígenas dependem dos serviços de banco e do INSS da cidade de Santarém. O deslocamento da aldeia até aquela cidade demora em torno de sete horas, sendo duas horas de caminhada até a localidade de Nazaré para pegar o ônibus até a cidade de Belterra e, de lá, o ônibus até Santarém. O caminho de volta é feito da mesma forma. Este percurso é ofertado pelos serviços de transporte apenas uma vez por dia, em uma viagem de ida e volta no valor de R\$ 13,00 (treze reais). Aliás, esta é uma dificuldade vivida não só pelos indígenas, mas também pelos extrativistas e agricultores que moram na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA). Essa viagem também pode ser feita de barco, mas torna-se trabalhosa durante o período da seca, pois o barco não pode entrar no rio pequeno, o que dificulta o deslocamento da aldeia até a cidade por via marítima.

4.4 Os modos de vida na cidade

Como especificidade do lugar, temos o rural e o urbano contidos na cidade. Vale lembrar, como analisamos anteriormente, que teoricamente entendemos a cidade como a materialidade, a forma, os construtos e os objetos (as casas, as ruas, as praças, os prédios públicos, etc.), o prático sensível, conforme propõe Lefebvre (1993), o lugar da projeção das relações sociais. Já o rural e o urbano estão no âmbito das relações e dos fluxos socioculturais¹⁸³. O que implica conceber, para o contexto estudado, uma modalidade de cidade onde não temos a divisão complexa do trabalho, nem a especialização das atividades produtivas em bases industriais e comerciais, conforme trata a literatura que definiu o conceito sociológico de cidade, como Weber, Marx e Engels, por exemplo - isso será discutido mais adiante. Contudo, isto não quer dizer ausência dessas relações; antes implica pensar com que intensidade elas se realizam. Trata-se de, recorrendo às proposições de Certeau (2008, p. 174), analisar “as maneiras do fazer”, que estão relacionadas às práticas socioculturais. Ao fazê-lo podemos ver que mesmo uma pequena cidade na Amazônia traz elementos desafiadores para os parâmetros classificatórios formais, quantitativos e qualitativos.

Seguindo esta perspectiva analítica e com base na pesquisa empírica que realizamos, apresentar os modos de vida na cidade da seguinte forma:

1) o urbano constitui-se por meio das atividades econômicas ligadas ao comércio e serviços de base familiar e nos postos de trabalho ofertados pela Prefeitura, que é a principal empregadora municipal, não existe, portanto, atividade industrial. Essas atividades, que demonstram a dinâmica econômica da cidade estão relacionadas a mini-mercado, locadora, pizzaria, sorveteria, material de construção e elétrico, revenda de motos, bares, papelaria e presentes, restaurantes, lanchonetes, internet, duas pequenas pousadas, farmácia, posto de gasolina, transporte (ônibus, van e moto-táxi), açougue, barbearia, banca de revista, loja de miudezas em geral, venda de artesanato, jogos eletrônicos, posto de venda de passagens para Santarém, consultório médico com ultrassonografia e endoscopia, serviço dos Correios, conserto de bicicleta, venda de produtos agrícolas e uma auto-escola licenciada pelo Departamento Nacional de Trânsito/DETRAN e, ainda em fase de instalação, o Instituto de Pesquisa do Butantã (SP), o primeiro campo experimental da Amazônia. A delegacia de

¹⁸³ Santos (2008, p. 66), também diz que “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade, o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade”.

polícia, o cartório civil e o escritório da Rede Celpa, que fornece energia elétrica para o município, estão, ali localizados também.

Em Belterra não há bancos e as transações bancárias, bem como o recebimento de aposentadorias, benefícios e salários, são feitas na cidade de Santarém, a 50 km de distância. Para outras modalidades de pagamento existe um centro lotérico que presta alguns serviços da Caixa Econômica Federal e o posto dos Correios. Só no ano de 2009 foi instalado o único de serviço de telefonia celular do município, que atende a cidade e as áreas próximas.

Os pequenos comércios de base familiar representam uma parte importante da economia do lugar, pois abastecem as atividades demandantes de determinados tipos de serviços e produtos.

Os pequenos comércios eles se localizam na área central, mas também temos pequenos comércios na estrada 8, na 129 e na estrada 10 e no trevo. Tá? Nesses pequenos comércios nós temos: mercearias, tá? Que comercializam uma diversidade de produtos de consumo, temos as pequenas padarias, ramo de panificação, temos os açougues, temos os açougues, temos também produção de confecção, já alguns pontos, né? Porque no momento em que se trabalha, principalmente os eventos, é muito alta a produção de confecções em Belterra. Por exemplo, a disputa das gincanas. As gincanas elas se identificam pela roupa. A questão de desfile de escolas. Elas se identificam pela roupa. Todas querem chegar com a roupa mais bonita no desfile. A questão do carnaval. As agremiações se identificam também com roupa. Além de outros, músicas e tal. Mas principalmente a roupa. Então nós temos em Belterra uma coisa muito forte nessa questão do campo cultural (ARCANJO, Outubro, 2009).

Como sede do poder municipal, em Belterra se encontram escolas municipais, as creches, o hospital, as secretarias de governo e o prédio da Prefeitura, as sedes do IBAMA e do ITERPA com representação para atendimento de demandas e necessidades locais, bem como a legislação que orienta a política setorial, as formas de uso e ocupação do território e os mecanismos de participação social na definição das políticas municipais (Lei do Plano Diretor Participativo/PDP, Lei Orgânica Municipal/LOM, Plano Plurianual/PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO e a Lei do Orçamento Anual/LOA).

A renda municipal, além das fontes apresentadas, depende ainda dos benefícios, aposentadorias e programas do governo federal e estadual. Aliás, é o Fundo de Participação do Município (FPM) que garante a prestação dos serviços públicos municipais para a população, visto que o recolhimento com outras fontes, como o Imposto Sobre Serviço (ISS), Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), é insignificante.

Na cidade estão os ex-trabalhadores da Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB), hoje aposentados, e seus descendentes. Muitos deles são funcionários públicos, visto ser a Prefeitura a maior empregadora municipal. Os funcionários públicos são, em sua maioria,

professores; são cerca de trezentos que ganham aproximadamente R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) por mês. Destes, 90% têm nível superior e trabalham com cerca de cinco mil alunos no município. Os funcionários de serviços gerais ganham quase sempre um salário mínimo. Outros profissionais ganham um salário mínimo e meio, por exemplo, motoristas e vigias. Os mais bem pagos são os médicos e os advogados. São pouco mais de 600 funcionários, número que vem diminuindo por conta da diminuição do repasse do FPM, da recente crise econômica mundial e da contenção de verbas feitas pelo governo federal e estadual¹⁸⁴. No passado, o número de funcionários já foi de 800, mas, com os fatores antes mencionados, houve uma redução da folha de pagamento da Prefeitura¹⁸⁵. Outro fator foi a substituição dos contratados por concursados que, em grande parte, não são da cidade de Belterra, mas do município de Santarém. Dos duzentos e vinte dois concursados, cento e setenta já foram efetivados. Como ressalta o prefeito, a Prefeitura é a maior e, praticamente, a única empregadora, mas essa situação se agravou, visto que o município não tem fonte de recursos própria. O valor do recurso total do município foi de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em 2008, e R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), em 2009.

Por fim, não podemos deixar de mencionar, como diz Frúgoli Jr (2007), que é na cidade que ocorre com mais intensidade a monetarização das relações. Essa mesma perspectiva aparece nas análises de Velho. Diz ele que

A moeda, como valor de troca universalizante, constitui-se em instrumento uniformizador, por excelência, dos diferentes significados culturais atribuídos a bens, serviços e atividades. O cálculo econômico, apoiado no sistema monetário, atua como força niveladora, inter e intra-social nas relações entre os mais diferentes atores individuais e coletivos. As cidades, com sua dimensão de mercado e de centro econômico, em geral apresentam um cenário particularmente rico para apreender a diversidade possível de alternativas socioculturais. Por mais poderosos que sejam os mecanismos de mercado e a racionalidade particular que os acompanha, a complexidade dos processos culturais e a própria heterogeneidade da sociedade moderna-contemporânea produzirão combinações, sínteses e interpretação particulares (VELHO, 1995, p. 232, 233).

Contudo, chamamos atenção que uma das singularidades da cidade de Belterra é que nem todas as relações se fazem com base na mercantilização da vida e da natureza. Isso possibilita, no dizer de Velho (1995), um “cenário particularmente rico para apreender a

¹⁸⁴ O Fundo de Diretrizes e Base para a Educação (FUNDEB) previa o repasse de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para 2009, mas só repassou R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais).

¹⁸⁵ Segundo dados do IBGE, a população de Belterra decresceu de aproximadamente 18 mil habitantes para pouco mais de 12.700. Isso representou um corte de 1/3 do recurso repassado ao município. Embora essa situação tenha sido questionada pela prefeitura, com base nos levantamentos feitos pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do município, a situação ainda permanece inalterada e sem perspectiva de resolução. Dados da Secretaria Municipal de Saúde (BELTERRA, 2009) apontam 17.251 habitantes no município.

diversidade possível de alternativas socioculturais”, ou seja, as heterogeneidades e combinações. Mas isso, continuaremos aprofundando no decorrer da análise.

2) o rural constitui-se por meio da produção agrícola, da fruticultura e da criação de abelha, aves e animais de pequeno porte na cidade, conforme situações observadas em campo.

Andando pela cidade logo percebemos que os lotes, distribuídos ao longo das estradas, são de tamanho grande e têm muitas árvores frutíferas. Nos vários lotes visitados identificamos mamão, cupuaçu, bacaba, limão, tangerina, laranja, côco, açaí, goiaba, caju, muruci, manga, banana, jambo, pupunha, enfim, uma variedade de frutas que estragam no período de grande produção, visto não serem industrializadas ou comercializadas e o consumo familiar ser insuficiente para dar conta da quantidade produzida. Em alguns lotes se produz legumes e verduras, como cebolinha, alface, couve, tomate; em outros, cria-se galinha e porco, por exemplo.

Nas figuras 54 e 55 aparece o espaço mantido pela Prefeitura sob o nome de “Horta Comunitária e Cidadania” que, nos anos de 2007 e 2008, beneficiou 54 famílias como forma de combate à fome e à pobreza, que abastecia também, na época de minha pesquisa de campo, algumas escolas e creches do município. Esse projeto tinha também por objetivo incentivar a agricultura na cidade sem que as famílias, depois de algum tempo de apoio e treinamento, dependessem da ajuda da administração municipal.



Figuras 54 e 55: Horta comunitária.
Fotos: FASE, 2006.

Existem muitas plantações nas quadras dos antigos seringais. É a prática da agricultura familiar dentro da zona urbana. Por essa razão, o sindicato foi obrigado a rever o seu

estatuto¹⁸⁶, para poder atender esses trabalhadores, nos informou uma dirigente do STTR de Belterra.

Aqui em Belterra, os quintais são grandes. Dá pra plantar nossas frutas, como o abacate, o cupu [cupuaçu], a laranja. Dá pra trabalhar as árvores frutíferas e a questão da horta [...]. Tem pessoas aqui que trabalha a horta no quintal. Aí, planta: o alface, o cheiro verde (ROSANA, 2009).



Figuras 56 e 57: Frutas do lugar (cupuaçu e bacaba).

Fotos: Antônia Uchoa, 2011.

Pereira, J. C. M., 2009.

Na vila 129 (figura 58), visitamos um quintal de 400 m², cheio de frutas como limão, côco, cupuaçu, banana, goiaba, pupunha, acerola, piquiá, laranja, manga, jenipapo, abacate, jaca, seringueira, com uma pequena plantação de café e criação de galinhas financiadas pelo Banco da Amazônia (BASA), no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Mesmo com esse apoio, o morador reclamava não ter condições de comprar ração. Contava, ainda, necessitar da ajuda advinda da aposentadoria dos pais, já que seu projeto original era criar galinhas para vender os ovos. Mas as galinhas não estavam sendo bem alimentadas e a criação tinha baixa produtividade. Segundo ele, a produção não dava para encher uma forma de ovo, que era vendida a R\$ 0,30 (trinta centavos) a unidade.

Caso não conseguisse alimentar as galinhas teria que vendê-las para pagar o financiamento. Cada galinha seria vendida, no máximo, a R\$ 20,00 (vinte reais), o que cobriria o empréstimo do banco, mas não devolveria os recursos próprios envolvidos no projeto. Também reclamou da associação de moradores do bairro que não funcionava e, dessa forma, dificultava que os moradores pudessem acessar recursos que exigem a organização coletiva de associados.

¹⁸⁶ As estradas 1 e 10 aparecem entre aquelas que detém um grande número de filiados do sindicato, ficando apenas atrás da localidade rural de São Jorge, na BR-163, que possui o maior contingente populacional do município. São cinco delegacias sindicais na cidade.



Figura 58: Criação de galinhas.

Foto: Pereira, J. C. M., 2009.

Na feira do produtor, na estrada 1, no centro da cidade, existem 10 boxes disponibilizados para a venda de hortifrutigranjeiros, mas apenas dois estavam ocupados. Uma vendedora, de 57 anos, que trabalhava no local com seu filho, explicou que plantava no quintal de casa há algum tempo. Por três anos, plantava só cebola, que era vendida na cidade de Santarém, e teve que parar por conta da pouca existência de água no bairro onde mora. Depois começou a plantar milho e um pouco de maniva [mandioca] em um espaço bem menor. Em seguida, passou para tomate, coentro, cebolinha, alface, cheiro verde e couve. Observou, ainda, que não teve nenhum treinamento, nem recebeu apoio financeiro para isso. Seu trabalho envolvia fazer os canteiros, colocar as mudas e adubar a terra, num lote de 400 m². Mas a plantação era pouca por conta da dificuldade de obter mudas e água, que é conseguida através do abastecimento do carro-pipa da Prefeitura¹⁸⁷. Recentemente, comprou uma caixa d'água de mil litros onde faz reserva de água para a plantação.

Esta moradora relatou que estava apenas há três meses na Feira do Produtor e a renda através dela obtida “dá para ir quebrando o galho”. A Feira só se realiza aos sábados e o movimento agora é pouco, teria sido melhor no início, no período da inauguração, no mês de agosto de 2009. Reclama, ainda, da falta de organização da Prefeitura, que inaugurou o espaço antes de ter produção para vender. Segundo ela, era necessário pelo menos três meses para plantar e ter a produção, mas tudo foi muito corrido, o curso de capacitação foi de apenas três dias e a Prefeitura inaugurou o local um mês depois. As pessoas procuram milho,

¹⁸⁷ No município, são 2.500 famílias abastecidas pelo sistema de água encanada e 810 famílias pelo carro-pipa, segundo dados da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura (BELTERRA, 2009).

macaxeira, farinha, quiabo, maxixe e também por frutas, mas não encontram. Isso dificulta o movimento na Feira. Relata que, além de vender na feira, também vende em casa, Antes tinha uma boa freguesia, mas isso mudou, pois todos os moradores da vizinhança também passaram a plantar e sua freguesia diminuiu. Hoje, a maior parte de sua renda vem da venda na feira, na qual chega às seis horas da manhã e de onde sai geralmente por volta do meio dia. Mas não depende somente disso, já que é pensionista e tem apenas dois filhos, sendo que um deles mora e trabalha em Santarém.

Durante os 40 minutos em que conversamos apenas um cliente entrou, perguntou o preço e saiu sem comprar nada. O local guarda uma aparência de abandono, quase ninguém passa ou compra, quase ninguém frequenta. Essa foi a sua reclamação, a falta de divulgação do espaço. Diz a agricultora: “no início as pessoas até foram lá, mas não tinha muito produto. Depois sumiram e não voltaram mais”¹⁸⁸.

Na estrada 8, a agricultura já se desenvolve há mais de trinta anos. Começou com a mãe e há cerca de dez anos está sob responsabilidade da filha, de 47 anos. Planta-se mandioca, milho, arroz, maxixe, jerimum, mas tem abacateiro, cupuzeiro, muricizeiro, pupunheira, ingazeiro, coqueiro, tangerineira, limoeiro, mangueira, cajueiro, fruta pão e madeira de lei, como o pau Brasil, pau d’arco e jarana. O trabalho manual é dificultado pela falta de instrumentos mais sofisticados e da água que, apenas uma vez por semana, chega de carro pipa em várias partes da cidade. Isso impossibilita o desenvolvimento do trabalho com a horta que já está nos planos da agricultora, caso a Prefeitura cumpra a promessa de levar água encanada até lá.

O terreno é de dezesseis hectares (400m x 400m), e corresponde a uma quadra dos antigos seringais, negociado junto ao Ministério da Agricultura por meio do termo de concessão de uso quando sua mãe ainda era seringueira. O objetivo da produção é satisfazer às necessidades da família e não produzir para fins comerciais. Com a ajuda de dois sobrinhos e uma moto-serra, em dois dias, se faz a derrubada, depois se deixa secar para, em seguida, tocar fogo. Feito isto, espera-se a primeira chuva do inverno para começar a plantação.

Muitas dessas quadras já não têm mais esse tamanho, devido ao fracionamento do terreno para doação a filhos e parentes, ou para meio da venda e/ou concessão para terceiros. O laço de parentesco, nesse momento, é acionado, uma vez que a doação de um pedaço de terra para um sobrinho sem casa é um ato de solidariedade familiar. Espera-se que a

¹⁸⁸ Essa entrevista nos foi concedida em outubro de 2009, quando retornamos novamente ao local, em março de 2011, a feira já havia sido desativada.

retribuição a este ato venha por meio do trabalho para atividades ligadas à preparação das tarefas (pedaço de terra) e das outras atividades decorrentes (semear, colher e manter).

É por causa da situação dele, como ele se encontrava lá em Santarém, aí ele queria um local porque ele tem muita criação: é bode, é carneiro, é pato, um monte de coisa [...] e tinha vontade que fizesse crescer o rebanho, das coisas dele lá. [...] porque ele morava em casa alugada, aí um dia conversando com nós, e a gente tem esse terreno grande. Aí nós oferecemos para ele um pedaço de terra, doando para ele (LARA, Novembro, 2009).

Esse lugar fica mais afastado do centro, lá existem muitos terrenos vagos e poucas casas construídas. As ruas são bastante arborizadas e de chão batido, que faz muita poeira com a passagem de algum automóvel. Identificamos duas situações com a visita: existem terrenos que são apenas locais das plantações, visto que muitas pessoas têm dois lotes: um para plantar e outro para morar, como é o caso da nossa entrevistada. A outra, quando o lote é de moradia e local da produção.

A produção de mel é outra atividade realizada na cidade. Segundo um dirigente da Associação dos Melipolissicultores de Belterra, existem cerca de 100 produtores de abelha sem ferrão na cidade. Mas muitos a fazem por *hobby*; outros criam somente para quando precisarem ter o mel; e outra parte cria comercialmente. Durante nossa conversa, ele fez um rápido levantamento daquelas pessoas que são de seu conhecimento pessoal e que desenvolvem essa atividade. Ele identificou 35 produtores que foram plotados no mapa das formas de uso e ocupação do espaço da cidade (2011)¹⁸⁹.

Apresentamos um quintal onde podemos observar essa produção. Nas fotos, as caixas das abelhas juntamente com os favos de mel (figuras 59 e 60).

¹⁸⁹ Durante a entrevista, ele aproveitou para nos detalhar quais são os procedimentos do processo produtivo. Para começar uma criação de abelha tem que ter o enxame, que pode ser obtido da seguinte forma: a) ir à mata para derrubar uma árvore ou encontrar uma árvore caída que tenha enxame; b) colocar uma caixa que funciona como armadilha para captura das abelhas, que é mais difícil e funciona mais para as abelhas com ferrão; c) a multiplicação de caixas, que é mais usada atualmente. Uma caixa, depois de um ano, já se consegue ser transformada em duas ou até quatro. Isso assegura que não haja mais necessidade de ir à mata derrubar uma árvore para obter o enxame. A confecção das caixas envolve a seleção da madeira. Por fim, reclamou da ilegalidade da atividade que não é reconhecida pelo governo.



Figuras 59 e 60: Criação de abelha sem ferrão.
Fotos: FASE, 2007.

A imagem de satélite nos dá uma visualização espacial das questões apresentadas, uma vez que as casas se localizam as margens das estradas e, ao fundo, estão as plantações, as árvores frutíferas e as criações. As casas estão destacadas em tom verde para facilitar a identificação das mesmas em relação aos quintais de grande dimensão (figura 61).



Figura 61: Visão parcial da cidade, das casas e quintais, 2004.
Fonte: Banco de dados do Plano Diretor Participativo, 2006.

Para os agricultores oriundos do campo, viver na cidade não é fácil e o sonho de voltar ao lugar de origem permeia o imaginário e as experiências dessas pessoas habituadas à vida rural e ao trabalho agrícola, mesmo que na cidade desenvolvam algumas dessas atividades sob novas condições. Vejamos o relato de uma agricultora, de 47 anos de idade:

No meu caso, que eu sou trabalhadora rural, pretendo voltar para as minhas atividades normais né? Sei que eu não vou fazer mais a produção que eu fazia há dez anos atrás, mas o meu sonho é a agricultura, sou apaixonada pela agricultura familiar, morar na cidade não é fácil, porque assim, você já começa comprar desde o pão, que lá na Colônia, você não compra, compra quando vem na cidade, para modificar o cardápio de lá, mas lá você tem desde a farinha de tapioca, o milho verde da época né? O milho de pipoca, enfim, tudo que você planta Deus abençoa e a terra dá, né? Você tem lá a sua cana, o seu açaí, a sua produção lá, né? Toda época tem fruta, porque tem a época da laranja, da manga, do açaí, do cupuçu, do murici, né? [...] Viver aqui não é fácil. Porque se você quer até uma banana, você tem que comprar. Lá não, você tem a lavra.

A gente já está acostumada com essa vidinha aqui, porque comprar farinha de quilo não é fácil, comprar arroz de quilo não é fácil [...] lá na Colônia, você tem a sua produção [...] o paiol de arroz, tem o seu milho, a sua galinha, mata o porco [...] no Natal matar um porquinho para comer, uma farofa, época de arroz tem um pouquinho porque está colhendo arroz, alimento para não ir na taberna.

Eu sempre gostei de plantar cana. Aí eu fazia o mel para se deliciar, torrar café, até mesmo fazer o café com a garapa, com mel, nós fazíamos, só comprava o necessário mesmo. Um par de roupas, um negócio... Coisa que eu não posso produzir lá. Eu admiro muito, gosto, mas também é para aquele que gosta de trabalhar. Eu vivo da agricultura e todo dia tenho que sair pra trabalhar (ROSANA, Outubro, 2009).

Assim, podemos nos valer da proposição de Lima (2009, p. 284), quando afirma a possibilidade dos agricultores, “embora morando na cidade, continuaram mantendo atividades e o modo de viver [...] trazidos do meio rural”. Contudo, a vida no campo também não é fácil, uma vez que a experiência passada se fez sob conteúdos de dor, dificuldades, superação e de recomeço.

Eu trabalhava, eu e os meus meninos porque a idade do meu filho menor de 7 meses, a gente ficou só, eu e os meus meninos, né? [o menino] tinha 7 meses quando o camarada foi embora. Então a gente se dedicou a trabalhar mesmo. Nós levantávamos cinco horas da manhã e nós morávamos longe da água, né? É uma hora para você ir lá, tomar um banho e voltar com vinte litros na cabeça, né? Era essa a nossa vida. Aí chegava em casa e preparava o café, os meninos iam para a aula e eu ia para roça. Um dez horas, dez e meia eu vinha encaminhar o almoço, né? E aí à tarde retornava de novo, cinco e meia voltava da roça, era o que nós fazíamos. Só que sábado e no domingo sempre tinha um tempinho a mais. Era mais para ficar mais em casa, cuidar de uma atividade mais próxima da casa, né? Mas de segunda a sexta era essa a minha vida lá na Colônia. Mas eu também nunca fiquei sem arroz, nunca fiquei sem a minha galinha (ROSANA, Outubro, 2009)¹⁹⁰.

Há pessoas que, mesmo morando e trabalhando na cidade, nos fins de semana se deslocam para a área rural a fim de realizar trabalhos pastorais, políticos e cuidar da roça. E de lá trazem produtos alimentícios para se manterem na cidade durante toda a semana. Processo este repetido sistematicamente por conta da família ter uma casa na cidade e outra no campo, a uma distância de cerca de doze quilômetros, percorridos de moto ou bicicleta. A área rural é o lugar onde vão buscar a matéria-prima para os trabalhos que desenvolvem, conforme narrou uma artesã.

¹⁹⁰ Recentemente fomos informados que nossa entrevistada já voltou para o seu lote na área rural do município, depois que deixou a direção do STTR de Belterra.

Aqui na cidade ultimamente eu estou trabalhando com produtos artesanais na confecção de guloseimas, por exemplo, eu faço chocolates, eu faço licores, eu faço doces, e também trabalho na parte artesanal de produtos com sementes, com casca, raízes, eu confecciono peças [...] por exemplo, colares, pulseiras, bolsas, cintos, árvores de natal, essas coisas que a gente utiliza matéria morta da natureza.

[...] Eu aproveito, eu trabalho na reciclagem daquilo que a natureza me oferece. Então eu faço um aproveitamento da natureza. Na realidade eu não preciso danificar o meio ambiente e sim contribuir para que ele tire o sustento da minha família né? É uma geração de renda para mim e para minha família.

[...] Sementes de açaí, sementes de tento, sementes de fava, são várias sementes, inclusive a semente de pau-brasil que a gente tem na área, nativo mesmo porque uma forma da gente mostrar aí fora que nem tudo se perde (SOCORRO, Outubro, 2009).

Esses depoimentos nos revelam que o fato de viver na cidade não apaga a vida pretérita dessas pessoas, porque o diálogo e o plano de referência da vivência anterior se mantêm vivo de alguma forma, reafirmados e praticados por esses deslocamentos semanais ao campo, ao mesmo tempo em que a abundância da natureza lhes é acessível com certa facilidade e se faz presente em seu cotidiano. Assim, argumentamos, os fluxos provocados pelos deslocamentos campo-cidade, urbano-rural, não se dão pela oposição. Por isso, continua a artesã observando que pretende

[...] Continuar com a sua vida de tradicional, porque é uma cultura, a tradição do lugar de viver da subsistência, de não ter que ir para a cidade, porque na cidade a vida é bem diferente do que lá no campo. Lá no campo você tem, por exemplo, o caju para tomar o suco, o xarope, comer o doce, comer a torta de caju, a farofa. Então são vários derivados que você pode aproveitar da fruta, né? Tanto da fruta quanto da árvore mesmo porque ela é medicinal. Então são várias frutas que a gente tem porque lá o nosso território, o nosso solo ele é arenoso. Então é uma cultura diferenciada. Não é uma cultura perene. Então é assim; aquilo que você tem você pode aproveitar sem você ter gastos. Aí você vai no rio, você pega o peixe, você se alimenta naturalmente sem a poluição, graças a Deus [...].

Outro aspecto a ser valorizado é quando o prefeito de Belterra se refere aos lotes da cidade como “verdadeiros sítios” por conta da diversidade de uso e de produção. Também podemos acrescentar a essa narrativa a casa de farinha no quintal, a cabana de palha, onde família se reúne para conversar e “se refrescar” do calor das tardes de verão. Temos, ainda, a preponderância da madeira como material hegemônico na construção das casas da cidade e uma variedade de árvores que cercam os imóveis. Isso não quer dizer ausência da alvenaria (tijolo e cimento), mas o papel secundário deste padrão.

Assim, apresentamos algumas imagens das casas, dentre os mais de 3.000 imóveis levantados pelo Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), ressaltando que se trata de áreas bastante arborizadas, conforme podemos observar pela paisagem (figuras de 62 a 67).



Figura 62 a 67: Padrão construtivo das casas.
 Fonte: Cadastro Técnico Multifinalitário, 2007.

Enfim, os relatos obtidos através da pesquisa de campo apresentam múltiplas situações geradas pelo encontro de diferentes temporalidades e modos de vida na cidade, que conferem singularidades, permanências e mudanças significativas à vida do lugar. Para este caso, devemos considerar as contribuições de Wanderley (2001, p. 34) sobre as particularidades da urbanização brasileira em pequenos municípios, que apontam novas situações na relação campo-cidade, em que a vida local se constitua como “o resultado do encontro entre o urbano e o rural”. Embora o plano de referência de análise da autora seja o município, sua proposição torna-se oportuna, visto que essas situações se localizam na cidade.

Do mesmo modo, as proposições que tomam as situações pela oposição em muito dificultam uma análise substantiva da relação urbano-rural no caso estudado¹⁹¹. Diz Guerra que

No fundo, as divisões entre urbano e rural não passam de abstrações, uma vez que o território é, sempre, vivido sem fronteiras, com movimentos das populações ora em lugares mais concentrados, ora em espaços dispersos. Ambas as conformações cumprem funções definidas e contextualizadas, fazendo parte de uma realidade única e com estes aspectos inter-relacionados.

[...] Existem espaços de convivência e encontros entre esses dois estilos de vida de habitantes que não são vizinhos se consideradas suas moradias, mas compartilham certos ambientes na mesma intensidade. As feiras podem ser um bom exemplo do encontro entre o rural e o urbano [...] ali estão presentes os camponeses e os intermediários prontos e ativos nas atividades de troca de produtos naturais manufaturados e industrializados; processam-se relações reais e simbólicas de demonstração de valores de um e de outro mundo; e se estabelecem relações de sociabilidade, disputas e novas tensões inerentes a um espaço que a rigor não é nem urbano nem rural (GUERRA, 2006, p. 100, 108).

Wanderley destaca ainda que o rural deve ser pensado como o lugar de realização da vida e do trabalho, muitas vezes em bases não monetárias e não como espaço vazio, como propõe a ideologia do desenvolvimento. Deste modo um conjunto de novas configurações se apresenta para aquele espaço, até então tido como lugar da produção agrícola. A novidade advém da presença de moradias secundárias de pessoas que vivem na cidade e do turismo rural.

Assim, ao distinguirmos a cidade como a base material e o urbano como relações socioculturais (LEFEBVRE, 1993), é possível observar na cidade as relações urbanas, rurais e étnicas que lá se realizam por meio dos modos de vida. Faz tempo, diz Wanderley, que o campo deixou de ser apenas espaço da produção agrícola, hoje ele recebe signos e objetos da vida urbana por meio dos serviços de hotelaria e turismo, bem como, em muitos casos, se transformou em residência secundária de moradores oriundos da cidade¹⁹².

¹⁹¹ Lembramos das oposições criadas pelo *continuum* urbano-rural de Redfield, e o quanto essa forma de pensamento se mostra limitada para os fins do nosso trabalho. Este autor fala de uma sociedade tradicional, homogênea, isolada e não letrada, onde o comportamento é espontâneo, acrítico, pessoal e padronizado, no qual a vivência familiar assegura a unidade de ação do grupo com base na experiência religiosa. Nesse caso, o sagrado informa as tradições, as crenças e as concepções compartilhadas. Na sociedade rural ou “primitiva” (grifo nosso), por ele analisada, as atividades não guardam relação com a intelectualidade ou ciência, pela inexistência habitual do exercício de classificação, abstração e experimentação; com a legalidade, nem tampouco com o mercado e a divisão do trabalho, uma vez que a motivação econômica não se faz presente. Nessa sociedade, as pessoas têm comportamentos e atitudes perecidas e acreditam nas mesmas coisas, o que implica um forte sentimento de pertença, dado o vínculo emocional que envolve essas relações. Aliás, é esta a hipótese do autor, que trata como oposição a relação urbano-rural. Para ele, as sociedades rurais trazem características comuns que contrastam com as sociedades urbanas modernas, cujos atributos, exclusivos, são das seguintes ordens: a urbanização, com o estabelecimento de relações econômicas e políticas tendo por base o status, a divisão complexa do trabalho; a motivação pelo lucro; a secularização, o individualismo, a impessoalidade, configurando, assim, a desorganização da cultura, com o abandono de práticas rituais oriundas da vida rural pelo migrante na cidade (REDFIELD, 1947).

¹⁹² Para o período atual, “a dinamização econômica de uma região rural começou a ser muito mais determinada pela captação de rendas urbanas que se transfere pela estadia de famílias que constroem segundas residências (chácaras e sítios, casas de

Nesse sentido, o meio rural não seria apenas o lugar da produção agrícola, mas um espaço diferenciado, capaz de oferecer à população urbana, padrões de residência específicos e formas de lazer ligadas ao contato com a natureza. [...] A respeito da expansão das residências secundárias em certas áreas rurais e do turismo, este, em grande parte está associado ao patrimônio natural e ao calendário das festas tradicionais de cada região (WANDERLEY, 2001, p. 38).

Observamos, ainda, que a presença étnica na cidade é residual, uma vez que poucos indígenas vivem na cidade de Belterra, A maioria se deslocou para estudar e trabalhar na cidade de Santarém. Aqueles poucos que moram na cidade vivem do artesanato, outros são funcionários públicos exercendo a função de professores ou técnicos de governo. Também identificamos líderes sindicais. A participação política desse grupo está assegurada por meio de uma representação no Conselho da Cidadania e no Fórum de Movimentos Sociais, ou em eventos políticos na cidade e nas negociações com a Prefeitura e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) acerca das demandas e propostas advindas das aldeias para os governos federal, estadual ou municipal. Para as situações observadas, não se configura a conformação de bairro étnico dentro da cidade.

Um indígena fala da vida na aldeia de Takuara e das atividades relacionadas à caça, à pesca, ao extrativismo na floresta, ao trabalho na agricultura e das transformações ocorridas em sua vida quando foi morar na cidade por conta dos estudos. Diz ele,

Minha vida na aldeia era trabalhar na questão do extrativismo, na caça [o tatu, a paca, o catitu, o veado], na pesca e no trabalho da agricultura, no roçado de mandioca, arroz e alguns plantavam feijão [...] do reaproveitamento na questão do artesanato, como o caroço de tucum [tucumã], a palha e o tissume [...]. Na mata a gente tirava a extração do óleo da copaíba, da andiroba e a madeira pra fazer as casas, as malocas. Assim, também algumas pessoas vendiam a madeira na própria comunidade mesmo, não tinha assim exportação pra fora.

A questão da diversidade cultural e bem diferente das aldeias indígenas. A questão da sobrevivência. Na aldeia é assim, tudo é compartilhado, na cidade não, tudo é diferente. Se a pessoa não tiver dinheiro ele não come, ele não bebe. E na aldeia, ter dinheiro ou não, a pessoa, ela sobrevive. E na cidade tem que trabalhar e tem que estudar, e tem que trabalhar na questão dos povos indígenas [...] (grifo nosso) (ÍNDIO MUNDURUKU, Outubro, 2009).

Na aldeia, diz ele, as crianças brincam de futebol e tomam banho de rio e igarapé. Existe também a competição de arco e flecha e luta corporal, três vezes por ano. Idosos lutam com idosos, mulheres com mulheres e jovens com jovens. Mas existe uma competição anual, no mês de dezembro, denominada de vale-tudo (arco e flecha, e luta corporal), onde todos lutam contra todos, e os três primeiros colocados recebem como premiação farinha, tapioca e beiju.

veraneio ou chalés de montanha), pela presença sazonal de famílias em férias, pelas visitas de diversos tipos de turistas, esportistas, congressistas ou, ainda, pela significativa imigração de aposentados” (VEIGA, 2003, p. 80).

A vida na cidade remete a outro plano de relações em bases monetárias, no qual o dinheiro é o elemento mediador. No entanto, essas mudanças e tensões não se limitam à vida na cidade. Na aldeia, os conflitos com a população não indígena também estavam presente no seu cotidiano.

Ainda existe muita caça, embora exista assim a perseguição dos outras comunidades vizinhas, dos povos tradicionais. Consta assim no relatório, na parte norte e na parte sul da aldeia, eles perseguem muito [...] eles entram na terra indígena, caçam com cachorro ou esperam a caça no ramal. São das comunidades vizinhas Itapaiúnas e Tauari, e até da comunidade de São Jorge que fica no planalto, mas está dentro da FLONA também.

Argumentamos que, para o caso estudado, viver na cidade não significa, necessariamente, abandonar permanentemente o lugar de origem, nem o rompimento total dos vínculos materiais e simbólicos pretéritos. Esse indígena quer viver na cidade sem ter que abandonar a sua identidade sociocultural, mesmo reconhecendo que a sua vida agora se faça sob novas bases.

Sahlins (1997, p. 113, 115) faz críticas à proposição do *continuum* folk-urbano de Redfield e ao dualismo que marcou por algum tempo o pensamento antropológico. Segundo ele, é necessário superar o pensamento extremo das oposições entre “moderno e o tradicional, o homem cidadão e o homem tribal, o urbano e o rural”, de forma a perceber “a possibilidade de existência de uma **população translocal** capaz de habitar ambos os mundos, mantendo-os como partes interdependentes de uma totalidade sociocultural” (grifo nosso). Os laços não se quebram, uma vez que a ida para a cidade conta com apoio de parentes que se estabeleceram anteriormente; que os migrantes recebem produtos da aldeia e enviam dinheiro para seus dependentes, que as aldeias esperam desta ajuda financeira para suas cerimônias e projetos coletivos.

Diz Williams (1989, 58) que campo e cidade são palavras poderosas, pois remetem a uma variedade de significados. A campo geralmente associa-se a ideia de forma natural de vida e de paz, inocência e virtudes simples. Em sua formulação negativa simboliza, o lugar do atraso, da ignorância e da limitação. Isto é resultante de posições intelectuais conservadoras que pouco conhecem o campo ou herdaram de fontes diversas certo desprezo pela vida camponesa, identificando os homens do campo como matutos, caipiras. Aqui, revela-se um conjunto de formulações baseadas num “repertório acumulado de estereótipos de um meio rural distante – leite, palha, animais, bosta são palavras chaves que rapidamente levam à paródia e ao riso”. Muitas peças escritas pelas elites na cidade traziam em seu teor uma visão rural associada à grosseria, desgraciosa e tediosa. Para a cidade os atributos são bem mais

generosos, como lugar das realizações, do saber, da comunicação, da luz, do barulho, da mundanidade e da ambição.

Entretanto, as situações antes apresentadas conflitam com as ideias de homogeneização do espaço e da apartação do urbano e rural. Do mesmo modo, urbano e rural não esgotam, do ponto de vista conceitual, as práticas sociais que se materializam no território. Para a Amazônia, o modo de vida indígena e a aldeia é outro componente a ser considerado, visto que nela, como analisa Queiroz (1978) não existe a contradição campo e cidade, os grupos sociais são pequenos, a divisão do trabalho não é complexa e não existe concentração urbana.

4.5 O calendário da vida do lugar

Fora o relato de dois assaltos, nos seis anos em que conhecemos o lugar, a vida na cidade é calma, não há histórias de roubos, assaltos ou brigas de gangues. Muitas pessoas ainda dormem de janelas abertas. No hotel onde ficamos hospedados, a chave do quarto ou a geladeira são facilmente acessados, já que o proprietário tem outro comércio na praia, e se desloca para lá nos fins de semana. Por várias vezes deixamos a bicicleta na rua sem a preocupação de que pudesse ser levada. Isso demonstra outro padrão de sociabilidade no qual o medo e a violência ainda não se fazem presentes. Lá as pessoas se conhecem bem e os laços de confiança são mais fortalecidos.

O calendário da vida do lugar está relacionado às atividades técnicas do trabalho na Prefeitura, aos pequenos comércios e serviços de base familiar e às atividades rurais na cidade. Também existem aqueles que trabalham na cidade média de Santarém, que fica a cinquenta quilômetros de distância. Para os jovens, o dia-dia volta-se ao estudo nas escolas municipais, aos afazeres domésticos e às atividades profissionais e artísticas ofertadas pela municipalidade, como computação¹⁹³, capoeira e música.

Os mais jovens reclamam da falta dos postos de trabalho na cidade e da necessidade de deslocamento para as cidades vizinhas de Santarém, principal cidade do Baixo Amazonas ou, Juruti, onde está em andamento o projeto de mineração da empresa canadense ALCOA,

¹⁹³ O Projeto de Inclusão Digital, por exemplo, é uma parceria entre a Prefeitura, Petrobrás, a ONG Projeto Saúde e Alegria e a Cooperação Internacional ICCO, e visa propiciar o acesso a tecnologia da computação e o uso do computador para a população da cidade e da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA). O Telecentro, como é popularmente conhecido, oferece os cursos de computação desde 2006 e já formou, até julho de 2009, 1.256 alunos entre crianças, jovens, adultos e idosos. Deste total, 200 são de comunidades rurais que fazem o curso durante o período de férias. O curso tem a duração de três meses e o aprendizado, em seu módulo básico, refere-se aos programas para fazer texto, planilha, apresentações de slides, desenho, editoração gráfica e uso da internet. Trabalha-se nesse projeto com a ideia da formação de formadores, cuja retribuição dá-se por meio do trabalho voluntário, nos informou a coordenadora do projeto.

no qual muitas pessoas de Belterra se empregaram. No plano de referência das alternativas está Belém (PA), mas é para Manaus, no Amazonas, que esse deslocamento se faz com mais frequência e intensidade¹⁹⁴.

No último período em que fizemos o trabalho campo (2011), observamos uma nova dinâmica na vida da cidade: ruas abertas e pavimentadas, novas casas e escolas municipais foram construídas. Uma nova linha de ônibus foi implantada com um posto de venda de passagens na rua principal¹⁹⁵. Vimos muita gente andando nas ruas, acompanhando um fluxo grande de carros, caminhões, motos e bicicletas. Aliás, esta última tem papel de destaque no deslocamento pessoas, dado a quantidade de bicicletas existentes na cidade. Como nos disse uma pessoa durante uma conversa informal: “Belterra é uma pequena cidade onde tudo é longe”. Bem, estamos falando de 10 estradas dos antigos seringais de até 10 km de comprimento cada.

As parabólicas anunciam o contato com outras realidades; à telefonia celular chegou recentemente e permite facilidade de acesso aos serviços e a conexões de longa distância. Da praia pode-se falar com qualquer parte do mundo ou pode pedir um simples moto-táxi de volta à cidade. O serviço de pizza já entrega em casa. Isso não era possível há poucos anos atrás. Ficar em Belterra por algum tempo significava, então, dificuldade de acesso à internet ou de manter contato telefônico com a família, já que o celular ficava fora de área e os telefones públicos existentes muitas vezes não funcionavam.

As celebrações religiosas são frequentes, já que a ida ao culto é uma atividade social importante na cidade. Lá existem as Igrejas Católica, Anglicana, Evangélica, Pentecostal e Adventista do Sétimo Dia¹⁹⁶. Não foi possível identificar lugares de prática de religiões de matriz africana. Temos, ainda, as partidas de futebol do campeonato municipal, destaques para o ABC e União que quando se enfrentam vira atração de clássico local. Do mesmo modo, o vôlei, o futebol de salão, as gincanas culturais, o carnaval, os festejos dos santos e de

¹⁹⁴ Durante o ano de 2009, encontramos uma jovem que relatou ter sido demitida da prefeitura e não ter encontrado emprego depois de um ano e meio da demissão. Falou ter ido à cidade de Manaus (AM) fazer uma sondagem e avaliar a possibilidade de se mudar para lá em busca de emprego no início do próximo ano. Avaliava que as oportunidades de emprego na cidade eram limitadas já que a principal empregadora, a prefeitura, nos últimos meses, vinha demitindo funcionários sob a justificativa do enxugamento da máquina administrativa. Ao retornar ao campo em 2011, fomos informados de que essa jovem já havia saído de Belterra e que estava trabalhando na cidade de Manaus.

¹⁹⁵ Esse serviço só não é comemorado pelos 50 motoqueiros (moto-taxistas) que trabalham na cidade. Um deles reclamava da pouca procura pelo serviço e ressaltou que, com a entrada dos microônibus, vans e ônibus que fazem o transporte intermunicipal até Santarém ao preço de R\$ 4,00 e R\$ 5,00, diminuiu a procura das motos, cujo rendimento com este trabalho fica em torno de um pouco mais de um salário mínimo por mês.

¹⁹⁶ A presença da religiosidade não restringe ao culto. Em atividades políticas esse plano de referência também aparece com muita força. Num evento que acompanhamos, termos como “Comunidade”, “fé”, “solidariedade”, “Deus” e “mandamentos” foram referências lançadas na atividade coletiva. Isso para anunciar a relação de respeito, de dependência da natureza e a importância de preservá-la marcou as falas no decorrer do encontro.

aniversário da cidade, o passeio na Praça Brasil que concentra grande número de pessoas, principalmente nos fins de semana, e o banho de rio no majestoso Tapajós, dada a proximidade das praias de Porto Novo, Pindobal, Cajutuba e Aramanaí. As festas, promovidas na cidade, no máximo duas por mês, são restritas aos primeiros quinze dias, enquanto dura o salário da Prefeitura, conforme nos disse um funcionário público.

Lembramos que a cidade dorme cedo, com exceção dos fins de semana, mas acorda cedo também. Quando a sirene toca a primeira vez às 6h é o sinal do despertar da vida social para mais um dia de atividade.

A fofoca também faz parte das narrativas. Algumas contadas com risos maliciosos, outras com o desconcerto por estar envolvido na trama. Fala-se do escândalo envolvendo um vereador que se recusou a reconhecer uma reclamação de paternidade; da traição conjugal de fulano e cicrano; das fotos de mulheres peladas que circulam em celulares e do “curral das éguas” – um local onde se faz festa dançante esporádica – e que tem forte desaprovação das mulheres casadas, dentre uma diversidade de situações que nos foram relatadas.

Em meio ao emaranhado dessas informações surgem também os conselhos: “o tempo que você está tentando consertar a casa dos outros, você devia estar lendo um livro”. Para as situações observadas, a fofoca feita sobre o “outro” está relacionada ao sentido depreciativo e ao divertimento com a situação alheia. Elias e Scotson (2000, p. 121) alertam para a velocidade da informação, o interesse coletivo pelo assunto e os lugares de sua produção, uma vez que esta envolve “um sistema complexo de centros de intriga”.

Diz Prado (1987, p. 34, 38), que a fofoca significa certo “controle sobre a vida das pessoas”, uma vez que todos se conhecem. É o “disse-me-disse” e a impossibilidade de se viver no anonimato numa pequena cidade. “Sempre se é uma ‘pessoa’ – alguém identificado e posicionado, filho de alguém, parente de alguém, da roça, da cidade, relacionado a uma família, grupo, ou posição”, há o reconhecimento, sabe-se “quem é quem”. Bem diferente das relações impessoais, superficiais e de pouco conhecimento entre as pessoas que vivem nas grandes cidades (WIRTH, 1967; SIMMEL, 1967).

Isso não quer dizer ausência de fofoca na grande cidade, mas a menor visibilidade dessa situação. Relato colhido junto a uma moradora de favela da cidade do Rio de Janeiro nos informa da “roda de fofoqueiras” no morro onde mora. Só que nesse lugar, para um fato ocorrido, não houve “conselhos” diante do constrangimento feito. A cabeça raspada de uma mulher foi o preço cobrado pelo ato.

A vida política também é expressiva. Existem mecanismos formais e sistemáticos de diálogo entre o governo e as organizações sociais, que envolvem questões gerais de

planejamento e gestão, ordenamento do território e discussão das políticas setoriais (saúde, educação, transporte, por exemplo), mas tratam também das questões específicas dos grupos sociais, étnicos e políticos, como juventude, mulheres¹⁹⁷, indígenas, extrativistas e agricultores.

Durante o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo Municipal (2005/2006), reuniu-se cerca de 5 mil pessoas em todo município e 120 organizações foram identificadas que, em sua maioria, tiveram participação ativa na elaboração do plano. O auge desta participação foi a realização do I Congresso da Cidadania do município de Belterra, que juntou mais de 300 pessoas entre delegados e convidados (PEREIRA, 2007).

Com a aprovação da lei pelo legislativo municipal no final de 2006, ainda naquele ano iniciou-se o processo do pós-plano diretor com a criação do Conselho da Cidadania. A partir de 2007, várias ações foram realizadas, como a implantação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAGE), composto pelo Conselho da Cidadania, congressos e encontros municipais, Planejamento e Orçamento Participativo (POP), Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), e a instalação de vários conselhos municipais¹⁹⁸.

Esses procedimentos foram fundamentais para uma reorientação da política pública no âmbito municipal que, segundo o prefeito, teve por objetivo a construção de uma nova “cultura política” como forma de combater o assistencialismo e o clientelismo, já que o passado recente da vida política no município estava associado à dependência e à subserviência, que causaram certa acomodação das pessoas.

A participação de diversas organizações sociais durante a elaboração da Lei do Plano Diretor Participativo (PDP) revelou tensões existentes no lugar por conta da presença da soja na cidade e suas imediações. A elaboração do Mapa dos Conflitos Socioambientais de Belterra apresentou essas contradições. Por meio dele identificou-se quais eram os impactos e onde se localizavam, quem eram os provocadores e os respectivos impactados¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Participamos do encontro da Associação Feminina de Belterra (ASFEBEL) com mulheres de todo município, cuja pauta tratava, dentre outras coisas, da violência doméstica e sexual contra a mulher, da Lei Maria da Penha e de assuntos relacionados à criação de instituições e mecanismos de proteção à mulher, de punição dos culpados e de prevenção. Além de discutir as iniciativas e ações governamentais e não governamentais sobre a questão.

¹⁹⁸ Essa experiência recebeu o prêmio “Selo Cidade Cidadã”, como uma boa prática na área da gestão pública para cidades com menos de 50 mil habitantes, conforme premiação concedida pela Comissão de Desenvolvimento de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), no ano de 2007.

¹⁹⁹ Dentre as questões apresentadas pelo mapa estavam: poluição e assoreamento de rios e igarapés, desmatamento, caça e pesca predatória, monocultivo da soja e uso de agrotóxico, grilagem de terra e expulsão de agricultores, violência física e ameaças declaradas, dentre outras. Observamos que lideranças populares, secretários e técnicos do governo municipal contribuíram para sua construção. Para mais detalhes ver Pereira (2007).

Este mapa serviu de referência para propor, no capítulo sobre o ordenamento territorial, as formas de uso e ocupação do espaço, como as áreas destinadas às Atividades Produtivas, as Zonas de Proteção Ambiental, de Interesse Social e Alimentar, com base nas ideias de “sustentabilidade” e função social da cidade e da propriedade, conforme a Lei do Plano Diretor aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal no ano de 2007 (Lei nº 131 de 22/02/2007).

Naquele período, já havia grande resistência dos participantes do processo do Plano Diretor sobre a presença da soja no município, principalmente devido a proximidade das casas, escolas e hospital municipal e às tensões decorrentes em torno das limitações da localização desta, principalmente, na cidade. Os acordos políticos incluíram verbalmente, naquele momento, a permuta de terra longe da cidade e a devolução das áreas apropriadas indevidamente pelos produtores de soja, conforme nos informou o prefeito. Entretanto, isso ficou apenas no papel, mas foi alvo de discussão pública.

Nos anos seguintes, o processo político continuou. Em março e abril de 2011, quando fizemos o último trabalho de campo, houve várias reuniões na cidade para tratar de obras e serviços definidos pelo Planejamento e Orçamento Participativo, inclusive para discutir a composição e o desempenho do Conselho da Cidadania, órgão colegiado de representação do governo e sociedade civil. Na reunião ordinária deste Conselho da Cidadania discutiu-se e aprovou-se a modificação no regimento interno do Conselho, permitindo que pessoas com cargo no governo pudessem representar as organizações sociais. Até então, esse vínculo não era possível e a discussão pela manutenção do texto e da proibição girava em torno da perda de autonomia desses conselheiros para a tomada de decisão. Mas por maioria, não por consenso, essa mudança foi realizada.

Também constatamos uma nova mudança de técnicos e secretários no governo municipal, se comparados com o trabalho de campo de 2009, inclusive novas composições da Prefeitura com antigos adversários políticos. Assim, temos as discontinuidades políticas e a quebra dos acordos do executivo com as organizações sociais locais e com apoiadores externos, produzindo descontentamento que foi revelado em várias entrevistas e conversas informais durante o trabalho de campo.

As tensões em torno do controle político do executivo e legislativo continuam presentes. Estamos a poucos meses das eleições municipais de 2012, e os movimentos, cisões, alianças e demarcação de posições já se fazem e mostram a vitalidade política local, que guarda relação com as disputas maiores da sociedade nacional.

Mas nem só das singularidades vive Belterra. Outra questão importante está associada à presença da soja. Essa ação do capital com base no apoio estatal impacta diretamente a vida da população urbana e rural, conforme veremos com mais detalhes de agora em diante.

5 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE: OS “DE DENTRO” E OS “DE FORA”

5.1 A natureza transescalar da experiência urbana

Diz Ribeiro (2005, p. 412) que “a vida local se move por regras e aspectos estruturais que transcendem a sua realização cotidiana”, dada a “natureza transescalar da vida urbana”. Essa afirmativa nos é importante, uma vez que com o processo de globalização o capital usa os lugares e lhes impõe papéis econômicos alheios à vida de seus habitantes (SANTOS, 2005). A presença da soja na cidade de Belterra e seu entorno guarda relação efetiva com esta perspectiva, uma vez que desarranja os modos de vida preexistentes, reorganiza as formas de uso e controle das terras e dos recursos naturais, lança estereótipos contra a população do lugar e acarreta novas formas de sociabilidade com base na evitação.

Esse rearranjo faz-se com base na tensão e no conflito e não pela relação de cordialidade entre as partes. Desse modo, podemos identificar alianças políticas por motivação econômica entre os “de fora” e os “de dentro” no fazer cotidiano da vida na cidade, também se apresentam situações de resistência por meio da luta política como forma de manter as relações de solidariedade e cooperação como características do lugar. Diz Santos que

Os grandes objetos [...] tem um papel de aceleração das relações predatórias entre o homem e o meio, impondo mudanças radicais à natureza. [...] Na medida em que os atores recém-chegados trazem consigo condições para impor perturbações, o acontecer em uma dada fração do território passa a obedecer a uma lógica extra-local, com uma quebra às vezes profundas dos nexos locais (SANTOS, 2006, p. 253, 254).

Continua o autor, apresentando que

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O ‘mundo’ necessita da mediação dos lugares [...] o mundo escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo (SANTOS, 2006, p. 337, 338).

No caso em análise, isso aconteceu no final dos anos de 1990, quando chegaram os produtores de soja e se apropriaram de grande porção de terra na cidade e em suas imediações, por meio de aliciamento de gestores municipais, pela compra por preço baixo ou pela troca por veículos e motos. Há relatos de situações de pressão ou mesmo de ameaças sobre os agricultores que viviam no lugar.

Um dos moradores da cidade, aposentado, ex-funcionário do Ministério da Agricultura, diz que as antigas quadras dos seringais que estavam sob a posse dos seringueiros por meio de cessão dada pelo Ministério da Agricultura, foram compradas ou ocupadas pelos produtores de soja, já que eles vieram com muito dinheiro e os moradores da cidade que detinham 16 hectares de terra, achavam que era uma boa oportunidade “de tirar o pé da lama”.

Então eles conseguiram esses 16 hectares e vendiam, barganhavam, barganho não, eles começaram a vender por pouco, preço reduzido, quase insignificante para quem conhece. Mas para eles que não tinham nada, os seringueiros que nunca tinham visto 3 mil, 5 mil na mão, era espetacular. Aí começaram a entregar terra em banda de lá, certo? E eram os sojeiros: logo, tá pago. Outros foram vendendo um pouco mais caro. Tinha gente que vendia a mais de 50 mil os 16 hectares.

Segundo nosso entrevistado, a soja traz vantagem econômica, mas prejudica o meio ambiente e contrata pouca mão de obra, uma vez que o trabalho é mecanizado. Por essa situação, ele não vê vantagem social para o município. Outro relato apresenta o impacto da soja na vida da cidade

Como são produtores que já vinham desenvolvendo no Sul, no Mato Grosso, as suas lavouras. Ao chegar aqui, eles começaram a utilizar grandes áreas pra exploração da soja, do milho, do feijão do arroz, né? E é evidente que isso criou um impacto muito grande na cidade. Com essa abertura ao redor da cidade, até mesmo, e não diria dentro da cidade, porque na época a cidade era considerada só mesmo um centrozinho. Mas ao redor da cidade isso criou um impacto muito forte (PASTANA, Abril, 2011).

O prefeito fala ainda que o trabalho manual realizado pela população é bem diferente daquele mecanizado desenvolvido pelos recém-chegados (os “de fora”). Um ex-funcionário dos produtores de soja, de 28 anos, reforça essa opinião ao falar da experiência e do trabalho que desenvolveu como tratorista. Relembra dos seringais e das áreas de floresta derrubadas e da diferença da técnica usada pelos produtores de soja.

Eles trouxeram tecnologia nova, né? [...] Na verdade era novo pra todo mundo, né? Plantio mecanizado. Porque aqui era tudo, tudo mesmo, a cultura era no machado, no facão.

Esse tratorista diz que não concorda com a ideia de que os produtores obrigaram as pessoas a venderem as suas terras. Tomava ele, como exemplo, a posição de seu sogro e sua sogra que, mesmo sendo procurados, resolveram se manter no lugar.

Na verdade, que sempre eles falam e eu concordo com eles. Eles não se apossaram de terra de ninguém. As pessoas venderam as terras sem ter posse definitiva nem nada. Mas venderam. Então, eles não tomaram terra de ninguém aqui não. Eles venderam porque quis. O meu sogro não vendeu, o meu sogro tem duas quadras e meia de terra. É hectare né? É duas e meia, aqui. Não vendeu. [...] Eles não venderam por dois motivos: sempre a terra foi a

vida deles, o sustento deles. E outra coisa que eles já, não sei não, mas eles têm outra cabeça. Tá guardadinho lá na mata mesmo, tudo ajeitadinho.

Em seguida, fala da vida que ainda se desenvolve nas antigas quadras dos seringais

Na Estrada 8. Ali quando você passa perto de casa, você vira mais pra trás, é só mata. Eu tenho, por exemplo, tenho 200 metros que é o terreno mesmo que vai da rua, ali atrás eles plantam. Desses 200 metros até chegar lá ela plantou capim. Aí tem uma quadrinha de macaxeira, uma quadrinha mesmo jerimum, que ela gosta [...] ela tem um sítio com laranja também [...] tem um pedacinho de pasto, que ela tem umas vaquinhas lá, um negócio de leite... Pessoas assim que foram criadas e até hoje... Eu sei que eu admiro muito o que eles fizeram e não venderam. E porque também é por isso que eu tenho esse lado. O meu pai também tem terra e não abre mão.

Um vereador fala da estratégia de comprar a terra de um vizinho, como forma de pressionar aquele morador que não quer sair, que “cercado” pela soja é obrigado a vender o seu lote, ou seja, uma pressão indireta para a venda.

Na verdade isso é um grande problema que a gente precisa trabalhar uma política pra isso, porque o sojeiro compra uma propriedade aqui, o agricultor que faz resistência pra vender a propriedade aqui, não quer sair daqui, mas o vizinho vende a outra do outro lado. E aí ele fica cercado. Como ele não tem a condição para eliminar os insetos. O sojeiro elimina da lavoura dele né? E o que resta lá vem pra a lavoura do pequeno. E aí ele fica sem condições. Ele acaba se desestimulando e vendendo também a propriedade dele. Então automaticamente o sojeiro vai abarganhando toda uma área de terra aí, forçado, digamos assim, automaticamente.

Um deslocado pela soja, hoje vivendo nas imediações da cidade de Belterra, relatou a sua experiência de vida diante do acontecido. Esse agricultor, de 64 anos de idade, foi obrigado a vender seu lote na localidade rural de Tracuí, no município de Santarém, onde trabalhava desde os 14 anos de idade com seu pai, também cearense, e sair com a família. Os vizinhos foram vendendo os lotes para os produtores de soja e ele, pressionado, teve que tomar a mesma decisão²⁰⁰.

Hoje a comunidade praticamente não existe, pois os “sojeiros” compraram tudo. O preço baixo pago pela venda da terra o levou a comprar um lote menor e completar o pagamento com parcelas de sua aposentadoria²⁰¹. Hoje vive com a família no município de Belterra num lote de 1.600 m², mas teve que improvisar, Com galhos de árvore fez os postes

²⁰⁰ Estudos realizados em Belterra indicam a diminuição da produção de alimentos. “As culturas temporárias são as mais citadas pelos/as produtores/as de Belterra como produtos principais em seus roçados. Nota-se que a produção de feijão caiu 57% entre 2005 e 2006, passando de 726 Toneladas para 310 Toneladas. A produção de arroz também sofreu queda de 28% neste mesmo período, de 50.700 Toneladas em 2005 passa produzir 36.540 Toneladas Entretanto, a produção de milho foi ampliada de 17.700 Toneladas para 21.360 Toneladas, um incremento de 21% entre 2005 e 2006. Já a produção de mandioca vem se mantendo a mesma desde o ano de 2004, ou seja, 37.800 Toneladas” (FASE, 2008).

²⁰¹ Enquanto nos levava para ver a plantação de maniva e frutas (coqueiro, mangueira, caju, limão e banana), ele relatou que parte do lote comprou com a venda de seu antigo lote. A outra, em tamanho menor, de 100m x 100m, comprou por R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) de um vizinho e pagou R\$ 1.000,00 (um mil reais) de entrada e parcelas de R\$ 100,00 (cem reais) por mês com o dinheiro da aposentadoria.

para levar a energia elétrica e com pedaços de mangueira fez chegar a água encanada até sua nova moradia. Este agricultor planta mandioca para fazer farinha e toda produção é para consumo da família, dele e esposa, filhos e netos. O excedente, quando há, é vendido na cidade de Belterra. Tem também uma pequena criação de galinha e uma plantação de frutas diversificadas para sustento da família, cuja manutenção ocupa a sete dias de trabalho por semana sem nenhum apoio governamental.

Na oportunidade, ele nos mostrou as condições técnicas de sua produção, conforme apresentamos nas figuras de 68 a 73. A mandioca de molho, a prensa e a trituradeira, o forno, a caixa para guardar a farinha pronta e o ensacamento manual, feito pela mulher com ajuda do filho.



Figuras 68 a 73: Instrumentos para a produção de farinha.
Fotos: Pereira, J. C. M., 2009.

Esse agricultor mostrou orgulhoso o terreno e disse que planta o que pode usar, não produz para estragar. No ano de 2009, ele fez três tarefas (de 50 m² cada) ressaltando que só tirava a mandioca quando ia fazer a farinha. Feito isto, tinha a quantidade suficiente para passar o inverno.

Em conversa informal um prestador de serviço na cidade de Belterra, nos relatou que esteve numa propriedade na BR-163 e ficou surpreso, pois a área de floresta na frente da propriedade tinha apenas 5 metros de profundidade e uma largura a perder de vista. O resto era uma grande área descampada usada para o plantio de soja. Assim, a “cortina de floresta” escondia o desmatamento. Também chamou sua atenção o seguinte fato: um dia, ao ir para Santarém, viu que o mato na BR-163, nessas propriedades, estar verdinho. No outro dia, seco e morto. Ele se referia ao agrotóxico usado para matar o mato. “Ai era rápido, era só passar o trator e preparar a terra para plantio”, disse finalizando a sua explicação sobre aquela situação.

Uma liderança do STTR de Belterra informou que, com a chegada da soja, muitas famílias venderam seus lotes para os “gaúchos” e migraram para a cidade de Santarém. A baixa indenização recebida e as dificuldades lá enfrentadas não permitiram a permanência dessas famílias na cidade. A única alternativa foi o retorno ao lugar de origem, agora sem a terra para plantar, já que a terra doada pela comunidade assegura apenas o local de moradia e não de produção, pois se trata de terrenos de pequenas proporções. Pessoas entrevistadas em Belterra e Santarém também fizeram uma associação direta entre a mudança no clima e o desmatamento. Do mesmo modo, vincularam as doenças respiratórias em famílias inteiras ao uso de agrotóxico nas plantações de soja.

Com efeito, a agricultura mecanizada se faz agora em outras condições, incorporando os avanços tecnológicos da indústria proporcionados pelo meio técnico-científico-informacional que transformou as práticas agrícolas com o intuito de

[...] Suprir as deficiências do solo; prevenir as doenças das plantas; combater as pragas das plantações; aumentar o rendimento por hectare; fabricar, no laboratório, sementes mais produtivas; construir máquinas para semear, cultivar colher e irrigar o solo; e uma quantidade incomensurável de outras inovações, proporcionando importantes ganhos de produtividade (ELIAS, 2006, p. 285).

Mas vamos ver com mais detalhes como isso se realiza no plano prático.

5.2 “Os de fora”: lógica, prática e tecnologia no uso do lugar

Nesta seção, examinamos duas entrevistas com produtores de soja que têm propriedades em Belterra, um paranaense e um gaúcho, a fim de analisar os sentidos que os mesmos produzem sobre a vida social do lugar, a motivação que preside sua ação, o uso da natureza, as relações de sociabilidade que estabelecem com a população e a tecnologia usada nas atividades econômica que desenvolvem.

A tecnologia usada pela agricultura mecanizada, definida como “agricultura de precisão”, envolve procedimentos sistemáticos e uso de tecnologia de ponta. Vamos apresentar alguns procedimentos adotados por um produtor de soja, para exemplificar essa situação²⁰².

- 1) Limpeza total da área com ajuda de máquinas.
- 2) Análise do solo para identificar sua qualidade por meio de pesquisa (coletas de amostras em pontos diferentes e anotação dos pontos com ajuda de GPS).
- 3) Correção do solo com calcário nos pontos considerados fragilizados, que tem por objetivo tirar a acidez do solo.
- 4) Plantio em linha com adubação química com ajuda de máquina, que contém caixas específicas para adubo e sementes e com espaçamento que pode ser graduado para cada tipo de “cultura” (soja, milho, arroz, por exemplo).
- 5) Uso de informações produzidas pelo Instituto de Meteorologia acerca da periodicidade e intensidade das chuvas. Diante de todo esse aparato é possível pensar o período da plantação preferencial de cada “cultura”.

Aí geralmente prefere plantar no início um milho, um arroz, porque na época de florada dele, ele vai tá pegando bastante chuva. Ele exige bastante água. O milho e o arroz exigem bastante água. É diferente da soja e do feijão. Feijão mesmo, ele exige muito pouco chuva. Então a gente faz essa rotação aí. Plantando arroz que é uma gramínea ou o milho de princípio, no primeiro ciclo de cultura, você tem um espaço depois pra plantar o feijão, que a chuva já está diminuindo, você vai plantar o feijão e vai tá colhendo esse feijão já numa estiagem boa. Esse feijão ele vai tá sequinho, ele vai tá com uma qualidade totalmente superior (PRODUTOR DE SOJA I, Março, 2011).

O maquinário usado são tratores traçados, tratores comuns, pulverizadores, plantadeiras para soja, milho ou feijão, plantadeiras de arroz, niveladoras, aplicadores de cobertura e máquinas de colher e de limpeza de grãos. Alguns produtores têm secadores e armazéns para guardar seus produtos. Já as sementes são compradas nos estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso.

²⁰² O tamanho da área total da família é de 1.350 hectares, mas relata trabalhar em apenas 500 hectares.

Nas figuras de 74 a 77 apresentamos, como exemplo, as sacas com semente, o trator usado na lavoura, os silos onde se guarda a produção de grãos e a máquina que joga inseticida na plantação.



Figuras 74 a 77: Máquinas, insumos e equipamentos usados na produção de soja.
Fotos: Moraes, M. e Pereira, J. C. M., 2011.

Os deslocamentos familiares indicam movimentos iniciados nos anos de 1960, de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul e, posteriormente, Paraná. Em seguida esses fluxos se dirigiram para o Mato Grosso e, mais recentemente, para o estado do Pará.

A prática agrícola do lugar é definida como “primitividade”, “uma agricultura fracassada” que “não sabe nem pra que rumo ir”, uma vez que não tem dinheiro, sementes, fertilizantes, maquinário e assistência técnica por parte do governo. Os agricultores “de dentro” são vistos como aqueles que ainda usam o queimar, brocar e plantar, práticas utilizadas no sul do país nos anos de 1960, como enfatiza o primeiro entrevistado.

[...] Claro que tem que ter essa tecnologia. Hoje você vai lá no Sul, na Região Sul, você chega num sítio, você vê lá às vezes um mini produtor, um pequeno produtor que tem apenas dois, três hectares. Mas ele tem carro zero na garagem, ele tem uma galinha, se você quiser comer uma galinha na hora, ele tem porco, leite, queijo, lingüiça, salame, derivados, tem tudo.

Existem melhoramentos assim, mas não tem, por exemplo, uma empresa de pesquisa que seja só pra desenvolver espécies que melhora a vida de produção rural, que é produzir em menos tempo com grande quantidade e qualidade. É o que acontece é isso: hoje a agricultura

mecanizada ela dispõe aqui de cultura, as sementes que venham pra cá pra gente de fora. A gente compra de Goiás, compra do Maranhão, do Mato Grosso (PRODUTOR DE SOJA I, Março, 2011).

Com a dificuldade de acesso ao crédito privado por conta da ausência de titulação da terra e, nos bancos públicos, por conta de alguns projetos não estarem adequados à legislação ambiental, a única saída para os produtores de soja não capitalizados é contar com o apoio dos fornecedores de peças e equipamentos, serviços e compradores de produtos, que viabilizam o empreendimento dando um “crédito de confiança” ao produtor. Os fornecedores de agrotóxico e fertilizante “conseguem entregar para receber na saca”, “a Cargill e a Mato Grosso [cereais] dispõem de dinheiro para a compra de combustível”, e o serviço de mecânica, manutenção de máquinas e equipamentos pode ser pago depois da venda da produção. No caso da soja, que é comprada pela Cargill, o dinheiro é depositado na conta até três dias depois da venda.

Com base em sua pesquisa sobre o agronegócio no Nordeste semiárido, Elias destaca que

[...] Um dos principais signos da agricultura científica é uma crescente interdependência de com os demais setores econômicos e o crescimento geral da economia, ocorrendo um processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores, formando verdadeiras redes de produção agropecuária. Estas incluem desde a produção agropecuária propriamente dita, assim como fornecedores de máquinas e insumos; prestadores de serviços; agroindústrias; empresas de distribuição comercial; empresas de pesquisa agropecuária; empresas de marketing; empresas de *fast food*; supermercados etc. (ELIAS, 2006, p. 286).

Elias (2006, p. 290) ressalta que essa integração em torno da agricultura científica inclui “a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mãos-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização”. Inclusive deve-se observar a divisão interurbana do trabalho visto que esses são arregimentados no momento da realização da produção, circulação e comercialização da soja.

Nosso entrevistado informa, ainda, que essa rede de apoio à produção da soja rende outros dividendos aos empresários e comerciantes locais, visto que a renda deste produto exige trabalho especializado, produtos específicos em grande quantidade e mão de obra em pequena escala na prestação de serviços, uma vez que, nas áreas de plantação, a oferta de postos de trabalho é limitada, já que o trabalho é mecanizado.

É na época do plantio e da colheita que se precisa mais da mão de obra, entre vinte e trinta funcionários em cada propriedade, por uns oito meses durante o ano, por meio do contrato temporário de trabalho. São operadores de máquina ou trabalhadores que ajudam no plantio, no abastecimento da plantadeira com semente e adubo, no carregamento das sacas, no

beneficiamento da semente, no tratamento da plantação com uso do agrotóxico e fertilizante e no conserto de máquinas e equipamentos.

Destaca que a hierarquia funcional tem a ver com a especialidade da mão de obra e que é determinante tanto para o tipo de trabalho que se vai realizar, quanto para o salário que se vai receber.

Pessoas mais responsáveis que existe uma carga de responsabilidade maior nas costas dele, onde ele gerencia outras equipes, essas coisas, esse aí tem um salário maior. E existe também a questão de produção, porcentagem de produção para o gerente. E pessoas que exercem um trabalho de mais dificuldade também têm um salário maior e vai sendo, vai degradando conforme, questão manual né? Pessoal que às vezes dá uma ajuda, um ajudante, um assistente, às vezes tem um salário menor (PRODUTOR DE SOJA, I, Março, 2011).

Sobre o uso de agrotóxico na propriedade, ele observa que

Hoje os produtos aprovados pelo Ministério da Agricultura e pela Vigilância Sanitária. São produtos desenvolvidos em cima de um padrão de tecnologia que, quanto menos toxidade, melhor. Hoje você mexe com um produto, aplica um produto e não tem dano ao meio ambiente, por exemplo, ele se perde rapidamente. O que a planta ali absorveu, o que não absorveu ele se perde, ele se decompõe, ele não fica ali permanente como se fosse um material radioativo (PRODUTOR DE SOJA I, Março, 2011).

No restante ano, o número de empregados fica em torno de três ou quatro com carteira assinada. “O forte da agricultura mecanizada não é gerar emprego na propriedade”, o emprego é gerado na industrialização dos produtos que pode ser exemplificado pelo descascamento, tratamento e embalagem do arroz. Isso precisa das máquinas e da empresa de plástico. No supermercado, precisa estocar e arrumar nas prateleiras. “É uma cadeia de empregos em cima do mesmo produto até chegar ao produtor”. O milho tem derivados para o consumo humano e para a produção de ração animal para criadores, que, por sua vez, abastecem o açougue que vende a carne.

O entrevistado apresenta outros benefícios com a atividade da soja.

Hoje você encontra soja na margarina, nos leites infantis, nos leites de adulto, esses leites todos enlatados: leite em pó, você vê lá; lecitina de soja... Vê algum derivado de soja. O óleo de soja, por exemplo, a soja hoje vai pra industrialização de esmagadora. Quantos mil empregos têm hoje em indústria que esmaga soja, para produção de óleo, para tirar o farelo, o farelo da soja que vai para produção de concentrado. O concentrado animal ele contém hoje 62% de soja, farelo de soja, depois de extraído o óleo. A parte do processo de torragem. Torra ela e hoje produz o concentrado. Hoje produz uma ração pra engorda de frango, de suíno, de bovino, né? Você encontra hoje medicamento à base de soja (PRODUTOR DE SOJA I, Março, 2011).

Outra questão nos chamou atenção no momento da entrevista. O produtor afirmou ter dado dinheiro a um ex-mandatário de cargo municipal para assegurar a sua permanência na terra. Segundo ele, essa “comissão” consumiu R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para regularizar a

sua situação²⁰³. Em relação ao atual prefeito, observou que tinha certo “medo” por ele ter sido coordenador do IBAMA na região. Naquela época, diz ele, “o IBAMA andava perseguindo a gente”. Mas faz elogios à conduta do prefeito em tentar melhorar a vida das pessoas do município e pelo diálogo que estabeleceu com os produtores de soja.

Em nossa segunda entrevista, o produtor é oriundo do Rio Grande Sul na fronteira com a Argentina. Deslocou-se primeiramente para o Mato Grosso e, em seguida, para a região oeste do Pará onde tem terras no município de Santarém e Belterra. Está por lá há seis anos. Tem 42 anos e formação universitária. Planta dois mil hectares de soja em Santarém e Belterra e comenta que no estado do Mato Grosso, seu vizinho plantava 42 mil hectares e que, por lá, quem planta mil hectares é considerado pequeno. Segundo ele, no ano de 2011, nesses dois municípios, todas as 450 famílias de produtores plantaram 30 mil hectares dos 70 mil disponíveis, de acordo com o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE). Observa que no Mato Grosso esse total é de 400 mil hectares, já que este estado é o maior produtor do País.

Este entrevistado reconhece que a base da atividade agrícola local é feita por pequenos produtores, mas critica o uso do trabalho manual, que define como “arcaico”, por torná-los dependentes dos programas sociais do governo. Também reclama que, em Belterra, falta mão de obra capacitada e disponível para o trabalho braçal. Esta é buscada na área rural e urbana de Santarém e no recém-criado município de Mojuí dos Campos. Essa “acomodação” da população local, dos “de dentro”, seria motivada pela aposentadoria recebida pelos antigos funcionários da CFIB. Mais que isso, sugere que no Norte as pessoas seriam menos afeitas ao trabalho por conta da “generosidade da natureza”.

A natureza sempre foi muito generosa no Norte. Eu acho que por isso que às vezes erroneamente algumas pessoas falam que o caboclo trabalha tanto. Mas eu vou dizer assim, numa região que a natureza é tão generosa, você naturalmente, você não precisa se esforçar tanto, vamos dizer assim. Então disso, vem uma questão talvez se pegar do tempo indígena, talvez até milenar.

[...] Então é o seguinte: o que falta é uma especialização das pessoas. Também tem, você deve ouvir isso, como é algumas pessoas falam, vocação: ah, a região não tem vocação. Eu vou ser até duro: se você olhar pelo que acontece em Santarém e em Belterra, que vocação natural tem, se você não tem nada e as pessoas não sabem nada? Talvez pra prostituição seria vocação. Então o turismo sexual que existe aí. E que todo mundo faz olho grosso, mas que os gringos vêm aqui pra pega as meninas de menor aí, que existe isso. Então será que a vocação é essa? Não, eu acho que se você tiver uma indústria e tiver treinamento, essas pessoas vão ter a vocação pra isso. Porque tem que ter um fomento pra geração de emprego. Porque não tem como o governo alcançar através dos programas sociais a vida inteira assim. Então a gente tem uma preocupação pessoal grande em relação a isso (PRODUTOR DE SOJA II, Março, 2011).

²⁰³ Situação semelhante foi relatada por outro produtor de soja durante as reuniões de elaboração da Lei do Plano Diretor Participativo de Belterra, no ano de 2006, quando afirmava ter pago R\$ 80 mil (oitenta mil reais) para um membro do governo municipal no início dos anos 2000 para ter acesso às terras do município. Diante disso, argumentava que não havia nada de irregular com sua propriedade, visto que ela havia sido comprada. Situação presenciada pelo autor.

Assim, podemos identificar no teor do discurso desse produtor de soja uma argumentação baseada no determinismo geográfico, na visão etnocêntrica do homem amazônico e na ideia de espaço como vazio demográfico e cultural, conforme apresentamos anteriormente com base nos estudos de Trindade Jr (2003).

A sociabilidade dos “de fora” estrutura-se a partir da evitação da convivência com “os de dentro”, como uma sociabilidade apartada da vida da cidade, embora o discurso do entrevistado contenha certo teor de cordialidade, ao afirmar que, em Belterra, “as pessoas são acolhedoras”, “são pessoas simples”, com as quais guarda relações de “amizade”. Mas o círculo social de pertencimento e convívio é desenvolvido com os próprios pares, em atividades coletivas que acontecem na localidade de São José, como churrascos, festas e encontros semanais, ou em atividades promovidas pelo Sindicato Rural de Santarém para os seus associados.

Nossa atividade de lazer assim é como uma família normal, não tem muito de diferente assim: vai à praia, existe o pessoal da agricultura que tem clube no planalto ali que é no São José, que tem um pessoal que vai muito lá. Nós do próprio Sindicato Rural temos alguns eventos, que é uma feira agropecuária, uma vez por mês tem uma janta de confraternização. A gente tem integrado socialmente todas essas atividades que tem dentro de Santarém, cada um, uns que gostam mais, outros gostam menos, por exemplo, de festa, dependendo do tipo [...] (PRODUTOR DE SOJA II, Março, 2011).

O mais comum foi encontrar os funcionários desse grupo social em algumas atividades na cidade, como na praça ou pizzaria, conversando e convivendo, especialmente, com os mais jovens. Como não são muitas as famílias vivendo em Belterra (fala-se algo em torno de 25), ficou fácil identificar que um desses produtores casou com uma jovem da cidade e constituiu família no lugar. Mas isto se constitui em exceção.

São pessoas com conhecimento técnico do que fazem, com opções políticas definidas e posições politizadas, embora um deles tente negar os enfrentamentos existentes naquela região justificando que “Se não há morte”, não há conflito como aquele que acontece no sudeste do Pará.

Sobre as vantagens da soja, o produtor argumenta que ela gera empregos (cada emprego gerado no campo corresponde até seis gerados na cidade) e melhora a vida das pessoas empregadas nessa atividade, uma vez que os produtores pagam mais de um salário mínimo, assinam carteira profissional e garantem os direitos trabalhistas. Assim, os funcionários têm boas casas, com ar condicionado, televisão, alguns têm moto. Tudo isso, comprado com o salário que recebem desse segmento.

É uma “*comodity* fantástica que gera tantas divisas para o País e não ocupa uma área tão substancial assim”, que paga os impostos e produz-se com base na preocupação ambiental,

que, inclusive certifica e fiscaliza o cumprimento dos acordos estabelecidos. Só em suas propriedades tem 20 funcionários. O discurso inclui também a preocupação com a preservação das áreas permanentes, das matas ciliares, dos rios da região e a punição dura para aqueles que infringem a lei: o “cidadão fez crime, cadeia, até tomar a propriedade” dele ou criar “a taxa de abuso do rio” para aqueles setores responsáveis pela poluição.

Diz o produtor que a relação política com o prefeito é boa, que são “parceiros”, já que participa do Conselho Rural e Social do município de Belterra e atende pedidos da Prefeitura.

Sempre que o prefeito nos requisita a gente procura ajudar, também o prefeito tem umas máquinas, tem um trator de esteira, a gente tem caminhão, transporta pra Prefeitura para esses assentamentos e pra agricultura de pequeno porte, a gente transporta sem custo. Então a gente é parceiro assim. Acho que no futuro podemos fazer mais (PRODUTOR DE SOJA II, Março, 2011).

Do mesmo modo, os adversários políticos já estão identificados e definidos como “as ONGs estrangeiras”, “os ambientalistas” e a “Igreja Católica”, os “do contra”, “os sem propostas que falam muito, mas não apresentam nada”.

Relata que a produção da soja tem mercado certo na Europa e que vem, principalmente, por meio de balsa da região do Pirecis, no Mato Grosso, e de Rondônia até o porto de Santarém. De lá, segue de navio que tem a capacidade para transportar até 40 mil toneladas por viagem. Desse total, o montante produzido em Santarém e Belterra fica em 1% do total embarcado. O Grupo McDonalds é o maior comprador da soja que vira hambúrguer em suas lanchonetes espalhadas pelo mundo. Diz ele que o mercado da soja é regulado pela Bolsa de Chicago, e que o valor pago, em março de 2011, pela saca de sessenta quilos foi de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).

Como atividade produtiva, inclui-se a alternância do uso do solo. Alguns plantam entre cada colheita da soja, milho ou sorvo. Este produtor também cria cavalos e usa inseminação artificial como mecanismo de reprodução dos animais. Existem aqueles que também produzem feijão e arroz.

São claros os elogios às políticas do governo federal, mas crítica a falta de assistência técnica aos projetos e a fragilidade do acompanhamento e da cobrança dos resultados, que são apresentados como aspectos negativos. Por fim, destaca que a não regularização da posse da terra cria empecilhos na hora de conseguir o financiamento.

Na percepção deste nosso segundo entrevistado, produtor de soja, os pequenos agricultores não têm a capacidade de administrar o dinheiro público recebido, nem “vocações” e interesse de trabalhar na terra. Daí, o fracasso das iniciativas do governo em relação a esse segmento. Assim, conclui que a terra “mal usada” deve estar disponível para que a soja possa

ocupar grandes extensões de terra, produzir em grande escala para o mercado internacional e gerar riquezas e novos postos de trabalho na região.

Este discurso não considera o que a agricultura mecanizada desestrutura, visto que, segundo suas premissas, o lugar é destituído de vida organizada. A outra questão a ser observada é que o olhar desse segmento se volta para as terras que ainda estão protegidas por algum tipo de legislação ou para aquelas que ainda não foram incorporadas ao mercado de terra da soja, conforme podemos aferir pelos discursos abaixo.

São 2 milhões e 700 mil hectares nos municípios [Santarém e Belterra]. Considerando que esses dois municípios têm levantado pelo Zoneamento Econômico-Ecológico, o último zoneamento que foi feito, o segundo, aliás, detectado nos dois, nós temos mais ou menos uns 500 mil hectares de área antropizada. Destes 500 mil utilizados mesmo, nós temos, pra agricultura aí se der uns 70 mil entre soja, milho, arroz... Então nós usamos muito pouco do nosso espaço aqui ainda e sem necessitar, por exemplo, adentrar as áreas de floresta virgem e esse tipo de coisa. Hoje a atividade de soja usa juntando os dois municípios, em torno de 1.2% da área (PRODUTOR DE SOJA I, Março, 2011).

Hoje já foi feito um levantamento, Santarém e Belterra têm 3 milhões e 100 mil hectares [...] se a lei permite 20 % isso daria direito de 1 milhão de hectares, já daria direito de 200 mil hectares. De 3 milhões já daria direito 600 mil hectares. Estão sendo cultivados hoje 20 mil hectares. A produção de soja hoje está sendo em torno de 1 milhão de sacas. 1 milhão de sacas são 20 mil hectares. 20 mil hectares lá no Mato Grosso às vezes é um produtor só (PRODUTOR DE SOJA II, Março, 2011).

Para situações dessa magnitude, as mensagens das campanhas educativas que postulam a conversão individual por meio da tomada da “consciência ecológica” pouco ajudariam, conforme propõe Acselrad (2004) ao analisar os conflitos socioambientais. O “homem” predador neste contexto pertence a uma classe social abastada, dispõe de capital para bancar o empreendimento, de apoio político e institucional, de tecnologia de ponta e da certeza da impunidade diante das fragilidades governamentais em relação à fiscalização e ao fazer cumprir a lei, embora em seu discurso afirme seguir a lei e se revele injustiçado e perseguido pelos órgãos estatais ligados ao meio ambiente.

A imagem do satélite Quickbird, disponibilizada pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), nos dá a dimensão do impacto dessa atividade econômica na cidade de Belterra e seu entorno (figura 78). Nela podemos observar as áreas desmatadas pelos produtores de soja.

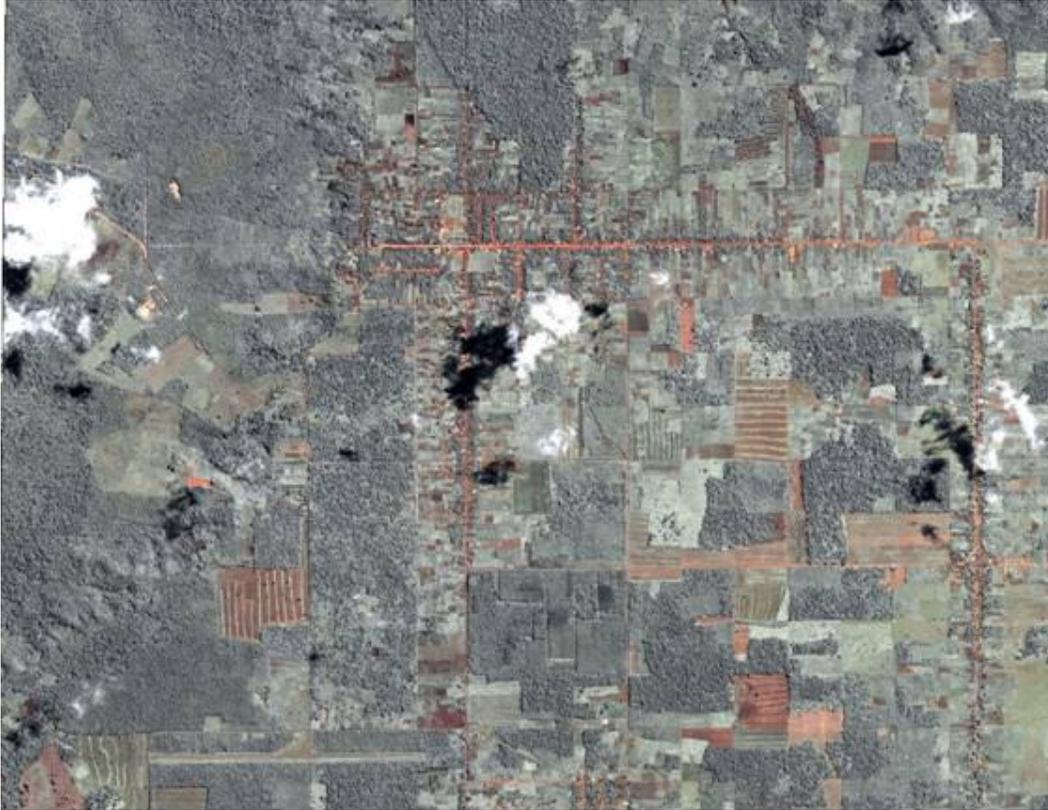


Figura 78: Imagem de satélite da cidade de Belterra, 2004.
Fonte: Serviço de Proteção da Amazônia (SIPAM).

Depois de apresentar o que pensam os produtores de soja sobre o lugar e sua gente, agora faremos o caminho inverso: traremos o que as pessoas do lugar pensam sobre os recém-chegados à região.

5.3 O que pensam os “de dentro” sobre os “de fora”

Nesta seção, analisamos várias entrevistas dos moradores do lugar com o objetivo de identificar suas percepções sobre esses temas em suas narrativas. Seleccionamos alguns poucos trechos, para demonstrar as percepções e representações dos “de dentro” em relação ao contexto vivido com a chegada da soja e a um de seus principais atores, os produtores de soja.

A população local apresenta os produtores de soja como os responsáveis pelo desmatamento na cidade e pela mudança do clima. “Gaúchos” e “sojeiros” são os termos de nomenclatura destes. Embora existam produtores de soja paranaenses, matogrossenses,

catarinenses, “gaúcho” é o termo de classificação operado pelos moradores da cidade para os “de fora” que produzem soja²⁰⁴.

Aliás, esta é uma queixa de um produtor de soja que não é gaúcho e se incomoda com a generalização do termo. Diz ele que, na época da chegada à região, a relação era de desconfiança e preconceito contra os “de fora”.

Hoje tem já uma amizade, uma visão diferente. Na época que a gente chegou aqui, as pessoas tinham muito preconceito da gente que chegava né? Podia chegar de qualquer região, chegava aqui era gaúcho. Pode ser um cearense. Sendo meio branco é gaúcho, é gaúcho. Então tinha essa distinção aí. Hoje mudou muita coisa. Acabou aquela pressão porque a própria população aqui ela tinha uma pressão com o pessoal que chegava de fora. Hoje já tem uma visão diferente, até onde eu sei a gente tá se dando muito bem (PRODUTOR DE SOJA I, Março de 2011).

Pessoas que moram às proximidades das plantações relatam doenças respiratórias em adultos e crianças, mau cheiro e moscas que invadem as residências. Também identificam os mecanismos de sedução de famílias para a venda da terra, como oferta de dinheiro, carros e motos, além de outras situações.

Tá mais quente devido à desmatção. Não há mais aquele friozinho, por isso, sempre procuramos os rios e igarapés.

Todas as casas têm aquela barraquinha de palha no fundo do quintal que é pra se refrescar.

Está muito quente por conta da devastação provocada pelos “gaúchos” por causa da plantação de soja. Na estrada nove, que leva ao Aramanai e Maguari era mata fechada, mas agora não tem mais, até as próprias castanheiras, pequiazeiros, as plantas nativas não têm mais.

Eles desmataram tudo, mas o solo não deu para a plantação, eles abandonaram tudo.

Muita gente vendeu, mesmo as pessoas que moravam aqui trocaram seus terrenos por moto, carro velho, pouco dinheiro e foram morar na periferia de Santarém. Hoje em dia os terrenos estão abandonados. Na estrada da revolta teve muita gente que trocou os seus terrenos por besteira, achavam que R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) era dinheiro [...] teve gente que já voltou tentando comprar terra para construir.

Há 20, 30 anos atrás Belterra tinha outro clima, é a “desmatção” às proximidades da área urbana. Antigamente o clima era de montanha, para tomar um banho no fim de tarde era necessário jogar uma bolinha antes. Quando eu ia buscar minha mãe de bicicleta que, trabalhava no hospital Henry Ford, tinha aquela névoa.

Quando começou a chegar, em Belterra, os “sojeiros”, aí a coisa piorou, porque se desmata a tendência é esquentar.

²⁰⁴ Processo semelhante foi identificado por Elias (2006, p. 42) em seu estudo sobre o agronegócio no Nordeste semiárido. Diz ela, “os chamados gaúchos, que são também paulistas, paranaenses, entre outros, normalmente já são oriundos de outras fronteiras anteriormente ocupadas, constituindo, muitas vezes, a terceira ou quarta geração, se considerarmos os primeiros a iniciar o processo migratório, geralmente, seus pais, avós e outros familiares”. Do mesmo modo, convém destacar que Belterra não é a “cidade do agronegócio” como definiu Elias (2007), já que essa atividade gera poucos empregos e não distribui renda na cidade. Nem tampouco dela depende, visto que a cidade, a ela não pode oferecer nem trabalho especializado nem produtos, máquinas e equipamentos necessários ao processo produtivo, embora nela e, nas imediações desta, se localizem as plantações de soja e os conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004) decorrentes daquela ação.

Aqui na estrada 1, depois do hospital, quando chegou os “gaúchos” para lá, toda aquela área era de mata, ele derrubou e começou a plantar milho, arroz e soja, e ele começou a usar agrotóxico que deixou um cheiro forte e as casas próximas foram invadidas pelas moscas, muito prejudicial para as pessoas, principalmente, para as crianças.

A nossa mata aqui já foi praticamente devastada na área urbana. Se você andar daqui pra Santarém, pela estrada 1 dobrando sentido a Alter do chão. Onde vai a Jatobá, você vai ver que tem muita mata derrubada. Muita mata foi pro chão. A mesma coisa sentido ao rio. Você anda sentido Aramanaí/Pindobal, você vai ver derrubada muita árvore [...] área de mata virgem derrubada. E isso tá contribuindo muito pro desmatamento e até pro clima.

O povo que veio de fora do Mato Grosso, do sul tem uma cultura diferente da nossa. A gente pesca, a gente caça sim. Mas meu pai me ensinou: ‘meu filho só mate aquilo que você comer’. A gente não vai pro mato pra matar uma preguiça, um tamanduá. A gente vai pro mato pra matar um tatu, uma paca traz pra casa e come. Quando gente vai lá, a gente nunca mata em excesso. Assim, a natureza pode se reconstituir.

Se você for na cultura deles, eles vão matando tudo, destruindo tudo.

Se você não cuidar do que tem aqui hoje, como você vai querer o amanhã.

Eles fizeram, por exemplo, a estrada 6. Se tu andar ali na estrada 6, da ponta dali da Jaguar, até na 5, na EMBRAPA, de um lado e de outro eles devastaram. Hoje em dia tu vê, não tem nada de plantio deles, eles acabaram, tinha umas castanheiras [...] eles derrubaram tudo. Plantaram, tudo bem, para eles lá foi bom. Daí veio a doença, esse negócio de falta de ar, que existe, que a gente via que não existia, mas não era muito. Hoje em dia todo mundo vai passar no médico vai passar por esse problema de falta de ar. Por quê? O veneno, o veneno que ainda está na terra.

Veio o progresso pra cá que a gente pensava que ia ter trabalho e tal, não, quando eles chegam aqui já com seu trator e tal e continua o mesmo desemprego. Se não for a Prefeitura. Então não foi bom negócio.

A narrativa de um criador de abelha sem ferrão (melipossicultor) relata a mudança no clima por conta da “derrubada de muita mata”²⁰⁵. Segundo ele,

Quanto menos área de mata, menos área para que a abelha vá buscar o néctar, o pólen, e tudo que ela precisa para viver lá, já que elas precisam de um raio de mil a três mil metros para se deslocarem.

Nesse caso, o deslocamento das abelhas chegaria até as áreas onde se localiza a soja. Observa ainda que vários criadores estão cercados por ela, e quando há pulverização do inseticida, o veneno vai matando os enxames das abelhas, além de contaminar o mel. Lamenta ele que, com essa situação, os criadores nunca conseguirão o “selo orgânico” para o mel que produzem. Do mesmo modo, preocupa-se que o uso do agrotóxico possa provocar a esterilização das abelhas²⁰⁶.

Fala ainda da distância existente entre as promessas do progresso para a geração de emprego, e como isso se dá na prática.

²⁰⁵ Nosso entrevistado esclarece que quem cria abelha com ferrão é chamado de apicultor, já os criadores de abelha sem ferrão são chamados de melipossicultores.

²⁰⁶ Ver o mapa de uso e ocupação do espaço da cidade na página 219, onde se pode visualizar que os produtores de soja se instalaram às proximidades dos produtores de mel.

Porque quando foi para começar a soja aqui saiu aquele negócio que você viu: não, a soja vai vir, vai trazer progresso, vai trazer emprego, vai trazer desenvolvimento, é a coisa que a gente não vê porque na realidade só traz desenvolvimento para quem é dono da soja, só traz progresso para quem é o dono. Porque geração de renda mesmo pra Belterra, não vejo gerar renda, e o impacto que eu acho ambiental, acho um impacto muito grande pra gente.

Para explicar como se deu o impacto ambiental, nosso entrevistado remete a uma Belterra do passado próximo e ressalta como a soja é estranha à vida do lugar.

Uma coisa que a gente percebe que se você for olhar bem, não tem nada a ver com Belterra eu não sei, mas quando a gente não tinha essa soja no nosso redor, Belterra era bem fria, era uma temperatura mais agradável. Hoje já esquenta muito. Tem esses fenômenos que alterou vários lugares do mundo, não só aqui, mas eu acredito que a soja também teve um impacto muito grande nisso. Animais que a gente via, a gente via muitos animais aqui em Belterra, hoje a gente não vê mais, né?

Na entrada da cidade, às margens da BR-163, a localidade do trevo sofre com a atividade que cerca as casas, a escola municipal e o posto de saúde existente no lugar²⁰⁷. Relata um vereador do PMDB, 43 anos, que durante a realização do nosso trabalho de campo tentava uma sessão especial na Câmara para discutir o assunto, e em tom de desaprovação nos diz:

Rapaz é o seguinte: eu não sou contra o desenvolvimento da soja, eu sou contra a atitude que os sojeiros tão fazendo. Eles tão trabalhando praticamente dentro da casa. E eles ficam passando insumo muito forte né? E isso vem prejudicando a população principalmente quem mora ali entre o portão do Trevo, aquela comunidade ela tá sofrendo muito devido o sojeiro não respeitar a parte da população.

[...] No colégio Vitalina Mota a gente teve pessoas que já passou mal, né? Na hora que tava passando o produto tóxico e foi obrigado a diretora procurar o operador da máquina que tava passando e paralisar serviço. E não é só isso não. Eles deixam de passar na semana porque eles sabem que tem fiscalização, passam no sábado, porque sábado e domingo eles sabem que ninguém vai fiscalizar, então faz isso.

[...] Eu não tenho nada contra eles, até hoje ainda não tive nenhuma discussão com eles, mas você sabe né? O pau só quebra do lado mais fraco. Não dá de confiar muito nesse povo não (VEREADOR DO PMDB, Março, 2011).

A figura 79 traz a plantação de soja e à esquerda, a Escola Vitalina Mota e a Unidade de Saúde para ilustrar a situação apresentada pelo vereador.

²⁰⁷ Visitamos a localidade de São Francisco da Volta Grande (Trevo), que é sede do distrito político-administrativo, do mesmo nome, criado pela Lei do Plano Diretor Participativo de 2006, e fica a 15 minutos de moto do centro da cidade. Conversamos com uma moradora que nos informou que lá vivem 210 famílias, em sua maioria mulheres e casais com muitos filhos que variam de 2 a 6 por casal. As pessoas vivem dos salários da prefeitura, da aposentadoria e dos serviços prestados aos “gaúchos”. Outras famílias vivem da plantação de milho, arroz e mandioca em lotes coletivos, mantidos pelo trabalho familiar, cujo resultado é dividido entre os parentes envolvidos na produção. Poucos trabalham com a criação de galinha.



Figura 79: plantação de soja ao lado da Escola Municipal e da Unidade de Saúde.
Foto: Pereira, J. C. M., 2011.

Outro entrevistado fala da preocupação de ficar marcado pela denúncia que fizer. Isso pode ser identificado em várias entrevistas, onde vários informantes, ao relatarem as situações que consideravam problemáticas pediam para não serem identificados.

E a partir que um de nós denunciar eles, vão ficar marcando quem foi lá penalizar eles, vão ficar marcando quem denunciou.

Conversamos com o presidente da Câmara de Vereadores, do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre os problemas que acontecem na localidade do Trevo e que afetam em torno de 100 famílias.

Eu vejo um pouco, eu diria assim, até ameaçadora para a população, o que diz respeito à saúde né? O risco da saúde das pessoas. Inclusive nós já temos discutido isso aqui na Câmara, com relação à soja que tá sendo plantada ali na margem da BR-163, principalmente de lá e quando eles vão aplicar o inseticida lá, o agrotóxico lá na área deles na lavoura, o vento traz todo o odor, digamos assim, do veneno né? Pra cima das casas que estão do outro lado da BR e prejudicando a população ali. O pessoal não tá se dando bem, inclusive já foi acionado o Ministério Público, e ele já fez um acordo e não foi cumprindo. Então, nós tamos averiguando agora a situação pra poder tomar nova providência (VEREADOR DO PT, Março, 2011).

Ressalta ele a possibilidade dos produtores de soja se deslocarem de perto das residências na cidade, por conta do uso do agrotóxico que prejudica a saúde da população e

porque estão localizados dentro área de expansão urbana, conforme diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Municipal.

E com relação aqui dentro da cidade, ainda tem a presença também da soja, mas ela está mais fora ainda da área urbanizada, né? A área que nós temos urbana já definido e que liberado pela União para o município, não tem sojeiro dentro dessa área. Mas tem nas proximidades que vai causar problema. Mas eu acredito que com a expansão da cidade, os sojeiros vão ter que se retirar da área né? E liberar a área pra população.

Aí pega [as estradas] 5, a 1 e aí esse trecho pra cá da 4 e esses outros trechos aqui. Então aquela parte ali que tem aquele outro plantio de soja na Estrada 6 ali, né? Que eles trabalham com lavoura ali, aquele miolo que eu digo, que é uma área de expansão urbana, mas hoje ela não é urbana dentro do documento que a gente tem: 2.700 hectares. Mas o Prefeito solicitou da União, as 473 quadras pra área urbana né? Infelizmente não foi liberado isso ainda (VEREADOR DO PT, Março, 2011).

Sobre a perspectiva de resolução do conflito, o presidente da Câmara acredita que haja uma saída pacífica que contemple a “agricultura familiar” e os produtores de soja sem que haja necessidade do atrito.

Olha, a questão do Trevo, nós discutimos essa semana agora né? Em tão nós ainda não temos uma posição. O que nós queremos é resolver a questão pacificamente. Não queremos assim entrar num atrito, porque entendemos que a produção, a monocultura, por exemplo, para agricultura empresarial ela é fundamental também, ela é importante para o país, pro município, mas, é... Então que trabalhar em harmonia: a agricultura familiar e agricultura empresarial, a monocultura. A gente trabalhar em harmonia, as duas. Não pode apoiar uma e menosprezar a outra, acho todas duas são importantíssimas (VEREADOR DO PT, Março, 2011).

Um integrante do *staff* do governo municipal fala-nos do comprometimento da produção das frutas e da água para beber em lugares onde não há água encanada e da irritação nos olhos das pessoas.

Belterra era um celeiro de frutas. Hoje tá muito chato, praticamente não se vê mais laranja, né? Que sempre foi muito forte em Belterra. O cupuaçu nosso tá muito comprometido. Até a gente tá encomendando um estudo pra EMATER pra ver o que pode fazer. Porque o cupuaçu produz muito, mas se aproveita muito pouco. Os frutos estão completamente contaminados, assim, apodrecem na árvore antes de cair e a gente acredita que isso seja efeito desse uso aí descontrolado do agrotóxico.

[...] Irritação nos olhos, tosse, a pessoa fica espirrando muito, dificuldade de respirar, são as maiores causas disso aí. E o que é pior de tudo isso é que tem algumas localidades dessas onde não tem água encanada, as pessoas sempre têm um depósito de água na rua, uma caixa d'água, um camburão, ou outro recipiente pra receber água que vai do [carro] pipa e essa água ela acaba sendo contaminada. E ela vai pro consumo humano, pra beber, pra cozinhar (SECRETÁRIO, Março, 2011).

Ele também reclama da falta de estrutura e de técnicos em sua secretaria para realizar uma ação mais efetiva diante da grave situação. Repete o teor de outras falas já apresentadas anteriormente, como a soja às proximidades das residências, do hospital e de escolas, também faz referência ao envolvimento do Ministério Público na tentativa de resolver a questão por meio de um termo de ajustamento de conduta no qual participaram também o sindicato

patronal (SIRSAN). Na oportunidade, pode perceber o descaso do órgão de fiscalização do governo do estado que dizia desconhecer a situação. A contradição no discurso do representante desse órgão, segundo o secretário, é que a sede se localiza a 100 metros de distância dessas plantações de soja.

[...] O que ficou claro lá nessa primeira audiência, é que a competência, porque tudo tem competência, fiscalização né? Então a competência da fiscalização, do controle, da orientação e da aplicação desses produtos na agricultura, é a ADEPARÁ. E a ADEPARÁ no município não cuida disso. Inclusive eles têm um escritório ali na BR, não dá talvez 100 metros da onde acontece essa pulverização aí em Belterra. E finalmente, o gerente lá, o representante da ADEPARÁ que estava lá, ele disse que desconhecia que acontecia isso. É uma tristeza o cara que é o representante do órgão dizer que desconhece um problema desses que tava a 100 metros do escritório dele. Inclusive quando tão aplicando lá testemunha lá da área diz que os do escritório também vão embora, porque eles também não suportam ficar lá dentro do escritório (SECRETÁRIO, Março, 2011).

Apresentamos algumas imagens das grandes extensões da soja no entorno da cidade (figuras 80 e 81).



Figuras 80 e 81: Campos de soja nas imediações da cidade.

Fonte: Pereira, J. C. M., 2009 e 2011.

Contudo, os produtores de soja têm o apoio de alguns parlamentares da Câmara de Vereadores de Belterra, como o da vereadora do Partido Democratas, de 37 anos, que vê neles a possibilidade do “desenvolvimento” e da geração de emprego, conforme observamos no depoimento abaixo. Quando perguntada sobre o que mudou na vida da cidade com a chegada desses produtores, ela considera:

Mudou muito. Eu penso assim todo progresso tem seu preço. E uma coisa que mudou muito foi a qualidade de vida. Por exemplo, a comunidade que eu resido desde quando eu cheguei, chama-se São Pedro. Lá nós tínhamos 48 famílias. Com a chegada dos agricultores, eles quando viram né? Eles pegaram as pessoas pra trabalhar pra eles, mão de obra local e isso resultou outras 76 famílias. E essas 76 famílias, se você chegar na casa deles, o padrão de vida mudou também. Todo mundo mudou a padrão de vida. É difícil você chegar pra não ter alguém com algum tipo de veículo que não for uma moto, um carrinho, alguma coisa assim.

Então eu vejo assim, que mudou, mexeu. (grifo nosso) (VEREADORA DO DEM, Março, 2011).

Na visão da vereadora, a vida das pessoas contratadas para trabalhar na soja mudou para melhor. Isso só foi possível porque o antigo prefeito recebeu esses produtores de braços abertos.

É, falam muito da questão do impacto ambiental, essas coisas, mas eu vejo por outro lado. Eu não sei se é porque eu sou agricultora, mas eu vejo assim que eles vieram com o propósito de produzir. E uma vez que as terras de Belterra oferecem isso e foram recebidos de braços abertos na época pelo Prefeito que era daqui, então eu acho que isso deu a eles essa abertura de investirem aqui. E hoje nós nos deparamos com uma melhoria de qualidade de vida, pelas pessoas que trabalham como esse pessoal da soja que tão aí. E eles também, eles se inserem no contexto social, ajudam nas obras. Eu já acompanhei vários casos de escolas que eles ajudaram em parceria, inclusive a São Pedro nós temos prova disso. Então eu não estou olhando só como agricultora que eu sou, mas vejo também esse avanço econômico que houve.

[...] Mas graças a Deus nós não temos assim problemas maiores, porque eles são pessoas civilizadas, eles vieram pra cá pra trabalhar e eles trabalham muito direitinho, sabe? (grifo nosso) (VEREADORA DO DEM, Março, 2011).

Assim, os discursos e os posicionamentos expressam as alianças, adesões e os campos de poder que se formaram e disputam tanto o sentido do “desenvolvimento”, como quem são os portadores das novas possibilidades e quem devem ser os seus principais beneficiários. Lembramos que em situações apresentadas anteriormente existe um movimento de cooptação política por parte dos produtores de soja de associações de agricultores do campo popular, bem como observamos novos alinhamentos políticos que se tornam possíveis diante das eleições municipais que se aproximam.

Contudo, ressaltamos que esses movimentos são minoritários no lugar. Isso pode ser constatado quando fazemos a mesma pergunta para outras pessoas da cidade e as respostas nos conduzem em outra direção.

No plano das representações sobre que tipo de “desenvolvimento” desejam para o lugar, a soja não aparece associada a novas oportunidades. Os conteúdos das falas sempre remete ao turismo, às indústrias, aos bancos, à ampliação do comércio e dos serviços. Do mesmo modo, os “de dentro” não se reconhecem, não se identificam com os “de fora”, cujas práticas denunciam como danosas à saúde e ao meio ambiente. Esses elementos são demarcadores das diferenças, da afirmação da identidade do lugar e dos diferentes valores e moralidades que envolvem as racionalidades e ações dos grupos sociais envolvidos, bem como das temporalidades da vida social, bem marcadas pelos moradores da cidade como distintas, o antes e o depois da chegada da soja ao lugar.

Para os moradores mais velhos, o plano de referência se associa, muitas vezes, ao passado da CFIB, ao clima suave das manhãs e noites, relacionado ao “orvalho” e ao clima de montanha. Para o tempo presente, duas idéias mostram consistência e regularidade: a tranquilidade e a segurança – não haveria perigo de assalto ou violência, que também estão associadas às belezas naturais do lugar, como as praias e a floresta, e ao jogo de futebol nos fins de semana. No entanto, reclama-se da falta de oportunidades de trabalho e da pouca circulação de dinheiro na cidade, embora reconheçam que há mudanças significativas para melhor nessa área.

Viver em Belterra é um paraíso, não tem violência, não tem preocupação com roubo. Não troco Belterra por outra cidade.

Aos finais de semana, vamos à praia tomar banho e comer churrasco de carne e peixe com os amigos.

A melhoria do asfaltamento foi uma grande vitória. No verão era poeira e no inverno lama. Quando a gente ia para Santarém o carro ficava atolado. Agora não, o comércio está melhorando [...] Só falta entrar e sair mais recursos, aqui não tem banco. O pessoal recebe e gasta em Santarém, devido ter mais comércio e ser mais barato. A gente recebe em Santarém e já faz as compras por lá. Em Santarém tem camarão, jambú, zíper, supermercado. Em Belterra, não tem um comércio que tenha de tudo, sempre falta alguma coisa. Lá tudo é mais fácil, cerca de 80% da população de Belterra compra em Santarém [...] A feira do produtor aqui nunca dá certo, tem gente que vai daqui para o mercadão 2000 [Santarém] para vender os seus produtos. Agora com o microônibus a viagem ficou mais rápida.

Aqui em Belterra tem condições de receber várias indústrias.

Porque tudo que tem neste lugar, dá muito cosmético, perfume, sabonete, remédio. Tudo isso dá porque tem bacaba, tem açaí, tem buriti, tem uxi, tem babaçu, tem curuá e tem Pequiá, isso tudo dá remédio. Dá tudo... Perfume. Tem perfume de açaí, né? Estão fabricando perfume de açaí. E isso tudo é bom para pele. Shampoo de andiroba e babaçu que se estraga nessas matas. Se estraga.

Belterra é muito rica. A terra é boa para o plantio, a pessoa não planta se não quiser. Tem mulher aqui, tem mulher que tem roça, não fica sem roça.

O dinheiro daqui é muito pouco.

Porque Belterra hoje, o setor de emprego é só a Prefeitura, né? Então quando só tem a Prefeitura pra empregar, fica muito difícil, porque uma Prefeitura pequena sem recurso, muito difícil a sobrevivência das pessoas aqui em Belterra.

Aqui o que tem são os aposentados, pensionistas e o pessoal da Prefeitura.

Aqui devia ter uma agência bancária para fazer o dinheiro circular aqui mesmo.

Aqui a diversão são as praias e, no fim de semana, o futebol nas estradas 1, 9 e 10.

Consultar os relatórios contendo os debates de lideranças e gestores municipais durante o processo preparatório de elaboração da lei do Plano Diretor nos anos de 2005-2006, permitiu-nos acessar algumas informações acerca do imaginário desses dois grupos sobre o tipo de desenvolvimento que eles queriam para o município naquele momento, por meio de uma pergunta mobilizadora: Como será a Belterra de nossos sonhos?

Abaixo, apresentamos alguns elementos que foram documentados acerca do ideário de cidade e de município, aquelas relacionadas ao ordenamento territorial, às políticas setoriais e à relação do governo municipal com os moradores e as organizações representativas da população do campo e da cidade. Essas expectativas estão relacionadas ao que esperam em termos de serviços, equipamentos, benefícios e melhorias no município.

Os gestores municipais aqui tomados como referência são secretários e técnicos da Prefeitura. As lideranças populares são coordenadores e integrantes dos movimentos de mulheres e indígenas, jovens e sindicalistas urbanos e rurais, associação de moradores, cooperativas e conselhos municipais, por exemplo.

GESTORES MUNICIPAIS	LIDERANÇAS POPULARES
<p>“Polo cultural e pesquisa, ecoturismo e produtos agro-florestais”.</p> <p>“Não tenha nenhum proprietário com mais de 2 mil hectares de terra”.</p> <p>“Planejada, organizada, com áreas verdes conservadas”</p> <p>“Com ordenamento de desenvolvimento específico para cada pólo: Centro, BR-163 e Tapajós”.</p> <p>“Sem poeira e lama, com um povo saudável, educado e feliz”.</p> <p>“Um grande centro industrial, agrícola e turístico da região”</p> <p>“Uma cidade planejada, que seja referência nos modelos educacional e sócio-ambiental”.</p> <p>“Uma cidade com alto índice de desenvolvimento humano, referência extrativista”.</p> <p>“Preservação do patrimônio histórico e cultural”</p> <p>“Uma cidade sem fome”</p> <p>“Planejada com foco na sustentabilidade, com infra-estrutura educacional e justiça social”.</p> <p>“Escola Técnica e Universidade Rural”.</p> <p>“Merenda escolar com produtos comprados dos nossos produtores”.</p> <p>“FLONA sendo administrada pelos moradores de Belterra e em Belterra”.</p> <p>“Moradia própria para todos”.</p> <p>“Tenha qualidade de vida, mesmo com crescimento populacional”.</p> <p>“Cidade modelo com relação à saúde, educação e lazer”.</p> <p>“Que haja diálogo constante entre população e administração municipal”.</p> <p>“Com educação acessível e profissionais qualificados”.</p>	<p>“Preservação de praias, igarapés, mananciais”.</p> <p>“Incentivo ao reflorestamento nas áreas desmatadas”.</p> <p>“Demarcação das áreas indígenas e valorização da sua cultura”.</p> <p>“Apoio e Incentivo a agricultura familiar: terras mecanizadas, construção de casas de Farinha e armazém, sementes selecionadas”.</p> <p>“Escolas agrícolas, apoio à criação de casa Familiar Rural”.</p> <p>“Apoio a criação de Cooperativas e agroindústrias”.</p> <p>“Regularização e legalização fundiária”.</p> <p>“Apoio a créditos rurais, definição de áreas para produção”.</p> <p>“Ampliação e manutenção dos ramais para melhor escoar a produção”.</p> <p>“Transporte para escoar os produtos agrícolas”.</p> <p>“Conclusão do Programa Luz para Todos nas comunidades do Município”.</p> <p>“Queremos que o governo tenha uma relação ampla e transparente para com o público através de um Conselho Orçamentário dentro da Prefeitura”.</p> <p>“Construção de mais escolas de ensino fundamental e médio”.</p> <p>“Qualificação de professores”.</p> <p>“Construção e ampliação das creches”.</p> <p>“Cursos profissionalizantes para os alunos (informática, mecânica)”.</p> <p>“Linha turística para os lugares atrativos do município”.</p> <p>“Barcos e lanchas para Tapajós fazendo linha diária no Município”.</p> <p>“Rede de esgoto, água tratada em todos os bairros e comunidades do município”.</p>

Quadro 1: Belterra dos Sonhos para Gestores e Lideranças Municipais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos relatórios de atividades do Plano Diretor, 2005/2006.

Pelo exposto, podemos identificar que nos relatórios de atividades do Plano Diretor dos anos de 2005 e 2006, as aspirações estão voltadas para a preservação da floresta e o combate ao desmatamento, a valorização da cultura indígena e a regularização das suas terras, o investimento no turismo, a melhoria do sistema de transporte e da infraestrutura de serviços, qualificação de pessoal, apoio à instalação de indústrias e criação cooperativas populares e estabelecimento de relações democráticas entre o governo e a população local.

A mesma situação se repete no conteúdo das entrevistas feitas nos anos de 2009 e 2011. Nos dois casos, a produção de soja não aparece como aspiração econômica dos moradores do município de Belterra. Talvez esteja aí a explicação da resistência dos “de dentro” à presença dos “de fora” e da não aceitação desta atividade, vista pela maioria dos entrevistados e por representantes das diversas organizações sociais do município como predatória e alheia à gente do lugar. Essa posição também é majoritária dentro do Conselho da Cidadania que tem representação paritária do governo e sociedade civil. Por fim, chamamos a atenção para a presença efetiva das organizações populares e sindicais de Belterra na luta contra o desmatamento, a expulsão dos agricultores e seu posicionamento no campo dos movimentos sociais e ONGs nos enfrentamentos que ocorreram durante esse período em Santarém e Belterra.

Observamos também que a questão socioambiental se faz presente em enunciados como: “desmatamento” ou “desmatação”, “mudança no clima”, “cultura diferenciada”, “desenvolvimento”, “seca”, “enchente”, “destruição da natureza”. São termos que fazem parte do universo vocabular e da representação da mediação do lugar com a totalidade-mundo. Os eventos políticos dentro e fora da região, a presença de ONGs no município, as viagens de jovens de Belterra para outros países por meio de intercâmbio cultural, o ponto de inclusão digital, os conflitos envolvendo produtores de soja e movimentos em Santarém e Belterra - com maior intensidade no ano de 2006 -, a elaboração da Lei do Plano Diretor Participativo do município, as informações que circulam nas escolas, na TV, no rádio, pela internet e aquelas envolvendo as ações em torno do asfaltamento da BR-163, tudo isto faz com que esse debate ganhe visibilidade, bem como torne possível a mediação entre as dimensões do local, regional, nacional e internacional. Inclusive o príncipe Charles, herdeiro do trono inglês, esteve na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) em sua viagem ao Brasil, no ano de 2009.

Mesmo nas canções populares essa questão se manifesta de forma tão intensa. Vejamos os versos de músicas que tratam da natureza e da vida do lugar, compostas por pessoas que vivem na cidade de Belterra. As duas primeiras estrofes são das canções de Dico Tapajós. A terceira de seu Tica, também poeta e compositor.

Ele tem a água verde o Tapajós, tem cor da esperança e tem o peixe, água pura ela é de todos nós, em suas margens tem um povo que luta. Hoje vem a investida do capital com o plano de esmagar a natureza. Pra tirar o pôr-do-sol da nossa terra é demais nos não vamos permitir. Companheiros é preciso defender o Tapajós pela vida, com seu povo que já vive a centenas de anos cultivando.

Minha terra tem palmeiras, tem beleza natural, tem a fauna, tem a flora, minha terra tem agora uma história nacional. Minha terra tem, tem um rio de água doce o famoso Tapajós cheio de praias branquinhas que encanta todos nós. Ele é a nossa vida, nossa força, nossa voz.

É moto-serra zoando, o clima mudando e só faz aquecer, o arroz e a soja, não faz nosso povo deixar de crescer. Você vai ver. Castanheiras, bacabeiras, pequiás, jaranas, maçaramduba e até jacarandá. A lei protege, mas que proteção é essa, o trator e a moto-serra todo dia fazem festa.

Essas situações expressam e valorizam a racionalidade dos modos de vida do lugar, o uso e apropriação da natureza e do espaço em bases mais equitativas e de forma socioambiental mais “sustentável”. Sua preocupação principal reside em usar a natureza para satisfazer as necessidades familiares imediatas e duradouras, mas também se relacionam a uma visão de longo prazo com base na disponibilidade permanente desses recursos. Daí, a ideia de não desmatar, de não caçar além do que se precisa, de não plantar para além do que se pode usar²⁰⁸. Embora não neguem a necessidade de comercializar quando há excedente e, muitas vezes, proponham a implantação de indústrias para aproveitar as toneladas de frutas que estragam nos quintais das casas, já que não existe mercado para tanta produção. Do mesmo modo, reivindicam do governo: crédito, assistência técnica, financiamento, estradas e equipamentos e maquinários para a produção. Isto corresponde, como já apresentamos anteriormente, à produção de significados e ordenamento do mundo, ou seja, às formas culturais (ACSELRAD, 2004) que orientam as práticas individuais e coletivas no lugar.

Vamos analisar a seguir o conflito entre esses significados e as práticas que lhe estão associadas aos expressados e realizados pelos “de dentro” e pelos “de fora”, a partir das observações de campo e das entrevistas com a população do lugar, inclusive com os dois produtores de soja, pudemos montar o quadro das racionalidades que servem de elemento

²⁰⁸ Isso não quer dizer nem visão, nem uma prática simplista, mas uma perspectiva de vida que se realiza cotidianamente e deve se prolongar por décadas caso, o dia-dia assegure, por meio do trabalho, essa longevidade. Como diz Sahlins (1972), o êxito da busca de alimento, por exemplo, exige a mobilidade, o conhecimento do lugar, o uso do tempo, o transporte da carga e a liberdade do movimento. Mas aqui não há o uso da cartografia, do GPS, nem da bússola orientadora dos deslocamentos. A complexidade aqui, se dá justamente pela multiplicidade das dimensões que envolvem o ato e não pelo aproveitamento da tecnologia de ponta. Do mesmo modo, nas conversas de campo, nos revelam que reconhecem uma variedade imensa de plantas, árvores, frutos e seus usos medicinais, alimentares e artesanais; identificam, pelo rastro, o tipo do animal e o percurso feito pela caça; sabem sobre os peixes e pássaros, o período de sua reprodução e a necessidade de sua preservação, dentre um conjunto de outras possibilidades criadas pela inteligência, experiência, experimentação e pela sistematicidade da vida cotidiana, que são repassados de geração em geração por meio da socialização e do aprendizado dos saberes com os mais velhos. Quando ouvimos numa entrevista, “o meu o pai me falou que a mãe dele falou pra ele” já se vão 100 anos dessa construção.

motivador para as práticas de cada grupo social. É o sentido da ação social, conforme definiu Geertz (1978). Vejamos o quadro abaixo.

PERSPECTIVA	POPULAÇÃO DO LUGAR	PRODUTORES DE SOJA
Racionalidade	Produção para satisfação das necessidades humanas a fim de assegurar a reprodução do grupo social.	Produção para o mercado visando à acumulação de riqueza.
Uso da natureza	<ul style="list-style-type: none"> - ação não predatória, preocupação com o dia de amanhã, com a floresta em pé e com a manutenção da vida humana e dos animais. - ocupação de pequenas porções de terra alternadamente para a plantação de feijão, milho, arroz e mandioca. - criação de animais de pequeno porte e desenvolvimento da fruticultura e hortaliças, em alguns casos. 	<ul style="list-style-type: none"> - ação em base mercantil, intensiva e predatória. - uso de grandes porções de terra devolutas, de agricultores que venderam suas terras ou de antigos proprietários (fazendeiros). - produção do monocultivo de soja, mas há alternância de atividades para milho, feijão, sorvo e arroz. Agora aparece a criação de gado.
Ciência, técnica e informação	<ul style="list-style-type: none"> - trabalho manual, de base familiar e uso de instrumentos simples como enxada, facão, machado. - limpeza do terreno com uso de moto-serra alugada e queimada em alguns casos. - conhecimento adquirido pela experiência que é repassada dos pais para os filhos (queimar, brocar e plantar). - plantio no inverno para usar a água da chuva ou abastece a caixa d'água por meio do carro-pipa da Prefeitura. - trabalho não mecanizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - uso de máquinas e equipamentos sofisticados (tratores traçados, tratores comuns, pulverizador, plantadeiras para soja, milho e feijão, plantadeira de arroz, niveladora, aplicador de cobertura e máquina para colher). - limpeza do terreno com uso de trator e corrente. - informação para a localização da atividade com base em estudos e informações prévias (estudo do solo, uso de GPS, imagens de satélite e mapas, estudos realizados por instituições governamentais). - sementes modificadas geneticamente para aumentar a produção, diminuir o tempo para colheita e aumentar a qualidade do produto, compradas nos estados do Mato-Grosso, Goiás e Maranhão. - uso de agrotóxico para prevenção de pragas e de fertilizantes para melhorar a qualidade do solo. - assessoria técnica de trabalho especializado para auxiliar na produção, no uso e manutenção de máquinas e no preparo do solo (engenheiro agrônomo, por exemplo). - acesso as informações produzidas pelo Instituto de Meteorologia para saber a periodicidade e a intensidade da

		chuva para que não haja perda da produção.
Tempo de vida no lugar	Existem casos de mais de 100 anos, mas não menos que 50 anos se contarmos a trajetória familiar.	Não mais de 10 anos.
Resultado	Relação mais equilibrada com a natureza e impactos de baixa intensidade.	Desmatamento, poluição de rios e igarapés, expropriação da terra dos pequenos agricultores e anúncio do estereótipo (“primitivo”, “atrasado”, “arcaico”, “preguiçoso”, “não sabe usar o que tem”, “pinguço” etc., e evitação da convivência com as pessoas do lugar. Doença respiratória em adultos e crianças, morte de animais de pequeno porte e contaminação do mel e morte das abelhas dos melipolissicultores.
Ação política	<ul style="list-style-type: none"> - organização em campo de poder e redes que vão do local ao internacional, incluindo a denúncia e negociação com compradores de soja no mercado europeu. - apoio a candidatos em diversos níveis e lançamento de candidaturas próprias das lideranças desses movimentos. - participação em governos locais em cargos de segundo escalão. - eleição de vereadores ligados ao campo. - luta pela criação do estado do Tapajós. 	<ul style="list-style-type: none"> - articulação com empresários, donos dos meios de comunicação, políticos e governos em diversas escalas. - apoio a candidatos em diversos níveis e lançamento de candidaturas próprias tendo como bandeira de luta a soja na região. - participação em governos locais como secretários ou cargo de destaque como coordenação de projetos que dê visibilidade pessoal. - apresentam-se como potenciais candidatos às eleições de 2012. - luta pela criação do estado do Tapajós.
Destino da produção	- primeiro abastece as necessidades da família, incluso aqui, filhos, netos e suas mulheres. Caso haja excedente vende na feira ou mini-mercado de Belterra e supermercado ou feira de Santarém.	- a produção é vendida para a empresa Cargill que negocia o produto com o mercado europeu (soja). Já o feijão e o arroz são vendidos para os cerealistas localizados ao longo da BR-163 ou para os supermercados localizados nas cidades de Belém (PA) e Manaus (AM).

Quadro 2: Estrutura das Racionalidades e Ações

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, observamos que as formas de uso, ocupação e apropriação do lugar não se dão nas mesmas bases. Assim, práticas sociais e econômicas, presididas por racionalidades e domínio de técnicas diferenciadas, são elementos demarcadores das distinções entre os campos de poder e qualificam o teor dos conflitos socioambientais em questão.

Contudo, chamamos atenção que mesmo se tratando de campos de poder com posições distintas uma situação unificou os discursos e aproximou os interesses embora por

razões diferentes, como é o caso da criação do estado do Tapajós²⁰⁹. Terminada a apuração do plebiscito sobre a divisão do estado do Pará, realizado em 11 de dezembro de 2011, 66% dos eleitores paraenses rejeitaram a proposta de criação dos estados do Tapajós e Carajás. Mas, em Santarém, a votação a favor da criação do estado do Tapajós alcançou o percentual de 98,63% da aprovação dos eleitores do município.

Apresentaremos a seguir dois mapas sobre as formas de uso e ocupação da cidade e imediações (antigas quadras dos seringais da CFIB) em dois períodos de tempo: o primeiro, referente ao ano de 1999, antes da chegada da soja e o segundo, do ano de 2011, depois de sua instalação e ano do último trabalho de campo da pesquisa, que demonstram do ponto de vista cartográfico a intensidade das transformações ocorridas no espaço.

No primeiro mapa (1999), temos a área de floresta bastante preservada, visto que as áreas, antigas quadras dos seringais, ainda não haviam sido apropriadas pelos produtores de soja. Naquele momento, o uso ainda era coletivo e muitas famílias desenvolviam atividades ligadas à produção agrícola. As narrativas indicam que, pela disponibilidade de terra, essas áreas eram plantadas alternadamente com arroz, mandioca, milho, feijão. Bastava conseguir uma autorização junto ao Ministério da Agricultura que liberava o uso da terra para os moradores da cidade. Do mesmo modo, as territorialidades dos grupos sociais incluíam o uso do espaço próximo à cidade para caçar, criar animais e se deslocar na realização da vida cotidiana.

No relato de um vereador aparecem essas situações vividas na cidade antes da chegada dos produtores de soja.

Antes da chegada dos produtores, antes era destinado ao plantio da seringa. Todas essas áreas, essas quadras de Belterra, são 473. [...] elas eram cultivado aqui a seringa né? E com a extinção, com a, digamos assim, com a falência do projeto do Ford, então passou pro Ministério da Agricultura, e aí não conseguiram segurar, e aí foi desativando mesmo e as pessoas foram destruindo os seringais e plantando, e cultivando outras culturas né? [...] A agricultura mesmo, a agricultura familiar: o plantio do arroz, do milho, o feijão, da mandioca né? Então era essa cultura mais trabalhada aqui. [...] Inclusive ainda hoje tem alguns, na Estrada 8, pelo menos, você encontra alguém que cria gado lá. [...] A questão das frutas foi importante também (VEREADOR DO PT, Março, 2011).

²⁰⁹ A ideia de um novo estado no Tapajós aparece no final do Império em 1877, atravessando as décadas seguintes do século XX com projetos, proposições e iniciativas do mesmo teor, até que foi amortecida com a instauração do governo militar no Brasil. Entretanto, é com a abertura política e, em 1985, com a criação no Baixo Amazonas do movimento regionalista pró-criação do estado do Tapajós (Movimento em Defesa da Criação do Estado do Tapajós). Assim, intensificam-se as disputas políticas entre as forças locais e outros grupos políticos estaduais com sede na capital. O futuro estado surgiria da fusão de três microrregiões, a saber: Baixo Amazonas, Tapajós e Médio Amazonas. Sua composição incluiria 21 municípios, uma área de 534.039,91 km² (cerca de 42,6% da área do total do Estado do Pará) e aproximadamente 825 mil habitantes (14,96% do total da população paraense), segundo dados do Censo Demográfico 1991, cuja capital seria o município de Santarém (DUTRA, 1999).

Queremos chamar atenção que, para o caso estudado, a vida do lugar não se restringe às delimitações formais que definem a cidade por seu aspecto quantitativo ou a enclausuram em seu espaço físico determinado por lei municipal, conforme as proposições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fins censitários ou de implantação de políticas públicas por órgãos governamentais²¹⁰.

Cidade é a localidade onde está sediada a prefeitura municipal. É constituída pela área urbana do distrito-sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal [...] (IBGE, 2000, p. 223).

Área urbana, área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal. Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regularmente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites devem ser aprovado pelo prefeito local [...]. Área urbanizada de cidade ou vila, são classificadas como áreas urbanizadas aquelas legalmente definidas como urbana caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas modificadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano; e aquelas reservadas à expansão urbana (IBGE, 2000, p. 224).

Observamos que na cidade praticada, conforme analisou Certeau (2008), seus habitantes nem sempre são prisioneiros dos limites das imposições formais, já que essas práticas invadem o espaço e, muitas vezes, quebram as cercas limitantes por meio da circulação e dos usos, conforme ainda acontece hoje em Belterra.

No mapa formas de usos e ocupação do espaço da cidade, temos uma imagem de satélite do ano de 1999 acrescida da área urbana e com dados referentes aos imóveis da cidade, os produtores de mel existentes e as 10 estradas existentes (figura 82). Assim, podemos observar que a vida na cidade vai além dos espaços delimitados por lei municipal e que a ação predatória do capital ainda não estava presente e, assim, chama atenção a floresta em pé, já que não há o intenso desmatamento verificado no período posterior com a chegada dos “de fora”.

²¹⁰ Metodologia do Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2009.



Figura 82: Mapa das formas de uso e ocupação do espaço da cidade (1999).
 Fonte: Criação: Pereira, J. C. M. Confeção: Cátia Magalhães, 2011.

No mapa do ano de 2011, observamos as alterações advindas com a apropriação de grandes porções de terra na cidade e imediações pelos produtores de soja, e aparece o desmatamento feito por este segmento (figura 83). Ressalta-se a sua proximidade dos produtores de mel, da produção agrícola para autoconsumo, das árvores frutíferas, das casas dos moradores, das escolas e do hospital. Também temos aquelas áreas doadas pela Prefeitura para instituições públicas e outras destinadas ao uso coletivo, conforme determinações do Plano Diretor Participativo (PDP), como a área urbana e a expansão urbana (Lei nº 131 de 22/02/2007). Do mesmo modo, aparecem as edificações e o sistema viário.

Segundo informações repassadas por um ex-integrante do setor de terras do município, calcula-se que cerca de 70% das terras das antigas áreas dos seringais foram ocupadas pelos produtores de soja. A cor clara se refere a essas áreas apropriadas, inclusive, com apoio de antigos mandatários de cargos municipais, conforme vimos nas entrevistas. As cores em rosa fora da área urbana são aquelas referentes ao desmatamento na área rural, capturadas por meio da imagem de satélite do ano de 2004.

Assim, podemos ter a certeza de que os impactos e os conflitos socioambientais não são falsas acusações da população do lugar, dos “de dentro” aos “de fora”. As entrevistas e os mapas confirmam essa situação.

6 A CIDADE DO PENSAMENTO E A CIDADE PRATICADA

6.1 Revendo o conceito sociológico de cidade

As situações que analisamos anteriormente conflitam com as idéias de homogeneização dos espaços e da apartação do urbano e rural, sociedade e natureza, aldeia e cidade, e pouco nos servem como possibilidades analíticas.

Para fins de detalhamento dessas questões apresentaremos nesta seção a relação que se pode estabelecer entre teoria e empiria, por meio da análise referente ao que o pensamento abstrato chama de cidade e como esta se realiza do ponto de vista concreto, na prática cotidiana de seus habitantes. Para tanto, retornaremos primeiramente ao conceito sociológico de cidade.

Existem muitas formas de definir o que é uma cidade, uma delas pode ser por seu aspecto quantitativo, como uma grande localidade. Já uma definição sociológica, segundo Weber, implicaria entender a cidade como o local da troca sistemática de mercadorias – do mercado -, com pessoas vivendo dos produtos da indústria e comércio, e desenvolvendo uma diversidade de atividades a elas relacionadas, e não da agricultura.

Essa definição de cidade do ponto de vista econômico reside no entendimento da

Existência de um intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias na localidade, como elemento essencial da atividade econômica lucrativa e do abastecimento de seus habitantes [...] a cidade não é então, economicamente falando, uma cidade de comerciantes e de artesãos [...] o mercado urbano local [...] conhece então a gestão econômica [...] representando a regulamentação de trocas e produção na cidade (WEBER, 1967, p. 74, 75, 77, 81, 82).

Para Weber, a satisfação das necessidades de consumo imediato dos habitantes de uma localidade ou dos arredores, regulada pelo mercado, não esgota o conceito de cidade. Daí o aparecimento da economia urbana, da política urbana e de um conjunto de instituições políticas e administrativas destinadas a este fim. Do mesmo modo, é necessária a incorporação do conceito político-administrativo de cidade, visto ser esta também a sede da autoridade política e, por correspondência, com certa autonomia para a tomada de decisões. “Política econômica urbana”, “zona urbana” e “autoridade urbana” são termos relacionados a esta questão que empurram a cidade para além de seu conceito econômico (WEBER, 1967, p. 82).

O esforço teórico de Weber está intimamente associado às transformações pelas quais passava a então Europa ocidental com o desenvolvimento da cidade capitalista. Assim, ele

está analisando um tipo específico de cidade, aquela nascida com o incremento da sociedade industrial.

Em Marx (1983) e Engels (2008), a cidade aparece como o local do desenvolvimento do capitalismo, espaço da industrialização e da exploração da força de trabalho, uma vez que a divisão social do trabalho e a substituição do trabalho manual pela máquina colocam em relação os burgueses detentores dos meios de produção e, na outra ponta, o proletariado, aqueles que detêm apenas sua força de trabalho. Essa relação é voltada à produção de mais-valia que, tanto produz mercadorias, como cria as bases para a exploração do trabalho assalariado. A grande cidade, nesse contexto, também é lugar da pobreza e da relação de indiferença entre as classes sociais, principalmente em relação aos proletários que vivem em condições desumanas, em bairros, onde a precariedade da vida, a fome e a miséria se fazem com intensa visibilidade. Diz Engels

[...] Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação da área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços residem pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos, de uma casa à outra, são usadas para secar a roupa.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre [...] se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário mínimo apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2008, p. 69, 70) [1855].

Oliven (1988) afirma que as cidades já existem há milhares de anos. Mas é com o advento da revolução industrial, no século XVIII, e com a formação do modo capitalista de produção que as mesmas ganham maior importância. Tomando por base os escritos da cidade como categoria sociológica, Oliven (1988, p. 14) define três principais perspectivas: “aqueles que encaram a cidade como uma variável dependente, aqueles que encaram a cidade como uma variável contextual e aqueles que encaram a cidade como uma variável independente”. No primeiro caso, a cidade não se auto-explica, está relacionada a uma totalidade do qual faz parte, o que implica em afirmar que “urbano e rural são manifestações concretas de unidades mais abrangentes”, ou seja, “dependentes de um complexo entrelaçamento de fatores econômicos, políticos, militares, religiosos, etc.”. Dessa forma, convém mencionar “os diferentes tipos de cidades que variam no tempo e no espaço”, pelo menos é que defendem diferentes posições teóricas que compartilham com esta perspectiva.

Na sociologia urbana norte-americana da “Escola de Chicago”, vários autores, propuseram formulações para explicar as transformações que viviam as cidades americanas no início do século XX. Nessa perspectiva, a cidade já era uma forma de organização social dada, cabendo, no entanto, ao pesquisador explicá-la.

Em publicação de 1916, Park (1967) propõe caminhos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de pesquisas voltadas a entender as transformações em curso nas grandes cidades americanas, tendo como ponto de partida a clara apresentação da diferença entre os aspectos físicos, materiais, institucionais e dispositivos legais da cidade, deslocando as abordagens desses aspectos para centralizar as análises no campo das relações sociais.

Diz ele que

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição [...] é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana [...] é unidade geográfica, ecológica, econômica, e cuja divisão do trabalho distribui a população moderna em múltiplas profissões e ocupações [...] do homem civilizado [...] de um tipo peculiar de vida (PARK, 1967, p. 30).

Park (1967) propõe buscar na antropologia de Boas e Lowe os métodos de observação empregados na investigação dos costumes, crenças, valores, práticas sociais e concepções, para o estudo da vida urbana nos Estados Unidos²¹¹. Segundo ele, a solidariedade social é fundada numa comunidade de interesse e não sobre sentimentos e hábitos, cuja racionalidade e valoração têm no dinheiro a sua principal explicação. Desse modo, a divisão do trabalho toma por referência o aproveitamento natural dos talentos individuais e as oportunidades advindas do hábito, do costume e da educação.

Wirth (1967) assinala a preocupação com as características peculiares da vida na cidade. Para ele, uma definição sociológica de cidade deve estar centrada no estudo da especificidade do modo de vida urbano, naquilo que ele difere, por exemplo, do modo de vida rural. Ao mesmo tempo em que apresenta preocupação com os critérios de caracterização da cidade que se esgotam no tamanho, nos dados estatísticos, na definição formal para fins de recenseamento.

Caso os parâmetros de análise sejam apenas estes, Wirth adverte que nunca se chegará a nenhum conceito adequado de modo de vida urbano, já que a cidade, como conceito sociológico, não se esgota nem nos limites formais, nem em espaços físicos estabelecidos.

²¹¹ Franz Boas (2004) propunha um método que tinha como ponto de partida a hipótese e que esta pudesse ser testada em campo, por meio dos dados observados em um território pequeno e bem definido que permitisse, depois, com base em estudos realizados em outras áreas, fazer comparações e generalizações.

Heterogeneidade de população, migração de outras cidades, do interior e de outros países, mistura de povos, raças e culturas, todos esses aspectos devem ser observados.

Este autor propõe para fins de uma análise sociológica:

Uma cidade é uma fixação relativamente grande, densa e permanente de indivíduos heterogêneos. Os grandes números são responsáveis pela variedade individual, pela relativa ausência de conhecimento pessoal íntimo, pela segmentação das relações humanas as quais em grande parte são anônimas, superficiais e transitórias e por característica correlata. A densidade envolve diversificação e especialização, a coincidência de contato físico estreito e relações sociais distantes, contrastes berrantes, um padrão complexo de segregação, a predominância do controle formal, e atrito acentuado, entre outros fenômenos. A heterogeneidade tende a quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade e insegurança, e a filiação de indivíduos a uma variedade de grupos sociais opostos e tangenciais com um alto grau de renovação de seus componentes (WIRTH, 1967, p. 122).

Dessa forma, o modo de vida urbano deve ser abordado em três dimensões inter-relacionadas: 1) a dimensão física, tendo por base a população, a tecnologia e a ordem ecológica; 2) a dimensão da organização social, envolvendo a estrutura social, as instituições e o tipo de relações sociais; 3) o conjunto do comportamento coletivo e os mecanismos de controle social, no que se refere a atitudes, ideias e personalidades.

Por fim, Wirth chama atenção para o perigo de se confundir o urbanismo com industrialismo e capitalismo moderno, visto que o surgimento do modo de vida urbano estaria presente em outras cidades pré-industriais e pré-capitalistas, e que as mesmas não deixaram de ser cidades em vista disso.

Essa ideia recebe uma forte oposição de Castells, que faz uma crítica à proposição que busca uma correspondência direta entre forma ecológica (a cidade) e um tipo específico de sistema cultural (a cultura urbana). Segundo ele, seria mais adequado falar em cultura industrial já que esta é resultante de uma estrutura social mais ampla, a industrialização capitalista. “A cultura urbana, tal como apresentamos não é nem um conceito, nem uma teoria. Ela é, propriamente dito, um mito, já que narra, ideologicamente, a história da espécie humana” (CASTELLS, 2006, p. 136)²¹².

Em Simmel, temos uma análise que busca articular as transformações econômicas, a divisão do trabalho, a especialização das atividades produtivas e como estas interferem no comportamento humano individual e coletivo. Trata-se de examinar como o trabalho voltado

²¹² Castells (2006, p. 39, 135) cita duas definições que envolvem o conceito sociológico de industrialização: a primeira corresponde a “concentração espacial da população, a partir de certos limites de dimensão e densidade”. A segunda envolve a “difusão de valores, atitudes e comportamento denominado cultura urbana”. Na visão de Castells não se trata de uma cultura urbana, “trata-se, então, principalmente, de uma cultura industrial”.

para a produção de mercadorias também racionaliza as relações humanas que passam a ser pautadas no dinheiro, na impessoalidade e no interesse²¹³.

Para Simmel (1967, p. 17), a economia do dinheiro domina a metrópole e delimita relações calculistas e de interesse, cuja metáfora da “difusão universal do relógio de bolso” serve como marcador do tempo metropolitano, para falar da velocidade e complexidade das relações e processos. Essa condição produz na vida dos metropolitanos, o que o autor define como atitude *blasé* que, na essência, refere-se à atitude de poder discriminar, de construir valores e significados diferentes para as coisas como ato de auto-preservação. Esta atitude inclui aversão, estranheza, repulsão, indiferença contra o próximo, como característica básica de seu processo de socialização, ou seja, a antipatia que o protege do perigo metropolitano.

Dessa forma, com base nos autores apresentados, podemos tomar algumas referências como elementos definidores do conceito sociológico de cidade. Pelo menos, quatro grupos de questões ganham destaque em vários deles: 1) ser a cidade, o local da troca sistemática de mercadoria e da divisão social do trabalho, o que implica especialização das atividades profissionais e produtivas e a criação e manutenção de instituições e legislações voltadas para este fim; 2) ser sede do poder político e econômico, funcionando como centro decisório e delimitador de relações que ultrapassam seus limites físicos; 3) ser produtora e portadora do modo de vida, que resulta em uma forma diferenciada de valores, condutas, comportamentos e motivações, que tem por referência o dinheiro, que serve como elemento mediador das relações entre pessoas, grupos e instituições, e que a diferencia da sociedade rural e da sociedade indígena; e, por fim, 4) ser o lugar da pobreza e de sua espacialização por meio da segregação das classes sociais.

Mais recentemente, ao propor a sociedade urbana como um conceito sociológico, Lefebvre (2002), observa que a “Sociedade Urbana” é aquela nascida da industrialização e dos avanços decorrentes da produção do conhecimento. Essa premissa permite fazer uma diferenciação com outras cidades já experimentadas anteriormente pelas sociedades. Dessa forma, constitui-se como uma hipótese teórica e ponto de partida para apreender a realidade urbana.

Nesta perspectiva, como já vimos no capítulo III, partir-se-ia de um marco zero de urbanização, onde haveria um predomínio total da natureza até a sociedade urbana, à sua total e principal expressão, manifestada através da urbanização completa – “concentração urbana, êxodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação completa do mundo agrário ao mundo

²¹³ Como sabemos Simmel não era da Escola de Chicago, mas como orientador e interlocutor de Park forneceu elementos teóricos e analíticos que contribuíram com aquela formulação.

urbano” (LEFEBVRE, 2002, p. 27). Nela, as relações sociais têm por base a lógica econômica, que ganha dimensão de universalidade. Razão, lei, autoridade, técnica, Estado e a classe que mantém a hegemonia social servem como elementos mediadores de sua materialização.

Para este autor, o urbano, a abreviação de sociedade urbana, não corresponde a um objeto definido e definitivo que tem por base o imediato da ação. Daí a escolha desse termo e não de cidade, como comumente vem sendo apresentado pela literatura que trata sobre essa questão. Isso implica deslocar a reflexão para o plano abstrato e, dessa forma, criar as condições teóricas de apreensão do real, que nunca é simples, pois traz em seu teor a marca de sua complexidade.

Lefebvre observa que a industrialização não nasce como produto da cidade, ao contrário. No início, vai se instalar próximos aos reservatórios de água, energia, mão de obra e de outras matérias-primas. À aproximação com a cidade deve-se à busca de capitais, capitalistas e de mão de obra abundante e de preço baixo.

Para ele, os métodos descritivos não alcançam determinadas relações sociais, pois elas não podem ser apreendidas somente por sua manifestação imediata²¹⁴. Isso remete à necessidade de fazer uma transição qualitativa da descrição do aparente para o nível da análise dialética do urbano. Isso implica o abandono dos modelos para construir orientações como forma de atualizar e apresentar novos horizontes para o trabalho científico. O que leva a entender que “a sociedade urbana proporciona o fim e o sentido da industrialização simplesmente porque nasce dela, a engloba e a encaminha a outra coisa” (LEFEBVRE, 2002, p. 69), de forma a não ser tomada apenas como seu subproduto.

Como produção, Lefebvre entende os aspectos materiais e imateriais da vida em sociedade, pois envolve a

Produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias, e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades [...] das representações, da linguagem. [...] Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entres seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo (LEFEBVRE, 1999, p. 37, 43, 80).

Vista dessa forma, a cidade é tida como local do capital, já que sua construção foi condição básica para o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção: concentração de infraestrutura e de mão de obra em bases assalariadas; criação de instituições

²¹⁴ Lembramos que na antropologia, quando Geertz (1978), chamava de “descrição densa”, ele se referia ao trabalho etnográfico associado aos conceitos fornecidos pela ciência. Essa advertência do autor relacionava-se ao fato da antropologia não ser literatura.

bancárias, comerciais, jurídicas; introdução da máquina em substituição ao trabalho manual, enfim, a divisão do trabalho.

No final dos anos de 1960, o próprio Lefebvre (1969) advertia para a distinção que deve existir entre o tipo ideal de cidade construída pelo pensamento abstrato e a cidade real, que ele definia como a cidade incompleta. Assim, ao analisar o Brasil urbano, guardamos essa advertência em nossa formulação, já que a cidade como um ato de abstração muitas vezes se distancia de como a vida social se realiza num determinado lugar no seu dia-dia.

O problema reside, justamente, em como operar o conceito para cidades ou regiões que não se desenvolveram com base na industrialização? Ou, que não têm uma organização complexa como a metrópole? Por outro lado, caberia questionar se a industrialização esgota o conceito de urbanização e se ela se constitui em sua única condição.

Por opção analítica, com base em Lefebvre, distinguimos a cidade como aspecto material e prático sensível e o urbano como as relações ou fluxos socioculturais. Define ele

A cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico [...] o urbano, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas e ou reconstruídas pelo pensamento (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Desta maneira, acreditamos que devemos entender a definição sociológica como um exercício de interpretação da cidade capitalista, de suas particularidades e diferenças, do ponto de vista econômico, político, geográfico e dos novos padrões de sociabilidade possibilitados e instalados com o seu desenvolvimento.

Contudo, observamos que esta é uma conceituação provisória, e nos serve apenas como elemento analítico aproximativo e ponto de partida para as reflexões que se seguem. Os conceitos serão tratados como ferramentas e não como teoria acabada do conhecimento sociológico, da mesma forma que guardam profunda coerência com sua aplicação prática (BOURDIEU, 2005) no estudo dos modos de vida na cidade. Dito isto, podemos retomar com base no apresentado as tensões existentes entre o “conceito sociológico de cidade” e o modo de vida na cidade de Belterra.

6.2 A cidade praticada: o cotidiano e o lugar

As análises que desenvolvemos nesta tese nos mostram a distância existente entre a cidade abstrata e a cidade concreta, conforme advertia Lefebvre (1968). Na cidade do pensamento, definida por meio da divisão do trabalho cada espaço da vida social - campo e

cidade, urbano e rural -, recebe o papel e as atribuições a eles destinados na produção, circulação e consumo no processo de acumulação do capital.

Como vimos pelas proposições de diversos autores, à cidade coube o poder de decisão, as instituições e a legislação, o trabalho intelectual, a complexa especialização da força de trabalho e o domínio da técnica expresso nas indústrias, no comércio e nos modernos serviços prestados aos cidadãos. Sendo ela a expressão e síntese dos avanços sociais, intelectuais e tecnológicos da sociedade, não pode ser o lugar da produção agrícola, papel este delegado ao campo, uma vez que a maioria de sua população, destituída dos atributos anteriores, pode se dedicar às tarefas da agricultura.

Para o período atual, as atividades agrícolas em grande parte, ainda são manuais, visto que o acesso aos avanços tecnológicos proporcionados pelo meio técnico-científico-informacional se dá de forma desigual, social e territorialmente. As manchas da pobreza e da riqueza no território nacional, nos subespaços e no sistema urbano do país confirmam essa condição.

Na cidade praticada (CERTEAU, 2008), onde se realiza a mediação entre o lugar e a totalidade-mundo (SANTOS, 2006), os híbridos presentes na vida cotidiana e o contexto de sua realização nos informam sobre a Amazônia, em particular, da presença étnica (quilombola e indígena), do rural e do urbano contido na cidade, uma vez que a vida naquele espaço subnacional não se realiza pelas oposições criadas pelo pensamento abstrato. A abundância de natureza ou dos recursos naturais, quando acessados, permitem, mesmo em condições técnicas adversas e sem financiamento, o seu uso em bases não predatórias e não mercantis, tendo como fundamento a satisfação de necessidades humanas, sejam elas imediatas ou duradouras.

Assim, as práticas na cidade vão além do que define a legislação municipal, uma vez que a territorialidade propiciada pelo uso, pelo deslocamento e pelo sentimento de pertença não está orientada por essa limitação. Em situações como esta, onde o concreto desafia o conceito, a atitude mais confortável é dizer que não se trata de cidades. Consideramos que essa “zona de conforto” não precisa mexer com a estrutura prévia do pensamento que observa o real.

O movimento contrário exigirá do analista o desapego às suas convicções e a abertura para aceitar outras possibilidades. Podemos, diante desta situação optar por duas formas de organização do pensamento. A primeira é reconhecer que se trata de cidades, mas não da cidade do conceito, e sim da cidade do movimento do real, que contém e está contida num contexto histórico, social, político e cultural mais amplo. Do ponto de vista do capital, trata-se

de cidades incompletas (LEFEBVRE, 1968) onde as relações capitalistas de produção não amadureceram. Isso possibilita admitir a coexistência de outras formas de produção e modos de vida “pré-capitalistas ou não capitalistas” (RIBEIRO, 2006, p. 12).

No caso em análise, do ponto de vista do lugar, significa admitir que, mesmo no capitalismo, existem relações sociais que não se fazem em bases mercantis no uso da terra e da natureza. Aqui, podemos levantar a hipótese de que a divisão social e territorial do trabalho não precisou desse espaço e das pessoas do lugar para o processo de acumulação da riqueza. Esse “esquecimento” por parte do capital permite, assim, que a vida do lugar se realize e se sustente em outros parâmetros materiais e simbólicos.

Contudo, observamos que a parcialidade capitalista já se faz presente por meio das atividades comerciais e de serviços, em alguns casos de base familiar, em outros, pelo trabalho assalariado, assim como no poder local, representado pela Prefeitura, Câmara de Vereadores e legislação existente, bem como pelo poder de polícia, e nos referenciais urbanos de consumo e desejo de objetos, utensílios e serviços satisfeitos, em grande medida, pela cidade média de Santarém que fica a 50 km de distância.

Argumentamos com base em Lefebvre (1993) que a distinção entre cidade e urbano é um movimento analítico importante que nos permite deslocar o foco de análise dos objetos e construtos para o campo das relações e dos fluxos socioculturais. Dito isto, podemos compreender o urbano, o rural, os indígenas e quilombolas como relações que se projetam sobre o espaço, a cidade.

Vale ressaltar que, em Belterra, isso se tornou possível justamente pela abundância de terra disponível, as antigas quadras dos seringais que ficaram sob o uso da gente do lugar por gerações. Lembramos que, nos capítulos anteriores demonstramos que, mesmo no tempo da CFIB, existiam práticas agrícolas na cidade-empresa de Henry Ford, uma concessão para os trabalhadores e suas famílias, diante do “Quebra-Paneles”, fato acontecido na cidade de Fordlândia no ano de 1930.

A outra situação deve-se ao deslocamento de agricultores do campo para a cidade depois do fim da CFIB. Diante de tanta terra, os agricultores resolveram continuar plantando na cidade. Advertimos que a vinda para a cidade não apagou a vida pretérita desses migrantes, uma vez que a inserção na cidade permitiu que ele carregasse consigo “as concepções rurais de organização da vida” (FERNANDES, 1970, p. 119).

Desse modo, a “população translocal” (SAHLINS, 1997) pode viver nesses mundos simultaneamente sem que os laços estabelecidos anteriormente fossem apagados. Falamos

aqui, do passado e presente, da cidade e campo, do urbano e rural, da sociedade e natureza, da cidade e da aldeia, conforme vimos anteriormente.

Essa advertência também deve ser observada no sentido contrário da situação analisada. Então, devemos nos perguntar: e se o capital e a divisão do trabalho precisar da cidade de Belterra e de sua gente? Que transformações socioculturais e socioambientais isso pode trazer para a vida do lugar? Isso nos remete a ponderar que se a vida do lugar obedece a contextos históricos gerais e específicos, do mesmo modo a pesquisa acadêmica realizada também está sob essa condição.

Parece apropriado tomar emprestado o termo usado por Sposito (2007), os “espaços em transição”, Embora a autora se refira às cidades médias, as situações analisadas em Belterra nos chamam atenção para as transformações ocorridas na cidade e em suas imediações, bem como, para o modo como se posicionam seus habitantes diante de tais transformações, uma vez que a “agricultura científica” e o “agronegócio globalizado” (ELIAS, 2006) já se apropriou de grandes partes das terras disponíveis no lugar, sendo as transformações visíveis em áreas da cidade e em suas imediações dado o poder predatório e mercantil desta ação.

Daí advém a tese e a confirmação de nossa pesquisa. Por meio da tensão entre teoria e empiria no estudo de caso de Belterra e das mediações multiescalares envolvidas, vimos que as teorias da apartação e oposição pouco nos servem para o estudo “das cidades da Amazônia” (grifo nosso). Assim, se o real faz um movimento desafiando o pensamento, este deve sentir-se convidado a observá-lo e a reconstruí-lo do ponto de vista das ideias em outra condição. Dito de outra forma, como afirmava Ana Clara Torres Ribeiro em suas aulas de Metodologia e Técnica de Pesquisa no IPPUR/UFRJ (2009), deve-se buscar uma nova forma “de pensar o pensamento”.

Essa afirmativa nos remete a um último esforço analítico nas considerações finais e se relaciona à aproximação entre os dois pedaços de tempo estudados na pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, podemos argumentar que o fio condutor entre os dois períodos - da experiência da *Plantation* de seringa de Henry Ford (1934-1945) e da presença da soja na cidade nos anos 2000 - remete a diferentes racionalidades que motivam a ação dos grupos sociais e econômicos, destacando que ação do capital com base no apoio estatal destruiu ou desarranjou o modo de vida do lugar e foi demandante de grandes porções do território. Isso implicou o uso intensivo e predatório da natureza e a expropriação da terra da população local.

Em ambos os casos, o “outro” é desumanizado e colocado na posição de inferioridade, para justificar que o valor de troca se sobreponha ao valor de uso e que novas técnicas com base na mecanização se instaurem, sob o discurso da modernização, ao mesmo tempo em que se desqualifica o uso primeiro da população do lugar, nominado como “arcaico” e “primitivo”, por conta da técnica simples do machado, da enxada, do terçado e do uso da natureza, prioritariamente, para a satisfação das necessidades humanas em bases não mercantis. Como disse (BOSI, 1979, p. 42), é “a experiência que passa de boca em boca e que o mundo da técnica desorienta”.

Contudo, devemos observar que a produção de sentidos não é “atributo” exclusivo dos segmentos sociais mais abastados. A população do lugar, ao nominá-los de “sojeiros”, “gaúchos”, “desmatadores”, “de fora”, confere a essas relações uma perspectiva que não se dá pela passividade, nem submissão, ao contrário, remete aos conflitos que incluem, por sua vez, a produção dos significados, ou ao campo imaterial das disputas em curso²¹⁵.

Na cidade praticada de Certeau (2008, p. 200, 202), as “narrativas produzem uma geografia das ações”. Essas práticas, segundo ele, produzem relatos orais que se fazem por meio da coexistência do reconhecimento dos lugares, que correspondem ao ver, mas também demonstram os caminhos percorridos por seus praticantes, o ir. Enfim, o mapa e a trajetória, respectivamente. Ouvimos nas narrativas de nossos entrevistados relatos como “aquela caixa d’água ali”, “as plantações nas estradas 1, 4”, “lá aonde tem o campo de futebol”, “lá no Porto Novo”, “ai viemos caminhando pela estrada desde o Pindobal até o centro da cidade”, “lá

²¹⁵ Não sendo o alvo da pesquisa, embora com ela guarde alguma relação no que diz respeito à produção dos sentidos. Vale ressaltar que durante o trabalho de campo de nossa pesquisa de mestrado (2003), em Santarém, ouvimos termos de nomenclatura do outro que não se fazia com base na relação de alteridade: “mocorongo” para os santarenos, “chupa-osso” para os obidenses e “arigó” para os cearenses, são exemplos de nossa constatação. São sentidos que demarcam de, um lado, identidades e diferenças, de outro, a naturalização do estereótipo, que sutilmente coloca o outro em posição de inferioridade, embora isso não seja abertamente declarado e nem, muitas vezes, percebido.

onde é a SEMINF, era onde se fazia o alistamento dos trabalhadores no tempo da CFIB”. Essas situações parecem confirmar as proposições do autor.

Temos, assim, a vida da população na cidade como resultado das diferentes temporalidades e modos de vida que, por muitas vezes, aparecem na nominação dos entrevistados como “culturas”. Disse-nos uma moradora que Belterra era resultado da cultura dos americanos (do ter e poder), dos migrantes nordestinos (da agricultura) e das populações tradicionais (do extrativismo).

Podemos argumentar com base em Garcia Canclini (2011) que as culturas populares não são fechadas em si mesmas. Isso se aproxima das formulações de Cândido (1971) quando este destaca que os modos de vida resultam também de heranças culturais que podem ser oriundas do próprio grupo ou trazidas por grupos sociais externos à sua formação sociocultural primeira. Assim, podemos pensar que os modos de vida da cidade de Belterra, na atualidade, são resultantes de híbridos das disputas, convivências e resistências de experiências com os americanos principalmente, embora existissem na época outras nacionalidades que passaram por Belterra durante a *Plantation* de seringa da CFIB (1934-1945), dos extrativistas, pescadores e agricultores dos rios Tapajós, Arapiuns e Amazonas trazidos pela companhia e dos migrantes nordestinos, especialmente cearenses, mais ligados à agricultura. Vale ressaltar que até hoje o apito da sirene toca marcando o ritmo da vida da cidade, herança deixada pelos americanos. Esses híbridos herdados estão associados às relações de sociabilidade, às formas de uso e apropriação do território e da natureza, à prática urbana e agrícola que se realizam simultaneamente na cidade.

Observamos que a urbanização pela verticalidade sob a ótica do fordismo (re)socializou a população na cidade, e mesmo com a saída da CFIB 18 anos depois da região, marcou a vida urbana, como forma e conteúdo, prolongando-se pelas décadas seguintes. A vila que ficou, resultante da experiência fordista, se transformou em distrito do município de Santarém e guardou as características da cidade na floresta para, 66 anos depois, experimentar a sua emancipação como município e nas quadras dos antigos seringais ver renascer com mais força a vida urbana construída no passado.

Essas condições históricas vão permitir à cidade de Belterra conter o urbano e o rural como modos de vida simultâneos, que podem ser explicados pelas questões anteriores, mas acrescidos dos seguintes componentes: a atividade rural na cidade que já existia, de forma embrionária, desde os tempos da CFIB, ganhou intensidade com a mudança de muitos agricultores para a cidade que, diante da disponibilidade de terras e de recursos naturais, fizeram crescer na cidade a prática agrícola. Dessa forma, urbano e rural não se fizeram pela

oposição, mas pela complementaridade. Como argumentamos com base em Fernandes (1979), não é possível apagar as experiências de vida pretérita do migrante que levou consigo para a cidade o modo de vida adquirido na vida rural. Desse modo, a população “translocal” (SAHLINS, 1997) pode habitar simultaneamente vários mundos sem abrir mão de sua identidade sociocultural primeira.

Ocorre que diferentemente da época da CFIB na década de 1930, atualmente há resistência política de um campo de poder representado por organizações sociais de toda região do Baixo Amazonas que se opõem à presença da soja e propõem outra perspectiva de desenvolvimento. A dimensão multiescalar da ação desse campo chegou até a negociar com os compradores de soja na Europa e a conquistar a “moratória da soja”, que impôs restrições à prática predatória e proibiu a compra deste produto, caso sua produção se faça com base no desmatamento e na expropriação da terra dos pequenos agricultores. Isso demonstra que as relações pela verticalidade dos espaços descontínuos podem se dar também em escala ascendente que, do lugar, vai buscar outros espaços e agentes de mediação, como o parlamento estadual e federal, e organizações regionais, nacionais e internacionais ligadas à questão ambiental e aos direitos humanos. Bem como, com poderes governamentais e não governamentais na Europa para apresentar as suas denúncias e proposições.

Podemos identificar como ameaças para os modos de vida do lugar as seguintes situações: a mobilização do capital em torno da flexibilização da legislação ambiental existente e pela não regularização da posse da terra dos pequenos agricultores, visto que esta em um curto prazo pode ser incorporada ao mercado de terra da soja; a fragilidade fiscalizadora e repressiva do Estado para coibir práticas predatórias; os incentivos fiscais e financeiros oriundos do governo federal para atividades de produção da soja.

Não podemos esquecer que as unidades de conservação (florestas nacionais, áreas de preservação, reservas extrativistas) estão no centro das disputas que envolvem a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, visto que sua desregulamentação significa novas terras que podem ser incorporadas ao mercado do agronegócio, por exemplo, para a produção de soja, diante dos pedidos do mercado internacional e do peso desta *commodity* na balança comercial brasileira. Podemos observar ainda que a ação política do campo de poder ligado ao agronegócio busca alterar as normas e legislações estatais e ganhar a adesão da opinião pública por meio do marketing diário nos meios de comunicação de massa.

Esses movimentos, conforme Almeida (2009), constituíram-se nas “estratégias do agronegócio”. Esse processo inclui, ainda, a fragilização da base social dos agricultores familiares nos enfrentamentos seguintes por conta da estratégia de cooptação de sua base

política desenvolvida pelo sindicato patronal ligado à soja e das ameaças de morte que vêm sofrendo várias de suas lideranças.

Do mesmo modo, a contra-estratégia está presente por meio do campo dos movimentos sociais e ONGS formulando propostas, mobilizando a sua base social e a opinião pública com denúncias dentro e fora do Brasil, bem como negociando com diversas instâncias governamentais outro projeto de desenvolvimento.

Podemos, por fim, constatar pelo estudo realizado que o projeto de modernização capitalista instado na região: 1) é excludente e expropriador dos recursos naturais de povos, etnias e grupos sociais ali estabelecidos por seguidas gerações; 2) é predatório em relação à natureza e aos modos de vida preexistentes, que precisam ser destruídos ou desarranjados para que novas bases de base mercantis se instalem; 3) a ação conjugada do capital e suas redes econômicas e do Estado nas suas diferentes manifestações políticas (parlamentos, legislativos, executivos, normas, políticas e financiamento) conduz ao uso do território vivo para fins de mercado, como se esta fosse a única opção de realização da vida social; 4) cria condições para a formação de campos de poder que, por meio da política, não negam identidades e particularidades, mas fazem enfrentamentos conjuntos apresentando formulações e proposições práticas em bases humanitárias e do reconhecimento dos direitos sociais. Desta forma, as proposições não se fazem somente pela adesão, mas pela resistência que se fundamenta também em perspectivas que envolvem o enunciado de valores societários e que ultrapassam as fronteiras do urbano e do rural para ganhar a forma do território e das territorialidades específicas (camponesa, indígena, quilombola, ribeirinha, extrativa).

O processo de apropriação pelo capital de novas áreas para expansão das atividades produtivas, como novos circuitos espaciais da produção, em Belterra, é recente, e ainda não desarranjou totalmente os modos de vida preexistentes, embora em seu entorno esta situação já esteja bem avançada por meio da “agricultura científica” (ELIAS, 2006) representada pelos produtores de soja e das demandas do produto em escala mundial. Assim, a vida na cidade Belterra, ainda se faz, em parte, mais pelo valor de uso (satisfação das necessidades humanas em bases não mercantis) e por relações de sociabilidade que não se dão com base no medo e nem pela evitação, pelo menos, entre os grupos sociais oriundos do lugar.

Para o caso estudado, urbano/rural, natureza/sociedade, aldeia/cidade, moderno/tradicional são heterogeneidades e multiplicidades concomitantes, os híbridos que não se explicam pela teoria das oposições e omissões.

Contudo, ressaltamos que, para o momento atual, ainda de forma incipiente, há um processo de tecnificação da cidade por meio da pavimentação e abertura de novas vias,

ampliação da oferta dos serviços de transporte como ônibus, microônibus e vans, instalação da telefonia celular e de instituições de pesquisa e ensino superior, inclusive de outras regiões do Brasil que, do ponto de vista do lugar, significa melhoria das condições de vida, do deslocamento e do acesso à informação, por exemplo.

Mas o quadro pode se agravar, caso as prospecções realizadas pela empresa de mineração Vale confirmem a existência de reservas minerais no município. Não podemos deixar de chamar atenção para esta situação, visto que no trabalho de campo de 2009 alguns entrevistados relataram que esta empresa estava realizando estudos naquele momento. Novamente, em 2011, fomos alertados de que o estudo havia sido concluído e que, possivelmente, haviam encontrado minério por lá. Como não temos informações suficientes sobre essa questão, vamos tratá-la apenas como uma possibilidade, mas, de qualquer forma, já podemos vislumbrar uma “cidade em transição”.

Destacamos isso porque no município de Juruti, também integrante da mesorregião do Baixo Amazonas, já está instalada a poderosa mineradora canadense Alcoa. Os conflitos socioambientais são intensos e provocaram o deslocamento de populações rurais, o aumento da violência, a contaminação do lago que abastece a cidade de água, a prostituição e a chegada de 25 mil pessoas para o lugar, cuja população era de 37 mil habitantes antes da implantação do empreendimento. Caso este fato venha a ocorrer em Belterra, as condições da vida do lugar vão mudar significativamente, mas isto é objeto de outra pesquisa.

Como ensina Geertz (1999) se não há mais nada a dizer sobre o assunto, então, podemos deixá-lo de lado, já que os trabalhos nunca terminam, eles são abandonados.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-35.
- _____. O zoneamento econômico-ecológico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 3, n. 2, p. 5-15, dez, 2000.
- _____. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-90, mai.1999.
- _____. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônicas do deslocamento da população de Tucuruí. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 25. n. 4, p. 53-68, out./dez.1991.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B.; CARVALHO, G. (Org.). *O Plano IIRSA visão da sociedade Pan-Amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Observatório COMOVA/UFPA, 2009. p. 57-105.
- _____. A Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 36-56.
- _____. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*. Rio de Janeiro. v. 6, n.1, p. 9-32, 2004b.
- ALONSO, Sara; CASTRO, Edna Maria. Processo de transformação e representação do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). *O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 162-215.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. *A sedução da cidade*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- _____. Notas sobre famílias num grupo de operários têxteis. In: LOPES LEITE, J.S. *et al.* (Org.). *A reprodução da subordinação. Mudança social no nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 99-123.
- AMARAL, Assunção José Pureza. Populações quilombolas no interior da Amazônia: organização cultural e conflito. *Anais do Seminário Internacional: Amazônia e fronteiras do conhecimento*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.
Disponível em: <<http://www.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT1-259-1295-20081128220546.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2012.
- AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. *A dominação norte-americana no Tapajós*. Santarém: Tiagão, 1995.
- ANDRELLLO, Geraldo. *A cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: UNESP: ISA: NUTI, 2006.

- BAINES, Stephen G. As chamadas aldeias urbanas ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, Brasília, v.1, n.7, p.15-17, nov./ dez. 2001. Disponível em: http://www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista_7.htm#001>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- BARREIROS, Tito Lívio. *A concessão Ford e o governador Dionysio Bentes*. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1928.
- BECKER, Bertha. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 6, 1999. p. 29 – 42.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).
- _____; MIRANDA, Mariana P. *O papel das cidades na ocupação da Amazônia*. Convênio IPEA/CEPAL. Brasília, 1987. mimeo. 31 p.
- BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 39-76.
- BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: CASTRO, C. (Org.). *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 25-40.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979. p. 1-49.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- _____. *Argélia 60: estruturas econômicas y estructuras temporales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.
- _____; CHAMBOREDON, J. C. PASSERON, J. C. *O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *O poder simbólico*. São Paulo: DIFEL, 2001.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Produção e comercialização do seringal de cultivo da base física de Belterra*. Belém, 1974. 35 p.
- BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. Ata da primeira sessão plenária da primeira conferência nacional da borracha, realizada em 24/07/1946. In: *Anais da I Conferência Nacional da Borracha*. Rio de Janeiro: Biblioteca Documental da Borracha. v. 4, 1946. p. 69-97.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2011. p. XVII-XL.
- CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, Ana Cláudia. O espaço da cidade amazônica tomado como ponto de conexão entre escalas e dinâmicas globais, regionais e locais. *Anais do IX ENANPEGE*. Goiânia, ANPEGE, 2011. CD-ROM.

_____. Possibilidades do Estatuto da Cidade para as cidades da Amazônia. Belém. Mimeo, 2006.

CARDOSO, Ana Cláudia. O problema das escalas e o desafio urbano da Amazônia. In: REIS, A. (Org.). *Arquitetura, urbanidade e meio ambiente*. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 67-87.

CARGILL. Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill S.A. *Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*. CPEA, 2008.

_____. *Relatório anual 2006*.

_____. *Terminal Fluvial de Granéis Sólidos de Santarém*. Plano de Controle Ambiental (PCA). Santarém, 2000.

CARVALHO, Guilherme. Hidrelétricas no rio Madeira: as disputas em torno de dois mega empreendimentos na Amazônia. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 114, p. 78-86, 2007.

CARVALHO, Vânia; TURA, Letícia. *A expansão do monocultivo de soja em Santarém e Belterra: injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar*. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Belém. mimeo, 2006a.

_____. Santarém e Belterra: a “fronteira” da vez. In: SCHLESINGER, S.; NORONHA, S. (Org.). *O Brasil está nu: o avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro: FASE, 2006b. p. 71-87.

CALTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CARDOSO, Ruth. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: _____. *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

CASTRO, Celso. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 41-65.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: _____. *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13-39.

_____. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmica de fronteira. *Novos cadernos do NAEA*, Belém, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

_____. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. In: CASTRO, E.; MOURA, E. A.F.; MAIA, M. L. (Org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 91-120.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. In: _____. *A guerra nas sociedades primitivas*. Ensaio de Antropologia Política. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 169-204.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COHEN, Jacob. *Fordlândia: a grande interrogação do futuro*. Belém, 1929.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, Francisco de Assis. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: EDUFPA, 1993.

CPRM - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Superintendência Regional de Belém. *Inventário florestal de avaliação preliminar do potencial madeireiro do município de Santarém*. Belém, 1996. (CD-ROM).

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 1, n. 4, p. 3-22, out. 1939.

D'INCÃO, Maria Ângela. Modos de ser e viver: a sociabilidade urbana. *Revista Tempo Social/USP*, São Paulo, 1992. p. 95-109.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 17-37.

DUTRA, Manuel. *O Pará dividido: discurso e construção do estado do Tapajós*. NAEA/UFPA. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 279-303.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Zoneamento agroecológico da área do planalto do município de Santarém*. Belém, 1999. (CD-ROM).

ENGELS, Friedrich. A grande cidade. In: _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 67-116.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. *Teoria & sociedade*, n. 15, p. 138-172, jul./dez., 2007.

FARIAS JR, Emmanuel de Almeida; ALMEIDA, Alfredo B. W. Etnicidade e urbanidade: a aldeia beija-flor. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 14, n. 1, p. 131-146, jun. 2011.

_____. *Quilombos na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de “comunidades de pretos” no complexo do rio Madeira*. S/d. mimeo. 14p.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: _____. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP, 2010. p. 17-56.

FERNANDES, Florestan. Obstáculos extra-econômicos à industrialização no Brasil. In: _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979. p. 61-92.

_____. A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil. In: _____. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 107-133.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Digital Aurélio da Língua Portuguesa, 2009. CD-ROM.

FOOTE-WHITE, William. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade*. Rio de Janeiro: Brand, 1954.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Disciplina. In: _____. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. p. 125-152.

FREIRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 9-30.

_____. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 13-41.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e fordismo. In: _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 375-413.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GREENPEACE. Relatório anual, 2006. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br>. Acesso em: 14 nov. 2011.

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, A. C. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 100-110.

HAESBAERT, Rogério. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. (Org.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p. 29-51.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

_____. *Censo Demográfico 1940*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

_____. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

JOHNSTON, Archibald. *Relatório sobre as plantações de borracha em Fordlândia e Belterra*. Tradução de NOGUEIRA, Antônio Frapuan Sena. S/d. 26p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. EDUFMG. Belo Horizonte, 2002.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. *Lógica formal e lógica dialética*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1969.

LEITE LOPES, José Sérgio. A ambientalização dos conflitos sociais. In: ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 17-38.

_____. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão Burguesa. In: LOPES LEITE, J.S. et al. (Org.). *A reprodução da subordinação. Mudança social no nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 41-98.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C.A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (Org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP & A: FAPERJ, 2006. p. 41-57.

LEROY, Jean- Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes: FASE, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: _____. *O pensamento selvagem*. Nacional, 1973. p. 15-50.

LIMA, Rosirene Martins. O rural e o urbano no contexto de uma cidade média amazônica:

reflexões sobre a urbanização de imperatriz. In: TRINDADE JR, S. C. T. et al. (Org.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: FASE: ICSA-UFPA: Observatório Comova, 2009. p. 283-298.

MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Bertha. K. et al. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UNB, 1990. p. 30-115.

MACHADO DA SILVA, Luiz. A.; LEITE, Márcia S. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados pensam quando falam desses temas? *Sociedade e estado*. Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.

_____; “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 291-315.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 1-30.

MAHAR, Dennis. Políticas de desenvolvimento para a Amazônia: passado e presente. In: _____. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Relatório de Pesquisa IPEA, 39. Rio de Janeiro, 1978. p. 7-48.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, n. 10, p. 1-8, 1998.

_____. A chegada do estranho. In: _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 61-82.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A mercadoria. In: _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983. p. 31-70.

_____. O método da economia política. *Contribuição à crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983. p. 218-226.

MEIRA, Sílvio. *Belterra: sua jurisdição* (tese aprovada pela III Conferência da Borracha, em 10 de setembro de 1949). Belém, 1949. mimeo.

MENDES, Armando. *A Invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 229-272.

MIRANDA, Lia. Urbanização na Amazônia: o projeto pombalino e as pequenas cidades

ribeirinhas. In: TRINDADE JR, S. C. T. et al. (Org.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: FASE: ICSA-UFPa: Observatório Comova, 2009. p. 15-33.

MONTE-MÓR, Patrícia. A construção do olhar na antropologia visual: duas experiências. Fortaleza: *I Ciclo Internacional de Diálogos em Antropologia e Imagem*. LAI/UFC, 2008.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga: ou investigação sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização [1877]. In: CASTRO, C. (Org.). *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 41-65.

NAKANO, Kazuo Anderson. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão territorial imbricada. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 237-279.

NAKANO, Kazuo Anderson; COMARÚ, Francisco de Assis. São Gabriel da Cachoeira: o planejamento e a gestão territorial num município indígena da Amazônia. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Org.). *Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas*. Belém: EDUFPA, 2007. p. 155-192.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 77, p. 39-55, abr., 2001.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*: São Paulo: Annablume, 2009. p. 59-98.

_____; As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 199-213.

_____. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104>. Acesso em: 15 out. 2011.

OLIVEIRA, Luiz Guedes de. *Relatório enviado ao Secretário Geral do Estado*: Belém, 1930. 8 p.

OLIVEN, Ruben George. A cidade como categoria sociológica. In: _____. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. p. 13-29.

ORTIZ, Renato. Taquigrafia do mundo social. In: _____. *Ciências sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho D’água, 2002. p. 5-16.

PARK, Robert Ezra [1916]. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1967. p. 26-67.

PARK, Robert Ezra. Human migration and the marginal man. *The American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.

PEREIRA, E. A. D.; SILVA, M. S. da; FERREIRA, T. M. Vila permanente: recortes e retratos de uma *company town* na Amazônia In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 59-81.

PEREIRA, José Carlos Matos. O papel de Santarém como cidade média na Amazônia. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annabrum, 2009. p. 329-352.

_____. Lições e aprendizados com a elaboração do plano diretor participativo de Belterra, no oeste do Pará. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Org.). *Planos diretores participativos: experiências amazônicas*. Belém: EDUFPA, 2007. p. 53-83.

_____. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. Belém, 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

PINTO, Lúcio Flávio. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, E.; MOURA, E. A.F.; MAIA, M. L. (Org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 47-58.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio Janeiro: Zahar, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem (UERJ)*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 31-54, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

_____. Do rural ao urbano no Brasil. In: _____. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: LTC/EDUSP, 1978. p. 46-67.

REDFIELD, Robert. The Folk Society. *The American Journal of Sociology*. v. 52, n. 4. (Jan., 1947). p. 293-308. The University of Chicago Press. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 06 set. 2009.

REIS, Arthur Ferreira. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Diálogo. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <cmatoscomova@gmail.com> em: 22 nov. 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Presenças recusadas: territórios populares em metrópoles brasileiras. In: NUNES, B. F. (Org.). *Sociologia de capitais brasileiras*. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 11-33.

_____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*. Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set/dez. 2005.

_____. *Outros territórios, outros mapas*. OSAL. p. 263-272, n. 16, enero-abril, 2005b.

RIBEIRO, Luiz. C. Q.; SANTOS JR, Orlando. A. As metrópoles brasileiras: territórios desgovernados. In: _____. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2007. p. 7-17.

_____; Metrópoles, reforma urbana e desenvolvimento nacional. In: _____. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2007. p. 21-47.

_____. Proximidade social e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: CARNEIRO, S. S.; SANT'ANA, M. J. G. (Org.). *Cidades: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 43-72.

ROCHA, Gilberto. M; GOMES, Claudemir B. A Construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-57.

_____; Gestão local e municipalização do território. A cidade e o reordenamento político-territorial na área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 83-110.

RODRIGUES, Roberta Menezes. Desvelando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajás. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 113-135.

RUSSELL. Joseph A. Fordlandia and Belterra, Rubber Plantations on the Tapajos River, Brazil. *Economic Geography*, v. 18, n. 2, p. 125-145, April, 1942. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 23 fev. 2009.

SÁ, Maria Elvira; COSTA, Solange Gayoso da; TAVARES, Luciana Pereira. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. C. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 113-157.

SAHLINS, Marshall. O 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte II). *Mana. Estudos de Antropologia Social* 3 (2): 103-150. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. A. (Org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1972. 7-44.

- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *A metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 5ª ed., 1997.
- _____. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia (Org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.
- _____. 1992: a redescoberta da natureza. *Estudos avançados*. n. 6, p. 95-106, 1992.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tapaiulândia*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1974.
- SANTOS, Roberto. Sistema de aviação e formação de excedente na economia gomífera. In: _____. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 155-175.
- SANTOS, Waldir Hugo dos. *O ano de 1980 em Belterra e Fordlândia*. Belém, 1981. 43 p.
- _____. *Belterra e Fordlândia: a busca da emancipação*. Belém, 1984. 84 p.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas reproduzindo a Belle-Èpoque (1870-1912)*. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Sílvia. *O Brasil está nu: o avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais*. Rio de Janeiro: FASE, 2006.
- SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato sobre a presença americana na Amazônia. In: História, ciência e fronteira na Amazônia. São Paulo: Instituto Butantã. *Cadernos de histórias da ciência*. v. 4. n. 2, p. 90-107, jul./dez. 2008.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental [1902]. In: VELHO, O. G. (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 13-28.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Desafios para o estudo das cidades médias In: XI Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, 2010, Mendoza. *Trabalhos completos*. Mendoza: UNCUYO - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01 -18

_____. Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém: FASE: ICSA: UFPA, 2009.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro; MAIA, Doralice Sátyro; GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

TEIXEIRA, Pery; MAINBOURG, Marie Therese; BRASIL, Marília. Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos distintos da Amazônia. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 57, p. 531-546, set./dez. 2009.

TELLES, Vera da Silva. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, V. e CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 35-64.

_____. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. ; CABANES, R. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 69-116.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. T. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*. n. 30, p. 113-137, set./mar. 2010.

_____; MALHEIRO, Bruno Cezar P. Entre rio, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas no Baixo Tocantins (PA). In: TRINDADE JR, S.C.T et al (Org.). *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: FASE: ICSA-UFPA: Observatório Comova, 2009. p. 59-91.

_____; PEREIRA, José Carlos Matos. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPOSITO, Maria da Encarnação (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

_____; *A Amazônia e a dimensão humana de sua geografia*. Portal Amazônia, Belém, v. 1, 2003.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. T.; ROCHA, Gilberto. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C. T; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

_____; CHAGAS, Clay Anderson N. *company town* do alumínio: concepções e práticas sociais. In: TRINDADE JR., S. C. T; ROCHA, G. M. (Org.). *Cidade e empresa na Amazônia*:

gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 195-235.

TURA, Luiz Fernando Rangel et al. A resignação naturalizada: os sentidos da BR-163 construído por escolares do oeste paraense. *Relatório do Projeto BR-163 e saúde: impactos e estratégia de ação*. Rio de Janeiro : Fundação Fio Cruz e UFRJ, 2008.

VAINER, Carlos B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 8, n. 2, p. 9-29, ANPUR, 2005.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. In: SOARES, I. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1995. v. II (1937-1942).

VEIGA, José Ely de. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editores Associados, 2004.

VEIGA, Jonas Bastos da; LOURENÇO JR, José de Brito. Diagnóstico da atividade pecuária desenvolvida pelo grupo executivo de produção animal do Ministério da Agricultura em Belterra, Fordlândia e Daniel Carvalho. *Relatório de viagem*. Belém, 1974. 20 p.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 7ª ed.

_____. Estilo de vida urbano e modernidade. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 36-46.

VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: EDUFPR, 2004.

_____. História e cidade na Amazônia brasileira: a utopia urbana de Ford, 1930. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 411-447.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel: FADESP: Lincols Institute, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *Una nueva ruralidad en America Latina?* CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

WEBER, Max. Conceito e categoria da cidade [1921]. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1967. p. 73-96.

WIENSTEIN, Barbara. Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. *Revista do IEB*. n. 45, p. 153-176, 2007.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida [1938]. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1967. p. 97-122.

YIN, Robert. K. *Case study research*. Thousand Oaks: SAGE, 1994.

Entrevistas realizadas no mês de novembro de 2008

Liderança Sindical, presidente do Centro de Estudo, Formação e Pesquisa dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAM).

Liderança Sindical, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Juruti (PA).

Entrevistas realizadas nos meses de outubro e novembro de 2009 e março e abril de 2011.

Sobre o período Ford

1- Antônio Delgado, 78 anos, ex-seringueiro. Nascido em Belterra em 1933. Entrevista realizada em março de 2011.

2- Chardival Moura Pantoja, 71 anos, aposentado, filho de pais seringueiros, funcionários da CFIB, nasceu e se criou em Belterra. Entrevista realizada em março de 2011.

3- Erasmo Moura, 79 anos, nascido em Fordlândia, ex-seringueiro. Entrevistas realizadas em outubro e novembro de 2009 e março e abril de 2011.

4- Francisca Costa Delgado, 76 anos, ex-seringueira. Nascida na área rural de Aramanai, mas se criou em Belterra. Entrevista realizada em março de 2011.

5- Francisco Bezerra Oliveira (Tica), 73 anos, ex-cozinheiro do Hospital Henry Ford, entrevista realizada em outubro de 2009.

6- Joaquim Santana de Melo, 89 anos. Nascido no município de Maracanã (PA) e veio para Belterra durante a II Guerra Mundial.

7- Nilo Souza, 86 anos, ex-seringueiro, nascido no município de Aveiro, mas foi trabalhar em Fordlândia em 1942, entrevista realizada em março de 2011.

8- Pedro Afonso Batista, 80 anos, ex-seringueiro. Nascido no Lago Grande, município de Santarém. Entrevista realizada em março de 2011.

9- Raimundo Nunes Torres (Sabiá), 87 anos, nascido em Fordlândia, ex-seringueiro, entrevista realizada em outubro de 2009.

Entrevista cedida

- Inocência, 90 anos, ex-seringueira. Atualmente reside em Belém (PA). Entrevista realizada pela Prof^ª. Rosa Acevedo (NAEA/UFPA), em julho de 2001.

Cidade

10- Lara, desempregada, 46 anos, desenvolve a agricultura na cidade. Entrevista realizada em novembro de 2009.

11- Ex-tratorista, 28 anos, trabalhou numa propriedade de soja em Belterra. Entrevista realizada em março de 2011.

12- Criador de Abelha, 27 anos. Entrevista realizada em março de 2011.

13- Estudante, 22 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

14- Estudante, 21 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

15- Funcionária pública, 20 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

16- Aposentado por invalidez, 28 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

17- Doméstica, 38 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

18- Agricultora na cidade, 57 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

19- Morador da estrada 8, 54 anos. Vizinho da plantação de soja. Entrevista realizada em outubro de 2009.

20- Morador da área rural de Belterra, 64 anos, agricultor deslocado pela soja. Vive em Belterra há 5 anos. Entrevista realizada em outubro de 2009.

Floresta Nacional do Tapajós (FLONA)

21- Agricultor da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), 71 anos. Morador da localidade de Maguari, nascido e criado na FLONA. Entrevista concedida em abril de 2011.

22- Albano, 49 anos, liderança que participou da luta pela permanência das famílias no lugar e da elaboração dos instrumentos de manejo, uso e de participação popular. Entrevista realizada em novembro de 2009.

Indígenas

23- Índio Munduruku, 30 anos, desempregado, aldeia de Takuara. Entrevista realizada em outubro de 2009.

24- Índia Munduruku, 26 anos, professora, aldeia de Marituba. Entrevista realizada em outubro de 2009.

Área de Preservação Ambiental (APA) Aramanai

25- Emanuel, 37 anos, agricultor e diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra e morador da APA. Entrevista realizada em março de 2011.

26- Socorro, 43 anos, artesã. Entrevista realizada em outubro de 2009.

Sindicalistas

27- Liderança sindical de Santarém ameaçada de morte, agricultora. Entrevista realizada em outubro de 2009.

28- Marildo, 45 anos, agricultor, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, entrevista realizada em outubro de 2009 e março de 2011.

29- Bernardo, 39 anos, agricultor, Delegado Sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, entrevista realizada em outubro de 2009.

30- Luciana, 56 anos, agricultora, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra, entrevista realizada em outubro de 2009 e março de 2011.

31- Rosana, 49 anos, agricultora, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra, entrevista realizada em outubro de 2009 e março de 2011.

32- Saulo, 45 anos, liderança Sindical da área da Saúde. Entrevista realizada em março de 2009.

Produtores de soja

33- Produtor de soja I, paranaense, 30 anos. Entrevista realizada em abril de 2011.

34 - Produtor de soja II, gaúcho, 42 anos. Entrevista realizada em abril de 2011.

BR-163

35- Agricultora, 41 anos. Entrevista realizada em março de 2011.

36- Jovem agricultor, 23 anos. Entrevista realizada em março de 2011.

37- Luiz, agricultor, 47 anos, cearense. Entrevista realizada em março de 2009.

Governo

38- Geraldo Irineu Pastana de Oliveira, 62 anos, casado, prefeito do município de Belterra. Entrevista realizada em outubro de 2009 e abril de 2011.

39- Maria Antônia Arcanjo, 52 anos, integrante da coordenação do Programa de Microcrédito do governo do estado do Pará. Entrevista realizada em outubro de 2009.

40- Secretário de governo, 73 anos. Entrevista realizada em março de 2011.

41- Técnico de governo. Entrevista realizada em março de 2011.

Vereadores

42- Ademar Santos da Silva, 46 anos, vereador do Partido dos Trabalhadores (PT), Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Belterra. Entrevista realizada em março de 2011.

43- Ernesto Domingues de Oliveira (Betão), 43 anos, vereador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Entrevista realizada em março de 2011.

44- Maria de Lourdes (Malú), 37 anos, vereadora Partido dos Democratas (DEM). Entrevista realizada em março de 2011.

Conversas informais, realizadas em junho de 2006.

- Manuel, filho de ex-seringueiros funcionário da CFIB, trabalhou como seringueiro.
- Maria Isaura, Filha de ex-seringueiro funcionário da CFIB,
- Sálvia, trabalhou como capataz na CFIB.

Conversas informais, realizadas em março de 2009.

- Morador da estrada 8, 54 anos.
- Educador popular, 72 anos.

Jornais

Jornal O Estado do Pará de 15/05/1928

Jornal O Estado do Pará de 23/05/1928

Jornal Folha do Norte de 04/09/1928

Jornal O Estado do Pará de 28/11/1928

Jornal O Estado do Pará de 02/12/1928

Jornal O Estado do Pará de 28/12/1928

Jornal Folha do Norte de 01/01/1934.

Jornal Folha do Norte de 05/10/1940.

Jornal Folha do Norte de 06/10/1940.

Jornal Folha do Norte de 07/10/1940.

Jornal Folha do Norte de 08/10/1940.

Jornal Folha do Norte de 09/10/1940.

Jornal Folha do Norte de 10/10/1940.

Jornal Folha do Norte de 01/07/1943.

O Jornal de Santarém de 30/10/1943.

Jornal A Gazeta de Santarém de 23/05/2006.

Jornal O Globo de 01/12/2008.

Boletim Informativo

Jornal O Movimento. Belterra, Ano I, n. 1, de 23 de julho de 1987.

Jornal O Movimento. Belterra, Ano I, n. 4, de 29 de setembro de 1987.

Documentos eletrônicos

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u414008.shtml>. (matéria sobre o desmatamento na Amazônia e as disputas envolvendo governo federal e os governadores dos estados do Mato Grosso e Rondônia). Acesso em: 23 out. 2010.

http://www.ejornais.com.br/jornal_diario_do_para2.html. (matéria sobre realização da audiência pública na cidade de Santarém (PA), para apresentação dos Estudos de Impactos Ambientais e seu Relatório (EIA/RIMA) realizado pela empresa Cargill sobre o funcionamento de seu Porto na cidade de Santarém). Publicado no Jornal Diário do Pará, em 14/07/2010, Primeiro Caderno, p. A9). Acesso em: 23 out. 2010.

<http://select.nytimes.com>. (matéria sobre do navio de das empresas de Henry Ford em direção à Amazônia. Publicado no Jornal New York Times, em 26/07/1927. Acesso em: 23 ago. 2010.

http://bd.folha.uol.com.br/bd_acervoonline.htm. (matéria sobre a presença do presidente Emílio Garrastazu Médice em obra inaugural da rodovia Transamazônica. Publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 10/10/1970). Acesso em: 23 mar. 2007.

<http://www.estadodotapajos.com/2011/04/atoleiros-na-transamazonica-atrapalham.html>. (matéria sobre o abandono da rodovia Transamazônica e os constantes atoleiros e desabastecimento das cidades à sua margem durante o período do inverno). Acesso em: 15 jul. 2011.

<http://notapajos.globo.com/lernoticias.asp?id=5331>. (matéria do Fantástico, programa da Rede Globo sobre os conflitos entre movimentos do Baixo Amazonas e Produtores de soja na cidade de Santarém/PA). Acesso em: 24 abr. 2011.

<http://books.google.com.br>. Revista Life, n. 9, dez. 1940. (matéria sobre a visita do presidente Getúlio Vargas em Belterra/PA). Acesso em: 06 ago. 2010.

Legislação

FEDERAL. Decreto-Lei nº 311 de 02/03/1938. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jan. 2012.

FEDERAL. Decreto-Lei nº. 8.440 de 24/12/1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 411 de 28/09/1948. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 477 de 09/11/1948. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 2.262 de 08/07/1954. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 3.431 de 18/07/1958. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 49.922 de 13/01/1963. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 51.455-A de 11/04/1962. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 51.665 de 17/01/1963. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 59.866 de 26/12/1966. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Lei nº. 60.194 de 09/02/1967. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

FEDERAL. Decreto presidencial nº 73.684, de 19/02/1974, que cria a Floresta Nacional do Tapajós (FLONA). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

FEDERAL. Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que dispõe sobre os usos da Flona. Disponível em: <<http://www4.icmbio.gov.br/flonas/index.php>>. Acesso em: 12 fev. 2011>.

ESTADUAL. Lei nº. 2.592, de 03/10/1927, que repassa um milhão de hectares nas margens do Rio Tapajós à Companhia Ford Industrial do Brasil.

Mapas

Mapeamento comunitário dos impactos da soja em Santarém e Belterra. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Santarém e Belterra, Greenpeace e Projeto Saúde Alegria (PSA), 2008.

Acervo fotográfico

Arquivo pessoal do Sr. Osvaldo Góes com fotos de Belterra das décadas de 1930/40.

Biblioteca de Washington. Disponível em: <<http://www.lib.washington.edu/>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

Greenpeace. Fotos do confronto entre militantes do Greenpeace e policiais no porto da Cargill na cidade de Santarém, 2006.

Projeto Saúde e Alegria. Fotos Da manifestação dos militantes dos movimentos sociais e ONG contra a soja no porto da Cargill na cidade de Santarém, 2006.

Outras fontes

BELTERRA. Diagnóstico Técnico Municipal da Secretaria Municipal de Saúde, 2009.

_____. Mapa da estrutura fundiária de Belterra, 2009.

_____. Imagem de satélite, 2006.

_____. Plano Diretor Participativo do município de Belterra (Lei nº 131, de 22/02/2007).

_____. Arquivo fotográfico, 1930.

CFIB. Companhia Ford Industrial do Brasil. Registro de Empregados.

_____. Estatuto da Sociedade Anônima CFIB, de 10/10/1927.

_____. Termo de permuta que concedeu novas terras à CFIB, de 04/11/1934.

FASE. Indicadores Sociais e Ambientais do Município de Belterra, estado do Pará, 2008. 23 p.

_____. Vídeo do Plano Diretor Participativo do município de Belterra. Belém, 2007.

_____. Acervo fotográfico, 2006.

_____. Relatório da III Oficina de Capacitação de Lideranças Populares. Realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2006, na cidade de Belterra na Associação Cultural e Desportiva dos Piratas (ACEDESPI).

_____. Relatório da I Oficina para Gestores Públicos de Belterra: “Plano Diretor Participativo e Planejamento Público Estratégico”. Realizada nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2005, na sede do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), na localidade de Alter do Chão, no município de Santarém (PA).

SANTARÉM. Ortofoto do Porto de Santarém, 1999.

SIPAM. Serviço de proteção da Amazônia. Imagem de satélite da área urbana de Belterra, 2004.